

Katani Monteiro



ENTRE O VINHO E A POLÍTICA:

uma biografia de
Celeste Gobbato
(1890 – 1958)



**Entre o vinho e a política:
uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-Presidente:

Nelson Fábio Sbabo

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

*Vice-Reitora e Pró-Reitor de Inovação e
Desenvolvimento Tecnológico:*

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Nilda Stecanela

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Marcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)

Katani Monteiro

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Mestra em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul (1997). Professora no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) na Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história, teoria da história, biografia, ensino de história e educação patrimonial.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

M775 Monteiro, Katani

Entre o vinho e a política [recurso eletrônico] : uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958) / Katani Monteiro. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN: 978-85-7061-835-1

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: Wolrd Wide Web.

1. Gobbato, Eleste, 1890-1958 – Biografia. 2. História política – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 2. ed.: 929GOBBATO

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|----------------|
| 1. Gobbato, Celeste, 1890-1958 - Biografia | 929GOBBATO |
| 2. História política – Rio Grande do Sul | 32(816.5)(091) |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460.



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95001-970– Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Aos meus filhos, Erich e Geraldine.

Agradecimentos

A primeira versão deste livro é fruto de uma pesquisa acadêmica que resultou em minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2011. Por ter sido um trabalho que envolveu direta e indiretamente muitas pessoas, agradeço:

Ao professor Benito Bisso Schmidt, pela excelência na orientação da tese; pelo respeito e carinho com que me tratou e, ainda, por ter-me “desorientado” em certos momentos ao exigir “mais explicações” na escrita dessa biografia. Aos professores membros da banca examinadora Alexandre Avelar, Luiz Alberto Grijó, René Gertz e Regina Weber. Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, do Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (Cedoc) e do Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. À Nathália Cadore, que realizou grande parte da pesquisa documental no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa; ao Alisson Droppa, que auxiliou na busca de fontes em arquivos de Porto Alegre, especialmente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; ao Ramon Víctor Tisott que fichou uma parte da documentação referente à gestão de Gobbato na intendência de Caxias e ao Paulo Afonso Marmentini que colaborou na pesquisa documental junto ao Cedoc. Aos meus pais Renato e Beatriz; irmãos Kátia e Delfino; aos cunhados Sidnei, Luiza e Márcia; aos sobrinhos Vanessa, Maurício, Caroline e Darwin os quais acompanharam de muito perto a construção desta biografia sempre com muito carinho e palavras de apoio. Ao Marvo René, que com muita serenidade conviveu com a minha louca jornada. Às amigas Andréa e Letícia.

Agradeço de modo especial aos filhos de Celeste Gobbato, Lydia Gobbato Karl, Tito Gobbato e Piero Gobbato por terem confiado neste trabalho colocando à minha disposição suas lembranças e o acervo particular da família.

“Sob a história, a lembrança e o esquecimento.

Sob a lembrança e o esquecimento a vida.

Mas escrever a vida é uma outra história.

Inacabamento.”

Paul Ricoeur

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Capítulo 1	
“Acumulando capitais”: a construção da liderança política de Celeste Gobbato	
Gobbato	25
1.1 Rumo ao Brasil: impressões e expectativas	25
1.2 Ambiente familiar: a valorização do “homem público”	31
1.3 Espaços geradores de notabilidade	36
1.4 De imigrante a intendente: um deslocamento interessado	52
Capítulo 2	
“Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas, aprendendo a jogar.”: a atuação político-administrativa de Celeste Gobbato	
2.1 “Coisas em jogo”: o esquema político	69
2.2 O “grande administrador”: progresso e endividamento	89
2.3 O final do governo: crise e mudanças no jogo político	112
Capítulo 3	
O “príncipe da enologia rio-grandense”: o retorno ao <i>métier</i>	
3.1 Na Estação Experimental de Viticultura e Enologia	125
3.2 A nova edição do <i>Manual Prático de Viticultura</i> e outros escritos	133
3.3 Celeste Gobbato e as Festas da Uva	143
Capítulo 4	
“Com a palavra, o nobre deputado”: continuidade e ampliação dos projetos agrícolas de Celeste Gobbato	
4.1 As reviravoltas da vida: o indivíduo e suas escolhas	153
4.2 De intendente a deputado estadual: a (re)condução ao campo político	160
4.3 A vida pública se encerra com o vinho	179
Considerações finais	184
Fontes consultadas	189
Referências	192

Apresentação

Quando Katani Monteiro me falou pela primeira vez de sua ideia de projeto para o doutorado, durante um almoço no bar Ocidente de Porto Alegre, confesso que não fiquei muito contente: fazer uma biografia de um intendente de Caxias do Sul não me soava estimulante; ao contrário, a proposta parecia remeter às biografias tradicionais, que tanto foram combatidas pelas principais correntes historiográficas do século XX, por seu caráter factual, descritivo e apologético. As pesquisas biográficas que recuperavam seu prestígio na cena historiográfica, a partir do final da década de 80, do século XX, em geral influenciadas pela micro-história, apostavam sobretudo nos personagens obscuros, pertencentes a grupos explorados e oprimidos, a fim de evidenciarem as margens de liberdade dos indivíduos, mesmo diante de sistemas extremamente opressivos. Qual seria o “charme” de Celeste Gobatto, personagem escolhido por Katani, diante dos moleiros hereges, das escravas santas, feministas comunistas e anarquistas revolucionários que protagonizavam as narrativas dos historiadores que, nos últimos anos, se dedicavam ao gênero biográfico?

Porém, à medida que fomos trabalhando juntos, e a pesquisa começou a tomar corpo, tive que “morder a língua” inúmeras vezes. O charme não estava propriamente no personagem, embora sua trajetória envolvesse ingredientes explosivos como vinho e política, mas na maneira como a autora contava os seus percursos profissionais, familiares e políticos, desvendando, por meio deles, tramas pouco conhecidas da história da área colonial italiana do Rio Grande do Sul e da política estadual ao longo da Primeira República. Mais do que isso, não se trata, de modo algum, de um estudo de história local, mas de uma análise que parte do local para pensar “a” história, mais especificamente, o espaço de atuação de um indivíduo nos processos internacionais, nacionais, estaduais e locais, que vivenciou. Um belo exemplo, portanto, daquilo que Jacques Revel chamou de “jogo de escalas”.

Ancorada em uma ampla pesquisa de fontes (imprensa, entrevistas, documentos oficiais, cartas, fotografias, artigos técnicos, etc.), e dialogando com bibliografia diversificada e atualizada, Katani construiu uma bela narrativa dos percursos de Gobatto entre a Itália e o Brasil, a vida pública e a vida privada, a atuação acadêmica e a político-partidária. Apontou para o contexto mais amplo que constrangia suas vontades e movimentos, mas também para o papel de suas escolhas,

projetos e ações. Entre as tantas qualidades do trabalho, destaco duas: o enfoque não identitário sobre a história da área colonial italiana do estado, tantas vezes marcada por essencialismos e idealizações; e o uso criativo e adequado das categorias e reflexões de Norbert Elias (como estabelecidos e *outsiders*, sociedade de indivíduos) e de Pierre Bourdieu (como campo, capital e *habitus*), para interpretar os passos e as encruzilhadas de seu personagem.

Por todos esses motivos, e outros que o leitor certamente identificará, a transformação de sua tese, que tive a honra de orientar, em livro, vem em boa hora, pois certamente fomentará debates e novas reflexões.

Em tempo: Recomendo que a leitura seja feita acompanhada de um bom cálice de vinho!

Porto Alegre, 6 de novembro de 2016.

Benito Bisso Schmidt

Professor no Departamento e no PPG em História da UFRGS, e do Prof. História – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional.

Introdução

Toda sociedade grande e complexa tem, na verdade, as duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social pode depender seu destino pessoal imediato, ou o de uma família inteira, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas. [...] Mas as oportunidades entre as quais a pessoa assim se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras seqüências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel.¹

Entre os meses de abril e setembro de 1912, desembarcaram na capital do Rio Grande do Sul 13 especialistas estrangeiros, nas áreas da agricultura e da pecuária, para trabalhar como professores na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Vindos dos Estados Unidos (3), da Alemanha (5) e Itália (5),² esses profissionais, à medida que engrossavam a lista dos professores estrangeiros, que compunham o quadro de docentes da referida Escola, criada em 1896, também ampliavam as estatísticas sobre as diferentes formas de inserção e de participação de imigrantes, no território sulino. Diversas eram as profissões exercidas pelos novos contratados: agrônomos, químicos, médicos veterinários, botânicos e zootécnicos. Entre os italianos que aqui chegaram, destaca-se a presença do enólogo-viticultor Celeste Gobbato (1890-1958), protagonista desta biografia.

Toda pesquisa histórica – e particularmente a de cunho biográfico – envolve algum grau de relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Quero então contar brevemente um pouco da minha relação com o personagem central deste estudo, mesmo correndo o risco de cair na chamada *ilusão biográfica*, ou seja, estabelecer uma vinculação muito estreita, linear e unidirecional entre o meu passado e a investigação que aqui apresento.

¹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 48.

² Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912. p. 19. (Cedoc).

Deparei-me com o nome de Gobbato pela primeira vez, quando eu tinha uns dez anos de idade. Havia cinco anos que deixara Caxias do Sul para viver em Porto Alegre, no final da década de 60, do século XX. Naquela época, morava no Bairro Cidade Baixa e frequentava uma de suas escolas públicas, e a rua que servia de lugar para os encontros da “gurizada” levava – e leva até hoje – o nome do protagonista desta história. Ir até “a Celeste” era sinônimo de muita diversão naqueles dias quentes do verão porto-alegrense. Na Celeste Gobbato podia-se contemplar o grande lago Guaíba e desfrutar a brisa que atenuava os efeitos dos esforços empreendidos em brincadeiras que, hoje, já não fazem mais parte do cotidiano de boa parte das crianças. Na Celeste Gobbato vivi boa parte da minha infância e adolescência e lembro com graça de quando ríamos por não entender como um homem podia se chamar Celeste, que para nós, crianças desinformadas quanto às particularidades da cultura italiana, era nome de mulher. Hoje, na placa que identifica o nome do logradouro, não há indicação alguma sobre quem foi esse personagem. A rua Celeste Gobbato é popularmente conhecida como “a rua do Fórum”.

Muitos anos depois, ao retornar a Caxias, já adulta e formada em História, (re)descobri o personagem pelo interesse em pesquisar aspectos da história político-local; mais especificamente queria investigar o comportamento da comunidade colonial-italiana diante dos episódios que deflagraram a *Revolução de 1923*, que pôs em xeque o domínio político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), então sob a liderança de Borges de Medeiros. Governava o estado há quatro mandatos e fora reeleito para um quinto no pleito de 1922, exaltando os ânimos da oposição chefiada por Francisco de Assis Brasil, congregada em torno da Aliança Libertadora (AL). Consultando os periódicos do período, percebi que, nas eleições de 1922, uma forte oposição ao governo do PRR havia se formado também,³ na “pérola das colônias” e atingia diretamente o intendente Coronel Penna de Moraes que, a exemplo do presidente do estado, se perpetuava no Executivo municipal há três mandatos consecutivos. Por uma série de razões, objetivas e subjetivas, o nome de Celeste Gobbato se destacava ao meu olhar. Gobbato* sucedeu Penna de Moraes em 1924, já

³ Digo “também”, pois de acordo com Gertz, nas eleições de 1922, “as regiões de colonização alemã apresentaram um comportamento mais favorável ao governo, apesar de que a crônica da época registrasse manifestações de descontentamento em alguns municípios, como São Leopoldo e Montenegro, onde neste momento havia intendentess não-eleitos, mas designados por Borges, sem tradição política local [...]”. (GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 51-52). (Coleção História; 50).

* Doravante apenas Gobbato.

que o acordo que pôs fim aos conflitos de 1923 – o tratado de Pedras Altas – proibia a reeleição para os cargos executivos. O que me chamou a atenção, inicialmente, foi o fato de Gobbato não possuir os requisitos legais necessários para assumir tal posto; afinal, a lei eleitoral previa que os candidatos aos cargos municipais deveriam “estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistavel como eleitor; ter mais de 4 annos de cidadão brasileiro e ser maior de 25 annos e ter residência no municipio ha mais de um anno para intendente e seis para conselheiro”.⁴ Gobbato não preenchia nenhum dos critérios, a não ser o limite de idade. Ele assumiu a intendência com 34 anos, mas só se naturalizou brasileiro em 1935. Além disso, residia em Porto Alegre desde sua chegada ao Brasil.

A ideia de *italianos* no poder municipal, depois de um longo período de governos de *luso-brasileiros*, me entusiasmou a investigar os elementos que teriam determinado a sua ascensão política e as mudanças que teriam ocorrido no jogo político, com a eleição do novo intendente que, finalmente, “falava a mesma língua” da comunidade local.

Percebi que a investigação a que estava me propondo encontrava suporte metodológico nos referenciais expressos por Carlo Ginzburg em *O nome e o como*, em que este historiador sugere que “as linhas que convergem para o ‘nome’ e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. Mediante este tipo de pesquisa, de acordo com o autor, “pouco a pouco, emerge uma biografia, seja embora inevitavelmente fragmentária, e a rede das relações que a circunscrevem”.⁵

O nome de Gobbato guiou a pesquisa e tendo sido ele um homem com atuação pública muito intensa, a documentação referente à sua pessoa é extremamente vasta e diversificada. Deparei-me, assim, com um personagem que transitou por diversos lugares sociais, que ocupou diferentes funções e cuja memória ainda está presente, muitos anos após a sua morte. Uma fonte em especial me chamou a atenção e redefiniu o rumo da pesquisa. Em 1990, data em que faria cem anos, Gobbato foi lembrado pelo jornal *Zero Hora*, o mais importante do Rio Grande do Sul, em uma matéria intitulada “Revoluções de um italiano irrequieto”.⁶ O texto

⁴ Decreto 19, de 30 out. 1894 promulga a Lei Eleitoral do Município de Santa Tereza de Caxias. p. 9. (AHMJSA).

⁵ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 175-176.

⁶ *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 de junho de 1990. (Cedoc).

acentuava a faceta profissional do enólogo que introduziu novas espécies de uvas no Brasil e que “se metia a discutir assuntos desta terra e de outras também”. A partir daí, a pergunta central a que me propus responder era: Como ele se expressou e agiu para receber essa qualificação? *Irrequieto* em relação a quê? Resolvi então começar pelo começo, ou seja, na minha ótica, a “irrequietude” de Gobbato se manifestou desde o momento em que ele decidiu mudar de país.

Tal pesquisa resultou em minha dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2001, na qual privilegiei o corte cronológico de 1912 a 1924, que corresponde ao período entre a sua chegada ao Brasil, na condição de professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre, e a sua posse como intendente de Caxias. Não abandonei, contudo, o objetivo de investigar sua atuação política, que por várias razões não pôde ser contemplado na dissertação, e que agora apresento ao leitor. Ao dar continuidade ao estudo do itinerário de Gobbato e prosseguir com a pesquisa desta trajetória, optei por redimensionar alguns posicionamentos teóricos, que embasaram aquela pesquisa, e que agora serve de substrato ao primeiro capítulo deste livro. Ou seja, alguns episódios da biografia de Gobbato que já eram por mim conhecidos tomaram outra dimensão, quando pensados à luz de novas fontes, novos problemas e novas perspectivas teóricas.

A biografia de Gobbato foi construída, tendo como referência a discussão, a meu ver, já bastante madura, acerca da fecundidade e dos desafios de se conhecer o passado, por intermédio de estudos que se ocupam da dimensão individual do social. O dito *retorno* do gênero biográfico, que se insere num quadro mais amplo de questionamentos das grandes tradições historiográficas, ou, como diz Chartier, de “refluxo dos grandes modelos explicativos”,⁷ retoma problemas que estão no centro do debate histórico-contemporâneo, quais sejam: as relações entre indivíduo e sociedade, realidade e representação, narração e explicação, entre outros. Este campo de produção tem se mostrado extremamente fecundo ao (re)introduzir, no conjunto da produção historiográfica recente, estudos que, partindo de trajetórias individuais, alcançam questões mais gerais sobre a dinâmica da vida em sociedade, em diferentes tempos e espaços.

⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 8.

Neste sentido, entendo que, a partir da investigação das experiências vividas por Gobbato, em diferentes campos⁸ de atuação, podem emergir interrogações de caráter mais geral, sobretudo aquelas que dizem respeito aos critérios, mecanismos e às estratégias que asseguram e legitimam o ingresso e a manutenção de certos indivíduos em determinados grupos sociais, sempre pensados à luz de contextos específicos.

Elias, buscando decifrar a complexidade das relações existentes entre indivíduo e sociedade, assegura que cada pessoa está presa a outras por uma ligação *funcional*. Ou seja, cada pessoa, apesar de toda sua liberdade de movimento e de sua singularidade, “faz parte de determinado lugar, tem uma função, uma propriedade ou trabalho específico, algum tipo de tarefa para os outros”.⁹ Porém, completa o autor: as pessoas não podem “pular” de um lugar a outro, passar de uma função a outra, conforme sua “veneta”. Suas escolhas, seus movimentos e suas ações dependem, em última instância, “da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel”. Os deslocamentos dos indivíduos, as posições assumidas por eles, o que é possível ser e fazer, enfim, seus movimentos no espaço social só podem ser compreendidos em relação à estrutura da rede de interdependência que os liga entre si.¹⁰ Esta reflexão norteou a elaboração da escrita biográfica.

* * *

Certos aspectos da atuação de Gobbato já foram enfocados em trabalhos acadêmicos que valorizam determinadas facetas de seu pensamento e de sua trajetória, com a finalidade de elucidar e exemplificar processos mais amplos. De forma predominante, tais estudos tomam como fonte a produção intelectual do personagem acerca da vitivinicultura brasileira e constituem-se em valiosas

⁸ A noção de *campo* aqui adotada vem de Bourdieu e significa “universos sociais”, que têm “leis fundamentais” e “são o lugar de formas específicas de interesse”. (BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. p. 139-140).

⁹ ELIAS, op. cit., p. 21-26.

¹⁰ Conforme Elias, a fim de termos “uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede”, ou seja, “a rede de tecido”. Nessa rede, observa o autor, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. “No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida” [...] individualmente pelos fios pode ser compreendida” em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira”. (ELIAS, op. cit., p. 35).

referências, no sentido de demonstrar o alcance de suas ideias sobre temas relacionados à agricultura nacional, além de apontar traços de suas relações sociais em contextos específicos. Neste último sentido, há pesquisas que, de forma tangencial, também abordam a atuação de Gobbato na esfera política.

Começo elencando os trabalhos que evocam os estudos e a *militância* de Gobbato, no âmbito da vitivinicultura. Em *RS: Agropecuária colonial e industrialização*, Pesavento¹¹ dedica um capítulo ao estudo da indústria vinícola e a seu desenvolvimento histórico, no espaço sul-rio-grandense e, para tanto, utiliza o artigo “O cultivo da videira e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul”, escrito por Gobbato em 1950, no qual busca dados sobre o aumento da produção de vinho em 1900 e sobre a importância da Seção de Enologia e Viticultura criada em Caxias em 1921, a qual possibilitou a análise da bebida por especialistas, como forma de garantir maior qualidade ao produto.

Em *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*, Santos¹² analisa a relação entre os colonos (pequenos proprietários viticultores) e os cantineiros (proprietários das indústrias do vinho), na Região de Colonização Italiana (RCI), valendo-se daquela que é considerada a obra mais importante de Gobbato, o *Manual do vitivicultor brasileiro*, como subsídio para examinar os mecanismos de superioridade econômica e social que os comerciantes passaram a exercer sobre os colonos, na transação do vinho. Cavagnolli, em sua dissertação de mestrado *Parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936)*,¹³ trata do papel do comércio e do comerciante no desenvolvimento do processo industrial vinícola em Caxias. A autora utiliza vários artigos e livros de Gobbato, para mostrar como se deu o surto vitivinícola na RCI, com o cultivo da uva Isabel, abordando também a questão das péssimas condições de higiene nas cantinas domésticas, assuntos que mobilizaram a atenção e a preocupação do personagem central desta tese. O trabalho de Cavagnolli também examina a posição de Gobbato em relação ao cooperativismo vinícola-regional, um dos tantos temas discutidos por ele no universo da cultura vitivinícola. Outro estudo importante, nesta linha de investigação, é *A estação do vinho: história da*

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

¹² SANTOS, José Vicente Tavares. *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*. In: LANDO, Aldair Marli et al. Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. *RS: imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

¹³ CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul. 1911-1936*. 1989. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

Estação Experimental de Viticultura e Enologia – EEVE – 1921/1990, de Paz e Baldisserotto.¹⁴ Nele, as autoras examinam a trajetória de quase 80 anos da EEVE, destacando de forma breve o *toque pessoal* de cada administrador, trazendo informações relevantes sobre a atuação de Gobbato na instituição, entre os anos de 1929 e 1937. Nesta pesquisa, destaca-se ainda a referência ao título de “Príncipe da Enologia Rio-Grandense” que Gobbato teria recebido, embora não haja maiores informações sobre a origem de tal consagração. Em recente investigação sobre o surgimento da vitivinicultura paulista e o debate científico estabelecido em torno da vitivinicultura, Oliver destaca o caráter *progressista* do pensamento de Gobbato que, na década de 30 do século XX, travou um intenso debate com o produtor paulista Amador Bueno, acerca do processo de hibridização de variedades de vides.¹⁵ O referido estudo é importante no sentido de revelar o lugar de Gobbato no debate mais amplo sobre este setor da economia brasileira.

Cabe ainda destacar a tese de doutorado de Santos, *Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul-RS*,¹⁶ na qual a autora destaca o papel de Gobbato como *fundador* da festividade, em 1931, diferentemente de outros estudos sobre a temática que creditam a Joaquim Pedro Lisboa, que na época exercia o cargo de fiscal do Instituto Rio-Grandense do Vinho, o pioneirismo do evento.

Com abordagem direcionada ao estudo da participação política de Gobbato no Rio Grande do Sul, salienta-se o trabalho *Nossa fé, nossa vitória: Igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul (1890-1924)*, de Rela.¹⁷ Como indica o título, a autora analisa o processo de aquisição do Poder Político-Administrativo, local pelo grupo de imigrantes italianos católicos. Para Rela, a eleição de Gobbato, em 1924, representou a primeira experiência deste grupo na administração de Caxias. Segundo a autora, o fato de Gobbato ser italiano e católico explica sua presença no cenário político naquele momento. O trabalho de Rela, no entanto, não considera outros

¹⁴ PAZ, Ivoni Nör; BALDISSEROTTO, Isabel. *A estação do vinho: história da Estação Experimental de Viticultura e Enologia – EEVE – 1921/1990*. Caxias do Sul: Educ, 1997.

¹⁵ OLIVER, Graciela de Souza. Debates científicos e a produção do vinho paulista, 1980-1930. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, p. 239-260, jul./dez. 2007.

¹⁶ SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul/RS*. 2004. 337 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

¹⁷ RELA, Eliana. *Nossa fé, nossa vitória: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educ, 2004.

aspectos da trajetória do personagem, como determinantes de sua ascensão política, como a carreira técnica e a produção intelectual. Outro estudo, que se refere à atuação política de Gobbato, é *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*, de Giron.¹⁸ No trabalho, a autora analisa a ação do movimento fascista na RCI do RS, entre 1928 e 1938. Para ela, o governo italiano teria enviado àquela região, a partir de 1923, “imigrantes tutelados” encarregados de organizar o movimento, os quais possuíam profissões sempre associadas a uma atividade indispensável à região, como a de médico, engenheiro, agrônomo ou arquiteto. Giron afirma que Gobbato foi um dos mais proeminentes membros do *fascio* local, pois, ao deixar a intendência em 1928, foi nomeado agente consular, assumindo o cargo de presidente da Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles, que era uma entidade de mútuo socorro. Outro estudo que remete à questão política, nas áreas coloniais, é *Relações de poder local x poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na I República*, de Félix, Schmidt e Kleber.¹⁹ Nessa pesquisa, os autores buscam traçar um quadro da constituição das relações de poder, em determinadas áreas coloniais, e destas com o poder estadual, no período de dominação do borgismo, ou seja, até o final da década de 20, do século XX. O estudo, particularmente o capítulo dedicado às estratégias do borgismo na RCI, problematiza a ideia de “passividade política” dos colonos, colocando-os como agentes “transmissores de poder”, caracterizando um grupo que exerceu pressão sobre as decisões de Borges de Medeiros, no que se refere às nomeações e indicações dos intendentess, como foi o caso da candidatura de Gobbato. Em *Construindo uma cidade: Caxias do Sul – 1875-1950*, Machado²⁰ examina a evolução urbana de Caxias, desde a sua fundação como Colônia, com a chegada dos primeiros imigrantes, em 1875, até o período de sua industrialização, na década de 50, do mesmo século. Com este objetivo, a autora se refere à atuação de Gobbato na intendência, que teria sido o responsável pela implantação em Caxias dos serviços de infraestrutura necessários para atender às demandas da população urbana, que “crescia à medida que a terra se tornava insuficiente para abrigar as novas famílias que iam se formando, com o casamento

¹⁸ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

¹⁹ FÉLIX, Loiva; SCHMIDT, Benito Bisso; KLEBER, Haïke Roselane. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, março de 1992. (Relatório Final de Pesquisa – CNPq).

²⁰ MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

dos filhos dos agricultores”.²¹ No entanto, de acordo com Machado, a grande missão do intendente estava centrada na busca de harmonia entre as “forças políticas contrárias que vinham se defrontando desde o início da organização do Município”, já que Gobbato “além de ser dotado de **excelente preparo intelectual, era italiano**”.²² Embora não aborde diretamente o personagem enfocado nesta tese, Pesavento, em *O imigrante na política rio-grandense*,²³ analisa a participação política de imigrantes no período republicano, destacando o nome de Gobbato como o primeiro intendente de origem italiana a assumir o Poder Executivo caxiense, em 1924.

Percebe-se que as pesquisas indicadas contemplam ora uma, ora outra faceta da trajetória de Gobbato, principalmente a sua atuação nos âmbitos intelectual (como “pensador” da vitivinicultura brasileira) e político, dependendo dos objetivos de cada autor. Todas se constituem importantes fontes de consulta para a biografia que construí. Meu objetivo foi articular e interpretar as experiências de vida de Gobbato, que aparecem de maneira fragmentada na historiografia elencada, além de outras que ainda não foram estudadas, buscando explicá-las, tendo em vista as possibilidades e os limites dos contextos nos quais ele atuou, de forma a compreender sua ascensão profissional, intelectual e política.

* * *

Este Livro Está Disposto Da Seguinte Forma.

No Primeiro Capítulo, Que Compreende Os 12 Anos Iniciais Da Trajetória De Gobbato No Brasil, Desde A Chegada ao País até ser eleito intendente de Caxias, articulo a atuação do personagem nas esferas profissional e intelectual, e analiso os mecanismos que possibilitaram a sua ascensão social e política. Professor de Agronomia, chefe do Ensino Ambulante de Agricultura, diretor e colaborador da revista da *Escola de Engenharia* de Porto Alegre, a *Egatea*. Não há dúvida de que foi este estabelecimento de ensino o centro irradiador de sua notoriedade em assuntos agrícolas. Tal constatação provém do exame da vasta documentação produzida no período, e que diz respeito a Gobbato, tanto no interior da instituição – relatórios,

²¹ Conforme a autora, na década de 20, houve um crescimento de 22% da população urbana no município de Caxias, em relação ao decênio anterior. (MACHADO, op. cit., p. 211).

²² Ibidem, p. 197, grifo da autora.

²³ PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José H. (Org.). RS: imigração e colonização. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

estatutos, discursos solenes, a própria *Egatea* –, quanto fora dela, especialmente a imprensa, os discursos parlamentares, as fontes privadas (correspondência e relatos) e os testemunhos orais. Paralelamente à Escola de Engenharia, o personagem também atuou naquela época em outros espaços e veiculou suas ideias em variados meios. A imprensa, as revistas acadêmicas, as entidades profissionais-agrícolas – especialmente aquelas voltadas ao setor vitivinícola – e as sociedades associativistas de caráter étnico completam o *círculo*, por meio do qual ele ficou conhecido e ganhou notoriedade em diversos grupos, ao expressar seus ideais, o que lhe possibilitou a acumulação de “capitais sociais” – um conjunto de recursos materiais e simbólicos –, passíveis de serem reconvertidos em “capital político” em momento posterior.

Gobbato, ao ocupar as páginas da imprensa, por exemplo, procurou atingir um público mais amplo e não ligado diretamente à Academia, embora nesse espaço jornalístico tenha sido referido, em muitos momentos, como membro da “renomada” Escola de Engenharia. A partir da análise desta documentação, procurei compreender como o personagem, valendo-se das possibilidades abertas pelo contexto em que atuou, adquiriu diferentes capitais sociais que favoreceram, posteriormente, seu ingresso no campo político.

Em 1924, como já foi dito, Gobbato tornou-se intendente de Caxias, eleito pelo PRR. Sua gestão à frente da intendência municipal permitiu a associação de seu nome, por parte dos contemporâneos, com diversos epítetos positivos, presentes em periódicos, tais como: “grande administrador” e “intendente inatacável”. Estas representações indicam, em princípio, os movimentos do personagem como administrador público, designando aquele que atendeu ao projeto de modernização da cidade, e como chefe político, cuja ascensão se deveu ao apoio das duas facções envolvidas no processo eleitoral naquele momento, ou seja, Gobbato foi alçado ao poder como “candidato de consenso”, embora a principal tarefa a ele designada tenha sido a de trabalhar para legitimar a continuidade do domínio político do PRR no município. De acordo com a análise das fontes – a correspondência entre Borges e Gobbato, os discursos deste último, a imprensa local e a da capital –, fica claro, pelo menos no que tange ao PRR, o que se esperava do novo intendente.

No segundo capítulo, contudo, busquei ir além da análise desta expectativa e investigar a atuação concreta de Gobbato, considerando as seguintes questões: Ao tomar posse do cargo, quais foram as primeiras medidas efetivadas por ele? Que setores da sociedade colonial foram chamados a participar do governo municipal?

Qual o papel atribuído a cada um? Que critérios foram estabelecidos para o recrutamento dos parceiros políticos? Como ele atendeu, se é que atendeu, aos interesses dos diversos grupos que compunham a sociedade caxiense? Afinal, como Gobbato jogou o jogo político? Além disso, a análise da participação do personagem em festas e comemorações populares, bem como em encontros de caráter político e administrativo, oferecem indícios de sua relação com a comunidade local, bem como de um espraiamento de sua liderança para além dos limites do Município de Caxias, contribuindo para a discussão, a partir de um estudo biográfico, sobre o papel dos atores na configuração de diferentes espaços sociais.

Ao deixar o Executivo municipal, em 1928, Gobbato retornou ao seu *métier* e assumiu a direção da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias (EEVE), entre 1929 e 1937, sucedendo o enólogo francês Louis Esquier, responsável pela implantação e organização inicial da Estação. Foi na sua gestão que a EEVE se desvinculou administrativamente do Ministério da Agricultura, passando a constituir um órgão da esfera estadual. Registros sobre a história da EEVE afirmam que Gobbato foi o diretor que consolidou os trabalhos desse órgão, mediante a reorganização e ampliação do espaço, a introdução de novas espécies de vides e a diversificação das culturas, com a adoção, por exemplo, da sericicultura (criação do bicho da seda) na região. Entretanto, cabe ressaltar, brevemente, a importância de outras ações desenvolvidas desse diretor para a consolidação da EEVE.

Neste sentido, ele participou ativamente da estruturação e da divulgação das primeiras edições da Festa da Uva, buscando imprimir um caráter didático-científico ao evento ao organizar, por exemplo, uma mostra de experimentos realizados na Estação, com destaque para o cultivo de uvas finas, até então ausentes dos vinhedos do estado. De acordo com os estudiosos dessa festa, a primeira edição do evento, ocorrida em 1931,

[...] poderia ter sido mais uma das tantas exposições até então realizadas na sede da Antiga Colônia Caxias, não fosse ela orientada por um inusitado propósito em se tratando de um evento festivo: o de ser uma festa de cunho pedagógico, com vistas a tornar acessível aos vitivinicultores da região um conhecimento já disponível sobre a relação de dependência entre a qualidade da uva e vinhos de boa qualidade.²⁴

²⁴ RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio. *Festa e identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 86.

Verifica-se, assim, que Gobbato soube aproveitar muito bem a oportunidade da Festa da Uva, dada sua importância econômica, política e cultural, para divulgar os trabalhos realizados na Estação, conferindo maior visibilidade e credibilidade ao empreendimento. A Estação, com ele à frente, passou a ser um importante referencial para os produtores de uvas e vinhos da região e do País, além de ter possibilitado contatos com outros estabelecimentos congêneres também fora do Brasil, como será demonstrado nesta tese.

Ainda na função de diretor da EEVE, Gobbato organizou a programação do Primeiro Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, que se realizou durante a segunda Festa da Uva, em 1932, o qual se constituiu em um fórum importante para a discussão de temas cruciais para o progresso do setor, tais como as tarifas alfandegárias, a adulteração do vinho, o alto custo com os impostos e as precárias condições das estradas para o escoamento da produção. Desta maneira, de acordo com Ribeiro, a Festa, além da função de celebração, também assumiu o papel de uma “tribuna reivindicatória bem como de oportunidade e instrumento de acesso ao conhecimento”.²⁵ Com isso, Gobbato, ao idealizar e promover este evento, acumulava prestígio e reconhecimento. A terceira edição da Festa, em 1933, presidida por ele sediou o Segundo Congresso de Viticultura e Enologia. Durante sua gestão à frente do estabelecimento, não só a EEVE se consolidou como também a reputação do personagem como um profissional engajado na luta por vinhos de qualidade, o que lhe garantiu o título, anteriormente mencionado, de “Príncipe da Enologia Rio-Grandense”.

O terceiro capítulo, portanto, abarca não só a atuação de Gobbato na EEVE – cuja documentação disponível no Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (Cedoc), compreende relatórios, ofícios, publicações de eventos, pareceres, cartas de agricultores, memorandos, tabelas de preços de vinhos para venda interna e externa, livro de registro de visitantes, livro de protocolo de correspondência recebida, boletins técnicos e uma coleção fotográfica mas, igualmente, a ampliação de suas relações sociais e as implicações daí decorrentes.

Durante aquele período, Gobbato desempenhou também outras funções, além daquelas já habituais, como a de intelectual *pensador* da vitivinicultura. Embora existam imprecisões acerca do posto por ele ocupado, Gobbato foi designado agente

²⁵ Ibidem, p. 114.

consular ou vice-cônsul da Itália, conforme indicam algumas fontes bibliográficas e o testemunho de seu filho Tito Gobbato, respectivamente. Entretanto, uma consulta inicial ao Consulado Italiano de Porto Alegre indicou que as atas da entidade, referente à década de 30, encontram-se no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Roma. Considerando tal documentação fonte indispensável para a análise de tal aspecto da trajetória de Gobbato, e não tendo possibilidade de consultá-la, não houve condições de tecer considerações mais precisas a esse respeito.

De 1937 a 1944, Gobbato trabalhou como engenheiro-agrônomo no Ministério da Agricultura, no Serviço de Produção Vegetal, em Porto Alegre. Sabe-se, por meio da imprensa,²⁶ que nesse setor ele empreendeu uma grande campanha em parceria com a Associação de Produtores de Viníferas, em prol do plantio de castas finas, promovendo a distribuição gratuita de mudas de parreiras. Percebe-se, neste ponto, a continuidade do projeto de melhoria da qualidade do vinho nacional, idealizado e levado a cabo pelo personagem desde a sua chegada ao Brasil, projeto que irá acompanhá-lo até o final de sua vida pública. Em 1944, Gobbato retornou ao Ensino Superior, quando prestou concurso para docente de Vitivinicultura na Escola de Agronomia e Veterinária da então Universidade de Porto Alegre (que agregou a Escola de Engenharia), atividade que veio a desempenhar de 1944 a 1947.

Após esse período de intensa dedicação à vitivinicultura brasileira, em 1947 Gobbato foi reconduzido ao campo político ao ser eleito deputado estadual com a terceira maior votação do estado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O capítulo quatro analisa a ascensão de Gobbato à elite político-estadual, bem como examina a vinculação de seus posicionamentos e projetos expressos, no âmbito parlamentar, com os ideais que ele manifestou em sua extensa produção intelectual acerca da agricultura brasileira. Os discursos parlamentares, correspondentes ao mandato de Gobbato, foram as fontes fundamentais para o alcance deste objetivo.

Gobbato encerrou sua vida profissional como diretor do Instituto do Vinho do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu em 1950 por apenas seis meses, após renunciar à cadeira de deputado estadual. Entretanto, no ano de sua morte, ainda era possível encontrar escritos seus no jornal *Correio do Povo*. Após uma série de derrames, que iniciaram em 1949, quando ainda exercia a função de deputado, Gobbato faleceu

²⁶ *Gazeta de Bento*, Bento Gonçalves, 3 jun. 1978. (Cedoc).

em 6 novembro de 1958, com 68 anos de idade, em Porto Alegre. Dias após sua morte, o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, decretou que a Escola Agrícola de Palmeira das Missões passaria a se denominar Escola Técnica Agrícola Celeste Gobbato. Consagração póstuma de uma trajetória vivida entre o vinho e a política, embora tais dimensões não possam ser isoladas, pois constantemente se retroalimentaram, em termos de ações, desafios e ideais.

Assim, no estudo desta existência, é preciso levar em conta que

o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos.²⁷

No trânsito entre o vinho e a política, entre os projetos e os campos de possibilidades, entre as estratégias e ações do “ator” Gobbato e os padrões e mecanismos sociais mais amplos, é que procurei enfrentar o desafio de construir esta biografia histórica. Cabe ao leitor avaliar se esses movimentos foram bem-sucedidos.

²⁷ GRZYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, p. 74-75, out. 1990.

Capítulo 1

“Acumulando capitais”: a construção da liderança política de Celeste Gobbato

1.1 Rumo ao Brasil: impressões e expectativas

O ano era 1912 e Celeste Gobbato tinha 22 anos de idade, quando embarcou no navio francês *Plata*, para realizar uma viagem que duraria 29 dias até o seu destino final: o lago Guaíba, em Porto Alegre. A partida deu-se em Gênova e o percurso da embarcação, com paradas estratégicas nos principais portos europeus, africanos e brasileiros, inspirou um relato²⁸ bastante rico em informações e representações sobre as experiências e os sentimentos daquele italiano *irrequieto*, que viajava para um lugar que lhe era conhecido apenas pelas páginas da imprensa, com o objetivo de ensinar enologia e viticultura no Sul do Brasil.

Gobbato viajava na primeira classe do *Plata*, e esta observação aparentemente trivial revela-se importante, pois expressa as diferentes condições sociais dos imigrantes europeus que partiam para o Novo Mundo. Ocupar a primeira classe acusava uma distinção. No mesmo navio onde emigravam italianos empobrecidos, ansiosos pelo projeto de *façer a América*, viajava também o jovem agrônomo.

Sobre as origens sociais e familiares de Gobbato, há poucas informações. Ele nasceu em Volpago del Montello, cidade tipicamente agrícola, em 1890. Em *Dell'Agricoltura Montelliana*, o personagem informa que a região montelliana é aquela parte da província de Treviso, que se estende sobre todo o território das cidades de Crocetta, Montebelluna, Volpago, Arcade e Nervesa. A área, dividida em bosques e colinas, propiciava uma dupla produção: de um lado, a pecuária, de outro, a cultura

²⁸ GOBBATO, Celeste. Dall'Italia al Brasile. *La Rivista, Organo della Reale Scuola di Viticoltura ed Enologia di Conegliano*. Conegliano: Stabilimento Arti Grafiche di Conegliano, p. 514-519, settembre, 1912b. Além deste relato de sua viagem ao Brasil, enviado à *Scuola di Conegliano*, logo após chegar a Porto Alegre, Gobbato registrou as observações das visitas que fez às colônias italianas em Caxias no mês de dezembro de 1912, em texto que foi publicado na *La Rivista* com o título de *Dalla capitale ai centri coloniali italiani*. Existem ainda outras fontes que informam sobre o envio de relatos/artigos de Gobbato para a instituição italiana durante as décadas de 1910 e 1920. Refiro-me a recortes de jornais (particularmente do *Correio do Povo*, de Porto Alegre), que integram o acervo particular da filha do personagem, Lydia Gobbato Karl. (Cedoc).

de cereais (milho, trigo sarraceno e aveia) e frutos (como a amora e a uva).²⁹ Pelo que se sabe de seus pais, Pedro Gobbato e Anna Agnoletti, eram pequenos proprietários rurais em Volpago, e a produção de suas terras abastecia o mercado local e garantia o sustento da família, que era formada ainda por mais três irmãos. De todos eles, apenas Celeste mudou de país. Ao emigrar, ele deixava para trás um passado sem maiores privações, pelo menos materiais.³⁰

O personagem trazia na sua bagagem a experiência familiar com o cultivo da terra, os títulos acadêmicos, a sua juventude e os ideais que procurou materializar através da sua atuação profissional no Brasil. Essa é uma característica marcante em sua trajetória e corresponde, em grande medida, às representações presentes nas memórias daqueles que conviveram com ele, nos diversos espaços onde atuou. Dedicação e competência técnica são termos usualmente associados ao seu nome, como será mostrado ao longo do texto.

Gobbato, assim como seus irmãos, pôde frequentar a universidade, num momento em que o acesso à educação formal, na Itália, era bastante restrito. Os índices de analfabetismo em 1850, naquele território, chegavam a 75% da população. Foi com a Unificação que os governos passaram a demonstrar maior preocupação com a educação elementar, tornando-a obrigatória em 1877. Desse modo, nos 20 anos após a Unificação, dobrou o número de escolas primárias no país. Naquele mesmo período, os estabelecimentos italianos se dividiam entre liceus, institutos técnicos e escolas normais. De acordo com Grynszpan, esses dois últimos, diferentemente dos liceus,

mesmo possibilitando o ingresso na universidade, particularmente nos cursos de ciências físicas e matemáticas e de engenharia, propiciavam já uma qualificação para o trabalho, como por exemplo a de agrônomo, ou a de professor primário, sendo por isso procurados também por famílias de menos recursos. De todo o modo, a educação secundária não alcançava mais do que 10% dos jovens.³¹

²⁹ GOBBATO, Celeste. *Dell'Agricoltura Montelliana*. Treviso: Tipografia Coop. Trivigiana. Aprile, 1912a. p. 11-15. (Cedoc).

³⁰ Entrevista realizada com Lydia Gobbato Karl. (Porto Alegre, 10 de março de 2000). Com relação às fontes orais, todas as entrevistas com os filhos de Gobbato foram realizadas pela autora. Quando citadas, manteve-se a forma original das falas.

³¹ GRYSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. p. 71.

Havia 21 universidades em todo o país, e a maioria era pública. Ainda segundo Grynszpan, o número de estudantes que chegava a essas instituições era extremamente reduzido.

Considerando as afirmações do referido autor, pode-se supor que o ingresso de Gobbato, no ensino universitário, italiano indique o desejo familiar de aquisição de prestígio e “recurso ascensional” já que, “de modo geral, eram as famílias de patrimônio imobiliário menor, ou pouco significativo que mais investiam na educação de seus filhos”.³² A advocacia, a medicina e a engenharia destacavam-se como as profissões que ganhavam “progressivo reconhecimento”, naquele momento. Ao que parece, portanto, Pedro e Anna, ao apostarem na formação superior de sua prole, souberam reconhecer as possibilidades oferecidas por este contexto.

Gobbato formou-se enólogo-viticultor na *Reale Scuola di Viticoltura ed Enologia di Conegliano* aos 17 anos de idade e aos 21 anos obteve o diploma de agrônomo na *Università di Pisa*, onde realizou o doutoramento em Ciências Agrárias.³³ Não se sabe exatamente com que idade Gobbato começou a trabalhar. Mas, ao deixar o país de origem, já possuía alguma experiência profissional. Ainda na Itália, dirigiu um estabelecimento de vinificação em Treviso, prestou concurso no *Ministero di Agricoltura* em Roma e ensinou agronomia e agricultura em Allano. Logo depois, foi nomeado assistente do *Istituto Agrario Provinciale di Treviso*, cargo que ocupava ao ser contratado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre.³⁴

Observador atento do mundo à sua volta, as anotações do personagem sobre a viagem transoceânica que realizou mostram um homem sensível, que confessa ter chorado ao deixar a família, os amigos e as colinas vênetas que dizia tanto amar. Mas, além disso, sua pena registra, nas diversas regiões pelas quais passou, os detalhes de uma dinâmica rede de comércio internacional.

A despedida foi por ele descrita em tom poético, de forma a assinalar a ruptura entre o conhecido e o desconhecido, o familiar e o novo, a *Alma Pátria* e o lugar apenas entrevisto pela imprensa:

³² Ibidem, p. 73.

³³ Quanto à *Università di Pisa*, Grynszpan afirma que, assim como as universidades de Bolonha, Pádua e Nápoles, esta gozava de grande prestígio e dominava a região de Florença. (Op. cit., 1999, p. 113).

³⁴ As informações referentes às experiências profissionais de Gobbato na Itália constam na ata da 66ª Sessão da Câmara dos Deputados, por ocasião do “transcurso do centenário de nascimento de Celeste Gobbato”. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Distrito Federal, Câmara dos Deputados, Seção I, Ano XLV – n. 58, 31 de maio de 1990. (Cedoc).

O 9 de agosto da cobertura do navio francês Plata saudava a Pátria querida, a nossa bela e grande Itália; um nó poderoso me fechava a garganta, um peso enorme gravitava sobre o meu coração – deixava a família, as lembranças da adolescência, as ridentes colinas vênetas ricas de pampínea verdura, para enfrentar o Oceano, o tenebroso desconhecido, e descer num lugar conhecido somente entre as linhas da imprensa, longínquo, muito longínquo da Alma Pátria. Quando o vapor lentamente se afastava do cais, onde meus caros agitavam freneticamente os lenços, quando o esplêndido e pitoresco golfo de Gênova começava a dissipar-se ao meu olhar e os altos cimos dos Alpes marítimos confundiram-se com a tinta levemente opaca do céu, quando me encontrei num mundo completamente novo de água e de horizonte, somente então bem compreendo a dor do afastamento, aquele nó na garganta fechou-se mais fortemente e chorei...³⁵

Ao longo da viagem, Gobbato teve a oportunidade de conhecer lugares novos que, aparentemente, o deixaram deslumbrado. Curioso sobre tudo o que acontecia, sua narrativa evidencia entusiasmo e emoção, mesclados a um olhar técnico sobre cada parada do navio (não se deve esquecer que o relato se destinava à *Scuola di Conegliano* e, por isso, suas impressões levavam em conta um público leitor específico). Seguindo seu caminho e suas impressões, Marselha foi o primeiro ponto de chegada do *Plata*. Ali, diz ele:

O navio entrou majestoso e ofegante no imenso porto, e quando foi baixada a ponte não me pareceu verdade pôr os pés no chão da grande cidade comercial francesa, abastecida de grandes docas e atravessada por esplêndidas avenidas percorridas por um movimento incessante. O Plata completou o carregamento de passageiros e com os poderosos guindastes carregou no porão do navio a numerosa mercadoria destinada parte à colônia do Senegal e parte ao continente americano.³⁶

Já na Espanha, o *Plata* aportou em Almeria, que conforme suas palavras, “se estende sobre o Mediterrâneo num conjunto de terraços e casas, como os países meridionais da Itália para recolher a água da chuva em cisternas”. Lá Gobbato interessou-se igualmente pela movimentação no porto, onde transitavam numerosas embarcações carregadas de produtos comestíveis. O que mais chamava a sua atenção de enólogo-viticultor – e correspondente da *Reale Scuola* – “era a uva: verde, amarelinha, rubra e roxa em grandes grãos rarefeitos ou serrados, com grãos grossos, mais ou menos doces e crocantes”. Também em Almeria, no dia 13 de agosto, Gobbato pôde conhecer a corrida dos touros e observar outras características

³⁵ GOBBATO, op. cit., 1912b, p. 514. Neste texto, as traduções do italiano foram realizadas pela autora, com o auxílio de Lauren Stallivieri e Antonio Miccimilli.

³⁶ Idem.

daquela que ele classificou como “pouco limpa cidade”. Ao visitar um parreiral, seu olhar técnico descreveu a estrutura das plantações, a distância entre as vides, a altura das mesmas, o gosto das uvas, bem como o seu destino para as “grandes exportações além do Oceano”. Ele informou também que a cidade possuía casas de exportação das magníficas uvas comercialmente chamadas de *Almeria*.

O viajante voltou ao navio com uma “boa provisão de uva” e o *Plata* desligou-se da Europa costeando a Espanha até alcançar o estreito que separa o continente europeu do africano. Gibraltar aparecia a um deslumbrado Gobbato como algo *magnífico*. O encontro das águas do Mediterrâneo com as do Atlântico fez com que as ondas se agitassem e, conforme lembrou o nosso irrequieto personagem: “uns gemidos levantavam-se da terceira classe”.

Em Dacar, capital do Senegal, as diferenças de valores, hábitos e condições materiais da população africana causaram estranheza ao olhar europeu de Gobbato: “Os habitantes negros com as vestes multicoloridas, de feitios que variam de pessoa para pessoa” significaram para ele “uma nota muito curiosa”. Ao visitar o mercado da cidade registrou: “Se nota que bem pobre deve ser a produção indígena: nos subúrbios da cidade o senegalês conserva a habitação cabana onde vive numa civilização muito dissímil da nossa.” Explicitando ainda mais esta diferença, escreveu que alguns indivíduos, “numa demonstração de nadadores únicos, lançavam-se ao mar para apanhar qualquer moeda que se atire na água!”

Seguindo viagem, um novo continente se abria aos olhos de Gobbato. Uma “nova festa” para os viajantes, escreveu, foi a passagem pela linha do Equador, quando “numa harmonia verdadeiramente admirável os passageiros de várias nações brindavam à fraternidade dos povos”.

Na manhã de 27 de agosto, o *Plata* se aproximava da costa brasileira quando *todos* os passageiros correram à cobertura do navio para ver “o enorme maço de nu granito que se ergue à embocadura da baía, de forma cônica e chamado Pão de Açúcar”. A primeira impressão do Rio de Janeiro parece ter surpreendido agradavelmente Gobbato, pelos *ricos edifícios*, pelo *tráfego colossal* e pelas suas *encantadoras avenidas*, que ele descreveu como “magnificamente lindas e poéticas”. Na então capital federal do Brasil, o viajante constatou a presença de produtos europeus no mercado, como a uva de Almeria, que, segundo ele, era vendida por um preço muito elevado.

Com destino a Porto Alegre, Gobbato prosseguiu viagem em uma embarcação de menor porte que fazia o serviço costeiro no Brasil. A bordo do “novo e elegante Itapura”, conheceu os principais portos comerciais do País. Cerca de 20 horas após deixar o porto de Santos, desceu em Paranaguá onde, de lancha, pôde ir até a cidade que, segundo suas palavras,

é centro de um ativo comércio de vários produtos que o clima extremamente bom consente obter. A flora aí é esplêndida e passa dos pinheiros, que constituem riquíssimos bosques, ao café, à cana-de-açúcar, ao arroz, às bananas, e à *erva-mate* muito usada no Brasil para produzir uma bebida agradável e estomática.³⁷

Do porto de Florianópolis foram mais 40 horas de viagem até a cidade de Rio Grande e, finalmente, no dia 7 de setembro, Gobbato avistou Porto Alegre, e assim a descreveu:

A capital disposta em anfiteatro sobre uma colina que se ergue sobre a margem esquerda do rio Guaíba oferece uma visão magnífica para quem vem da Lagoa dos Patos; dá logo a impressão de ser bem arejada e, portanto, de se encontrar, como o é realmente e as estatísticas o demonstram, nas melhores condições higiênicas.³⁸

Pelos dados que Gobbato trazia, a população de Porto Alegre, em 1890, era de 45 mil indivíduos; em 1911, informou, já ultrapassara os 120 mil.³⁹ Para ele, a bondade do clima e do terreno foi a causa do grande desenvolvimento da colonização europeia no Rio Grande do Sul onde, conforme registrou,

a agricultura assim prospera: às culturas indígenas unem-se as dos países europeus – de modo que lentamente, com o aumento contínuo da viabilidade e com o aperfeiçoamento da agricultura nos seus diversos ramos, o Brasil poderá se desvincular de certas importações e poderá inundar os próprios Estados e outras nações dos seus bons produtos. Serão assim recompensados os esforços dos sábios legisladores e dos beneméritos pioneiros da liberdade política brasileira que puseram no estandarte da sua República, qual simulacro de amor e fé, o fatídico escrito: “Ordem e progresso.”⁴⁰

³⁷ Ibidem, p. 518.

³⁸ Ibidem, p. 519.

³⁹ Sobre a população de Porto Alegre na primeira década do século XX, Bakos aponta que “os 73.674 habitantes da virada do século somam em 1910 a 115.791 pessoas”. BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 19. (Coleção História; 11).

⁴⁰ GOBBATO, op. cit., 1912b, p. 519.

Neste trecho, Gobbato revela simpatia pelos ideais republicanos e esperança em relação ao futuro do País que escolhera para habitar. Apesar disso, as lembranças da Pátria longínqua não o abandonavam. Dizia estar “ansioso de visitar as colônias, de reencontrar aí o idioma querido, de rever a ‘Treviso’... do Brasil”. Ele procurava, portanto, reencontrar a *Alma Pátria*, ou seja, a sua identidade *italiana* configurada pelo idioma e pela origem comum, bem ao Sul do Equador.

O relato de Gobbato foi escrito durante sua viagem e talvez um pouco corrigido para a publicação, realizada ainda em 1912. Não traz assim a perspectiva distanciada de alguém que revê o passado muito tempo depois da ocorrência dos fatos narrados, conferindo-lhes sentidos ditados por este novo “presente”. Suas palavras expressam, no calor dos acontecimentos que marcaram o percurso transoceânico, saudade, curiosidade, atenção aos hábitos e valores das regiões por onde passou – sempre a partir de um olhar eurocêntrico, ou “italianocêntrico”, que o levava a recorrer a constantes comparações com a sua terra natal, tanto para encontrar semelhanças (os terraços e casas de Almeria, por exemplo) quanto para detectar grandes diferenças (como no Senegal) –, esperança e uma especial atenção à produção e à comercialização da uva e do vinho em diversas partes do mundo. Atenção esta que marcará toda a sua trajetória. Gobbato viveu no Rio Grande do Sul o restante de sua vida.

1.2 Ambiente familiar: a valorização do “homem público”

Apesar do silêncio reservado a este fato no seu relato, Gobbato não viajava só. Estava acompanhado de Maria, que esperava um filho seu. Pouco depois da chegada a Porto Alegre, Maria e o filho que se chamou Angelo, morreram em consequência de um parto muito difícil.⁴¹ Em 1919, quando teve fim a Primeira Guerra Mundial, Gobbato pôde retornar à Itália, levando consigo os restos mortais de Maria e Angelo para depositá-los na capela da família na pequena Volpago.⁴²

Foi na viagem que o trouxe de volta ao Brasil, no final do mesmo ano e em alto-mar, que Gobbato conheceu aquela que viria a ser sua companheira pelo restante da vida. Berta Schwemmer, nascida em Augsburg, região da Bavária,

⁴¹ Entrevista realizada com Lydia Gobbato Karl. (Porto Alegre, 10 de março de 2000).

⁴² Relatório da Estação Experimental de Viamão, 1920, p. 5. (AEEPA) Conforme o documento, em 28 de janeiro de 1919, “em gozo de licença de suas funções na Escola de Engenharia”, o professor viajou à Itália.

Alemanha, emigrava com uma família de suíços. Ela cuidava das crianças. O casal que então se formava conversava em francês, pois nem Gobbato dominava o idioma alemão nem Berta, o italiano. Aliás, na memória dos filhos, as conversas em francês entre os pais eram um sinal de que as crianças não deviam tomar conhecimento de determinado assunto, ou seja, os segredos do casal eram compartilhados no idioma Francês.

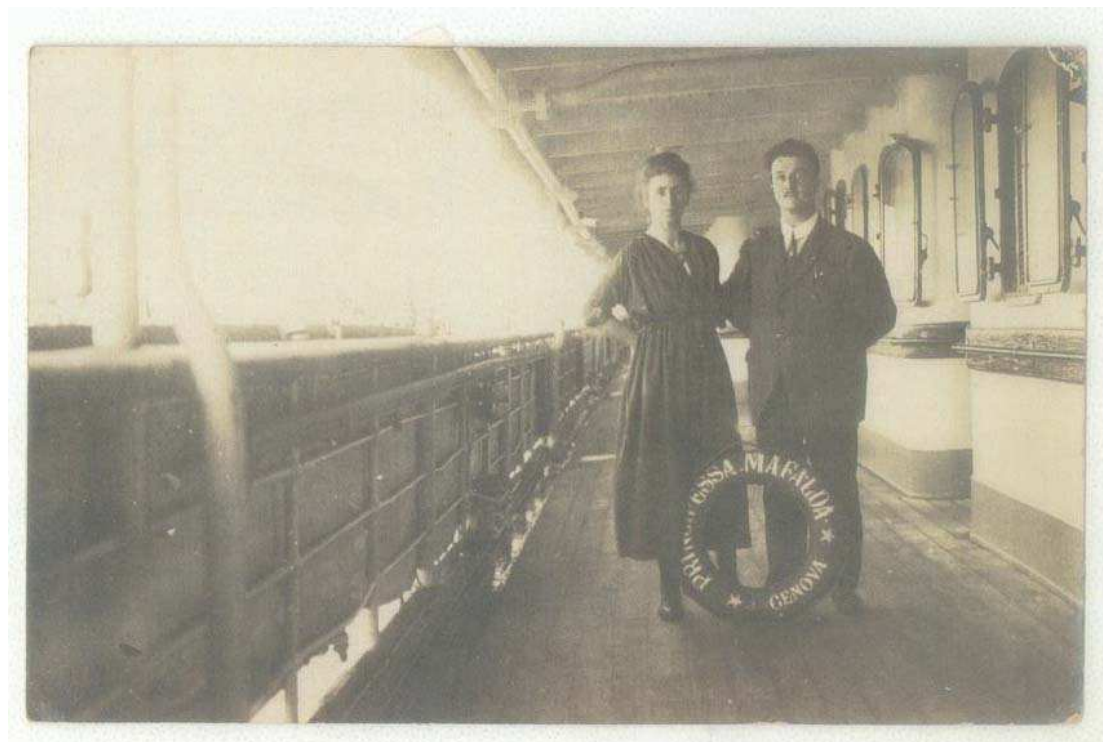


Imagem 1. Celeste Gobbato e Berta Schwemmer em alto-mar. 1919. Acervo Particular de Lydia Gobbato Karl

A respeito de sua vida familiar, sabe-se que ele e Berta casaram-se em Porto Alegre e tiveram quatro filhos: Mario Pedro Ângelo, falecido em 1982, nasceu na capital gaúcha e formou-se em Medicina; Tito Alberto escolheu a química industrial como profissão; Lydia Anna optou pelo magistério das Ciências Naturais e hoje é professora aposentada e Piero Ludovico seguiu a carreira militar. Os três últimos nasceram em Caxias e, desde 1937, quando o pai deixou a direção da Estação Experimental de Viticultura e Enologia⁴³ e a família retornou a Porto Alegre, não

⁴³ A Estação Experimental de Viticultura e Enologia foi fundada em Caxias em 1921 e tinha como objetivos, de acordo com o seu primeiro diretor, o enólogo francês Louis Esquier, o fornecimento gratuito de informações aos interessados sobre plantação de vinhedos, tratamento das moléstias das videiras, organização das adegas, vinificação, etc. Desde a criação até 1928, a EEVE ficou vinculada ao

visitavam a cidade juntos. O reencontro dos irmãos em Caxias, ocasião para a qual fui gentilmente convidada, ocorreu durante a Festa Nacional da Uva de 2008, em um almoço com comida *típica* colonial-italiana e de sobremesa, uva Isabel, justamente aquela que Gobbato havia combatido veementemente, pois a considerava inadequada para a mesa e incapaz de produzir vinho com qualidade para competir no mercado nacional.⁴⁴ Mesmo assim, foi saboreada com muito gosto pelos irmãos.

Tito veio de Torres, onde mora desde 2004; Lydia veio de Porto Alegre e Piero chegou de Brasília, onde reside há cinco anos. O encontro foi marcado por lembranças da infância, quando Caxias ainda era uma cidade com tênues marcas de urbanização, algumas delas, inclusive, construídas durante o período em que o pai administrou o município como intendente, entre os anos de 1924 e 1928.

Os filhos lembraram que a vida familiar em Caxias não era fácil, nem para as crianças nem para Berta que, além de ser a responsável pela educação da prole e pelo trabalho doméstico, ainda tinha que preparar refeições *extras* para as pessoas que chegavam na sua casa a todo o momento. Inicialmente, o casal e o filho Mário residiram em uma casa de madeira próxima à antiga estação rodoviária da cidade. Mais tarde, quando Gobbato deixou a intendência e assumiu a direção da EEVE, foram morar numa edificação localizada na própria Estação. Tito recordou que

embaixo da casa tinha uma cantina experimental e em frente da casa, tinha um pavilhão onde o pessoal fazia treinamento de enxertos. Minha mãe fazia sabão, gostava de fazer sabão e se queimou uma vez seriamente. Tudo era centralizado ali. No começo não tinha energia elétrica, que só foi aparecer muitos anos depois. Naquele tempo usávamos velas e lampião de querosene.⁴⁵

Conforme relatos dos filhos, não tinham amigos nem primos nem tios e avós: “Éramos somente nós, pai, mãe e irmãos.” O pai vivia para o trabalho e mesmo

Ministério da Agricultura. Em 1º de janeiro de 1928, Gobbato assumiu a direção da instituição. Foi durante a sua gestão que a EEVE se desvinculou administrativamente do governo federal, passando para a responsabilidade do governo do estado. A atuação de Gobbato na EEVE é tema do Capítulo 3.

⁴⁴ “Passando em revista as variedades de vide para vinho, mais aptas a este Estado, devemos começar por eliminar absolutamente a Izabel que nunca produzirá bom vinho de pasto, porque é uva muito rica de ácidos, de substâncias azotadas, pobre de açúcar, causas da sua pouca conservação, desprendendo o aroma e sabor característico de *foxi* ou avolpinado que fazem com que os apreciadores da excelente bebida lhe rejeitem o vinho.” (GOBBATO, Celeste. *Manual Prático de Viticultura*. Porto Alegre: Tipografia Germano Gundlach & Cia., 1914. p. 67-68). (Cedoc).

⁴⁵ Entrevista realizada com os filhos de Celeste Gobbato: Tito Alberto Gobbato, Lydia Gobbato Karl e Piero Ludovico Gobbato. (Caxias do Sul, 11 de março de 2008).

estando em casa, lembra Lydia, passava a maior parte do tempo no seu escritório, onde

varava a noite lendo e escrevendo, acompanhado de cigarros e de ‘chafé’, um café aguado, que era esquentado na espiriteira. Até uma cama ele tinha no escritório! Quando nós nos aproximávamos do escritório, a mãe anunciava que ele estava trabalhando. E bastava!⁴⁶

Piero, o caçula, não se conteve e lembrou da tarefa árdua que lhes coube durante muitos anos, quando transcreviam, na máquina de escrever, a correspondência e os textos que o pai produzia de próprio punho, para serem enviados principalmente ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, no qual Gobbato foi colaborador na seção “Notas Agrícolas” e no “Suplemento de Agricultura”, por mais de 35 anos, e também para revistas especializadas em agricultura de outros estados, como, por exemplo, a *Chácaras e Quintaes*, de São Paulo.

Quando lhes perguntei sobre a imagem mais marcante que guardavam do pai no ambiente doméstico, Tito se antecipou em responder, e não houve discordância entre os irmãos: “Ele vivia para ler, escrever e atender às pessoas que o procuravam em busca de orientações sobre agricultura, mas também recebia imigrantes recém-chegados”, já que, durante a década de 30, acumulou a função de vice-cônsul da Itália.⁴⁷ Tito, o mais falante dos irmãos e também o mais ressentido, afirmou, em

⁴⁶ Entrevista realizada com Lydia Gobbato Karl. (Porto Alegre, 10 de março de 2000).

⁴⁷ Como foi ressaltado na introdução, o vínculo de Gobbato com o Consulado Italiano merece uma pesquisa mais apurada. É preciso investigar, inicialmente, o tipo de função que ele realmente desempenhou (vice-cônsul ou agente consular?), visto que o posto de vice-cônsul estava ligado à diplomacia italiana e este não parece ter sido o seu caso. Além disso, estudo já mencionado sobre o fascismo na RCI o caracteriza como “um dos mais proeminentes membros do ‘fascio’ local”, após ter sido “nomeado agente consular e dirigente do ‘fascio’ em Caxias”, em 1929. (GIRON, op. cit., p. 86). Sobre este ponto, uma consulta à documentação consular referente à década de 1930 (especificamente relatórios), localizada no *Archivio Storico Ministero degli Affari Esteri* (Roma), poderia ser esclarecedora. Pensava em examinar esse material durante um *doutorado-sanduíche* na Itália. Porém, por diversos motivos, esse objetivo não pôde ser satisfeito, o que resultou na impossibilidade de preencher tal lacuna. Havia ainda outra possibilidade de se chegar a um maior entendimento da atuação consular de Gobbato. De acordo com Bertonha, a *Società Dante Alighieri*, fundada em 1889, “foi a mais importante instituição laica italiana destinada ao objetivo de ‘exportar italianidade’ para os emigrantes italianos e para as populações estrangeiras. [...] Entre 1889 e 1896, a associação se concentrou na chamada ‘Itália irridenda’ e no financiamento de escolas italianas no exterior, com ênfase na área mediterrânea. [...] Com o tempo, o interesse pelos emigrantes cresceu e, com o apoio do Estado, Comitês da *Società Dante Alighieri* começaram a surgir nos mais diferentes países de imigração italiana, onde a associação apoiava com escolas, atividades culturais para italianos e para estrangeiros, etc. [...] Na década de 10, a sociedade foi ampliando suas atividades e assumindo tons mais nacionalistas, o que a aproximou ainda mais do Estado italiano. Tal harmonia só cresceu com o advento do fascismo, que não poderia deixar de apreciar uma associação que difundia a cultura italiana no exterior, operava em tons nacionalistas e

outra ocasião, que os pais foram explorados pelas pessoas que chegavam à Estação Experimental, pois, além das consultas técnicas, muitas iam para pedir favores: “Almoçavam, jantavam; e minha mãe fazendo cuca, fazendo pão, fazendo comida e o pessoal comendo, bebendo e o meu pai trabalhando para os outros, muito.” Tito considera que o pai

tinha uma obrigação moral de atender esse pessoal. E isso dava bastante trabalho. E bastante despesa também, porque o pessoal vinha só para usufruir, para conseguir emprego, conseguir isso, conseguir aquilo. E dê-lhe comida e vinho! Até hoje eu não esqueço, eu sempre achei que eles abusavam, abusavam do meu pai e da minha mãe, sem dúvida nenhuma.⁴⁸

As lembranças de Tito, Lydia e Piero convergem e apoiam-se no sentido de solidificar uma imagem determinada de Gobbato: um homem dado ao trabalho e sempre às voltas com a sua produção intelectual e com o atendimento daqueles que o procuravam na Estação Experimental. Nestas memórias fica clara a indistinção, naquele período de sua vida, entre o espaço público e o espaço privado: a casa ficava na Estação e os “clientes” da EEVE comiam e bebiam com a família. Essas reminiscências nos dão pistas para se compreender os vínculos estabelecidos por Gobbato com outros agentes sociais, como os italianos recém-chegados a Caxias e o “pessoal” que visitava a Estação; vínculos marcados pela troca de favores e que, provavelmente, permitiam o estabelecimento de redes de reciprocidade. Enfim, através dos depoimentos dos filhos, pode-se perceber que era o homem público que habitava o ambiente privado: o pai, intelectual e diretor da EEVE despontam como figuras indissociáveis.

que ia assumido cada vez mais uma visão da emigração como fator de potência próxima a do regime”. (BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 50-51. (Coleção História; 40)). Em ata de assembleia do *Comitato Dante Alighieri di Porto Alegre*, de 13 de agosto de 1916, o presidente do Conselho Diretivo, Arrigo Cini, entre outras informações relevantes sobre o funcionamento e os objetivos da sociedade naquele momento, destacou a substituição do “segretario Roberto Molinari, dal Dr. Celeste Gobbato, eletto per unanime voto dei presenti” (“secretário Roberto Molinari, pelo Dr. Celeste Gobbato, eleito por unanimidade de votos dos presentes”). (Cedoc). Ou seja, seria preciso examinar também a atuação de Gobbato nesta entidade, o que não foi possível devido a não localização das fontes referentes a essa entidade.

⁴⁸ Entrevista realizada com Tito Alberto Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

1.3 Espaços geradores de notabilidade

No Rio Grande do Sul do início do século XX, os produtos agrícolas, provenientes em grande parte das zonas coloniais alemã e italiana do estado, apareciam na pauta dos principais itens de exportação, revelando sua importância para a economia regional. O estado gaúcho já era autossuficiente em diversas culturas, como: arroz, feijão, erva-mate, cebola, alho, batata, a uva, mandioca e fumo. O trigo, apesar de se constituir em uma cultura irregular, chegava a abastecer o mercado estadual e ser exportado para outros estados. Entretanto, apesar da produção agrícola gaúcha ter aumentado consideravelmente, outras áreas do País começavam a fazer concorrência com os artigos sul-rio-grandenses. Além da concorrência estrangeira – e neste ponto é interessante lembrar-se o registro de Gobbato sobre a uva de Almeria comercializada nos mercados do Rio de Janeiro, em 1912 –, o governo gaúcho passou a se preocupar também com a concorrência nacional, efeito do desenvolvimento da policultura que se generalizava por todos os estados da União. De acordo com Tambara, o governo republicano gaúcho manifestou

a necessidade de racionalizar o processo produtivo tanto através da maior produtividade, quanto da melhor organização do setor de produção. Isto foi tentado através de investimentos na infra-estrutura viária, de modo especial na férrea, e através de construções de escolas dedicadas a aprimorar cultivos e mão-de-obra.⁴⁹

Como parte deste processo de aprimoramento, foi fundada, em 10 de agosto de 1896, a Escola de Engenharia de Porto Alegre.⁵⁰ Conforme observa Pesavento, a nova instituição

⁴⁹ TAMBARA, Elomar. RS: modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 31.

⁵⁰ A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi fundada por um grupo de cinco jovens tenentes do Exército, engenheiros militares e professores do Colégio Militar da capital gaúcha, para “preparar técnicos profissionais, engenheiros, químicos e contribuir para a implantação de tecnologias modernas”. Foi reconhecida pelo Decreto Legislativo Federal 727, de 8 de dezembro de 1900, funcionando sob a forma de “instituição privada” (embora contasse com auxílios de origem municipal, estadual e federal) até ser reconhecida oficialmente pelo estado, através do Decreto 4.929, de 2 de janeiro de 1932, passando a integrar a Universidade de Porto Alegre. Por força da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 8 de julho de 1947, no seu art. 36, do Ato das Disposições Transitórias, essa Universidade passou a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul até que, pela Lei 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a instituição fosse federalizada. 90 Anos de Escola de Engenharia. (*Engenharia*, Publicação Oficial da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 51, p. 20, agosto de 1986). (Cedoc).

destinava-se a ser o estabelecimento preparador de um grupo técnico de nível que contribuísse com seus conhecimentos para a racionalização da produção industrial gaúcha, que estabelecesse projetos, estudos sobre aplicação tecnológica à produção, análises sobre novos métodos, etc. Desta preocupação do governo não esteve ausente a meta de formar uma mão-de-obra qualificada que, com sua habilitação profissional adequada, contribuísse para aquele processo racionalizador.⁵¹

Portanto, ao chegar ao Brasil em 1912, Gobbato encontrava um País que vivia as contingências do processo de modernização da agricultura. Ele iniciou suas atividades na Escola de Engenharia e, na condição de professor, atuou como agente de proa desse processo modernizante, carregando a bandeira da “sábua agricultura” que, segundo sua perspectiva, era sinônimo de “nação forte e rica”.⁵²

Assim como Gobbato, muitos outros especialistas estrangeiros, de diferentes nacionalidades, se estabeleceram na capital do estado para formar o corpo docente da Escola de Engenharia. De acordo com os diretores da instituição, a preferência por especialistas de outros países estava vinculada ao “grau de desenvolvimento inteligente e progressista de cada ramo de atividade agrícola em cada um deles praticados”.⁵³ O entendimento era que a contratação desses especialistas garantiria a organização de um ensino técnico e profissional eficiente, pela

execução de programas de feição moderna varrendo deles os excessos esterilizantes da teoria, consorciando, aliando, racionalmente, a teoria com a prática, e exigindo, por este modo, de seus alunos, um tirocínio prático: quer, de acordo com o espírito da época, que os seus diplomados, conscientes do seu saber, se tornem produtivos, sejam homens de ação e de equilibrado idealismo.⁵⁴

É possível considerar que esta forma de pensar o ensino técnico, como um projeto com “feição moderna”, que procurava aliar *racionalmente* à teoria e à prática para formar homens “conscientes de seu saber” e, portanto, *produtivos, de ação e equilibrado idealismo*, tinha relação com uma determinada noção de *civilização*. Os *civilizadores* foram trazidos em grande parte da Europa, lugar que se destacava pelo “grau de desenvolvimento inteligente e progressista”, no setor agrícola.

⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 84.

⁵² GOBBATO, op. cit., 1914. p. 4. (Cedoc).

⁵³ Relatório da Escola de Engenharia. Porto Alegre, 1912. p. 19. (Cedoc).

⁵⁴ GOBBATO, Celeste. Solenidade Comemorativa do 25º Aniversário da Fundação da Escola de Engenharia de Porto Alegre. 1922. p. 8. (Cedoc).

A investigação de Gertz acerca da presença significativa de indivíduos com sobrenomes alemães, entre os professores ou técnicos da Escola de Engenharia, dos quais “vários eram luteranos, imigrantes mais antigos e descendentes, mas muitos especialmente trazidos da Alemanha no período”,⁵⁵ é igualmente demonstrativa do espírito que animava o estabelecimento, no sentido de qualificar o seu ensino, com a importação de profissionais estrangeiros.

A criação da Escola de Engenharia, diferentemente das outras escolas de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre), não seguiu os padrões do modelo nacional, oficial, desse tipo de estabelecimento, ou seja, os da Politécnica do Rio de Janeiro, que, por sua vez, tinha como referência a *École Polytechnique*, de Paris; “buscando uma formação que privilegiava a prática profissional e de ofícios, bem como a experimentação, os modelos de escolas que a influenciaram foram buscados nos Estados Unidos e na Alemanha”.⁵⁶ Tal constatação ajuda a explicar o interesse da instituição em recrutar grande parte de seus quadros nestes países, conforme demonstra a lista de contratações, na qual Gobbato se inclui e os estudos de Gertz, acerca da presença significativa de alemães na Escola.

Além de recrutar profissionais estrangeiros, a Escola de Engenharia também encaminhava, a escolas no Exterior,

os melhores de seus diplomados, para que aperfeiçoem os seus estudos, se especializem proficientemente, e voltem para trabalhar e lecionar, trazendo a vantagem do professor competente, que conhece as falhas do nosso ensino e as necessidades e oportunidades do nosso meio.⁵⁷

Entretanto, a criação da Escola de Engenharia não pôde ser pensada levando em conta apenas os aspectos econômicos e, tampouco, pôde ser tomada isoladamente dos propósitos do governo do estado, em incentivar o surgimento de escolas de Ensino Superior no Rio Grande do Sul. Tal estabelecimento, embora tenha surgido por iniciativa de particulares, tanto quanto os demais, foi o que recebeu mais apoio do governo estadual e “com ele parece ter tido um relacionamento muito

⁵⁵ GERTZ, op. cit., p. 153.

⁵⁶ Hanssen, Ferreira, apud GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2005. p. 81.

⁵⁷ GOBBATO, op. cit., 1922, p. 8.

mais próximo”,⁵⁸ tanto em termos de contribuição financeira, já que “a escola recebeu uma dotação orçamentária específica que previa a alocação nela de 2% inicialmente, e depois 4% da arrecadação de todos os impostos estaduais”; quanto no que se refere a uma ideologia comum, ou seja, “seus membros e os do governo compartilhavam simpatias pela ideologia positivista”.⁵⁹

Sob a insígnia *Ciência e Indústria*, coube à Escola de Engenharia a *missão* de preparar os futuros engenheiros que deveriam ser homens *produtivos, de ação* e de *equilibrado idealismo*. Conforme Boeira, os princípios do positivismo deram a tônica daquele estabelecimento:

a grande contribuição dos positivistas religiosos na área da educação foi a organização da Escola de Engenharia, fundada em 1896. Esta escola, planejada segundo o princípio comteano da universidade técnica, consistia numa série de institutos de ensino (e pesquisa) superior, secundário e profissional [...].⁶⁰

Assim, esta instituição “seria até 1930, a mais próxima do governo dentre as escolas superiores do Rio Grande do Sul, o que lhe rendia apoio material constante e sustentação de pressões políticas junto ao governo federal quando necessário”.⁶¹ Reforça esta ideia de apoio material, por parte do governo, a informação contida na renovação do contrato de trabalho de Gobbato, de 1917, que, caso o professor estivesse “a serviço do Instituto Borges de Medeiros, o critério de ressarcimento seria o da Secretaria de Obras do Estado”.⁶²

As estreitas relações entre o governo e a Escola de Engenharia se expressam nas informações que cercam a vinda de Gobbato ao Brasil. Seguidamente, lê-se em fontes que o professor foi contratado “pelo governo do Estado” para trabalhar na referida escola.

Ao que tudo indica, a contratação de Celeste Gobbato deu-se a partir da viagem que o engenheiro-secretário da escola, João Ferlini, fez à Europa e aos Estados Unidos em fevereiro de 1911. Gobbato relata em carta enviada a um amigo italiano, no ano de 1953, que fora chamado pelo “professor e amigo” da *Scuola di Conegliano*, Michele Giunti, o qual lhe ofereceu um contrato de professor em uma

⁵⁸ GRIJÓ, op. cit., p. 81.

⁵⁹ HANSSEN; FERREIRA apud GRIJÓ, op. cit., p. 81-82.

⁶⁰ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 57.

⁶¹ GRIJÓ, op. cit., p. 82-83.

⁶² GARDELIN, Mário. Do arquivo de Celeste Gobbato. *O Pioneiro*, Caxias do Sul, 25 set. 1981. (Cedoc).

escola brasileira, para colaborar com o melhoramento da agricultura e da zootecnia sul-rio-grandense. Diz ainda que foi a figura “sincera e simpática” do engenheiro Ferlini, “filho de veroneses”, que facilitou as tratativas contratuais.⁶³ Uma viagem preliminar à Europa já havia sido feita pelo engenheiro João Lüderitz, chefe do Instituto Técnico Profissional, em 1909. Conforme relatório da escola, ele fora incumbido de conhecer as atividades agrícolas desenvolvidas no Velho Mundo e averiguar as possibilidades de aplicá-las no Rio Grande do Sul. Também o engenheiro-agrônomo e chefe do Instituto de Agronomia e Veterinária, Augusto Gonçalves Borges, esteve no Exterior em 1911, a fim de estudar a organização do ensino agrícola na Europa. Na viagem de Ferlini, foram contratados cinco alemães, cinco italianos, um francês e três norte-americanos.⁶⁴ Entre os italianos, figurava Gobbato que, consoante a sua formação e experiência profissional, serviria no Instituto de Agronomia e Veterinária, mais especificamente no Posto Zootécnico e na Estação Experimental, localizados no município de Viamão, os quais ainda estavam em fase de estruturação.

Sobre a decisão de vir trabalhar no Brasil, o filho Tito diz: “Meu pai também entrou na onda de *fazer a América*, pois era muito jovem e deve ter se entusiasmado com a ideia de fazer carreira no Brasil ao lado de outros colegas italianos”.⁶⁵ Suas palavras provavelmente reverberam as narrativas ouvidas de Gobbato a respeito das motivações que o levaram a se transferir para o Brasil.

Há, ainda, nesta estreita relação entre a Escola de Engenharia e o governo estadual, interesses de ordem política. De acordo com Grijó, a importância que passou a ter a instalação de cursos superiores no Rio Grande do Sul, com o apoio governamental, está vinculada ao objetivo de “formação de uma elite dirigente a serviço do Estado em termos de sua própria estruturação e manutenção”, bem como de “propiciar ao Rio Grande do Sul [...] se impor na federação como um Estado de primeira linha”.⁶⁶ No caso da Escola de Engenharia, as relações entre essa e a política

⁶³ GOBBATO, Celeste. Carta para um amigo (não identificado). Porto Alegre, 18 de agosto de 1953. A carta, escrita em italiano quarenta anos depois de Gobbato ter vindo para o Brasil, se constitui em um relato autobiográfico, no qual o autor, agradecendo a sua aclamação como membro da *Accademia Italiana della Vite e del Vino*, faz uma síntese de suas atividades profissionais no Brasil e na Itália, em prol da indústria vitivinícola. (Cedoc).

⁶⁴ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912. p. 86.

⁶⁵ Entrevista com Tito Alberto Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

⁶⁶ GRIJÓ, op. cit., p. 87.

partidária, leia-se PRR, podem ser analisadas também através da trajetória de alguns de seus agentes. No caso dos professores, a de Gobbato ilustra um caminho possível.

Portanto, a Escola de Engenharia também se tornou um lugar de onde deveriam emergir futuros membros da elite política brasileira, seja em nível municipal, seja no estadual, como foi o caso de Gobbato, ou nos âmbitos estadual e federal, como demonstram os casos de João Vespúcio de Abreu e Lima, eleito senador da República, e João Simplicio Alves de Carvalho, eleito deputado estadual e depois federal, ambos fundadores da instituição e agremiados em torno do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

Neste estabelecimento, Gobbato aplicou os conhecimentos próprios de sua profissão, expressou ideias e divulgou seus estudos, ocupando desde cedo postos de chefia e direção. Desta forma, pôde ampliar seu acesso a outros grupos, aumentando sua rede de relações e acumulando “capitais sociais” que, posteriormente, foram reconvertidos em “capital político”. Estes capitais se traduzem na posse de uma competência específica, que é social e técnica, própria dos profissionais.⁶⁷

Como professor do Instituto de Agronomia e Veterinária, Gobbato ficou responsável por disciplinas como Economia Rural e Social, Geologia Agrícola, Enologia e Viticultura, Elementos de Mineralogia, Legislação Agrária e Florestal e Química Agrícola. No Instituto Júlio de Castilhos, que preparava em nível ginásial os futuros alunos dos cursos de Engenharia, Gobbato lecionou Italiano e Agricultura.⁶⁸

Segundo Gardelin, em 28 de abril de 1917, o contrato de trabalho entre o professor e a Escola de Engenharia foi renovado por mais três anos.⁶⁹ Conforme esse autor, Gobbato continuou a serviço da escola, na qualidade de enólogo e agrônomo. Ficaram a seu cargo os setores de viticultura e enologia, incluindo-se a destilaria. Segundo esse documento, ele assumiria o compromisso de ensinar matérias de sua competência nos cursos do Instituto Borges de Medeiros, ficando a critério da escola o lugar de residência do professor. Se o estabelecimento assim o desejasse, Gobbato residiria na sede do instituto e receberia a moradia correspondente. A análise das

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 171.

⁶⁸ Relatório da Escola de Engenharia, Porto Alegre, 1916, p. 18-28. As informações são referentes aos anos de 1915 e 1916. O acúmulo de disciplinas, sob a responsabilidade de Gobbato, parece estar relacionado ao fato de que, em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, “muitos professores estrangeiros foram chamados a prestar serviços nas Pátrias respectivas. Celeste Gobbato, por dispositivos da legislação italiana, é dispensado da convocação. O professor do ensino de enologia e viticultura assume a responsabilidade das cátedras que se esvaziavam sucessivamente”.

⁶⁹ GARDELIN, op. cit., 1981.

fontes indica que Gobbato realmente residiu próximo ao local de trabalho, como se verá mais adiante. Ainda conforme Gardelin, a carga horária do professor italiano, incluindo Enologia, Viticultura e outros serviços eram de oito horas diárias e como ele se dispunha a realizar trabalhos de pesquisa, uma cópia de tudo aquilo que publicasse, fosse no País ou fora dele, deveria ir para o arquivo da instituição. A remuneração mensal era de 760\$000 e estabelecia-se ainda que, se o contrato não fosse renovado, a escola pagaria a passagem de volta à Itália. As férias eram de 15 dias anuais.

Conhecedor das modificações ocorridas nas formas de cultivar a terra, Gobbato reconhecia e propagava a importância das descobertas científicas neste âmbito, as quais, segundo ele, “desde o século XVIII estimulam a produção em geral, repercutindo no campo agrícola [e] contribuindo para o desenvolvimento pleno das nações”. Neste sentido, ele citava, por exemplo

Watt, com a máquina a vapor, Robert Fulton, com o navio de rodas, Erikson, com a embarcação a hélice, Stephenson, com a locomotiva, Liebig, com a química agrícola, Pacinotti, Gramme e Siemens com a eletro-dinâmica, A. Smith com a economia industrial privada [...].⁷⁰

De acordo com o agrônomo, “as causas de uma perturbação econômica residem principalmente na agricultura; por isso exigem que a ela se dirijam o estudo, as pesquisas, e o trabalho, porque resolvido o problema agrícola teremos, via de regra, resolvido todos os outros problemas”.⁷¹ Lembrando Sócrates, compartilhava com o filósofo a ideia de que a agricultura “é mãe e nutriz de todas as demais artes”.⁷² Como professor e chefe do Ensino Ambulante de Agricultura, no Instituto Borges de Medeiros, criado em 1921, coube ao “agrônomo competente”, como a ele se referiu o diretor da escola, a missão de implementar um novo projeto, que tinha como principal finalidade pôr em contato direto os lavradores e criadores dos mais longínquos recantos do Rio Grande do Sul, com o pessoal técnico incumbido de detectar *in loco* os diversos problemas da produção, a fim de superar os “velhos hábitos”; instruir sobre as devidas correções a serem efetivadas, a partir de “novos preceitos de técnica moderna”, e “estimular operários agrícolas demasiadamente pessimistas, despertando-lhes novas energias pela perspectiva de lucros mais

⁷⁰ GOBBATO, op. cit., 1914, p. 5.

⁷¹ Ibidem, p. 10.

⁷² Ibidem, p. 6.

compensadores”.⁷³ As propriedades visitadas deveriam servir também de local de experimentações científicas, como forma de garantir maior produtividade e melhor qualidade aos produtos cultivados por meio da harmonia entre diferentes culturas e meio ambiente adequado.

O Ensino Ambulante aparecia nos jornais como um novo e inédito serviço, que a Escola de Engenharia colocava à disposição dos agricultores e criadores gaúchos. A respeito de tal projeto, o *Correio do Povo* noticiava: “Deverá indicar ao lavrador os mais modernos processos de cultura, ensinar-lhe os meios melhores de aproveitamento da terra, apontar-lhe as culturas mais convenientes, mostrar-lhe como se combatem, com eficácia, as pragas da lavoura.”⁷⁴

O professor ambulante logo angariou simpatias e popularidade em decorrência das constantes viagens que a nova função exigia. Suas “conferências agrícolas” eram destacadas pelos principais jornais da capital e do interior do Estado.⁷⁵ *A Federação*, por exemplo, órgão oficial do PRR, informou que, em sua primeira visita a Santa Maria, ele foi recebido “por mais de cem agricultores, apesar da chuva que caía”. De acordo com o periódico, na ocasião, Gobbato prometeu voltar ao município na época da vindima, “cuja indústria causou-lhe excelente impressão, classificando esta região igual a Caxias e Bento Gonçalves quanto à produção vinícola”.⁷⁶ Já *O Comércio*, de Santa Maria, noticiou que, em Cachoeira, o “dr. Gobbato percorreu os núcleos coloniais de Ribeirão, Vale Vêneta, Dona Francisca e Fachinal do Soturno, dando conselhos e ministrando instruções aos colonos”. Em Vale Vêneta, “realizou uma conferência em praça pública discorrendo em italiano, perante numerosa assistência sobre as culturas da vinha, do milho e do fumo”.⁷⁷ *O Popular*, por sua vez, publicado no Município de Júlio de Castilhos, destacou a conferência realizada pelo professor sobre as possibilidades de desenvolvimento da indústria serícola no Rio Grande do Sul. O mesmo jornal anunciou outra visita de Gobbato ao referido município, para dali uma semana com o objetivo de tratar da viticultura naquela região.⁷⁸ Também *O Imparcial*, de Encruzilhada, deu destaque às orientações de Gobbato a respeito do

⁷³ Relatório da Escola de Engenharia. Porto Alegre, 1920. p. 12 (Cedoc).

⁷⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 maio 1921.

⁷⁵ Estas informações referentes às visitas de Gobbato aos municípios indicados foram extraídas do álbum de recortes de jornais de sua filha, Lydia, onde não há indicação das páginas das notícias. Em vários outros recortes, não foi possível identificar o local da publicação. (Cedoc).

⁷⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 9 jul. 1921.

⁷⁷ *O Comércio*, Santa Maria, 28 dez. 1921.

⁷⁸ *O Popular*, Júlio de Castilhos, 15 jan. 1922.

tratamento adequado às sementes de trigo, como garantia de maior produtividade desta cultura.⁷⁹ O *Correio do Povo*, entre tantas outras notícias sobre o personagem, ressaltou sua passagem pela zona colonial alemã de São Sebastião do Caí, “respondendo a diversas consultas”.⁸⁰



Imagem 2. Cantina colonial Pessegueiros, Passo Fundo/RS. Fotografia não identificada. Sem data. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

Viagens para outros estados brasileiros também faziam parte da agenda de Gobbato e foram igualmente noticiadas pelo *Correio do Povo*. Certa vez, ele esteve visitando as plantações de dois “pioneiros da vitivinicultura de São Paulo, a do Sr. Amador da Cunha Bueno e do Sr. Francisco Marengo”. Conforme a nota, Gobbato

mostrou-se impressionado com a benemerência destes viticultores, não só pela organização de seus vinhedos, mas pela persistência em introduzir novas variedades de vides, que experimentam, aclimam, reproduzem em magníficos viveiros e espalham por todo o território nacional.⁸¹

⁷⁹ *O Imparcial*, Encruzilhada, 20 jul. 1922.

⁸⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1923.

⁸¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1923.

Em Jundiaí, ele percorreu a propriedade de De Vecchia e Cia., onde, segundo observou, havia “um vinhedo de seguramente 180 mil pés, plantado de uva tinta, que produzia o híbrido conhecido como *Seibel n. 2*”. Na matéria, o professor informava que não era glória dos rio-grandenses possuir o maior vinhedo do Brasil: “O vinhal mais extenso do Rio Grande do Sul”, explicava, “situado no município de Bagé e pertencente a J. Marimon e Filhos, conta somente com pouco mais de 60 mil pés de parreiras, entre as quais, predomina, como em Jundiaí, a *Seibel n. 2*”.⁸² Com estas viagens, Gobbato tinha condições de pensar a agricultura – em especial a vitivinicultura – gaúcha de forma menos regional e mais nacional, estabelecendo comparações entre as formas de se cultivar a terra em diversas localidades do país e conhecendo as “novidades” de outras regiões. Desta forma, firmava seu prestígio como *expert* nesse âmbito da produção.

Antes mesmo da criação do Ensino Ambulante, era comum que Gobbato viajasse com frequência por razões profissionais, inclusive acompanhado de grupos de estudantes, como aconteceu no mês de março de 1915, quando, numa “excursão de estudos” com alunos do terceiro ano do curso de Agronomia, “gastaram 15 dias em visitas a Pelotas, Rio Grande, Pedras Altas – onde permaneceram três dias na granja-modelo do Sr. Assis Brasil – Bagé e Cachoeira”.⁸³ Gobbato, aliás, era um grande admirador de Assis Brasil, a quem se referiu, na apresentação da terceira edição do *Manual*, como “mestre da agricultura rio-grandense”.⁸⁴ Esta simpatia do personagem pelo famoso político sul-rio-grandense, e grande opositor do PRR, está expressa nos elogios que fez à obra de Brasil e nas visitas que realizou a Pedras Altas, residência e “granja modelo” do líder oposicionista, onde era “fidalgamente recebido”.⁸⁵ Por exemplo: em outubro de 1921, segundo o *Correio do Povo*, Gobbato, percorrendo a referida propriedade,

pôde apreciar com minuciosidade os magníficos trabalhos ali realizados. Admirou especialmente a excelente moradia, o parque, o jardim, a racional distribuição do pomar, a horta, a floresta e o aviário. Também teve excelente impressão das longas avenidas de *pinus insignis*, *empresus lambertiana*, e *legustro da*

⁸² Idem.

⁸³ Relatório do Instituto de Agronomia e Veterinária. Porto Alegre, 1915. p. 9-10.

⁸⁴ GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1930. p. 5. (Cedoc).

⁸⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 out. 1921.

Califórnia, que o dr. Assis Brasil denomina ‘Lydia’, em homenagem a sua Exma. Esposa. Um plantel de gado *Jersey* foi também admiradíssimo pelo professor.⁸⁶

A admiração pelo “mestre da agricultura” levou Gobbato a convidá-lo para prefaciar a segunda edição do seu *Manual*, lançada em 1922. Entretanto, diz o professor, o referido prefácio “não pôde figurar devido a ter chegado às nossas mãos somente meses depois de iniciada sua distribuição”.⁸⁷ Porém, na edição de 1930, consta na íntegra o prefácio que Brasil escrevera, datado de 28 de fevereiro de 1923, o que foi considerado por Gobbato uma “extraordinária honra”.⁸⁸ Portanto, nesse caso, a aproximação e a admiração profissional e intelectual, sustentada na preocupação de ambos os personagens com a modernização agrícola, superava as diferenças político-partidárias.

Além de percorrer municípios gaúchos e paulistas, Gobbato também esteve na Argentina, em julho de 1918, visitando as Províncias de Mendoza e San Juan onde, segundo ele, se concentravam a cultura da vide e a indústria do vinho naquele país.⁸⁹

Todos estes percursos possibilitaram a Gobbato ampliar seus conhecimentos sobre vitivinicultura e enologia, em especial no que tange ao potencial e aos limites dessas práticas em solo sul-rio-grandense. A visibilidade pública de suas viagens – acompanhadas com detalhes pela imprensa – ajudou a firmar sua reputação de *expert* incontestável neste ramo de produção. Além disso, a atuação como professor do Ensino Ambulante lhe permitiu adquirir um importante “capital social”, que contribuiu para a sua inserção e manutenção em postos de chefia na Escola de Engenharia e, mais tarde, fora dela também.

Se como professor ambulante Gobbato acumulou prestígio, notoriedade e popularidade nos diversos setores sociais e em variados espaços geográficos, na sua atuação em sala de aula foi representado, em uma homenagem póstuma, como “assíduo, pontual, didático, humano, amigo dos alunos”, um mestre que não consultava apontamentos; “fluente e seguro”, “marcava a sua segurança” ao discorrer sobre as doenças da parreira, aspecto pelo qual tinha predileção. Além disso, ele residia perto da Escola e, “sem anúncio, sem hora marcada, recebia com frequência

⁸⁶ Ibidem. Coincidência ou não, Gobbato chamou de Lydia sua única filha, nascida em 1929.

⁸⁷ GOBBATO, op. cit., 1930, p. 5.

⁸⁸ Ibidem, p. 3. A questão da não publicação do Prefácio de Assis Brasil será melhor analisada mais adiante, neste capítulo.

⁸⁹ GOBBATO, Celeste. A indústria viti-vinícola na Argentina. *Egatea*, revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre, Porto Alegre, v. IV, n. 6, p. 329-335, jul. 1918. (Cedoc).

os que desejassem esclarecimento, individual ou coletivamente. Solícito, obsequioso, sem pressa, resolvia as dificuldades e dava a entender que isso o distinguia”.⁹⁰



Imagem 3. Ensino itinerante em São José. Nova Trento, atual Município de Flores da Cunha/RS. Fotografia não identificada. Sem data. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

⁹⁰ PETRUCCI, Salvador. Professor Gobbato. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 nov. 1958.

Os alunos, por seu turno, conforme o autor da referida homenagem, “retribuía como podiam; com respeito, acatamento, paraninfados sem excluir, o que era costume, as tocatas noturnas de surpresa”.⁹¹

Ainda no que tange à relação de Gobbato com seus alunos, é significativo apontar que, embora recém-integrado aos quadros da Escola de Engenharia, e apesar das suas dificuldades com a língua portuguesa, ele foi lembrado pelo Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinária, para realizar a conferência inaugural da entidade, em março de 1914.⁹² Na comemoração do segundo aniversário daquela agremiação estudantil, no mês de janeiro de 1916, o professor foi novamente convidado a realizar uma conferência. Na ocasião, ele incentivou os futuros engenheiros a formarem uma associação profissional e intelectual, reconhecendo, nesse tipo de espaço, a possibilidade de continuidade da formação escolar, de progresso da ciência agrônômica e do próprio País. As conferências de Gobbato, de acordo com o *Correio do Povo*, eram muito aplaudidas, e os alunos “faziam questão de cumprimentá-lo pessoalmente”. O evento acadêmico terminava “com o esperado chá-tango, onde todos se divertiam até a meia-noite”.⁹³ Tais convites reforçam a ideia de que Gobbato tinha prestígio e gozava de popularidade com seus alunos, que, provavelmente, levariam essa boa imagem do professor quando passassem a atuar profissionalmente. Mais uma vez, é possível verificar como o personagem, a partir da Escola de Engenharia, foi construindo sua rede de relações e ampliando seu “capital social”.

Os artigos e livros que Gobbato escreveu sobre vitivinicultura gozam de grande reconhecimento entre os estudiosos do tema, servindo de referência para estudos acadêmicos posteriores, sobre tal ramo de produção no Rio Grande do Sul.⁹⁴ Uma de suas obras mais citadas e de maior repercussão é, sem dúvida, o *Manual prático de viticultura*, publicado inicialmente em Porto Alegre, em 1914, e reeditado e ampliado em 1922, 1930 e 1940. Nele, além de apresentar noções básicas sobre fisiologia das vides, classificação das espécies, condições ambientais, plantio das

⁹¹ Idem.

⁹² GOBBATO, Celeste. *Conferência sobre agricultura*. Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia, 1914. p. 5. (Cedoc).

⁹³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 maio 1923.

⁹⁴ Ver revisão bibliográfica na Introdução deste livro.

parreiras, etc., o autor expõe um panorama da produção da uva e do vinho no estado.

Sua atividade como enólogo-viticultor foi além da produção intelectual e alcançou a própria prática agrícola. Assim, por exemplo, é creditada a ele a introdução em solo gaúcho de castas européias, que até então não eram cultivadas nos vinhedos coloniais do estado, tais como as variedades *Sauvignon*, *Pinot Blanc*, *Pinot Noir* e *Trebbiano*. Gobbato também denunciava a existência de opositores à introdução de vinhas europeias no Rio Grande do Sul – agricultores, esses, que dedicavam sua produção exclusivamente à variedade Isabel, tipo de vide rústica e, portanto, pouco propensa às pragas.⁹⁵ Informava ainda que, através de experiências feitas em 1912 e 1913, na Estação Experimental em Viamão, chegou-se a bons resultados com o cultivo de viníferas como *Malbec*, *Varnaccia Branca*, *Cabernet Sauvignon*, *Riesling do Rheno*, *Verdot*, *Jacquez*, *Negrera* e *Merlot*.⁹⁶

Como já foi dito, a atuação e o reconhecimento profissional de Gobbato ultrapassaram as fronteiras sulinas. A revista *Chácaras e Quintais*, de São Paulo, foi outro espaço de frequente divulgação de seus estudos.⁹⁷ Além disso, ele participou de congressos de agricultura e pecuária no Rio de Janeiro.⁹⁸ Colaborou ainda com a *Publicazione del Centro delle Esperienze Agrarie del Kalisyndicat*, do Rio de Janeiro, publicando em português e italiano artigos voltados especialmente às temáticas da vitivinicultura e do cooperativismo agrícola.⁹⁹

A *Egatea*, periódico publicado pela Escola de Engenharia a partir de 1914, serviu como veículo de informação e debate intelectual sobre temas de interesse dos diferentes institutos e departamentos da instituição. A revista, de acordo com seus mentores,

⁹⁵ PAZ; BALDISSEROTO, op. cit., p. 38.

⁹⁶ GOBBATO, op. cit., 1930, p. 68.

⁹⁷ A respeito de suas publicações na *Chácaras e Quintais*, há uma série de oito recortes da própria revista, que acusam o recebimento de artigos do “renomado professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre e assíduo colaborador”, além daqueles que noticiam visitas de Gobbato ao “escritório urbano” do periódico. Os recortes se referem aos anos de 1920, 1921, 1922, 1923 e 1926. Tais indicações de datas foram escritas à caneta pela filha Lydia.

⁹⁸ A referência à participação de Gobbato no III Congresso Nacional de Agricultura e de Pecuária, sediado no Rio de Janeiro, em setembro de 1922, onde ele apresentou o trabalho “A indústria vitivinícola Riograndense”, foi extraída do *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 de outubro de 1922.

⁹⁹ GOBBATO, Celeste. *A cultura da vinha*. Centro de Experiências Agrícolas do Kalisyndikat. Rio de Janeiro: [s.n.], 1924. (Cedoc). Sobre a participação de Gobbato neste Centro, há ainda recortes do *Correio do Povo* indicando sua colaboração e presença “às dependências” da entidade.

foi concebida para ser uma tribuna franca para o estudo e discussão de todas as questões que direta ou indiretamente digam respeito ao progresso do Estado e às suas classes produtoras [...]. Será também, é óbvio, um expositor e registro dos trabalhos executados por aqueles que colaboram nesta oficina intelectual que é a Escola de Engenharia e um divulgador das modernas idéias em matéria de ciência e indústria.¹⁰⁰

Gobbato acompanhou o surgimento da *Egatea* e logo se tornou seu assíduo colaborador. De 1914 a 1919, a revista foi dirigida pelo engenheiro Vivaldo de Vivaldi Coaracy. Em 1920, quando voltou de uma viagem de quase um ano à Itália, Gobbato assumiu a direção do periódico. Empreendeu, então, uma remodelação da revista que passou a contar com novas seções. Deste modo, segundo o *Correio do Povo*, a publicação tornou-se um “magazine de utilidades práticas não somente para o cientista, mas também para o mais modesto agricultor, criador, industrialista e comerciante”.¹⁰¹ Também por iniciativa de Gobbato, a seção “Notas Rurais e Domésticas” começou a vir acompanhada de tradução nas línguas italiana e alemã o que, segundo Gertz, facilitava sua divulgação nas colônias do Rio Grande do Sul e também no Exterior.¹⁰² Além disso, a publicação passou a trazer regularmente o Boletim do Posto Zootécnico e da Estação Experimental, ao mesmo tempo em que foi ampliado o serviço de informações chamado “Consultório de *Egatea*”, com o formato “tire sua dúvida”, o que demonstra, mais uma vez, a preocupação do personagem com a projeção dos saberes produzidos no interior da escola para além dos círculos intelectuais e acadêmicos.

O recebimento da revista por escolas, prefeituras e entidades agrícolas do interior do estado e da Itália era noticiado pelos jornais, como, por exemplo, *A Federação* (Porto Alegre, 24-8-1922), *Correio do Povo* (Porto Alegre, 27-10-1921), *Correio do Sul* (Bagé, 14-10-1921), *Echo do Sul* (Rio Grande, 7-10-1921), *New Deutsche Zeitung* (Porto Alegre, 25-8-1921), *Corriere d'Italia* (s.n.t.) e *La Patria* (s.n.t.).¹⁰³

No acervo particular de Lydia Gobbato Karl, há uma listagem de 141 textos escritos por seu pai para a *Egatea* entre 1914 e 1926, dentre os quais alguns são “impressões de viagens” como professor ambulante, mas a maioria corresponde a artigos de caráter técnico-científico, que envolvem assuntos variados, no âmbito da

¹⁰⁰ *Egatea*, Porto Alegre, n. 1, p. 1-2, jul./ago. 1914. (Cedoc).

¹⁰¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 abr. 1921.

¹⁰² GERTZ, op. cit., p. 155.

¹⁰³ Diversos recortes de jornais do acervo de Lydia Gobbato Karl destacam o recebimento da “renomada revista” por variadas instituições.

agricultura, tais como: viticultura e enologia, cultura dos campos, economia das forragens, cultura do trigo, criação do bicho-da-seda, administração rural, tratamento de sementes, produção do fumo, utilização do arado, higiene dos estábulos, higiene das cantinas, etc.

Paralelamente a todas essas atividades, ele ainda encontrou tempo e disposição para ser, por mais de 35 anos, colaborador do caderno rural do *Correio do Povo*.

A atuação do personagem na imprensa revela, mais uma vez, sua vontade de se fazer ouvir para além do círculo de seus pares, ou seja, ele buscava intervir efetivamente na realidade social, atuando como um *tradutor* do saber acadêmico para outros âmbitos da sociedade. Assim, Gobbato levava a cabo a proposta da Escola de Engenharia – e de muitos intelectuais do mesmo período, sobretudo aqueles influenciados pelo positivismo e por outras correntes científicas¹⁰⁴ – de unir teoria e prática e de difundir a ciência e a modernidade aos que delas estavam apartados. Neste processo, novas redes de relações eram construídas e reforçava-se seu prestígio e sua popularidade.

A atuação na esfera intelectual, portanto, foi uma característica marcante da trajetória de Gobbato e um elemento fundamental para a construção de sua liderança política. Os méritos do personagem que o credenciavam, na perspectiva de seus correligionários, a ser indicado para a intendência de Caxias, em 1924, foram assim resumidos pelo jornal *O Brasil*, órgão local do PRR:

Conquanto não tenha residido neste município, o Dr. Celeste Gobbato não precisa de apresentações em Caxias: seu **nome já é bastante conhecido**, mercê dos relevantes serviços por ele prestados, na imprensa, aos viticultores, aos vinicultores e aos agricultores rio-grandenses [...]. É ele hoje chefe do serviço

¹⁰⁴ De acordo com Pécaut, é notório, durante as décadas de 20 e 40, o engajamento político de indivíduos oriundos de escolas superiores. Sobre isso, assegura que, “em muitas ocasiões, eles se tornaram protagonistas políticos centrais”. O autor indica três perfis deste intelectual engajado: “O de advogado (eram numerosos os doutrinários de tendência autoritária com formação jurídica); o de **engenheiro (frequentemente caracterizado pelo positivismo e inclinado para uma visão técnica do poder)** e é claro, o de homem de cultura”. (PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 34-35, grifos da autora).

Em termos mais amplos, Bobbio delinea dois tipos específicos de intelectual, embora sustente que, em ambos os casos, uma de suas funções principais seja a de escrever: os *ideólogos* e os *expertos*. Para o autor, o intelectual ideólogo é aquele que fornece “princípios-guia”, ou seja, “que elabora os princípios com base nos quais uma ação é legitimada”; já o experto, definição que parece bastante apropriada para caracterizar a atuação de Gobbato, é o que dispõe de “conhecimentos técnicos que são absolutamente indispensáveis para resolver problemas para cuja solução não basta a intuição do político puro, mas se fazem necessários conhecimentos específicos que só podem ser fornecidos por pessoas competentes nos diversos campos singulares do saber”. (BOBBIO, Norbert. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 73-74).

ambulante de agricultura, mantido por aquele importante estabelecimento e redator da *Egata* [...]. Desempenha ainda o Dr. Gobbato uma outra importantíssima função, por si só bastante para torná-lo **merecedor** da estima e da gratidão de todos os brasileiros: é a função de redator da parte agrícola do “Correio do Povo”, que há vários anos está confiada à sua **boa vontade** e aos seus **elevados conhecimentos na matéria**.¹⁰⁵

Esta conjunção de qualidades afetivas (“boa vontade”) e intelectuais (“elevados conhecimentos na matéria”), expressa em variados âmbitos de atuação profissional, parecia ser suficiente, na ótica do periódico, para qualificar Gobbato como o melhor candidato à intendência de Caxias. Afinal, mesmo não sendo morador deste município, ele era uma autoridade no âmbito da vitivinicultura, uma das principais atividades econômicas da região, e, por esse motivo, seu nome era conhecido e merecedor da estima e gratidão, não só dos agricultores sul-rio-grandenses, mas de “todos os brasileiros”.

Em janeiro de 1923, portanto, no ano anterior à sua eleição para a intendência de Caxias, Gobbato recebeu o título de membro honorário do Instituto Agrícola Brasileiro, sediado na capital federal, o que, segundo o *Correio do Povo*, significava o reconhecimento aos “serviços que este agrônomo vem prestando, há anos, à agricultura nacional”.¹⁰⁶ Esse tipo de reconhecimento é revelador do papel dos títulos simbólicos para a conquista e legitimação de determinadas posições assumidas pelos atores sociais. Além disso, o reconhecimento pelos pares da “autoridade científica”, mediante consagração “é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas ocasiões, reconvertido em outras espécies”.¹⁰⁷ É justamente esta reconversão de capitais – do intelectual/científico/social para o político –, operada por Gobbato, o tema da próxima seção.

1.4 De imigrante a intendente: um deslocamento interessado

É comum ler em estudos sobre as RCIs do Rio Grande do Sul que, no período da chamada República Velha, os intendentess de origem luso-brasileira, despossuídos de vínculos culturais com a sociedade colonial, apenas orientavam a política no

¹⁰⁵ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 27 jul. 1924, grifos da autora.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 jan. 1923.

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 130-131. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

sentido de apoio ao governo do estado.¹⁰⁸ Os intendentes, alguns nomeados diretamente pelo chefe do Executivo estadual, deveriam ser pessoas de confiança dessa autoridade, inicialmente Júlio de Castilhos e depois Borges de Medeiros. A necessidade do PRR de manter seu domínio político na região, por meio de “mandões locais”, leais ao Partido, justificava a presença de elementos *outsiders*,¹⁰⁹ na intendência de Caxias.¹¹⁰ Como se sabe, este não é um fenômeno peculiar ao referido município e a outros existentes nas áreas colonizadas por italianos, conforme demonstram os estudos de Gertz, referentes a tal processo nas regiões de colonização alemã do estado.¹¹¹ Mas houve, durante o período mencionado, ao menos em Caxias, dois momentos que fugiram a esta lógica.

O primeiro corresponde à eleição de Vicente Rovea como o primeiro intendente de origem italiana a governar Caxias. Rovea, imigrante italiano que chegou a Porto Alegre em 1881, com 20 anos de idade, trabalhou, inicialmente, em confecção de calçados. Em seguida, passou a viajar com tropeiros, carreteiros e cargueiros, estabelecendo comércio pela Estrada Conselheiro Dantas, que ligava Porto Alegre com os Campos de Cima da Serra. Destas idas e vindas, fundou em Caxias, no ano de 1890, a Casa de Negócios de Vicente Rovea, um estabelecimento de secos e molhados, que também oferecia pouso para homens e animais que ali passavam. A atividade comercial de Rovea prosperou o que lhe permitiu adquirir lotes urbanos e rurais, além de serrarias. Em 1903, ele solicitou licença para construir um sobrado “em material” para fixar a casa de negócios. O opulento prédio hoje abriga o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.¹¹² Na esfera política, Rovea concorreu a uma vaga no Conselho Municipal em 1904, mas não se elegeu. Entretanto, em 4 de dezembro de 1905, o então intendente, engenheiro Serafim

¹⁰⁸ Ver, por exemplo: PESAVENTO, op. cit., 1996 e RELA, op. cit.

¹⁰⁹ O termo *outsider* designa os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela; pessoas unidas por laços sociais menos intensos; os que são “de fora”, estranhos ao grupo já estabelecido, formado por antigos residentes, os quais formam um grupo mais coeso em termos de etnia. (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. p. 7).

¹¹⁰ A intervenção de Borges de Medeiros nos municípios coloniais se dava, basicamente, nos momentos de conflitos políticos, por isso “o papel do intendente ‘de fora’ era o de, em primeiro lugar, informar a Borges a situação política local de forma mais imparcial”. (FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, op. cit., p. 192).

¹¹¹ GERTZ, René. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 963-976.

¹¹² As informações sobre Vicente Rovea foram extraídas da publicação *Mirante*. Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul, n. 01, dez./1999. p. 7-9. (AHMJSA).

Terra, nomeou Rovea para o cargo de vice-intendente do Município, em substituição ao Tem. Cel. Firmino Paim de Souza.¹¹³ Em 16 de junho de 1907, Serafim Terra solicitou licença por tempo indeterminado para se afastar do cargo, sob a alegação de que “seguiria para Porto Alegre a fim de tratar de assuntos de interesse municipal”.¹¹⁴ Os conselheiros aprovaram o pedido e Rovea assumiu a administração da cidade como vice-intendente em exercício. Em 24 de julho, o Conselho recebeu e aprovou a renúncia de Serafim Terra. Rovea assumiu então a intendência de Caxias, no momento em que se aproximava a eleição ao governo estadual, a qual, conforme observa Gertz, “foi uma das duas eleições em que, no período de quase 40 anos que vai do final das crises iniciais da República até 1930, houve candidato ‘oficial’ e candidato de oposição – a regra era candidato único”.¹¹⁵

Para suceder Borges de Medeiros, já em seu segundo mandato, concorriam, do lado situacionista, o presidente da Assembleia de Representantes e ex-vice-presidente do estado, Carlos Barbosa; e, do lado da oposição, o dissidente do PRR e ex-presidente interino do Estado, Fernando Abbott. Embora o candidato governista tenha vencido com 79% dos votos, a votação recebida pelo dissidente republicano não deixa de suscitar algumas reflexões, que ajudam a compreender melhor a trajetória política de Gobbato, como se verá adiante. O estudo de Gertz indica uma grande quantidade de votos a favor do candidato da oposição “em municípios típicos de colonização alemã, além de Caxias do Sul – o mais típico de colonização italiana”. De acordo com este historiador, em Caxias, Abbott alcançou 45,6% dos votos. Do total dos votos obtidos por Abbott “metade proveio da ‘colônia’”. No entanto, segundo Gertz, diferentemente do que se possa pensar, a “colônia” não havia votado em um dos “seus”, já que (de acordo com a documentação analisada por Gertz – jornais, revistas e almanaques), “em momento algum há qualquer referência a uma identificação do candidato com a ‘colônia’ por afinidades étnicas, culturais, ou religiosas”. O autor indica então outros elementos para explicar tal fenômeno: “a oposição na ‘colônia’ não era excepcional” e “em seu sentido mais amplo, 1907 se insere no contexto do problema das terras” e das dívidas coloniais que o governo de Borges ainda não havia resolvido.¹¹⁶

¹¹³ Registro de Atos da Intendência Municipal. Ato 23 – 4/12/1905, p. 10. (AHMJSA).

¹¹⁴ GARDELIN, op. cit., 1993, p. 40.

¹¹⁵ GERTZ, op. cit., 2001, p. 963.

¹¹⁶ Ibidem, p. 965-974.

Não há estudos específicos sobre este processo eleitoral em Caxias. No entanto, também são recorrentes, neste contexto, notícias de descontentamento em relação às dívidas coloniais nas *colônias* italianas. Em uma perspectiva de duração mais longa, também não se deve esquecer a participação de imigrantes italianos nos conflitos políticos locais, como, por exemplo, a ação da Junta Revolucionária, liderada por Affonso Amabile, que depôs a Junta Governativa do Município em 1891, nas chamadas “revoltas coloniais”, como também durante os episódios da chamada Revolução de 1893.¹¹⁷

Após a eleição para o governo do estado, deveriam se realizar, em 1908, os pleitos eleitorais para as intendências. Em Caxias, desde a nomeação do primeiro intendente municipal, Antônio Xavier da Luz, em 1892, até a eleição de Vicente Rovea, em 1908, todos os outros chefes do executivo municipal eram de origem luso-brasileira. Rovea foi, portanto, diferentemente do que se lê na historiografia¹¹⁸ – onde se credita a Gobbato o pioneirismo de um governo de *italianos* –, o primeiro intendente de origem italiana, embora já naturalizado brasileiro, a governar o município. A eleição de um “estabelecido”¹¹⁹ foge, portanto, à lógica da necessária presença de elementos *outsiders* na intendência, como garantia do domínio político do PRR na “colônia”. Como foi dito anteriormente, houve dois momentos que fugiram a essa lógica. O segundo diz respeito justamente ao protagonista desta história.

O caminho que levou Gobbato a assumir o mais alto posto na hierarquia político-administrativa de Caxias só pode ser compreendido se tomarmos em conta o contexto específico em que se travaram as lutas políticas que originaram a chamada Revolução de 1923, no estado sul-rio-grandense e as correlatas derivações no âmbito da distribuição do poder, que determinaram, de acordo com Gertz,¹²⁰ algumas *concessões* por parte do governo perrepista, em municípios característicos da imigração alemã e italiana. Parte-se da ideia de que, em momentos de crise de hegemonia do

¹¹⁷ Sobre tais assuntos ver: GIRON, Loraine Slomp, BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de negócios: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. GARDELIN, op. cit., 1993. ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (1864-1970)*. 2. ed. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971.

¹¹⁸ PESAVENTO, op. cit., 1996; RELA, op. cit.

¹¹⁹ O termo “estabelecidos” designa grupos e indivíduos que possuem alto grau de coesão: “sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado [...] o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos, o que constitui”, segundo Elias, “essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-outsiders”. (ELIAS; SCOTSON, op. cit., 2000, p. 22).

¹²⁰ GERTZ, op. cit., 2002, p. 64-65.

PRR, como demonstram os processos eleitorais de 1907 e de 1922, o governo republicano, estrategicamente, concedeu a indivíduos de origem comum aos habitantes das ex-colônias a possibilidade de assumir o poder local.

Os acontecimentos políticos que marcaram o ano de 1922, no Rio Grande do Sul, foram decisivos para as mudanças de rumo que ocorreram na vida de Gobbato, até então dedicado à carreira na Escola de Engenharia, às atividades intelectuais e à militância em prol do desenvolvimento da agricultura gaúcha. O momento político era, então, de intranquilidade. O Estado se via em meio à campanha política mais acirrada da República Velha. Disputavam a presidência do estado o republicano Borges de Medeiros, que se candidatou ao quinto mandato, e Assis Brasil, que, ao lado dos libertadores,¹²¹ pretendia afastar Borges e o PRR do governo estadual.

Após a contestada vitória do candidato da situação, o clima de insatisfação se espalhou e, nas regiões onde havia maior foco de oposição, os problemas não tardaram a se agravar.¹²² A tensão culminou na chamada Revolução de 1923,¹²³ que se espalhou pelo interior e atingiu a zona colonial.

Para que se compreenda a indicação, pelo PRR, do italiano Gobbato à intendência de Caxias em 1924, é importante analisar as divergências políticas que se processavam no interior deste município, pelo menos desde a campanha presidencial de 1922. Isso permite entender que uma nova possibilidade estava aberta ao personagem, sem que ele a houvesse projetado intencionalmente.¹²⁴

No que tange à situação política de Caxias, o clima era tenso e as denúncias de fraude ganhavam repercussão. O *Democrata*, periódico oposicionista,¹²⁵ denunciava o

¹²¹ Assim foram chamados os dissidentes republicanos e os federalistas que apoiavam Assis Brasil.

¹²² De acordo com Love, a eleição de 1922 foi a primeira disputa eleitoral contestada no Rio Grande do Sul desde 1907, tendo surgido acusações de fraudes de ambos os lados. Rumores de uma revolução contra Borges haviam precedido o pleito. Em 17 de janeiro de 1923, houve a declaração oficial de que Borges havia alcançado uma votação de 106 mil votos contra 32 mil para Assis Brasil e, na sequência, a Assembleia pronunciou o primeiro reeleito. Após o seu discurso de posse, no dia 25 de janeiro, teve início uma série de levantes regionais, espalhados pelo interior. (LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 218-221).

¹²³ Sobre a Revolução de 1923, ver, além de LOVE, ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

¹²⁴ De acordo com Gilberto Velho, “os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente”. (VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 46).

¹²⁵ O *Democrata* foi o órgão de imprensa Pró-Assis Brasil em Caxias. O jornal surgiu na cidade no dia 20 de dezembro de 1922 e circulou por quase um ano, tendo como diretor-redator Frontino Mesquita.

fato de um eleitor governista ter votado 55 vezes em Borges. Outra denúncia teria partido do próprio escrivão do Segundo Distrito do Município, Jacob Callegari, que relatou haver presenciado “a colocação em uma urna de um pacote com mais de 514 chapas assinadas!”¹²⁶ Para a folha assisista, estes eram apenas alguns dos fatos que comprovavam “o que foi a tragicômica eleição presidencial deste município”, já que, alegava, “não faltaram aqui os lances quixotescos e os arreganhos armados da Brigada Militar e dos capangas sustentados pelo regulo da municipalidade”,¹²⁷ referindo-se ao intendente em exercício Cel. José Penna de Moraes.*

Em nível local, a campanha dos assisistas girou em torno das seguintes questões: a religião (Borges de Medeiros, por ser positivista, era denunciado como inimigo da religião cristã, predominante entre os habitantes da região); as más condições das estradas, o que dificultava o escoamento da produção colonial; a falta de crédito agrícola para a pequena lavoura e a não entrega dos títulos eleitorais aos cidadãos caxienses suspeitos de simpatia com a propaganda oposicionista. A nomeação dos intendentos por Borges também foi alvo de críticas.¹²⁸

A “greve econômica” foi sugerida pela corrente oposicionista, durante os conflitos, então verificados em Caxias. Neste sentido, os libertadores, através de um manifesto, aconselhavam que

não se contribuísse de modo algum para os cofres do Estado e do município, por meio de impostos ou outras quaisquer contribuições, a exemplo do que se está fazendo em Porto Alegre, e em outros municípios do interior, visto que o governo do Sr. Borges de Medeiros não é legalmente constituído, não merecendo a nossa confiança e o nosso apoio pecuniário.¹²⁹

O manifesto, no entanto, acabou apreendido pelo intendente “dentro das próprias oficinas gráficas da Livraria Mendes”, o que foi entendido pela oposição como uma “arbitrariedade do ditador local”.¹³⁰ O modo de agir do intendente levou a folha oposicionista a veicular que, em Caxias, havia se instaurado “um verdadeiro estado de sítio”, e que a “facção assisista aqui domiciliada, vive sofrendo toda sorte de perseguições por parte das autoridades locais”.¹³¹

¹²⁶ *O Democrata*, Caxias, p. 1, 20 dez. 1922. (AHMJSA).

¹²⁷ *O Democrata*, Caxias, p. 1, 27 dez. 1922.

* Doravante Penna de Moraes.

¹²⁸ REJA, op. cit., p. 67.

¹²⁹ *O Democrata*, Caxias, p. 2, 7 fev. 1923.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Ibidem, p. 1.

Já os republicanos caxienses, em uma ação estratégica, lançaram, no dia 3 de novembro de 1922, o jornal *A Resistência*, que continha em seu interior uma “*sezione italiana*”. Este era distribuído gratuitamente também nos distritos. O surgimento do periódico coincidiu com a fundação, na cidade, do Centro Republicano. Para os cargos de presidente e vice-presidente desta entidade foram eleitos, respectivamente, o intendente Penna de Moraes e o vice-intendente Abramo Eberle.¹³² A corrente republicana contava ainda com o periódico *O Brasil*, que surgiu em Caxias no ano de 1909 e circulou até o final de 1924. Esta folha governista respondeu ao rumor de uma possível investida das tropas oposicionistas contra a intendência, dizendo que notícias deste tipo – “que insistentemente circulam, enchendo a população de dúvidas e apreensões” – não passavam de “boatos”, já que “a situação política do nosso município continua[va] sendo normal”.¹³³

Na imprensa local, destacava-se também o periódico vinculado à Igreja católica *Staffetta Riograndense*. Este, apesar de ter manifestado neutralidade diante da eleição, deixava claro que não concordava com a maneira como foi encaminhado o pleito no município, sobretudo em relação à acusação que pesava sobre o intendente Penna de Moraes de não haver entregue os títulos eleitorais a vários cidadãos, que se declararam simpáticos ao assisismo.¹³⁴

É na correspondência posterior entre Gobbato, já no cargo de intendente de Caxias, e Borges de Medeiros que se pôde verificar, com mais minúcias e por dentro das hostes situacionistas, a preocupação do governo com a situação política na cidade. O primeiro, respondendo às indagações do presidente do Estado sobre “o sensível decréscimo de votação”¹³⁵ naquela região, descreveu o “movimento de oposição que ocorreu na cidade alguns meses antes do pleito de 1922, onde não foram entregues os títulos aos eleitores”. Ele afirmou que, até aquela data, era “hábito deixarem os eleitores os seus títulos em poder do chefe político”, no caso o Cel. Penna de Moraes. Comentando sobre a tentativa de invasão “de grande massa de populares, indignados por tal fato, ao Edifício da Intendência”, Gobbato relatou a Borges que “a invasão só não ocorreu, menos à interferência da milícia estadual do

¹³² *A Resistência*, Caxias, p. 1, 3 nov. 1922.

¹³³ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 10 mar. 1923.

¹³⁴ RELA, op. cit., p. 85.

¹³⁵ MEDEIROS, Borges de. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Telegrama n. 24, de 11 de março de 1926. Ao Intendente de Caxias. Solicita esclarecimentos sobre o decréscimo de votantes no município de 1922 até 1926. (IHGRS).

que pela intervenção amistosa do R^{mo} Cônego D. João Meneguzzi, que conseguiu acalmar os cabeças do movimento oposicionista, dissolvendo a reunião”.¹³⁶ No mesmo documento, o intendente esclareceu sobre os resultados do pleito, dizendo que o comparecimento às urnas

foi deveras insignificante, tendo-se apresentado uns 500 eleitores oposicionistas, que possuíam títulos e poucos republicanos e amigos do Cel. Penna de Moraes que votaram diversas vezes (o ex-funcionário municipal Caetano Finco votou cerca de 40 vezes). O resultado oficial, no entanto, consignou mais votos do que realmente ocorreram.¹³⁷

Ou seja, este documento – escrito do lado situacionista e enviado privadamente a Borges –, de certa forma, respalda as acusações feitas pela oposição relativas aos desmandos políticos dos republicanos caxienses e confirma as reações provocadas por tais atitudes.

A assinatura do Pacto de Pedras Altas, que pôs fim aos conflitos em 14 de dezembro de 1923, assinalou o início de uma nova fase para os destinos políticos do Rio Grande do Sul. A trajetória de Gobbato, por sua vez, sofreu as determinações desta nova conjuntura. Dentre as cláusulas previstas no acordo de paz constavam a proibição da reeleição do presidente do estado para o período imediato e idêntica disposição quanto aos intendentes municipais, e a realização em todo o Rio Grande do Sul, no dia 3 de maio de 1924, de eleições para deputados federais e renovação de um terço do Senado.¹³⁸ Concorreram ao Senado João Vespúcio de Abreu e Lima (pelo PRR) e Assis Brasil pela Aliança Libertadora (AL). *O Brasil*, fazendo campanha declarada para o candidato governista, destacava sua vinculação com a Escola de Engenharia de Porto Alegre e denunciava que os assisistas “não gosta[va]m dos italianos”.¹³⁹

A menos de dois meses dessas eleições, no dia 11 de março, o mesmo periódico noticiou a presença de Gobbato na cidade:

A Escola de Engenharia de Porto Alegre, que é um estabelecimento que muito tem contribuído para o progresso do Rio Grande, acaba de incumbir o hábil professor Dr. Celeste Gobbato, de visitar os principais estabelecimentos vitivinícolas deste município, para ministrar aos respectivos proprietários

¹³⁶ GOBBATO, Celeste. Correspondência de 19 de março de 1926. Ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul. (IHGRS).

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ *O Brasil*, Caxias, p. 2, 6 jan. 1924. Texto publicado originalmente em *A Federação*. Porto Alegre.

¹³⁹ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 1º abr. 1924.

instruções acerca da cultura da videira e do preparo do vinho. Não precisamos encarecer essa iniciativa. Basta dizer que dela ficou incumbida o Dr. Celeste Gobbato para que se possa avaliar os resultados que seguramente advirão para a nossa indústria vinícola. O Dr. Gobbato é autor do “Manual do Vitivinicultor Brasileiro”, baseado em estudos feitos pelo autor em nosso meio agrícola e industrial. É desse modo, mas unicamente deste, **sem lenços encarnados** e sem exhibições grotescas, que se há de impulsionar o progresso do Rio Grande e salva-lo de cair em pior situação.¹⁴⁰

Algumas considerações devem ser feitas a respeito das motivações que levaram o PRR a recrutar Gobbato, para realizar uma interlocução entre o Partido – cuja imagem havia sido bastante “arranhada” na cidade, com os incidentes ocorridos nas eleições presidenciais – e a comunidade italiana local. Como professor da Escola de Engenharia, a presença do agrônomo reforçava o prestígio desta instituição e, em consequência, valorizava a candidatura de seu colega Abreu e Lima. Como já foi visto, Gobbato manifestava grande admiração por Assis Brasil. Assim, sua presença em Caxias poderia ser uma maneira de neutralizar a investida das forças oposicionistas. Ainda sobre este ponto, cabe lembrar a questão, antes referida, da não publicação do prefácio de Brasil ao livro de Gobbato, fato que o último justificou de forma pouco convincente. Pode-se especular que o motivo dessa ausência foi de outra natureza. Em plena campanha política, certamente Borges de Medeiros contava com o apoio dos membros da Escola de Engenharia, que teve algumas de suas figuras de proa indicadas a cargos eletivos federais, como o próprio João Vespúcio, mas também João Simplício Alves de Carvalho, representante do PRR na Câmara dos Deputados. Nessa situação, não seria nem um pouco conveniente para a instituição que um de seus mais prestigiados professores mostrasse simpatias pelo candidato oposicionista. Em consequência, não só o prefácio de Assis Brasil ficou de fora da segunda edição do *Manual*, como seu autor dedicou a obra “ao preclaro pioneiro do racional progresso da Agricultura e do Ensino Técnico Profissional, deputado federal Dr. João Simplício Alves de Carvalho”.¹⁴¹

A notícia de *O Brasil*, apesar de aparentemente comentar um assunto desvinculado da política (o auxílio de Gobbato à indústria vitivinícola caxiense), trazia, na verdade, uma mensagem fortemente política: reforçava o prestígio daquele professor italiano, seus conhecimentos técnicos inquestionáveis, seu auxílio inestimável aos produtores locais, sua vinculação com a Escola de Engenharia, mas,

¹⁴⁰ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 11 mar. 1924, grifo da autora.

¹⁴¹ GOBBATO, op. cit., 1922.

sobretudo, o fato dele não usar “lenço encarnado”, ou seja, não se identificar com a cor-símbolo dos libertadores, dados, segundo insinua o periódico, a “exibições grotescas”. Italiano, conhecedor da produção vitivinícola da RCI; portador de um grande conhecimento técnico, com muitos títulos e publicações no currículo (ele era um “professor Dr.”); docente de uma instituição de ensino identificada com os ideais positivistas; politicamente sereno, distante dos lenços encarnados... muitas eram as qualidades condensadas naquele personagem que pareciam vir a calhar ao PRR, no conturbado momento político pelo qual passava Caxias.

As eleições de 1924 para a Assembleia e o Senado redundaram em uma grande derrota para os republicanos: no 1º Distrito Eleitoral, do qual Caxias fazia parte, a oposição venceu por larga diferença de votos (1.790 dos libertadores contra 1.023 dos republicanos).¹⁴² Iniciaram-se, então, as articulações políticas para a campanha a intendente em Caxias, pois o pleito deveria se realizar no dia 12 de agosto do mesmo ano.

Se, nas eleições de 1922, pairaram dúvidas quanto ao resultado oficial da votação, devido às denúncias de fraudes, neste momento, ficava evidente que, em Caxias, havia se formado um foco de oposição significativo ao governo do PRR e o próximo desafio para os republicanos seria a renovação da administração municipal.¹⁴³

A corrente republicana relativizou a derrota com a seguinte explicação:

Apesar de terem intervindo no pleito elementos cuja ascendência moral sobre os colonos é notável, pelo notório fanatismo de que eles são possuídos, [...] diante de vários fatores daquela ordem que contribuíram para que o elemento colonial fosse engazopado mais uma vez, o resultado, para os republicanos, não foi decepcionante, ainda mais atendendo-se a que os libertadores locais haviam prometido ao Sr. Assis Brasil 2.500 votos.¹⁴⁴

A preocupação com a situação política de Caxias conduziu à interferência direta de Otávio Rocha, homem de confiança de Borges, que, no Centro

¹⁴² Caxias foi o município onde a oposição obteve maior diferença de votos a seu favor. Dos 72 municípios que constituíam o estado, em 11 os coligados na Aliança Libertadora venceram. A RCI, com Caxias à frente, contribuiu para que fossem eleitos, no 1º Distrito Eleitoral, três deputados da oposição: Wenceslau Escobar, Plínio Casado e Lafayette Cruz. (*O Brasil*, Caxias, p. 1, 10 maio 1924).

¹⁴³ Neste contexto, deve-se considerar que o intendente era a figura-chave da estratégia de dominação borgista na região. “Entre as funções a serem desempenhadas pela grande maioria deles, nos municípios coloniais, estava a prerrogativa de organizar e garantir a dominação do PRR e apaziguar os conflitos entre as diferentes facções políticas locais”. (FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, op. cit., p. 61).

¹⁴⁴ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 10 maio 1924.

Republicano local, tratou de organizar a campanha eleitoral.¹⁴⁵ As articulações políticas foram intensificadas, pois a eleição se aproximava. Rocha, ao preparar um comício no município, consultou Borges sobre quem deveria chamar para participar do palanque. Ele próprio indicou alguns nomes, como os de Vespúcio, Paim e Collor, e o presidente do estado sugeriu que “o professor Gobbato” também estivesse presente. Rocha afirmou julgar a ideia “muito boa”, e prometeu a Borges realizar “uma manifestação de arromba”, pois, segundo ele, “conquistando a capital das colônias italianas teremos dado um golpe de mestre na gente assisista, irradiando a ordem para outros pontos [...]”.¹⁴⁶ Na mesma correspondência, Rocha informava a Borges que “o Penna quer sair logo depois da eleição e lhe pede para nomeá-lo para um cargo administrativo a fim de justificar sua imediata saída”.

Neste contexto, o folheto *Cultura da vinha* do “renomado professor da Escola de Engenharia” chegava a Caxias, através das páginas d’*O Brasil*, no dia 27 de julho, portanto, às vésperas do pleito.¹⁴⁷ A autoridade de Gobbato, no que tange às questões agrícolas em geral, e à vitivinicultura em particular, foi o seu mérito mais destacado pela imprensa. Desta forma, a propaganda em torno do seu nome e do seu conhecimento técnico – teoricamente independente das paixões políticas – tinha o potencial de atingir tanto o grupo dos colonos produtores de uva quanto a elite econômica dos comerciantes e industrialistas envolvidos no setor vinícola, já que Caxias era, na época, a maior produtora e exportadora de uva e vinho do estado.

Em relação à presença de Gobbato em Caxias, referida anteriormente, chama a atenção, como foi dito, o fato de *O Brasil* ter se manifestado a respeito, afirmando que “é desse modo, **sem lenços encarnados**, e sem exhibições grotescas, que se há de impulsionar o progresso do Rio Grande do Sul”, creditando, portanto, a Gobbato um caráter de neutralidade política e valorizando sua capacidade técnica; afinal, até aquele momento, seu nome jamais havia sido vinculado, pelo menos publicamente, a qualquer agremiação político-partidária-gaúcha.

As negociações de Otávio Rocha em Caxias revelaram-se difíceis desde o início. Atento às ordens de Borges de mapear a situação no município, o primeiro declarava que ali

¹⁴⁵ *O Brasil*, Caxias, p. 2, 17 maio 1924.

¹⁴⁶ ROCHA, Otávio. Correspondência de 20 de abril de 1924. Ao presidente do Estado do Rio Grande Sul. (IHGRS).

¹⁴⁷ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 27 jul. 1924.

o horizonte é escuro, não porque a direção local tenha falido, mas pelo feitio da gente que aqui habita. Não são francos nem sinceros, acima de tudo colocam o interesse legítimo de seus negócios e de suas empresas. [...] O Conselho está dividido, sendo que dois conselheiros, os Srs. Muratori e Sassi se empenham vivamente para desmoralizar o intendente, o nosso velho companheiro Penna de Moraes, visando a sucessão intencional apenas.¹⁴⁸

Quem parecia mesmo “irredutível”, nas palavras de Rocha, era o Cônego Meneguzzi, “maragato de papo vermelho”.

Várias reuniões entre os republicanos e o grupo de dissidentes filiados à Aliança Libertadora mostraram-se infrutíferas. Pelo que se sabe, foi com a chegada do arcebispo D. João Becker ao município, às vésperas da eleição intencional, que o encaminhamento da questão política teve um desfecho e definiu-se a chamada “chapa de conciliação”.¹⁴⁹

Gobbato foi indicado candidato à intendência, tendo como vice um dos maiores empresários da região e vice-intendente da gestão anterior, Abramo Eberle. O novo governante municipal, conforme revelam os relatórios enviados por Gobbato a Borges de Medeiros, durante a gestão 1924-28, teria como principal missão apaziguar as tensões políticas na cidade.

A eleição de um “estabelecido”, ao menos no sentido étnico, não foi um fenômeno restrito a Caxias nem pode ser explicado apenas pela trajetória de Gobbato. Dados sobre este processo eleitoral, ocorrido no estado em 1924, indicam que houve “um aumento considerável no número de nomes alemães e italianos nas listas de candidatos aos cargos municipais, em comparação aos anos anteriores nas regiões colonizadas por estas etnias”.¹⁵⁰ De acordo com Gertz, em São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela, Lageado e Ijuí, os intendentos de sobrenomes não alemães, alguns, inclusive, acumulando vários mandatos no currículo, foram substituídos por nomes de origem alemã.

No dia 9 de agosto de 1924, faltando, portanto, apenas três dias para o pleito, o professor Gobbato foi recebido em Caxias com um jantar na sede social do clube Recreio da Juventude, onde fez seu primeiro discurso na condição de candidato. Iniciou dizendo:

¹⁴⁸ ROCHA, Otávio. Correspondência de 20 de fevereiro de 1924. Ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul. (IHGRS).

¹⁴⁹ RELA, op. cit., p. 75.

¹⁵⁰ GERTZ, op. cit., 2002, p. 65.

Nenhum merecimento e nenhum serviço prestado ao Rio Grande e a Caxias torna-me credor duma festa tão simpática e harmônica, privilégio das populações cultas para com os elementos forasteiros, se assim eu devo ser considerado. Longe, muito longe de mim, meus senhores, estava a idéia de poder ser um dia escolhido para candidato a intendente de qualquer que fosse a localidade. Minha vida exclusivamente ocupada na solução dos problemas agrícolas, lidando no campo, no livro, colhendo aqui o fruto da experiência para ali divulgá-lo entre agricultores, pronta sempre a sugerir um melhoramento cultural para aumentar a produção da terra; incansável para responder as numerosas consultas que de todo o Rio Grande chegavam às minhas mãos: minha vida jamais pensou que pudesse chegar um momento em que ela fosse chamada à possibilidade de ocupar cargo tão elevado e tão grave, como o povo de Caxias parece desejar confiar-me com o próximo pleito de 12 de agosto.¹⁵¹

Ele afirmou ainda ter “ouvido indiferente os primeiros que cogitaram tal possibilidade”, já que “houve verdadeiros convites de ambas as facções nas quais estava então dividida Caxias”. Por fim, disse Gobbato, “chamou-me à realidade, a vez do Exmo. Sr. Dr. Otávio Rocha, leal amigo de Caxias e da colônia italiana, que em nome do Sr. Presidente do Estado, me convidara para candidato de conciliação ao cargo de intendente de Caxias”.¹⁵²

Gobbato apresentava-se, pois, não como um político, mas como um homem “exclusivamente” dedicado ao desenvolvimento da agricultura, um “desinteressado”¹⁵³ no poder. Além disso, afirmava ser um “elemento forasteiro”, sugerindo implicitamente sua desvinculação dos interesses e dos conflitos propriamente locais. Colocava-se, ainda, na posição de “candidato de conciliação”, revelando que ambas as “facções” da política municipal o haviam convidado a se candidatar, o que, de certa forma, atestava a sua neutralidade, tão vinculada à sua condição de técnico.

Portador de significativos “capitais sociais”, como o reconhecimento de sua competência profissional, de sua atuação intelectual e de seu empenho em auxiliar a agricultura sul-rio-grandense, e também de um valorizado “capital cultural”, a identidade étnica, Gobbato foi eleito como candidato de consenso, possibilitando a superação, ao menos momentânea, da crise política que afligia Caxias.

¹⁵¹ *O Brasil*, Caxias, p. 2, 11 ago. 1924.

¹⁵² *Idem*.

¹⁵³ Bourdieu afirma que uma conduta desinteressada só é possível na medida em que os diferentes universos sociais produzem *habitus* desinteressados. Ou seja, quando o “desinteresse é recompensado”. De acordo com este raciocínio, existe, portanto, interesse no desinteresse, já que “por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados, e o burocrata não é apenas o servidor do Estado, é aquele que põe o Estado a seu serviço”. (BOURDIEU, op. cit., 2005. p. 151-153).

A Escola de Engenharia, instituição que investiu no nome de Gobbato, mas que também recebeu seu investimento profissional,¹⁵⁴ foi o espaço gerador inicial de sua notabilidade e de seu prestígio. A partir deste estabelecimento, o personagem constituiu e ampliou sua rede de relações profissionais e pessoais, adquirindo autoridade, respeito e popularidade em diversos grupos sociais do estado, do País e mesmo do Exterior (e, no caso em tela, da RCI). Estes “capitais” citados foram reconvertidos em “capital político”. De acordo com Bourdieu, no jogo político, assumir uma posição na hierarquia política é ter o próprio capital acumulado objetivado.¹⁵⁵ Como Gobbato jogou o jogo político e manifestou os “interesses de seu desinteresse” é o que veremos no próximo capítulo.

¹⁵⁴ De acordo com Bourdieu, “a aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* [...] não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição. [...] a instituição investe aqueles que *investiram* na instituição [...]”. (BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 192).

¹⁵⁵ Ibidem, p. 172-174.

Capítulo 2

“Nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas, aprendendo a jogar...”: a atuação político-administrativa de Celeste Gobbato

*“Tudo pela paz, pela ordem e pelo progresso. Somente sob esta bandeira
serão recompensados, e de sobejo, os sacrifícios de deixar nossos afazeres e
nossa carreira técnica que tanto amamos.”¹⁵⁶*

Na manhã do dia 12 de outubro de 1924, no salão nobre da intendência de Caxias, Celeste Gobbato e os conselheiros eleitos tomaram posse. Da intendência, dirigiram-se ao Teatro Apollo, onde seria feita a leitura do programa administrativo, mas não sem antes Gobbato ser apresentado pelo seu antecessor Coronel Penna de Moraes, aos funcionários municipais presentes. Conforme foi noticiado pela imprensa local, chegando ao Apollo, o novo intendente encontrou o local “repleto de excelentíssimas famílias e cavalheiros, estando também os camarotes tomados por alunos e alunas do Colégio Elementar, que lhe jogavam flores ao passar”.¹⁵⁷ A cerimônia foi marcada pelos rituais característicos das celebrações políticas: homenagens, discursos, aplausos e apertos de mão.

¹⁵⁶ Discurso proferido por Celeste Gobbato na ocasião de sua posse como intendente. *O Brasil*, Caxias, p. 2, 11 ago. 1924.

¹⁵⁷ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 18 out. 1924. A presença de escolas em festas cívicas e de caráter político era seguidamente registrada na imprensa da época. De acordo com Luchese, “celebrando as datas cívicas, os professores promoviam, junto à intendência, espaços de visibilidade e apreço aos heróis republicanos”. No entanto, “não era uma festa popular, mas um momento de deferência à autoridade política local, na pessoa do intendente que, por várias razões, fora alvo de discórdia e desentendimento entre a população”. Ainda segundo Luchese, era comum a presença de estudantes em “celebrações cívicas, de recepção de autoridades políticas, religiosas que visitavam as cidades”, em ocasiões especiais, assim como também era frequente a presença do intendente nos rituais de avaliação final do ano letivo, quando os alunos eram submetidos publicamente ao julgamento de seus conhecimentos e habilidades. (LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana do Rio Grande do Sul – 1875 a 1930*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, 2007. p. 325-326). Nesse sentido, a presença de Gobbato em festas escolares, seja na referida situação dos exames finais, e foram muitas, ou nos festejos alusivos a datas cívicas, promovidos pelas escolas, fazia parte das atribuições que a nova função lhe destinava. O setor da educação durante sua gestão foi marcado por iniciativas inovadoras, como será visto adiante neste capítulo. Afinal, de acordo com Luchese, Gobbato era “um estudioso” e o setor educacional recebeu dele bastante atenção.



Imagem 4. Celeste Gobbato. Fotografia não identificado. Sem data. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

Transcorridos 12 anos de sua chegada ao Brasil, para iniciar carreira de professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre, a eleição a intendente, com 34 anos de idade, promoveu muitas mudanças na vida de Gobbato, permitindo, como já foi dito, o delineamento de uma trajetória pouco linear, aberta a muitas possibilidades, decorrentes da progressiva ampliação de seu capital social e dos recursos oriundos do seu conhecimento técnico-científico, ou seja, de sua profissão.

O cenário de sua atuação passou a ser, agora, uma pequena cidade do interior, com aproximadamente 34 mil habitantes, cuja população urbana não ultrapassava 22,2% do total.¹⁵⁸ A área rural, assim, concentrava a maioria da população municipal. Das salas de aula para os gabinetes, das ruas movimentadas da capital gaúcha para a pacata Caxias, além da mudança geográfica, Gobbato irá exercitar outras funções novas para ele, em especial as de gestor público e de líder político. O ingresso de Gobbato nestas esferas demandou, inevitavelmente, a articulação de um outro discurso, já que, de acordo com Bourdieu, “em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”.¹⁵⁹

Gobbato iria, a partir de então, conviver com diferentes agentes – conselheiros municipais, funcionários públicos, representantes de entidades civis, militares e eclesiásticas; indivíduos ligados à imprensa, governantes de diversos níveis, entre outros – e enfrentar as adversidades que se anunciavam a um aprendiz, pois as funções que lhe foram delegadas eram absolutamente novas para ele.

Foi somente no dia anterior à posse como intendente que Gobbato se transferiu, de fato, para Caxias, onde residiria 13 anos. Naquela cidade, ele construiu e consolidou a imagem de um gestor *progressista*, seja pela execução de obras importantes materializadas durante sua gestão, seja pela implantação de serviços públicos inovadores que beneficiaram muitos cidadãos caxienses.

Neste capítulo, o foco é a análise da atuação político-administrativa de Gobbato, a qual será desenvolvida tendo em vista dois eixos: as articulações políticas do personagem com diferentes grupos sociais-locais e com o governo estadual, e sua atuação administrativa à frente da intendência, em especial no campo das finanças públicas, da saúde e, sobretudo, da educação, relacionada, de forma geral, com a proposta de modernização do município.

¹⁵⁸ MACHADO, op. cit., p. 211.

¹⁵⁹ BOURDIEU, op cit., 1998, p. 185.

A investigação da atuação político-administrativa de Gobbato teve como suporte documental especialmente a imprensa local e estadual, os relatórios da Intendência e a correspondência entre ele e Borges e entre Borges e outros agentes envolvidos nesse processo. O exame de tais fontes permitiu também compreender o investimento simbólico que foi feito em sua pessoa e em sua gestão, ou seja, possibilitou analisar as formas pelas quais Gobbato se fez representar nas relações com os diferentes segmentos sociais.

2.1 “Coisas em jogo”: o esquema político

O contexto em que se deu o ingresso do personagem nas esferas política e administrativa já foi apresentado no capítulo anterior. Sua estreia como homem público ocorreu em um momento de intensa agitação política-local e estadual. De acordo com o próprio intendente, em palavras expressas no seu discurso de posse, a “missão” era “delicada e difícilima; espinhosa quanto outras tal não se apresentam”, já que cabia a ele estabelecer “elos de completa cordialidade entre o povo e o Governo Municipal, [...] principalmente neste momento sombrio, em que há quem atente contra a ordem e a legalidade”.¹⁶⁰

Além da difícil situação política, a cidade carecia de serviços de infraestrutura básicos; por exemplo, a água que era distribuída à população não recebia qualquer tipo de tratamento, e o abastecimento de energia elétrica não contemplava a maioria dos habitantes. As estradas, por sua vez, se encontravam em péssimas condições; muitas pontes de madeira que faziam a ligação entre as zonas rural e urbana estavam apodrecidas ou destruídas, o que acarretava constantes reclamações, especialmente dos produtores agrícolas, assunto frequente nos jornais da região. Para atender a essas e outras reivindicações políticas e infraestruturais, entraram em cena diversos agentes, seja através do processo legitimado pelas eleições (embora se deva levar em conta a fragilidade dos mecanismos eleitorais da época) e, nesse caso, destacam-se os conselheiros municipais, seja por obra e graça do próprio intendente, caso da Comissão Pró-Caxias, cujos membros eram mais heterogêneos, tanto em termos de posição político-partidária, quanto de suas respectivas ocupações na cidade.

Há que se ressaltar, na composição do Conselho Municipal, a presença majoritária de indivíduos ligados aos setores comercial e industrial da cidade:

¹⁶⁰ *O Brasil*, Caxias, p. 1, 18 out. 1924.

Conselho Municipal – 1924/1928¹⁶¹

Conselheiro	Ocupação	Nº de votos	Outras informações
Rufino Inácio Bezerra	Médico	954	Representante do 2º Distrito de São Marcos.
Armando Antunes	Proprietário de vinícola	893	Participou ativamente da vida comunitária de Caxias, integrando a antiga Associação dos Comerciantes. Tornou-se diretor da empresa Vinícola Antunes e Cia. Ltda.
Ângelo De Carli	Comerciante	778	Foi sócio-fundador da Sociedade Operária de São José Trabalhador, em Caxias, em 1902. Integrou a Associação dos Comerciantes.
Ângelo Antonello	Comerciante	776	Como industrialista e comerciante vinícola se destacou por seus vinhos em âmbito nacional, especialmente o <i>Barbera</i> e o <i>Glória</i> . Além da atividade vitivinícola, se dedicou à produção de derivados suínos.
Antonio Pieruccini	Proprietário de vinícola e comerciante de vinhos	769	Participou da Associação Comercial de Caxias.
Orestes Manfro	Industrialista	769	Participou do desenvolvimento industrial da região, dirigindo o Lanifício São Pedro, de Galópolis, distrito de Caxias. Foi secretário da Associação Comercial de Caxias, em 1912, intimamente ligado ao desenvolvimento da indústria têxtil da região.
Leonel Mosele	Comerciante e industrialista	332	

Embora as atribuições oficiais do Conselho estivessem restritas ao âmbito orçamentário, há que se levar em conta que esse órgão representava a peça-chave do jogo político local, o “*locus* de poder dos imigrantes italianos e seus descendentes, um fórum de debate político e um centro de poder”.¹⁶²

O Conselho iniciou os trabalhos no dia 15 de novembro, quando foram estruturadas as Comissões: para a Comissão de Orçamento foram designados Ângelo De Carli, Armando Antunes e Antonio Pieruccini; para a de Petições e Reclamações, Antonio Pieruccini, Leonel Mosele e Ângelo Antonello; e, para a Comissão de

¹⁶¹ As informações para a composição do quadro foram retiradas de GARDELIN, op. cit., 1993; GIRON; BERGAMASCHI, op. cit., 2001, p. 34-108; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Abramo e seus filhos*; cartas familiares 1920-1945. Caxias do Sul: Educs, 2004.

¹⁶² FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, op. cit., p. 123.

Contas, Armando Antunes, Leonel Mosele e Rufino Bezerra. Poucas semanas depois de instalado o Conselho, no dia 29 de novembro, o intendente anunciou a criação da Comissão Pró-Caxias, a qual, segundo suas palavras, teria a atribuição de colaborar “junto aos poderes públicos municipais na solução dos variados problemas que afetam a vida de Caxias”.¹⁶³ Também chamada de Comissão Central, foi assim composta:

Comissão Pró-Caxias¹⁶⁴

Nome	Função	Atividade profissional	Outras informações
Abramo Eberle	Presidente	Empresário do setor metalúrgico	Vice-intendente de Caxias. Membro do PRR.
Tancredo Ápio Feijó	vice-presidente	Proprietário de terras	Integrou o primeiro Conselho Municipal eleito pelo voto popular (1900-1904). Membro da Aliança Libertadora em Caxias.
Aristides Germani	2º vice-presidente	Empresário do setor de moinhos	Ex-conselheiro municipal. Foi membro da diretoria da Associação dos Comerciantes de Caxias, em 1912. Membro do PRR.
Paulo Rache	1º secretário	Advogado	Colaborador do jornal <i>Caxias</i> , criado em 1924.
Felix Spinato	2º secretário	Médico	Candidato ao Conselho em 1924, não se elegeu. Membro do PRR.
Jorge de Mello Guimarães	3º secretário	Juiz Distrital	
João Ahrends	1º tesoureiro		
Joaquim Pedro Lisboa	2º tesoureiro	Coletor das rendas estaduais em Caxias	Considerado o idealizador da Festa da Uva. Fundador da rádio Caxias em 1945.
Higino Bernardi	3º tesoureiro		
Dante Marcucci	Orador		Membro da Aliança Libertadora. Foi presidente da Associação dos Comerciantes de Caxias em 1932. Foi eleito prefeito de Caxias do Sul em 1935 e ficou no cargo até 1947.

¹⁶³ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Celeste Gobbato – 1924/1925. Caxias, p. 22. (AHMJSA).

¹⁶⁴ Para a composição desse quadro foram consultadas as seguintes fontes: obras citadas na referência 161; RELA, op. cit. e jornal *O Brasil*. Entretanto, não foi possível completar todos os espaços do quadro.

A constituição da Comissão Pró-Caxias demonstra o intuito do intendente de articular alianças políticas e sociais variadas, haja vista que, por exemplo, entre os agentes que a compuseram, figuravam indivíduos integrantes da oposição política, membros da Aliança Libertadora, além de nomes ligados a diferentes segmentos sociais, como profissionais liberais e representantes do Judiciário. Gobbato, em correspondência a Borges, se referiu a Tancredo Ápio Feijó e a Dante Marcucci, como “elementos adversários”, “expoentes de prestígio na oposição”, mas cuja “mentalidade política já podemos certamente contar, o que é muito confortador”.¹⁶⁵

Já Abramo Eberle, vice-intendente, presidente da Comissão Central e dono da empresa metalúrgica Abramo Eberle, era uma figura de grande prestígio na cidade e esteve diretamente envolvido na sua vida política e administrativa. Sua empresa empregava, em 1925, 500 operários. A memória escrita sobre Eberle cristaliza-o como “o Matarazzo gaúcho”.¹⁶⁶ O dia de sua morte, por exemplo, foi descrito como um momento que se tornou único, já que, naquela data, 13 de janeiro de 1945, “morria o mais importante morador da cidade”, “a figura maior do sucesso regional”, pois “sua empresa reunia mais da metade do operariado regional”. O velório de Eberle não aconteceu nem na sede da Prefeitura, porque “o prédio era velho e acanhado”, nem na Câmara de Vereadores, pois “o tempo era de ditadura”, mas em sua recém-construída mansão e “levou a maior parte da população à visita do ilustre defunto”, quando foi possível verificar “todo o luxo que o dinheiro podia comprar”. Sua morte, portanto, “serviu para reforçar o mito do sucesso pelo trabalho”. Tais considerações, embora referentes a um momento posterior, ilustram o prestígio desse líder empresarial pelos caxienses. Eberle foi um dos fundadores da Associação Comercial de Caxias e ocupou o cargo de vice-intendente na administração de Vicente Rovea (1907-1911), a quem já nos referimos no capítulo anterior, e no último mandato de Penna de Moraes (1920-1924). No entender de Otávio Rocha – articulador como vimos, da comissão consultiva e de propaganda política que indicou a candidatura de Gobbato –, Eberle era um nome de “alta importância” na cidade; “ele está francamente conosco”, informou a Borges, “mas não quer aparecer”, “diz que está a nosso dispor, ficando de fora ou na comissão,

¹⁶⁵ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 20 out. 1926. (IHGRS).

¹⁶⁶ GIRON, Loraine Slomp. Prefácio. In: BERGAMASCHI, op. cit., p. 11-14. (A autora da obra é neta de Abramo Eberle).

como for melhor”.¹⁶⁷ E continuou: “Na comissão eu incluí o seu nome [de Eberle] para chumbá-lo à responsabilidade e pela grande importância que penso isso dará aos colonos”. Rocha foi além e sugeriu o nome de Eberle para assumir a presidência da Comissão, mas, como o último se negou a assumir tal tarefa, por “falta de tempo”, tomou a seguinte providência: “eu, de acordo com o [Miguel] Muratore e os outros, encaminharemos para a presidência o [Adelino] Sassi”, homem que “é inteligentíssimo e está entregue de corpo e alma”. O remetente, talentoso articulador político, encerrou a carta dizendo que “não confiando muito na firmeza deles, eu assim os uno e os ligo na responsabilidade pública”. Eberle, no entanto, assumiu a presidência da Comissão.

Para Gobbato, ter o nome de Eberle como vice-intendente e presidente da Comissão Pró-Caxias representou mais um ganho simbólico, no sentido da transferência de prestígio, do que propriamente prático, já que o industrialista seguidamente se ausentava da cidade por conta de viagens de negócio pela Europa, aos Estados Unidos e a outros estados do Brasil.

Houve também a nomeação de outros diretores que ficaram responsáveis por subcomissões; são eles: Miguel Muratore (ex-conselheiro municipal), João Pillar Guerreiro, João Chrysostomo (ex-conselheiro municipal), Cônego João Meneguzzi, Vicente Bornancini e Olympio Rosa (membro da Aliança Libertadora). Ou seja, além do Conselho Municipal e da Comissão Central, Gobbato ampliou sua base de apoio recrutando outros parceiros políticos, como o conhecido padre Meneguzzi, evidenciando, assim, certas particulares do jogo jogado por ele. Também é importante observar que a estratégia de governar, respaldada por comissões e subcomissões compostas por indivíduos de diferentes segmentos sociais e políticos, reforçava em Gobbato a qualidade de “candidato de consenso”, o que parece realmente ter se efetivado, pelo menos nos anos iniciais de sua gestão, como se verá mais adiante.

No primeiro ano da gestão de Gobbato à frente da Intendência, realizaram-se em Caxias as comemorações pelo cinquentenário da imigração italiana no estado. Esse foi um bom começo para a sua administração, afinal, as festividades reuniram em torno dele as principais lideranças políticas, locais e estaduais, além de grandes nomes da economia local, bem como autoridades italianas, todos congregados com o

¹⁶⁷ Correspondência de Otávio Rocha a Borges de Medeiros. Caxias, 4 mar. 1924. (IHGRS).

intuito de dar visibilidade às conquistas e aos sucessos dos imigrantes, muitos pertencentes ainda à primeira geração da imigração, sendo o próprio Gobbato um deles. O momento não podia ser mais positivo para que o novo intendente atuasse, no sentido de reforçar suas alianças políticas e ampliar seu capital de relações sociais, acionando seus recursos simbólicos, já que ele era reconhecido e prestigiado técnico italiano. De imigrante a intendente, portanto, o contexto das festividades colocava a figura de Gobbato no centro das atenções.

A festa, que aconteceu em novembro de 1925, envolveu a municipalidade desde o início do ano, quando foram formadas diversas comissões: diretiva-geral, de amostras, musical, de finanças, de imprensa, de propaganda e ornamentações. Em seu relatório anual, o intendente destacou que a festa contou com o apoio ‘inesgotável’ das comissões “para o brilhante êxito dessa importante festa do trabalho”.¹⁶⁸ No mesmo documento, foi destacada pelo intendente a relevância do “curso dos expositores e o imponente aspecto dos mostruários, pois toda a atividade caxiense estava aí condignamente representada na sua operosidade agrícola e na sua genialidade industrial e artística”. Foram concedidos diplomas e medalhas de ouro, prata e bronze aos expositores premiados.¹⁶⁹ A municipalidade também encarregou uma subcomissão de organizar uma publicação alusiva à festa, que se materializou no conhecido álbum *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nello Stato Del Rio Grande del Sud*, todo escrito em italiano e publicado concomitantemente no Brasil e na Itália, em uma parceria entre a editora Globo de Porto Alegre e o *Ministero Degli Affari Esteri* de Roma. Segundo Giron, a partir dessa obra o governo italiano teve à disposição um “notável levantamento da situação regional”.¹⁷⁰ No álbum, destaca-se a história das empresas comerciais e industriais de Caxias e seus respectivos fundadores, artigos sobre o desenvolvimento econômico da região e uma parte significativa dedicada à trajetória das congregações religiosas católicas. Gobbato participou do álbum com a publicação de um artigo seu sobre a participação dos italianos no desenvolvimento da viticultura do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ Relatório do intendente Celeste Gobbato correspondente ao período de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. p. 4. (AHMJSA).

¹⁶⁹ No referido relatório, há uma extensa lista dos premiados e 11 registros fotográficos do evento. p. 11-19.

¹⁷⁰ GIRON, Lorraine Slomp; POZENATO, Kênia. *100 anos de imprensa regional*. Caxias do Sul: Educ, 2004. p. 90.

Pode-se observar ainda, como demonstrativo do caráter bilateral das comemorações o que foi registrado pelo intendente no referido relatório, quando ele escreveu:

Em nome dos habitantes dos distritos de Nova Vicenza e São Marcos e das povoações de Nova Milano e Ana Rech, nos dirigimos aos intendentes dos municípios italianos, respectivamente de Vicenza, Veneza, Milano e Cremona comunicando o fausto acontecimento do cinquentenário. Imediatamente os intendentes de Vicenza e Veneza nos enviaram os estandartes das respectivas cidades por intermédio do Sr. Aristides Germani e que hoje ornamentam o salão nobre do edifício da nossa intendência.¹⁷¹

A repercussão do evento tomou as páginas dos principais jornais da cidade e também da capital. O encerramento dos festejos ficou a cargo do Cônego João Meneguzzi, o qual, segundo o intendente, “numa imponente missa campal contribuiu para estreitar ainda mais os laços de verdadeira fraternidade existente entre brasileiros e italianos e entre as grandes pátrias latinas: Brasil e Itália”.¹⁷²

Este momento vivido pela comunidade de origem italiana de Caxias (embora se deva mencionar que os festejos ocorreram em vários municípios de colonização italiana do Rio Grande do Sul e também em Porto Alegre) pode ser associado às análises de Weber, quando a autora problematiza a “promoção do ‘étnico’”, ou seja, as “manifestações de etnicidade” empreendidas em eventos culturais e/ou por meio do “interesse do poder público em tais eventos, com objetivos turísticos ou de promoção do desenvolvimento”, destacando como uma vantagem, para o “avanço dos ‘italianos’”, a “relação entre as festividades riograndenses e o Estado italiano”.¹⁷³ Segundo a autora,

no Rio Grande do Sul, é destacável a capacidade de autopromoção dos descendentes de emigrantes de regiões européias que hoje constituem a Itália. Por um lado, é visível o papel do Estado italiano como “agente étnico”, por outro, o desenvolvimento econômico das regiões de colonização “italiana” permite essa busca de uma projeção social e cultural, ancorada na identidade étnica.¹⁷⁴

¹⁷¹ Relatório do intendente Celeste Gobbato correspondente ao período de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. p. 20. (AHMJSA).

¹⁷² Ibidem, p. 22.

¹⁷³ WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. *História em Revista*. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, n. 10, p. 75-76, dez. 2004.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 75.

Embora a autora centre sua argumentação em um período bem mais recente, da década de 80 em diante, também afirma que “festividades associadas a grupos ‘coloniais’ certamente não são recentes”, o que nos autoriza a estabelecer tal relação. Assim, talvez as comemorações dos 50 anos da imigração italiana possam ser pensadas como o momento inicial deste “avanço dos italianos”, se levarmos em conta que, ainda de acordo com Weber,

a “promoção econômica” das regiões coloniais já estavam redundando em uma “promoção cultural”, isto é, já estavam em curso auto-representações desses grupos que demonstravam que eles já estavam “estabelecidos”, quando as campanhas nacionalizantes e as perseguições do período da guerra colocaram sob suspeita e mesmo impediram a manifestação de elementos objetivos que sustentavam tais imagens positivadas.¹⁷⁵

Para o “avanço dos italianos”, a autora apresenta algumas *vantagens* ou *facilitadores* culturais em relação a outros grupos étnicos:

Dos grupos que possuem na língua um traço de distinção, certamente, a origem latina, garante uma transparência aos nomes de suas instituições e de seus símbolos identitários. O aspecto religioso também não pode ser desconsiderado: diferentemente de alemães, sírios, libaneses, palestinos, judeus, os italianos, assim como os poloneses e espanhóis são predominantemente católicos. Esses “facilitadores” culturais, somados à expressiva presença dos “italianos” no país [...] provavelmente contribuíram para a sua presença em produções midiáticas recentes que tiveram repercussão no público.¹⁷⁶

Esses fatores, além do “vigor das elites em ascensão”, conforme Weber, “contribuem para explicar porque, dentre os grupos sociais oriundos das regiões coloniais, os ‘italianos’ são os que têm ocupado, desde meado do século passado, maior número de postos de representação política, *locus* que permite uma grande visibilidade”.¹⁷⁷

Eventos desta natureza, tal como na década seguinte à realização da primeira edição da Festa da Uva, da qual Gobbato foi um agente destacado, são, portanto, passíveis de serem analisados, como estratégias de autoafirmação dos grupos étnicos e, diríamos também, para o caso do nosso biografado, um espaço de manifestação e reconhecimento, no que tange à valorização do seu capital simbólico-italiano; capital esse capaz de reforçar a confiança no personagem entre os seus *iguais*.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 85.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 87.

¹⁷⁷ Idem.



Imagem 5. Exposição comemorativa do Cinquentenário da Colonização Italiana. Discurso do Intendente Municipal, Dr. Celeste Gobbato, na inauguração da exposição, nas dependências do 9º BC de Caxias do Sul. Fotógrafo: Geremia. Novembro/1925. Acervo: AHMJSA.

Ao mesmo tempo em que a Comissão trabalhava para os festejos, Gobbato articulava outro evento: a instalação do Congresso de Intendentes e de Presidentes de Conselhos Municipais da Região Colonial. Ao que parece, essa região foi pioneira na realização desse tipo de evento.¹⁷⁸ O Congresso realizado em Caxias parece indicar o espraçamento da liderança política de Gobbato. O encontro ocorreu durante uma semana, entre os dias 3 e 7 de maio de 1925. A articulação e a coordenação do Congresso ficaram a cargo de Gobbato, que, em ofício enviado aos intendentes, esclareceu que “um grupo de intendentes dos municípios coloniais, em palestra,

¹⁷⁸ De acordo com Bakos, em 1929 foi realizado em Porto Alegre o 1º Congresso das Municipalidades Sul-Rio-Grandenses onde foram discutidas questões referentes ao ensino público-primário e profissional, saúde, segurança, agricultura e pecuária, quedas d'água, política, administração, entre outras. Segundo a autora, “os temas e a ordem dos trabalhos podem ser indicativos das prioridades do estado, no momento, sob a regência de Getúlio Vargas. Entre as finalidades do Congresso, registra-se a busca de apoio de Getúlio aos chefes municipais, na tentativa de garantir-se na escalada de poder que o conduziria, em 30, à Presidência do País”. (BAKOS, op. cit., p. 27).

deliberou convocar uma reunião de todos os edis desta região, a fim de tratarem de diferentes assuntos que possam interessar à população destes municípios”.¹⁷⁹ Gobbato afirmou ainda que, “naturalmente, se efetuou tal deliberação, depois de ouvido nosso eminente e Exmo. Chefe Dr. A. A. Borges de Medeiros”, que, consultado a respeito, “julgou conveniente e oportuna” a iniciativa de “vossa conversa com demais intendentes”.¹⁸⁰ O encontro deveria se prolongar “pelo tempo que fosse necessário”, a fim de que serem definidas as deliberações. O convite era extensivo aos presidentes dos Conselhos Municipais já que, segundo Gobbato, “existem alguns pontos a estudar que são das atribuições dos mesmos”, referindo-se às questões orçamentárias. O encontro foi acompanhado e divulgado pelo jornal *Diário de Notícias*, da capital, colocando em evidência no cenário estadual a região colonial e a atuação de Gobbato nesse processo, a quem foi, segundo o periódico, “delegado o compromisso” de promover o Congresso.¹⁸¹ Os assuntos a serem tratados, ou as *teses*, conforme divulgou o referido jornal, eram os seguintes: a) estudo e possível unificação das leis orçamentárias; b) exame para a possível substituição do imposto de estatística e expediente por outra tributação equivalente; c) problema da viação rural e intermunicipal; d) ensino elementar e profissional; e) exame e eventual unificação dos códigos de posturas municipais; e f) criação de um viveiro intermunicipal e meios para fomentar a racional agricultura colonial.

Participaram do encontro representantes de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Encantado, Garibaldi, Guaporé, Nova Trento, Nova Prata, São Francisco de Paula e São Sebastião do Caí. Representando o governo do estado, participou o diretor-geral do Tesouro Estadual, Renato Costa.

Antes de se iniciarem os trabalhos propriamente ditos, já que no primeiro dia tratou-se somente da instalação do Congresso, Gobbato tomou a palavra e, em breve discurso, lembrou aos presentes de que aquele encontro fora “reiteradas vezes ventilado” pelo intendente de Bento Gonçalves, João Batista Pianca, que solicitou a ele, Gobbato, que tomasse a frente na organização do mesmo, fato que expressa a liderança do intendente de Caxias, na região. Em sua fala inicial, Renato Costa

¹⁷⁹ Resumo dos Trabalhos do Congresso de Intendentes e de Presidentes de Conselhos Municipais realizado em maio de 1925 em Caxias. Caxias: Livraria Mendes, 1925. p. 6. (Cedoc).

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 5-6.

¹⁸¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 5 maio 1925. (MCSHJC).

limitou-se a elogiar a iniciativa, dizendo-se apenas um espectador, pois estava lá mais para “assistir ao congresso sem nele tomar parte efetiva”.

No dia seguinte, iniciaram-se as discussões. O cônsul-geral da Itália no Rio Grande do Sul, Luiz Arduini, reforçou aos presentes o convite para que colaborassem na efetivação das comemorações do cinquentenário da imigração italiana; a sessão teve início com a leitura de um ofício da Associação dos Comerciantes de Caxias,¹⁸² endereçado a Gobbato, solicitando urgência na construção de uma ponte metálica no passo do Zeferino, sobre o rio das Antas, para que o comércio com os municípios, situados nos Campos de Cima da Serra fosse beneficiado. No ofício, a Associação elencou os problemas existentes no trecho:

O maior entrave para o enorme tráfego por esta via está nos constantes lamaçais formados pelas chuvas e em apresentar o passo do rio das Antas sérios inconvenientes motivados pelas enchentes, oferecendo, além disso, grande perigo na passagem de veículos pesados pelo deficiente sistema de barcas, tendo-se registrado incidentes numerosos que põem em perigo a vida dos transeuntes e não poucos prejuízos materiais têm causado.¹⁸³

A Associação também se referiu aos custos do empreendimento, sugerindo que “o juro e a amortização a ser empregado na referida ponte estariam perfeitamente garantidos pelo pedágio a cobrar, dado o enorme trânsito”. Reforçando a importância econômica do setor, a Associação destacou, na correspondência, que a obra “será recebida com muita satisfação porque virá concorrer para o desenvolvimento de uma das mais ricas e prósperas regiões do nosso Estado”. “Depois de longo debate”, conforme indica a ata da sessão, foi nomeada uma comissão para pedir o apoio dos intendentos dos municípios dos Campos de Cima da Serra à construção da ponte, devendo a mesma comissão encaminhar, em seguida, o requerimento ao governo do estado, para que esse organizasse o projeto e o orçamento da obra, a fim de que, posteriormente, os municípios interessados estudassem as possibilidades da construção da mencionada

¹⁸² De acordo com Machado, a Associação dos Comerciantes de Caxias foi fundada em 1901, como forma de organizar os comerciantes “em uma entidade representativa que pudesse congrega a todos de forma a uni-los para fortalecê-los como grupo dominante. Muitas eram as reivindicações [junto às autoridades políticas e administrativas locais e estaduais], no sentido de melhoria da infra-estrutura local, para que as atividades mercantis pudessem ter fluxo normal. A primeira e mais importante, porém, estava ligada ao setor das comunicações, especialmente o das estradas, pois estavam em péssimas condições de trafegabilidade, dificultando e, por vezes, inviabilizando o escoamento da produção [...]”. (MACHADO, op. cit., p. 167).

¹⁸³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 7 maio 1925.

ponte. Aliás, o assunto da viação rural e intermunicipal estava na ordem do dia e o tema foi “amplamente discutido”. Gobbato falou sobre as más condições da estrada entre São Sebastião do Caí e Feliz, a qual, segundo ele, “é quase impraticável”. Outros membros do Congresso expuseram suas reivindicações referentes ao tema e, por sugestão de Gobbato e Renato Costa, foi aprovado que se encaminhasse um pedido ao presidente do estado para que ele atendesse à “consolidação das estradas que constituem as principais artérias de escoamento da avultada produção desta região colonial”. Ficaria por conta das municipalidades envolvidas a manutenção das estradas, nos trechos de seus respectivos territórios. Ainda sobre este tema, por indicação de Gobbato, aceita por unanimidade de votos, foi proposta a solicitação ao presidente do estado, de que esse entregasse aos municípios as verbas destinadas à conservação das estradas cujos trabalhos seriam fiscalizados diretamente pela Secretaria de Obras Públicas. Tais reivindicações revelam tanto a força política dos comerciantes da região, na qual se desenvolvia uma produção que cada vez mais se destacava na economia gaúcha, quanto o atendimento, por parte de Gobbato, dos interesses do grupo que o apoiava, o que acabava, em contrapartida, por reforçar a sua autoridade e o seu prestígio, inclusive diante de Borges. A lógica da reciprocidade, portanto, parecia dar o tom das primeiras ações empreendidas pelo personagem.

Outro assunto que teria sido amplamente ventilado no encontro, segundo o jornal, foi o ensino elementar e profissional, embora não conste nas atas nem no periódico o detalhamento da discussão. A ata, de forma breve, indicou a deliberação para que se formasse uma comissão, da qual Gobbato era um dos integrantes, a fim de organizar um programa e um regulamento de ensino para as aulas municipais e subvencionadas. O intendente de Caxias adiantou uma proposta no sentido de que fossem anexados às escolas municipais campos agrícolas, onde seriam ministrados ensinamentos práticos de agricultura, “concorrendo para o desenvolvimento da produção da região”. Conforme informou a ata, “todos os presentes comprometeram-se a estabelecer em seus municípios os mencionados campos, devendo o dr. Gobbato fornecer os modelos e programas a serem adotados”. Aqui, percebe-se o uso do prestígio de Gobbato enquanto professor reconhecido a quem coube a tarefa de pensar e projetar o ensino agrícola na região.

Articulada ao tema do ensino, houve a discussão a respeito da criação de um “viveiro intermunicipal e os meios para fomentar a racional agricultura colonial”.

Gobbato defendeu a ideia da criação do viveiro em um município central, onde os agricultores pudessem conseguir gratuitamente, ou por um preço mínimo, adubos e mudas. Também propôs a instalação de uma escola prática anexa ao viveiro, “na qual os colonos aprendam novos e modernos métodos e recebam conselhos práticos, sendo as despesas custeadas proporcionalmente pelas intendências”.¹⁸⁴ Mais uma vez, desponta aqui o projeto pedagógico de modernização da agricultura, que pontuou toda a trajetória do personagem. Gobbato ainda apresentou, segundo a ata, “um detalhado orçamento”, em que estimou o lucro e as despesas anuais com o referido viveiro. A proposta foi aceita de forma unânime e escolheu-se como sede do viveiro o Município de Bento Gonçalves. Também ficou decidido que seria estabelecida uma sucursal em São Sebastião do Caí.

Alguns temas propostos na pauta foram pouco discutidos, como a possível uniformização dos Códigos de Posturas dos municípios, deliberando-se que João Batista Pianca faria um estudo sobre o assunto e enviaria aos demais congressistas. Até mesmo a possível substituição do imposto de estatística e expediente por outra tributação foi pouco discutida. Sobre esse ponto, coube a Renato Costa concluir, “em nome de um grupo de intendentess” ali presentes, sobre a impossibilidade da eliminação imediata do referido imposto, afirmando que as taxas sobre os produtos dos municípios “continuarão com as tributações atualmente em vigor, comprometendo-se [os intendentess e presidentes dos conselhos municipais], entretanto, a reduzi-las gradativamente e mesmo eliminá-las no futuro orçamento, de acordo com as suas possibilidades financeiras”.¹⁸⁵ Renato Costa, que havia afirmado estar ali mais como espectador, também se manifestou sobre a questão do comércio do vinho rio-grandense, apresentando uma petição encaminhada à Associação dos Comerciantes de Porto Alegre, na qual um grupo de comerciantes daquela praça solicitava a intervenção da entidade, para impedir a desvalorização do produto. Conforme consta na ata, Costa teria dito que “era de conhecimento público a situação de verdadeira insegurança por que se encontravam, em geral, os produtos da zona colonial, onde os produtores não possuíam os meios necessários de defesa”, lembrando, nesse sentido, a conveniência de serem criadas “Caixas Rurais e associações cooperativas, como meio mais seguro para instruir o colono e trazer,

¹⁸⁴ Resumo dos Trabalhos do Congresso de Intendentess e de Presidentes de Conselhos Municipais realizado em maio de 1925 em Caxias. Caxias: Livraria Mendes, 1925. p. 13.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 21-22.

consequentemente, a valorização do produto”. Acrescentou Costa que estava autorizado pelo presidente do estado a declarar que “s. excia. julgava mesmo oportuna qualquer ação nesse sentido e necessária a organização de defesa proposta, estando o Estado disposto a cooperar com os poderes municipais e os produtores no sentido de estabelecer essa defesa”. Gobbato então tomou a palavra, lembrando que o Ministério da Fazenda deveria fornecer o material agrícola necessário ao desenvolvimento das cooperativas pelo preço de custo dos mesmos, além de sugerir a criação de caixas rurais tipo *Reiffeisen*. Outra comissão foi designada para estudar o assunto e apresentar um parecer. Gobbato integrou, também, essa comissão.

Enfim, atuando, com base nos seus conhecimentos técnicos e na sua autoridade intelectual, como importante mediador entre as lideranças político-administrativas locais e o governo estadual, Gobbato ampliava sua rede de influências e reforçava seu prestígio ao encabeçar a organização do Congresso, o qual aconteceu simultaneamente aos preparativos para as festividades em torno das comemorações do primeiro cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Um contexto, portanto, favorável ao espraio de sua liderança.

Do jogo político jogado por Gobbato não ficaram de fora as trocas de favores, ou seja, o clientelismo característico do borgismo (e, de modo mais amplo, do sistema político vigente na Primeira República), meio já amplamente utilizado para a manutenção da hegemonia política do PRR naquele município. Várias situações desse tipo são encontradas na documentação examinada. Exemplo claro dessa prática foi o pedido de José Balen ao intendente, a quem se dirigiu como “distinto amigo”, solicitando o desmembramento do cartório Adaauto Cruz, bem como a sua nomeação como oficial do Registro Geral de Imóveis do Município:

Soube que o benemérito Presidente do Estado, por um princípio de equidade e justiça [...] vai como, aliás, tem feito em outros municípios, com outros cartórios, criar privativamente, aqui, o Registro Geral de Imóveis, desmembrando-o do primeiro Cartório de Notas, a que está provisoriamente anexado. Lembro ao prezado amigo a promessa espontânea que fez, e mais tarde solenemente ratificou-a ao Cel. Tancredo Appio Feijó, promessa essa que consiste em indicar-me ao Eminentíssimo Dr. Borges de Medeiros, para ocupar o cargo oficial do Registro Geral deste Município.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Correspondência de José Balen a Celeste Gobbato. Caxias, 11 out. 1926. (IHGRS).

O pedido de Balen a Gobbato foi sucedido por uma verdadeira “corrente” de apoios. Uma carta¹⁸⁷ e um telegrama¹⁸⁸ foram enviados a Gobbato reforçando a indicação do primeiro. Na carta, Dante Marcucci disse estar certo de que, “com a nomeação do sr. José Balen [...] o Partido Republicano faz uma das mais valiosas re-aquisições, dado o grande e incontestável prestígio e elevado conceito que o mesmo desfruta no seio do eleitorado e da sociedade caxiense”. O remetente afirmou ainda que o pedido estava sendo feito juntamente com o dos “caros amigos” Cônego Meneguzzi e o Dr. Rômulo Carbone, proprietário do Hospital Carbone. Já o telegrama teve como remetente Tancredo Appio Feijó, ao que se sabe um dos, senão o maior, proprietário de terras de Caxias e figura tradicional da política local. Na mensagem, Feijó “roga” ao “amigo especial” pelo desmembramento do Cartório e pela indicação de Balen.

Balen finalizou sua carta a Gobbato lembrando o intendente de duas importantes questões: a primeira era que a principal autoridade local havia dado sua palavra aos “amigos Cel. Feijó, Cel. Hollanda Cavalcanti, Srs. Adelino Sassi, Aristides Germani e Antonio Pieruccini”; e a segunda aludia ao fato de Balen ter cessado sua atuação “de oposicionista da política local” e que, desde o pleito que levou Gobbato ao poder, ele vinha “acompanhando e auxiliando a atual administração”. O solicitante ressaltou que “se o amigo atender ao pedido do Cel. Feijó cessará a interferência deste no seio do oposicionismo local”.

Na correspondência a Borges de Medeiros, enviada no mesmo dia do recebimento da carta de Marcucci, Gobbato esclareceu um pouco mais os fatos:

Ao assumir a chefia política deste município, devido exclusivamente à bondade de V. Exa., fui logo procurado pelo atual primeiro notário, detentor dos dois cartórios Sr. Aduino Cruz, que pediu insistentemente para não provocar esse desmembramento por alguns meses até que lhe fosse possível regularizar as suas condições financeiras particulares, comprometidas especialmente com a compra do cartório de notas. Dois anos foram passados para que me considerasse desobrigado de tal compromisso. Dadas as circunstâncias submeti à apreciação de V. Exa. o assunto em questão tendo obtido de V. Exa. a necessária [ilegível], praticamente realizável depois das eleições de fevereiro de 1927. Agora, diversos amigos interessados também nessa nomeação, pedem a V. Exa., por meu intermédio, que seja antecipada a promessa de V. Exa., o que tem motivado pedidos insistentes verbais e escritos, não obstante as minhas ponderações, que seria imprudente insistir sobre o assunto já decidido por V. Exa., e favoravelmente. Eis-me eu ainda no cumprimento de um dever de chefe político, ouvindo e transmitindo pedidos de elementos adversários, que são

¹⁸⁷ Correspondência de Dante Marcucci a Celeste Gobbato. Caxias, 19 out. 1926. (IHGRS).

¹⁸⁸ Telegrama de Tancredo Ápio Feijó a Celeste Gobbato. Caxias, 31 set. 1926. (IHGRS).

exponente de prestígio. Refiro-me aos srs. Cel. Tancredo Ápio Feijó e Dante Marcucci, cujas mentalidades políticas já podemos certamente contar, o que é muito confortador. Se me pode caber no assunto qualquer opinião, cumpre cientificar a V. Exa., que outros dignos correligionários muito bem acolheriam o pedido favorável que estou interpretando, destacando-se os distintos companheiros Sassi, Cavalcanti, Pieruccini, Germani, Cônego Meneguzzi e dr. Carbone.¹⁸⁹

Gobbato cumpriu a palavra empenhada e atendeu ao pedido de todos os envolvidos, inclusive daqueles vinculados diretamente com o oposicionismo local; afinal, havia sido eleito como “candidato de consenso”, o que significava jogar o jogo político de forma a atender aos interesses das diferentes facções políticas ali estabelecidas. Também é bom lembrar a relação de Gobbato com membros da oposição, antes mesmo de sua inserção no campo político, como atestam seus vínculos com Assis Brasil.

Através da troca de favores, Gobbato posicionava-se como um agente de mediação entre os interesses da elite local e o governo do estado, o que contribuía para assegurar a legitimidade do intendente e a confiança no que ele “diz[ia] poder fazer”, característica própria do discurso político, como bem observou Bourdieu.

Como era prática comum durante a Primeira República, o intendente municipal acumulava a função de subchefe de Polícia, a qual lhe permitia e lhe exigia um controle rigoroso sobre a ordem pública. Dentre as atribuições do cargo, figurava o exame minucioso da situação política, na respectiva região policial. Os relatórios que Gobbato enviava a Borges, por determinação deste, demonstram o poder de que era munida a figura do intendente, ao acumular tais funções. A região policial de responsabilidade de Gobbato abrangia os Municípios de Nova Prata, Bento Gonçalves, Garibaldi, Alfredo Chaves, São Marcos e Antônio Prado. É através dos referidos relatórios que se pode verificar outras nuances do jogo jogado por Gobbato, ou seja, do clientelismo reinante na época.

De algum modo, de acordo com Carvalho, “o clientelismo perpassa toda a história política do país” e, de forma geral, “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do

¹⁸⁹ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 20 de outubro de 1926. (IHGRS).

voto”.¹⁹⁰ Seu conteúdo, no entanto, “varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos”.¹⁹¹ Embora a prática clientelista tenha sido um “traço marcante do comportamento político” gaúcho, torna-se importante referir que diversas foram as possibilidades de seu uso,

em diferentes momentos e espaços da história [...] do Rio Grande do Sul, onde em igual período histórico [a Primeira República] tem um peso diferenciado. Nas áreas coloniais fez-se presente em menor escala do que, por exemplo, na área do planalto médio, não deixando, contudo, de ser perfeitamente identificado através de numerosas evidências empíricas, em especial, [...] mais para as áreas coloniais italianas do que alemãs.¹⁹²

Para as áreas italianas, por exemplo, foi detectada

uma extensa atividade de cunho clientelista com pedidos de “favor”, “proteção” e emprego. Geralmente, tais pedidos são encaminhados [a Borges] por “correligionários” que pedem para si ou parentes, em nome de “serviços prestados ao PRR. Quando o intendente pede favores para outras pessoas o argumento é sempre no tom do “bem da política local”.¹⁹³

Dessa forma, e nesse aspecto, percebe-se que a atuação política de Gobbato – ou seja, suas estratégias, ações e movimentos – é representativa da maneira como os indivíduos, naquela situação, acionaram seus recursos, das formas como os utilizaram e de como se estruturaram em redes e as movimentaram, conforme bem observou Grynszpan ao referir-se às potencialidades dos estudos sobre trajetórias individuais, para refletirmos “sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos”.¹⁹⁴ Portanto, Gobbato entrou no jogo e jogou o jogo político incorporando o esquema da troca de favores característico daquela configuração de poderes.

Em uma das diligências à região policial¹⁹⁵ de sua responsabilidade, Gobbato destacou as situações que, na sua ótica, eram as mais graves e, por isso, “mereciam uma atuação rápida”, quer dizer, a intervenção e o aval de Borges. A primeira, referente ao Município de Nova Prata, seria a imediata nomeação de um delegado de

¹⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 37, 1997.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² FÉLIX; SCHMIDT; KLEBER, op. cit., p. 47.

¹⁹³ Ibidem, p. 69.

¹⁹⁴ GRINSZPAN, op. cit., 1990, p. 74-75.

¹⁹⁵ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 26 de novembro de 1926. (IHGRS).

polícia “de completa confiança de V. Exa., que possa auxiliar também aquele despreocupado chefe político local”. A segunda foi descrita por Gobbato como sendo “anormal”. Em Bento Gonçalves, haveria a necessidade de um delegado de polícia que fosse “um homem calmo e criterioso para aproveitar a visão do partido em benefício do mesmo”. Esse homem, disse Gobbato, “é o Cel. Carvalho Júnior, estimado por todos mas um tanto amesquinhado pelo Dr. João Pianca”, então intendente do município. Em outra correspondência a Borges, Gobbato já havia se referido a problemas na administração de Pianca, inclusive levantando rumores sobre uma possível substituição do intendente. Para a solução do caso de Bento Gonçalves, o remetente solicitou autorização do presidente do estado para fazer o convite pessoalmente ao Cel. Carvalho Júnior e insistiu pela sua urgente nomeação.¹⁹⁶ Nota-se aí a maneira como Gobbato, enquanto líder político destacado naquela região, foi ampliando sua área de influência, ao constituir novas redes de relações sociais, valendo-se, para tanto, de sua interlocução privilegiada com Borges.

Já em Caxias, Gobbato destacou a “ótima situação na zona rural”, embora a cidade, disse ele, fosse “em parte enigmática”, referindo três situações que ocorriam no centro do poder: a zona urbana. Uma colocava em evidência a relação pouco amistosa que se estabeleceu entre o novo e o ex-intendente, Penna de Moraes:

Elementos de destaque da oposição têm verberado os acontecimentos últimos dos quartéis federais, não tendo-se ainda animados a realizar a sessão fixada desde dias para apresentação de candidatos à representação federal. Por enquanto se pode calcular como esfacelada está a Aliança Libertadora que, na realidade, continua acéfala. Quem mais procura perturbar a política republicana em Caxias, são, infelizmente, dois correligionários [...]. Um é o sr. José Moraes Velinho, sobrinho do Cel. Penna de Moraes, ex-intendente deste município, insuflado por este ex-chefe político local, comigo descontente pelo fato já exposto ao Conselho Municipal da real situação financeira da intendência ao assumir o cargo de administrador da mesma.¹⁹⁷

Gobbato sugeriu a Borges que intervisse a Penna de Moraes, já que o parente deste último, “insuflado” pelo tio, empreendia uma contínua propaganda contra a sua atuação administrativa e política. Afirmou ainda que bastaria uma só palavra de

¹⁹⁶ Em janeiro de 1927, Gobbato enviou outro relatório a Borges, no qual se verifica que o pedido de nomeação de Carvalho Júnior, para a função de delegado de polícia, havia sido atendido e que essa atitude, segundo o remetente, havia trazido uma sensível melhora na situação política em Bento Gonçalves, RS.

¹⁹⁷ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 26 de novembro de 1926. (IHGRS).

Borges para “acalmar o espírito agitado” de Moraes e que isso poderia ser feito pelo “dedicado correligionário Sr. Dr. Octávio Rocha, louvado intendente de Porto Alegre”. Há que se lembrar que Otávio Rocha foi o homem que reorganizou o Centro Republicano em Caxias, orientou a propaganda política e lançou oficialmente o nome de Gobbato como candidato, em 1924.

A outra situação envolvia o escrivão da Coletoria Federal em Caxias, o sr. João Batista de Oliveira Mello, que Gobbato qualificou como “mais perigoso”, pois circulava a informação de que ele havia sido removido de Passo Fundo por ser considerado “elemento prejudicial ao partido”. Para a solução do caso, Gobbato pediu o empenho de Borges em conseguir a remoção do escrivão, como forma de afastar do município “um elemento pernicioso ao partido”, nomeando para o cargo “um elemento republicano que tenha dado provas de sua lealdade a V.Exa.”

Por último, Gobbato afirmou ter recebido pedido de Delamar Dias Maia para que intercedesse a Borges, a fim de conseguir a sua nomeação ao cargo de agente fiscal federal. O intendente justificou o pedido “por tratar-se de um companheiro dedicado, que tanto auxiliou o sr. Octávio Rocha na campanha eleitoral de 1924 e por ser irmão do distinto companheiro sr. Pedro Maia, ex-delegado fiscal”. A fim de viabilizar tal nomeação, seria necessário transferir para outro município um agente fiscal em função, “o agente Gustavo Linhares Banthmüller, que é nosso adversário declarado, um tanto prejudicial ao nosso partido”. Ou seja, alguns adversários políticos eram considerados mais prejudiciais e perigosos, outros, nem tanto; cabia a Gobbato estabelecer essa gradação a Borges.

Gobbato também procurava proteger seus amigos italianos como se verifica quando ele entregou, nas mãos de Remigio Duchini, “amigo” e “publicista italiano”, uma carta de apresentação dirigida a Borges de Medeiros. O italiano residia há poucos anos no estado e, conforme o intendente, além de se tratar de um homem “convicto da pureza e da beleza dos princípios do partido”, teria também contribuído para a disseminação destes princípios em Bento Gonçalves, “onde foi um dos fundadores do Grêmio Republicano Coronel Carvalho Junior”.¹⁹⁸

No início de 1926, uma correspondência entre Gobbato e Borges demonstra que a relação entre ambos havia se tensionado. O último, preocupado com o “sensível” decréscimo no número de votos para presidente da República em Caxias –

¹⁹⁸ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 21 de outubro de 1927. (IHGRS).

1.977 no ano de 1926 contra 3.096 em 1922 –, solicitou esclarecimentos ao intendente quanto aos motivos que haviam incidido sobre o resultado. Gobbato iniciou respondendo que só tomou conhecimento da situação política de Caxias no dia 22 de outubro de 1924, época em que assumiu a intendência e a direção política local. Disse ter procurado o auxílio de “sinceros correligionários”, para realizar um estudo sobre a questão eleitoral no município e o que foi apurado, em síntese, era que os resultados oficiais, em todas as eleições realizadas desde 1922, não correspondiam ao número real de votantes. Gobbato também lembrou a Borges que, nas eleições para o Senado de 3 de maio de 1924, o eleitorado do município compreendia todos os eleitores do *atual* território municipal, mais aqueles de Nova Trento, Nova Pádua e Marcolina Moura,¹⁹⁹ os quais formaram, desde 25 de maio do mesmo ano, o Município de Nova Trento, e que, mesmo contando com a presença do “ilustre republicano Dr. Otávio Rocha [na cidade], que tinha amplos poderes, o Partido só conseguiu 1.015 votos contra 1.773 dos adversários”. Ressaltou ainda que, até mesmo no pleito que o elegera intendente, compareceram, de fato, às urnas, 789 eleitores, sendo que oficialmente foi divulgado o número de 1.127. Ele respondeu às cobranças de Borges, atribuindo parte da responsabilidade pelo decréscimo eleitoral à forma como o ex-intendente Penna de Moraes encaminhou as eleições em 1922, quando esse se negou a entregar os títulos eleitorais a indivíduos supostamente de oposição, o que gerou um movimento de rebeldia, em frente à intendência que só foi abafado pela interferência do Cônego Meneguzzi, fato já evocado no capítulo anterior. Gobbato classificou o ato de Moraes como “precipitado” e deu a entender que o episódio provocou um clima de desconfiança na cidade quanto ao processo eleitoral, pois muitos indivíduos “divergiam da chefia política e administrativa local”. Acrescentou o intendente que, “para a região colonial a melhor propaganda política é, além de dispensar justiça, fornecer escolas e atender às vias de comunicação”, fazer o que ele estava fazendo “até com sacrifício” dos cofres públicos:

Onerados por dívidas pesadas e improdutivas em prol da realização dos melhoramentos de inadiável necessidade e até suprimindo a falta de conservação das rodovias do Estado e a diminuição da subvenção estadual escolar, devido a um lamentável engano da Secretaria do Interior, como ficou averiguado, depois de longas insistências, pela inspeção especialmente realizada pela mesma.²⁰⁰

¹⁹⁹ Neste ano, 1926, Marcolina Moura já se chamava Otávio Rocha, distrito do município de Nova Trento, o qual, mais tarde, passou a se chamar Flores da Cunha.

²⁰⁰ Correspondência de Celeste Gobbato a Borges de Medeiros. Caxias, 21 de outubro de 1927. (IHGRS).

Gobbato prosseguiu sua defesa lamentando a falta de comprometimento de alguns republicanos que, ao assumirem cargos eminentemente políticos, “infelizmente, e é forçoso dizer-se, em nada tem contribuído”. Concluiu a correspondência sugerindo a Borges seu possível afastamento da direção política local, com as seguintes palavras:

Como soldado disciplinado sempre pronto a cumprir ordens, deixarei em qualquer momento e sem despeito a direção política local, se assim V.Excia. reputar conveniente para os altos interesses da política republicana deste município, podendo V. Excia. ficar certo que também neste caso as minhas modestas forças estarão sempre prontas a auxiliar o novo chefe político ou a comissão executiva que por ventura V. Excia. venha nomear.²⁰¹

Ao se despedir de Borges, Gobbato se referiu à sua “apoucada, mas indefectível solidariedade política e pessoal”. Esse incidente mostra que, com a legitimidade e a credibilidade por ele adquiridas no cargo que exercia, Gobbato se dava ao direito de “enfrentar” Borges. Ele estava, enfim, jogando o jogo tenso da política, “nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo a jogar”.

2.2 O “grande administrador”: progresso e endividamento

Nos dias posteriores a sua posse, Gobbato recebeu muitas manifestações de apreço, provenientes de vários municípios gaúchos e mesmo de outros estados do Brasil. Através da imprensa local,²⁰² é possível perceber, na variedade de telegramas que chegavam à intendência, a valorização dos recursos profissionais do novo governante municipal, aos quais era vinculado o futuro promissor de sua administração. As mensagens ressaltavam também a *perspicácia* e a *clarividência* de Borges de Medeiros, que soube escolher para intendente “um provecto agrônomo”, “brilhante na cátedra, no livro e na imprensa diária”, enfim, um homem de “reconhecida e inigualável capacidade técnica”. De Uruguaiana, por exemplo, um ex-aluno de Gobbato o felicitava pela “brilhante vitória”. Do Rio de Janeiro, Ernesto Mayer louvava a cidade pela escolha acertada de seu prefeito, pois, conforme disse, “não há a menor dúvida de que v.s. será aí *the right man in the right place* para o progresso deste município”. De Florianópolis, a mensagem destacava o desejo do

²⁰¹ Idem.

²⁰² *O Brasil*, Caxias, p. 1, 22 set. 1924.

remetente de ver, na direção da *Egatea*, “alguém que saiba manter a revista à altura que v.ex. lhe tem conquistado”. Em Porto Alegre, Gobbato foi homenageado por um grupo da Sociedade Gondoleiros, ocasião em que lhe foi oferecido um *banquete*. A homenagem, conforme *O Brasil*,²⁰³ não era exclusiva a ele, estendendo-se também a José Montaury, que governou a capital do estado durante 28 anos, e a Otávio Rocha, recém-eleito intendente de Porto Alegre. Durante a festividade, ao referir-se à eleição de Gobbato, Montaury disse que “este se recomendou desde que veio ao Rio Grande do Sul, pelos seus serviços prestados à agricultura, que, como é sabido, constitui uma das fontes de riqueza deste Estado”. Falou ainda sobre a cultura do intendente eleito de Caxias, enfatizando que “homens como este são precisos para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul”.

Não só as qualidades profissionais de Gobbato foram destacadas nas referidas mensagens. A condição de estrangeiro do novo intendente também mereceu atenção, por exemplo, de Tubino Machado, membro do PRR que, de Porto Alegre, exaltou a “rara cultura do professor de agronomia”, assim se referindo a ele:

A sua recente eleição para o cargo de intendente do próspero município de Caxias, ao patentear claramente esta verdade, demonstra que o partido que cuida apenas do interesse social, compreendeu que nem sempre devem ser reservadas somente aos filhos do lugar as funções que o estrangeiro inteligente e probo também pode exercer com inexcusável brilho. Devemos mais uma vez reconhecer o papel decisivo que foi reservado na nossa civilização não somente ao braço, mas à inteligência italiana.²⁰⁴

É interessante notar as diferentes concepções políticas anunciadas nas mensagens: para uns, coube a Borges de Medeiros, com sua *perspicácia* e inteligência, *escolher* o novo intendente; já outros felicitavam *a cidade* que soube eleger para intendente o homem certo na hora certa. De modo geral, observa-se, por essas fontes, que Gobbato havia alcançado projeção em diversos planos, por sua atuação profissional, não sendo, portanto, um simples joguete manipulado por Borges.

As metas anunciadas no programa de governo²⁰⁵ estavam centradas na criação de infraestrutura básica, especialmente nas questões do abastecimento de água, da ampliação do fornecimento de energia elétrica, do melhoramento das estradas e da construção de novas pontes. A ampliação da rede escolar e de atendimento médico

²⁰³ *O Brasil*, Caxias, p. 2, 6 out. 1924.

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ O discurso de posse foi registrado no jornal *O Brasil*, Caxias, p. 1, 18 out. 1924.

também foi destacada pelo novo intendente. Pronunciando-se sobre o velho problema da arrecadação dos impostos, Gobbato afirmou que essa mereceria “especial cuidado” e que tal arrecadação deveria “ser integral para todos, sem distinção de classes, de categoria ou de filiação política”.

Engenheiro Agrônomo, Gobbato lançou mão de seus recursos profissionais para anunciar aquela que deveria ser a maior de todas as suas obras, para a qual empreenderia todos os esforços: “a intensificação e o melhoramento da produção municipal”. A fim de atingir tal objetivo, o primeiro passo consistiria em “promover o estudo do solo do município”, atividade que, segundo ele, teria “o apoio da benemérita presidência da Escola de Engenharia, por meio de seus estabelecimentos agrícolas”. Verifica-se, assim, como Gobbato acionou e reforçou o seu capital de relações sociais, ou seja, seus vínculos com a instituição de Ensino Superior, onde atuara por muitos anos, para atender ao programa de governo pelo qual era responsável.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo intendente, no dia seguinte à posse, foi nomear uma comissão entre os conselheiros municipais, para dar conta do real patrimônio e das finanças do município. Integravam a dita comissão Antonio Pieruccini, Armando Antunes e Leonel Mosele. Segundo consta, Gobbato assumiu a intendência “meio às escuras”. Nesse sentido, reclamou aos conselheiros que, ao receber o cargo de seu antecessor, lhe foi entregue apenas uma folha datilografada na qual estavam relacionados os credores da municipalidade, “nada mais me foi documentado naquela ocasião, mesmo por não existir uma verdadeira e própria contabilidade na intendência, pois o movimento da mesma era resumido nos livros Diário da Receita, Diário de Despesas e Caixa”.²⁰⁶ Quanto ao patrimônio, Gobbato registrou que, ao visitar o município, deparou-se com as péssimas condições dos locais destinados aos serviços públicos, como o matadouro, cujos valores de manutenção não podiam estar de acordo com aqueles apresentados no último relatório da gestão de Penna de Moraes, daí a necessidade de nomear a referida comissão, encarregada desse levantamento. Gobbato manifestou ainda preocupação com as condições financeiras da Intendência. Dívidas com credores diversos, com o Banco Nacional do Comércio, com a Caixa Econômica Popular de Porto Alegre, com vencimentos de funcionários em atraso, entre outras, somavam a quantia de

²⁰⁶ GARDELIN, op. cit., 1993, p. 62.

1.218:225\$931. A situação, segundo ele, ficaria ainda mais difícil em razão de que a municipalidade não poderia lançar mão de um novo empréstimo, já que a cláusula oitava do contrato com o Banco Nacional do Comércio determinava que, “durante a vigência deste contrato é expressamente proibido à Intendência contrair qualquer outro empréstimo, seja qual for o pretexto alegado”.²⁰⁷ Ao mesmo tempo, reforçou o novo intendente, “iam-se avolumando na intendência documentos de toda a natureza, pedindo o pagamento de créditos contraídos com a administração anterior”. Seria necessário, pois, recorrer a outros meios para saldar as dívidas e empreender as melhorias nos serviços de infraestrutura propostas pela nova gestão.

Coube à Subcomissão de Finanças apresentar à Comissão Central propostas para solucionar a “deficiência de recursos monetários” da municipalidade. Esta subcomissão cogitou a criação de uma Caixa Rural, tipo *Raiffeisen*, a exemplo de outras que funcionavam em Santa Cruz e em “muitos outros municípios de colonização alemã”. Tal ideia foi descartada porque, como alegaram alguns, seria difícil encontrar “pessoas práticas, idôneas e com tempo disponível para administrar a Caixa”. Outro argumento para a não execução dessa proposta foi a “desagradável impressão deixada pelo insucesso das Caixas Rurais fundadas pelas Cooperativas”, em período anterior, em Caxias. Também foi considerado que a urgência para a solução das finanças municipais não seria atendida por esse mecanismo. Outra proposta foi a emissão de apólices da Intendência, mas alegou-se que a demora nos resgates dessas aplicações concorreria para o insucesso da medida, sendo a sugestão descartada. O modelo aprovado foi o terceiro a ser proposto: a instituição de uma Caixa de Depósitos Populares da Intendência Municipal, a qual foi prontamente aceita pelo intendente, que conclamou ao Conselho a aprovação de seu funcionamento, bem como a elaboração da lei necessária à sua fundação.

Entre as qualidades dessa sugestão, destacou-se o fato de o sistema ser bem conhecido, pois era usado pelos bancos, bem como a sua economia, já que seria operado pelos funcionários da Intendência. Além disso, apontou-se como condição, para o sucesso da Caixa de Depósitos, a confiança na administração do município. Segundo os redatores do relatório, esta estaria garantida pela simpatia que a gestão da época vinha angariando,

²⁰⁷ Ata do Conselho Municipal. Caxias, 31 de janeiro de 1925. (GARDELIN, op. cit., 1993, p. 62-63).

graças ao empenho que está demonstrando e ao acerto de suas medidas para o melhoramento geral, conquistando aplauso unânime da população da cidade e também já em grande parte do interior do município, onde a sua atuação vem se tornando conhecida. Por isso mesmo, acreditamos não será difícil conseguir, aqui na cidade, um certo número de depositantes que concorram para dar um bom início da Caixa de Depósitos Populares, exercendo ao mesmo tempo um bom exemplo de que resultará certamente a concorrência de outros depositantes do comércio e população em geral dos distritos, como também de parte dos agricultores, ainda mais se organizar uma comissão de propaganda composta de pessoas idôneas e influentes, desta cidade e dos distritos.²⁰⁸

Como garantia do plano, sugeriu-se a abertura de crédito em banco, para uso em ocasiões em que a Caixa não tivesse condições de atender ao pagamento dos depositantes.

Quando Gobbato apresentou a proposta de criação da referida Caixa aos conselheiros municipais, já estava anexado à proposição o regulamento da mesma e, pelo que se pode perceber, havia pressa no encaminhamento da medida, tanto que, conforme indica a ata desta sessão do Conselho, no mesmo dia foi promulgada a Lei 58, que fundou a mencionada Caixa Municipal.

A criação do serviço bancário municipal demonstra a sintonia que se estabeleceu, ao menos no período inicial da gestão de Gobbato, entre o intendente, o Conselho Municipal e a Comissão Pró-Caxias. No que tange à vida financeira do município, evidencia-se a força política da elite econômica da cidade, que demonstrou agilidade na busca por uma solução para o problema das finanças. Conforme ficou estabelecido na referida Lei 58, art. 1º, “a administração da Caixa ficará a cargo direto da Intendência Municipal e será fiscalizada e controlada pelo Conselho Municipal e pelos diretores da Comissão Pró-Caxias”.²⁰⁹

Outros segmentos sociais também estavam presentes neste cenário e tiveram papel fundamental nos rumos da nova administração. Tal é o caso dos membros da Subcomissão de Propaganda que, como o próprio nome diz, ficou responsável pela propaganda oficial da administração. Sua equipe de trabalho constituiu-se, majoritariamente, por membros do clero, sob a presidência do Cônego João Meneguzzi, o que evidencia a percepção, por parte da administração municipal, da influência desta instituição na população. A Igreja católica local cumpriu importante

²⁰⁸ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. 1924/1925. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. p. 24. (AHMJSA).

²⁰⁹ GARDELIN, op. cit., 1993, p. 42.

papel na gestão de Gobbato, no sentido de valorizar e apoiar o governo através de diferentes mecanismos. Segundo Rela,

de todas as subcomissões a que mais se destacou, enquanto atuação, foi a de propaganda, pois estando nas mãos da hierarquia eclesial, estavam à disposição da máquina governativa a imprensa católica, os sermões dominicais, as capelas... Para Monsenhor Meneguzzi, habituado aos jogos políticos e às incursões pelos vários grupos sociais, recolher adeptos e contribuidores para o novo governo não era difícil.²¹⁰

Ainda de acordo com a autora, além das constantes matérias publicadas na imprensa católica, enaltecendo o desempenho do intendente e de sua “laboriosa administração”, as frequentes comemorações e rituais promovidos pela instituição contavam quase sempre com a presença do governante: festas aos santos, missas de aniversários e bênção de sinos, por exemplo.²¹¹ Este apoio baseava-se em um sistema de troca de favores. Nesse sentido, por exemplo, o governo municipal autorizava a concessão de subvenções aos padres e intermediava a liberação de benefícios por parte do governo estadual. Típico dessa conduta foi a doação de 2:000\$000 enviada pelo governo estadual ao hospital dirigido pelas damas de caridade, o Hospital Pompéia. Este grupo de senhoras da elite da cidade mantinha uma relação bastante próxima com a Igreja, promovendo festas beneficentes, além de outras ações que visavam à arrecadação de fundos para projetos da municipalidade, como veremos adiante. Outra situação que envolveu a troca de favores foi a aprovação, pelo intendente, do requerimento que solicitava a isenção de impostos, durante dois anos, para os prédios onde funcionavam os institutos educacionais Nossa Senhora do Carmo e Sociedade Porvir Científico, dirigidos por membros da Igreja católica. Gobbato deu atenção especial às escolas religiosas e às aulas paroquiais, concedendo verbas também aos estabelecimentos de ensino ligados à Igreja, que se localizavam nos distritos, como Nova Milano, São Marcos e Ana Rech. Em contrapartida, pelo que se depreende das fontes, o intendente era sempre atendido pelos parceiros católicos. Estes, por exemplo, respondendo a uma solicitação do intendente, conseguiram juntar “em 48 horas 500 animais entre os colonos”, para a montaria das

²¹⁰ RELA, op. cit., p. 88.

²¹¹ Ibidem, p. 83.

forças legais da 3ª Região Militar.²¹² A aliança entre o intendente e a Igreja católica, no entanto, foi abalada no final do governo de Gobbato, como se verá mais adiante.

No primeiro ano de governo, Gobbato qualificou o estado sanitário de Caxias como “excelente” e usou como indicativo o “grande número de veranistas e pessoas de saúde alterada” que afluíam ao município.²¹³

O serviço de saúde pública estava a cargo de um médico que atendia aos pacientes pobres em um consultório da municipalidade, além de realizar visitas domiciliares “na cidade e na colônia”.

Na área da saúde, cabe destacar a iniciativa do intendente de instalação do Serviço de Profilaxia da Sífilis e Doenças Venéreas. Segundo ele, provavelmente se tratava do único até o momento existente no estado e era dirigido por um médico, auxiliado por uma enfermeira. O atendimento voltava-se às pessoas necessitadas, “sem distinção social ou de sexo”. Como justificativa do Serviço, Gobbato escreveu:

Como é fácil imaginar, grande é o número de meretrizes que se servem desse Serviço, vindo em seguida e em menor quantidade homens e mulheres. Respectivamente ao meretrício, este Serviço tem em vista evitar a prorrogação que recai invariavelmente nos moços, pois a contenção sexual até a época do casamento, prática de higiene e de moral é quase ridícula entre os povos latinos. Assim sendo, sempre que a gravidade do caso ou o perigo do contágio o exigem, os doentes são isolados em pavilhão do Hospital de Pompéia, onde continuam tratamento, por conta da municipalidade. Compreende-se bem que uma doente isolada evita o contágio em boa quantidade, o que *de per si* justificaria a existência do Serviço.²¹⁴

Este Serviço – cuja justificativa se assentava em práticas moralizadoras e higienistas próprias dos processos de modernização urbana em curso, na época em várias cidades brasileiras – mereceu destaque nos relatórios do intendente, acompanhado de várias fotografias.

Outros aspectos citados no relatório, em relação à saúde pública, referem-se ao “alastrim” (forma benigna da varíola), do qual, segundo Gobbato, houve epidemia no passado, não sendo posteriormente verificados novos casos, e à manutenção de soros

²¹² *O Regional*, Caxias, p. 2, 8 jan. 1927. (AHMJSA).

²¹³ Cabe aqui ressaltar que tal característica da cidade ocasionou, por exemplo, a mudança de residência do sucessor de Gobbato na intendência em 1928, o comerciante Tomaz Beltrão de Queiroz, que saiu de Porto Alegre, por volta de 1924, para tratar a saúde de sua esposa que sofria de doença pulmonar.

²¹⁴ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Dr. Celeste Gobbato. 1924-1925. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia, 1926. p. 54.

antiofídicos em diversas localidades do município, para eventuais mordidas de cobras. Acompanhavam essas ações a distribuição nas escolas de “200 exemplares de 15 boletins publicados pela Escola de Engenharia, com breves e muito aproveitáveis ensinamentos de higiene”. A mortalidade decorrente da febre tifoide foi considerada *regular* pelo intendente, “tendendo a aumentar se medidas enérgicas não forem tomadas”.²¹⁵ Gobbato creditava a incidência dessa febre à situação do abastecimento de água na cidade. Segundo ele, pelos estudos feitos pelo Serviço de Assistência Pública, apenas 12,5% dos casos de tifo em Caxias se referiam à área servida pela “pequena hidráulica atual”. Explicitando sua avaliação, afirmou que “esse fato não só demonstra a origem hídrica dessa infecção, como impõe desde logo a única providência definitiva – ‘*Salus populus suprema Lex*’”.²¹⁶

A construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros foi a obra de maior vulto empreendida pela municipalidade; motivo de exaltação de seu governo, mas também de endividamento do município. O Ato 34 promulgou a Lei 60, do Conselho Municipal, que organizou a Seção da Hidráulica da Caixa Municipal, como forma de conseguir meios para a construção da obra. Gobbato afirmou que o desenvolvimento e o futuro da cidade estavam intimamente ligados a dois problemas máximos: “a hidráulica municipal e o fornecimento de força motora abundante e barata”. Segundo ele, a única solução favorável e econômica seria aproveitar as águas do Arroio Dal Bó, aproveitamento esse que, inclusive, já havia sido devidamente estudado, planejado e aprovado pelo governo do estado. Para a concretização da obra, o intendente mencionou a referida Seção da Hidráulica da Caixa Municipal, apontando que os membros da Subcomissão de Propaganda haviam sido *incansáveis* na busca de novos depositantes. Também lembrou que, através dos senadores gaúchos, foi proposta uma emenda ao orçamento do Ministério da Guerra pela qual o governo federal ficaria autorizado a dar à intendência de Caxias a quantia de 200:000\$00, como compensação pela instalação e o fornecimento de água ao Quartel Federal, situado na cidade. Estavam dados, então, os primeiros passos para a construção da dita hidráulica, mas foi necessário contrair um empréstimo de 3 mil contos de réis com a firma J. G. White & Comp. Ltda. e estabelecer um contrato com a Companhia Geral de Construções S.A., de São Paulo, para a execução dos serviços, através de concorrência pública realizada pela Secretaria de Obras do

²¹⁵ Ibidem, p. 54-55.

²¹⁶ Idem.

estado. O primeiro “golpe de picão” no local, onde seria construída a hidráulica, reuniu grande número de pessoas, entre civis, militares e membros da Igreja. A construção da hidráulica foi devidamente registrada em fotografias que contemplam todas as etapas do empreendimento e ocupam uma boa parte dos relatórios do intendente. A obra recebeu a denominação de Hidráulica Municipal Dr. Borges de Medeiros, uma “homenagem ao preclaro estadista a quem Caxias tanto deve”, registrou o intendente no documento.²¹⁷

No final do primeiro ano de governo, Gobbato, retomando seu projeto pessoal mais destacado e recorrente, a modernização da agricultura, enfatizou que o melhoramento da produção do município demandava a implantação do ensino técnico na cidade, para oferecer aos colonos “um ensino profissional agrícola”. Essa ideia já havia sido tratada no Congresso de Intendentes, mas não teve os encaminhamentos necessários efetivados. Gobbato resume de forma bastante objetiva o esforço realizado para tal fim. Disse ele que apelou a instâncias superiores, no caso o Ministério da Agricultura, a fim de obter subvenção para a fundação de um patronato agrícola; pleiteou a fundação de uma escola de artes e ofícios, através da vinda dos padres da ordem Salesianos, que, segundo ele, “resolveria cabalmente o problema”; estimulou a direção da Cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para a organização de um estabelecimento de ensino em Caxias semelhante aos que existiam em Santa Maria, Gravataí e em outros municípios; além de ter proposto uma parceria aos proprietários de uma casa de comércio para a criação de uma escola comercial. Todos os esforços não haviam sido concretizados até aquele momento e, além de recorrer a recursos da municipalidade para a criação de um viveiro municipal, como forma de ver, ao menos, algumas das metas em andamento, Gobbato afirmou ter se limitado a “apresentar alunos para a matrícula no excelente Curso de Capatazes Rurais e no Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado, ambos dirigidos pela benemérita e patriótica Escola de Engenharia de Porto Alegre”.

No seu governo, Gobbato empreendeu vários esforços para estabelecer o Patronato Agrícola em Caxias, onde, segundo suas palavras,

as crianças abandonadas encontram um teto providencial e amigo, livrando-as da vida tortuosa da miséria e do vício, para colocá-las no caminho real da vida, ensinando-lhes o poder da terra, que é pão, o cultivo do espírito, que é a

²¹⁷ Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal. Período jan./set. 1928. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928. p. 88. (AHMJSA).

consciência de si mesmos, e o amor à justiça, que as faz úteis a si e à sociedade em que vão viver.²¹⁸

A formação de uma comissão pró-Patronato Agrícola, constituída por Demétrio Niderauer, juiz distrital, e pelas senhoras Sylvia Braghirolli, Umbellina Faccioli e Egyde Spinato, significou um primeiro esforço no sentido de operacionalizar a busca de recursos para além daqueles oriundos dos cofres públicos. A estes membros, juntaram-se Mimosa Peres, Marina Pena, Maria de Lourdes Moraes, Lina Braghirolli e Maria Saldanha, as conhecidas *damas de caridade*. Essas mulheres foram as responsáveis pela organização de diversas festas para angariar fundos, o que, mais tarde, foi destacado pelo intendente como de fundamental importância para a concretização do empreendimento.

A proposta de criação de um patronato agrícola em Caxias está vinculada à instalação de uma Escola Industrial Elementar na cidade, ainda na gestão Penna de Moraes. Nesse sentido, em correspondência endereçada a Moraes, no mês de setembro de 1917, o diretor da Escola de Engenharia, Manoel Theophilo Barreto Viana, informou sobre a aprovação, pelo governo estadual, da instalação da escola industrial em Caxias²¹⁹ (art. 4º da Lei do Estado 167, de 9 de dezembro de 1913). Tal escola tinha como objetivo a implantação de ensino profissionalizante, que respondesse às necessidades das indústrias do município e da “zona a que ela atenderá”. Conforme o documento, o terreno para a instalação do prédio fora cedido pela municipalidade e a construção do mesmo, a instalação das oficinas, as despesas e a manutenção do pessoal técnico da escola industrial ficariam a cargo da Escola de Engenharia. Por outro lado, o diretor deste último estabelecimento solicitou ao intendente que intercedesse junto ao Conselho Municipal, a fim de consignar no orçamento municipal do ano seguinte a verba de dez contos de réis para custear os gastos com o “pessoal diarista e o material de consumo”. Em 15 de maio de 1918, foi firmado o contrato de funcionamento da Escola Industrial Elementar entre a Escola de Engenharia, tendo como representante o engenheiro-chefe do Instituto Parobé, João Lüdertz, e o intendente Penna de Moraes. O processo de expansão do ensino técnico profissionalizante do estado chegava a Caxias, efetivamente, por meio da Escola de Engenharia. A escola industrial começou a funcionar em julho, em um prédio alugado pela intendência. Mas, em outra correspondência, a intendência

²¹⁸ Ibidem, p. 31.

²¹⁹ Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 111*. Porto Alegre, 8 set. 1917. (AHMJSA).

solicitava a avaliação da Escola de Engenharia de um terreno destinado à construção do novo prédio. Conforme consta nessa carta, na primeira turma foram matriculados 30 alunos, número limitado pela direção do Instituto Parobé. No final do ano, estavam frequentando a escola 23 alunos e as despesas do município com a escola industrial somavam 1:772\$160. De acordo com o contrato entre as partes, ficou estabelecido que:

2º) O município de Caxias obriga-se a subvencionar anualmente a Escola Industrial Elementar acima referida, durante o tempo em que esta existir com a importância nunca inferior a seis contos de réis (6:000\$000), desde que a escola mantenha em funcionamento os cursos com as respectivas matérias, como no ano de 1918. Esta subvenção irá aumentando nos anos subseqüentes à medida que o ensino de novas matérias for sendo ministrado e for crescendo o número de alunos até atingir o máximo de 100. Neste caso, a subvenção referida não será jamais inferior ao limite mínimo de dez contos de réis (10:000\$000).

3º) A subvenção mencionada será em doze prestações, no princípio de cada mês à pessoa que a Escola de Engenharia indicar.

4º) O Município de Caxias obriga-se a igualmente a dar gratuitamente o terreno que for preciso para a construção do prédio da Escola Industrial Elementar e para as construções acessórias, não só as que atualmente forem necessárias como as que o desenvolvimento da Escola Industrial for exigindo.²²⁰

Um ano depois, em relatório apresentado ao Conselho Municipal, Penna de Moraes justificava os gastos com a escola industrial, destacando que “é mister, porém, que tais resultados sejam devidamente aquilatados e compreendidos, mediante matrículas e frequências anuais compensadoras dos sacrifícios em que importam para o erário público”.²²¹ Penna de Moraes se referia à transferência das verbas municipais destinadas ao Campo de Demonstração Agrícola, que foram empregadas naquele empreendimento de ensino. No relatório do intendente, referente ao ano de 1923, consta na legenda de uma fotografia que o Campo estava extinto na data de publicação do documento.

Em abril de 1920, a Escola de Engenharia solicitou ao intendente Penna de Moraes a concessão de “todo o terreno da praça” onde já estava em construção o edifício da Escola Industrial, não só para a edificação de um patronato agrícola, que deveria ser inaugurado em breve, como também para a instalação “das seções de

²²⁰ Correspondência entre a Intendência de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Contrato para funcionamento da Escola Industrial Elementar. (AHMJSA).

²²¹ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias pelo intendente Cel. José Penna de Moraes, em 15 de novembro de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920. p. 27. (AHMJSA).

pomicultura, floricultura e horticultura que constituirá a aprendizagem agrícola desse curso elementar”. Pediu ainda que a intendência lhe concedesse uma chácara com cinco lotes “das que possui em terras próximas da Escola Industrial para os diversos serviços agrícolas”.²²² Em novembro do mesmo ano, outra carta da Escola de Engenharia solicitava que o intendente e o Conselho Municipal de Caxias incluíssem, no orçamento de 1921, um auxílio de dez contos de réis (10:000\$000) para a construção do prédio anexo à Escola Industrial, que abrigaria o “internato dos meninos pobres aí matriculados”.²²³ Entre as justificativas para o pedido foram mencionados o encarecimento das construções e o adiamento do auxílio financeiro que o estado havia prometido para as obras. Em contrapartida ao atendimento da solicitação, a edificação passaria a ser propriedade do município “no caso de desaparecimento” da Escola Industrial. E foi o que aconteceu. No final do governo de Penna de Moraes, uma correspondência do vice-presidente em exercício da Escola de Engenharia, Manoel Theophilo Vianna, informou que o Conselho Universitário da Escola resolveu suspender o funcionamento da Escola Industrial Elementar em Caxias.²²⁴

Cerca de um mês depois, outra correspondência de Vianna dava conta da intenção de um pagamento, por parte da intendência, à Escola de Engenharia, de dez contos de réis (10:000\$000), relativo a auxílios à Escola Industrial, o que significava, de acordo com o remetente, um alento “nesse momento em que estamos em grandes aperturas”.²²⁵

Como foi referido anteriormente, assim que Gobbato assumiu o governo de Caxias, havia muitas dívidas a pagar, entre as quais figurava um débito de quatorze contos de réis (14:000\$000) com a Escola de Engenharia, referente a subsídios para o funcionamento da Escola Industrial. Alegando dificuldades financeiras, Vianna solicitou a Gobbato o pagamento da dívida, com a seguinte justificativa:

Dado agora o caso que a Escola de Engenharia se encontra em grandes necessidades de dinheiro, atravessando um momento muito difícil, venho apelar

²²² Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 31*. Porto Alegre, 5 de abril de 1920. (AHMJSA).

²²³ Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 162*. Porto Alegre, 10 de novembro de 1920. (AHMJSA).

²²⁴ Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 50*. Porto Alegre, 21 de março de 1924. (AHMJSA).

²²⁵ Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 35*. Porto Alegre, 23 de abril de 1924. (AHMJSA).

para interesse que sempre tendes demonstrado pelas coisas desta Instituição, pedindo-vos a liquidação daquele débito, o que virá em auxílio da solução das nossas dificuldades.²²⁶

O Patronato Agrícola em Caxias parece ter sido uma obsessão para o intendente, já que a proposta se coadunava perfeitamente ao seu projeto de vida mais amplo: melhorar a agricultura local por meio da educação. Ele tinha profundo conhecimento do funcionamento de patronatos em outros municípios do estado, adquirido quando trabalhou como professor ambulante de agricultura da Escola de Engenharia. Aliás, insistimos, tudo o que se referia ao desenvolvimento da agricultura o interessava, e a educação era, segundo ele, o caminho mais eficaz para a consecução desse objetivo. A criação do patronato em Caxias seguiu tal diretriz e, no final de 1927, iniciaram-se as obras do prédio que abrigaria o estabelecimento, aliás, uma opulenta edificação para a época. Em julho de 1928, a primeira parte da obra estava pronta e, em agosto, estavam internos doze alunos.²²⁷ A estrutura montada para a criação do Patronato contou inclusive com a criação, em fevereiro de 1927, do jornal *O Popular*, que teve como diretor o membro da comissão pró-Patronato Demétrio Niederauer. O jornal circulou até outubro de 1930. *O Popular*, inicialmente, se intitulou “Folha independente e de propaganda do futuro patronato”²²⁸ e, a partir de maio de 1927, justificando a “mudança” de sua linha editorial, afirmou que “a nossa folha deixou de ser exclusivamente órgão de propaganda do futuro patronato agrícola, para tornar-se um jornal inteiramente independente, como o exigem os interesses coletivos de Caxias”.²²⁹ Ou seja, passou a ser um órgão pró-administração Gobbato.

²²⁶ Escola de Engenharia de Porto Alegre. *Correspondência n. 102*. Porto Alegre, 8 de dezembro de 1924. (AHMJSA)

²²⁷ Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal. Período jan./set. 1928. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928. p. 97-98. Todos os internos eram órfãos de pai ou de mãe, ou dos dois. Eram eles: Demétrio Luiz Damaciano, Francelino da Silva Miranda, Mauro Mendes Totta, Danilo Fabbris, Waldomiro Pereira, Constantino Oliveira, Clemente Camilo Silva, Ademar Scotti, Arthur Pergher, Eugênio Dal Ri Crippa e João Canuto Settin.

²²⁸ *O Popular*, Caxias, p. 2, 5 fev. 1927. (AHMJSA).

²²⁹ *O Popular*, Caxias, p. 2, 28 maio 1928. (AHMJSA).



Imagem 6. Alunos do Patronato Agrícola. Fotografia não identificado. Coleção: João Settin.
Acervo: AHMJSa

Foram nomeados para a presidência e a direção do patronato, respectivamente, João Issler e Salvador Petrucci; este último, aliás, se tornou grande amigo de Gobbato e foi autor de homenagens ao personagem, algumas publicadas em jornais antes e depois de sua morte. O internato agrícola, no entanto, gerou certa polêmica na cidade e, ao assumir a intendência em outubro de 1928, o sucessor de Gobbato, Thomaz Beltrão de Queiroz, desativou a instituição de ensino, que, de certo modo, como ele se pronunciou, “apaixonou a opinião pública desta cidade, que se dividiu em duas correntes: pró e contra patronato”. Pelo que se depreende das fontes, o Conselho Municipal não estava totalmente de acordo com a atitude do novo intendente, tanto que este se justificou perante o legislativo municipal dizendo que

a nossa ação nessa matéria, foi uma ação puramente acauteladora dos interesses municipais. Nunca fomos um adversário irredutível da referida instituição, não combatemos pessoas, como muito injustamente alguém assim o entendeu, julgando que visássemos atingir a pessoa do diretor daquele estabelecimento, ou até mesmo a do ex-edil. [...] Nunca combatemos a idéia, por que ninguém ignora os benefícios que traz um instituto destinado a amparar e instruir a infância desvalida; combatemos apenas a maneira de por em prática essa idéia. [...]

Levamos o caso ao vosso conhecimento, em vossa sessão ordinária anual, expondo os fatos, como os encarávamos, demonstrando que não tínhamos, de maneira alguma, fobia pelo Patronato como se comentava. [...] Os pontos principais de nossa exposição, perante vós, foram os seguintes: entendíamos que era um sacrifício desproporcional que se iria exigir da municipalidade pois a quantia despendida com a educação de pouco mais de meia dúzia de menores, quase se equiparava à verba destinada a Instrução Pública, onde são atendidas acima de 3.000 crianças. Além disso, era um sacrifício perfeitamente evitável, pois, como demonstramos, não iríamos desamparar absolutamente aqueles menores do Patronato uma vez que havíamos procurado e encontrado meios de mantê-los, sem ônus algum para o município, em um instituto que lhes iria ministrar instrução e preparo técnico muito superior, qual seja o Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado, em Viamão, mantido pela modelar Escola de Engenharia de Porto Alegre.²³⁰

Tomando como base o relatório apresentado pelo intendente, referente ao ano de 1927, pode-se concluir que grande parte das despesas da municipalidade esteve concentrada na construção do patronato. Essa rubrica correspondeu ao quarto item no qual a municipalidade mais investiu. Para se ter uma ideia das despesas do governo com o estabelecimento, essas só ficaram atrás das seguintes rubricas: Juros e amortização da dívida – 160:757\$200 (foram gastos 15:975\$372 a menos que o orçamento); Obras públicas – 144:185\$400 (foram gastos 52:385\$400 a mais que o orçamento) e Despesas Gerais – 139:130\$450 (foram gastos 29:130\$450 a mais que o orçamento). O Patronato Agrícola consumiu 83:222\$080 (foram gastos 97:674\$948 a menos que o orçamento) e com o item seguinte, Instrução Pública Municipal, despendeu-se 80:560\$640 (foram gastos 15:160\$640 a mais que o orçamento). Tal investimento provavelmente só se justificava pela crença inabalável de Gobbato na importância do ensino técnico-agrícola.

A atuação de Gobbato, no âmbito da educação, foi motivo de muitos elogios na imprensa local. Seguidamente eram noticiados os índices de expansão do ensino no município, tido como um dos melhores do Rio Grande do Sul:

Dos 35 ou 40 milhões de habitantes que o Brasil possui precisam ser alfabetizados, segundo as últimas estatísticas, 80 ou 90 por cento! É espantoso! [...] O Rio Grande do Sul pode orgulhar-se de ser um dos Estados da República que maior quantia dispende com a instrução pública. [...] Aqui já se lê, já se compreende o que se lê e já se comenta o que se lê. Isso constitui um belo índice... O município de Caxias podemos asseverá-lo com orgulho e desvanecimento, marcha na vanguarda da maioria dos municípios do Estado, apresentando resultados que muito honram a sua administração.²³¹

²³⁰ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Thomaz Beltrão de Queiroz. Período out./dez. 1928. Caxias: Livraria Mendes, 1928. p.11-12. (AHMJSA).

²³¹ *Caxias*, Caxias, p. 1, 16 jun. 1927.

Pelos dados apresentados no *Caxias*, o município contava com 86 escolas municipais, 12 estaduais, 13 religiosas e um Colégio Elementar. O total da população escolar com idade entre 7 e 14 anos atingia 6 mil alunos, sendo que a frequência diária às escolas chegava a 5 mil estudantes. A média de frequência na cidade, segundo a folha, era superior à verificada na população escolar do estado. Já o relatório do intendente,²³² referente ao exercício de 1927, aponta alguns dados um pouco diferentes. Segundo o documento, o total de alunos somava 5.602, e a frequência atingia a marca de 4.351. O jornal não se referiu à existência da Escola Noturna Municipal, também chamada Escola Conselho Municipal, cujo funcionamento, nas palavras do intendente, “tem a intenção de permitir que os operários e outras pessoas que tenham ocupação durante o dia, possam receber instrução”. Gobbato lamentou a pouca frequência à Escola Noturna, dizendo que “se os necessitados dessa instrução preferem empregar àquelas horas disponíveis em satisfações outras, à municipalidade não cabe a menor responsabilidade”, a escola seria mantida aberta. Os números, afinal, eram positivos para a época, no que diz respeito à gestão da instrução pública. Havia também na cidade o Grupo Escolar Rural, criado pelo governo estadual, que passou a funcionar em Nova Vicenza, distrito de Caxias (hoje o município de Farroupilha), para o qual teria sido nomeado um técnico agrícola, a fim de desenvolver “o ensino agrícola rudimentar experimentando ao mesmo tempo o resultado do mesmo”. A escola também contava com uma professora, Maria Moccelin, cuja correspondência com o intendente permite compreender certos aspectos da cultura escolar do período, ao menos na RCI do estado, tema analisado por Luchese e que não será aqui desenvolvido. Através dessa documentação é possível, por exemplo, identificar pedidos de serviços de manutenção da infraestrutura das escolas, solicitação de transferência das mesmas para casas mais apropriadas e o *urgente* envio de materiais pedagógicos como *mapas, binos e bandeiras*, por exemplo.²³³

²³² Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao período administrativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927. Caxias: Livraria Mendes, 1928. p. 102. (AHMJSA). O relatório é extremamente minucioso no item da instrução pública, apresentando quadros demonstrativos de todas as escolas do município, com os respectivos locais de funcionamento, sexo dos alunos, número de matrículas e índices de frequência.

²³³ LUCHESE, op. cit., p. 345.

Gobbato teve que enfrentar alguns problemas relacionados à nomeação de professores. É que muitas casas e muitos prédios, onde funcionavam as escolas, eram propriedades privadas. Gobbato demonstrou, através do relatório anual, seu descontentamento com esse tipo de situação:

Vários têm sido os inconvenientes resultantes da circunstância de serem as casas onde funcionam as escolas, de propriedade da sociedade local. Nesse regime a conservação se torna difícil, bem como as reformas necessárias, atendendo que nem sempre os seus proprietários compreendem essa necessidade, além de não apresentarem a necessária uniformidade. Essa situação embaraça, muitas vezes, a nomeação de professores que passam a ser impostos pelos proprietários sob a ameaça de não permitirem o funcionamento da escola. Essas razões todas e mais outros detalhes facilmente observados na prática diária, nos tem feito encaminhar o assunto no sentido de serem transferidas para a Municipalidade, o que tem encontrado a melhor aceitação, não tendo sido ainda concretizada, por motivos de ordem diversa, tais como a dificuldade da transmissão legal, que não pode ser feita senão por sociedades juridicamente constituídas, que é o caso presente.²³⁴

Ao longo de sua gestão, foram construídas sedes novas para as escolas e outras foram reformadas, melhorando bastante a situação. É curioso destacar, ainda, algumas iniciativas de Gobbato em relação ao problema da frequência escolar, especialmente na zona rural, assunto que preocupava não só a ele, mas as autoridades da região como um todo.²³⁵ Em Caxias, Gobbato instituiu, em 1925, através da Lei 61, uma gratificação de 5\$000 para cada chefe de família por filho que fosse mantido matriculado nas escolas municipais. A política pública do *bolsa-escola*, tal como a entendemos hoje, trouxe resultados positivos, de acordo não só com os dados que o intendente apresentou, mas também pela observação de um professor de Forqueta, distrito de Caxias, João Simon, em carta enviada ao governante municipal, na qual assegurava que “neste mês não houve faltas ainda. As medidas tomadas pela administração municipal tem dado bons resultados, pois aumentou a frequência consideravelmente”.²³⁶ Segundo Luchese, a média de tempo de permanência na escola, no município, era de três anos e poucos eram os que frequentavam a escola com idade superior a 13 ou 14 anos. Gobbato, em um ato de comemoração aos seus próprios feitos, assim se manifestou sobre o aumento da frequência escolar, que atingiu 80% em 1926:

²³⁴ Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao ano de 1925. p. 51. (AHMJSA).

²³⁵ LUCHESE, op. cit., p. 263.

²³⁶ Ibidem, p. 267-268.

O interesse que os chefes de família tomam pelas escolas onde educam os filhos, as contínuas notícias que nos fornecem respectivamente a essas escolas, não esquecendo os menores detalhes, além do inestimável benefício que trazem à inspetoria escolar, revelam o índice de compreensão a que chegaram os pais, respectivamente à necessidade de instrução [...].²³⁷

Para Luchese, a infância dos filhos dos colonos era marcada por uma “confrontação entre o tempo escolar regulamentado oficialmente e o tempo destinado às crianças”, tanto no que tange às responsabilidades domésticas, que lhes eram atribuídas, quanto no que diz respeito ao trabalho na agricultura, especialmente nos períodos de plantio e de colheita. Gobbato se posicionou sobre esta situação, reconhecendo que um dos fatores que incidiam sobre os índices de frequência estava relacionado aos “trabalhos agrícolas cumpridos por crianças”. Promoveu, então, mudanças no calendário escolar, a fim de minimizar o problema, medida registrada em relatório da intendência:

Relativamente ao período de férias, cumpre cientificar-vos das alterações feitas nas mesmas. A faina rural agrícola em determinadas épocas é o grande fator de retraimento da frequência nas escolas. Eliminá-lo de todo se nos afigura impossível e até certo ponto nefasto. Se o menor retirado da escola durante os períodos de trabalho na colônia sofre o prejuízo da falta de instrução de letras, temporariamente, aproveita a prática salutar aos trabalhos da terra, não ficando completamente alheio aos mesmos e até aperfeiçoando-se. Isto posto, foi mister organizar as férias no período compreendido entre 15 de novembro e 2 de janeiro e mais quinze dias no mês de março, para os trabalhos de vindima na primeira ou segunda quinzena do mês, de acordo com a oportunidade desse trabalho, variável de ano para ano e de local para local.²³⁸

Mais uma vez, o intendente louvou o “contato pedagógico” das crianças com o trabalho agrícola e procurou compatibilizá-lo com o ensino formal.

Durante a gestão de Gobbato, a intendência dispensou sempre mais verbas para a instrução pública do que a estabelecida no orçamento, iniciativa que levou o *Caxias* a exaltar a administração do “sr Celeste Gobbato, que no caso em questão, tem feito jus aos mais sinceros elogios, merecendo francamente a nossa

²³⁷ Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao período administrativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926. *Caxias*: Livraria Mendes, 1927. p. 56.

²³⁸ Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao período administrativo de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. *Caxias*: Livraria Mendes, 1926. p. 53.

solidariedade”.²³⁹ No entanto, cabe destacar que as despesas extraordinárias, relativas à educação, faziam aumentar o déficit orçamentário do município.

Ao findar sua gestão, Gobbato reconheceu e justificou, à sua maneira, o não cumprimento de algumas metas estabelecidas quando de sua posse como, por exemplo, o problema das estradas, para o qual não obteve as soluções prometidas. O governante municipal havia apontado vários problemas no sistema viário. Longos trechos, tanto nas estradas municipais quanto nas estaduais, não obedeciam minimamente a critérios técnicos, o que exigia a construção urgente de variantes. As metas estabelecidas no Congresso de Intendentes, em relação a esse assunto, que foi *amplamente discutido*, como vimos anteriormente, não se concretizaram. Sobre a questão da ponte sobre o rio das Antas, no passo do Zeferino, para a qual a Associação Comercial de Caxias havia reivindicado melhorias no Congresso, o intendente se limitou a esclarecer que “temos pronto o estudo e o projeto da ponte sobre o rio das Antas, julgada de grande importância econômica para a nossa cidade e para toda a região produtora circunvizinha”.²⁴⁰ Gobbato advertiu, no momento em que se aproximava o final do seu mandato, que, sem o apoio do governo do estado, seria muito difícil resolver o problema. O não cumprimento das metas relacionadas às pontes e estradas foi justificado pelo intendente da seguinte maneira:

Não nos foi possível iniciar a consolidação das estradas, devido, em primeiro lugar, à deficiência de britadeiras, o que nos obrigou a atender, de preferência, a cidade e as sedes dos distritos rurais. Secundariamente, em virtude da má distribuição das declividades, nossas rodovias precisaram e ainda necessitam como trabalho inicial, da construção de variantes, a fim de evitar-se uma inútil e não pequena despesa de macadamização, em trechos que, forçosamente, deverão ser substituídos por outros. Por esses e por outros motivos, não nos foi possível atender à consolidação das nossas estradas, com graves prejuízos do trânsito de veículos, que em invernos chuvosos, como o de 1928, deixou bem patente que não possuímos verdadeiras estradas.²⁴¹

Outra meta não cumprida pelo intendente dizia respeito à tão valorizada área educacional, especificamente ao ensino ginasial:

²³⁹ *Caxias*, Caxias, p. 1, 16 jun. 1926.

²⁴⁰ Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao período administrativo de 1º de janeiro a 30 de setembro de 1928, acompanhado de um resumo dos trabalhos realizados durante o quadriênio de 1924-1928. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928. p. 6. (AHMJSA).

²⁴¹ *Idem*.

Infelizmente, nada nos foi possível conseguir no que concerne à instalação de um ginásio nesta cidade, não obstante as tentativas feitas com vários interessados e, ultimamente, com o professor Evandro Del Corona. Entretanto, é de se esperar que o majestoso prédio que os irmãos das escolas Cristãs estão construindo, e para o qual concorremos modestamente, venha preencher essa lacuna sensível. Beneméritos da educação e da instrução da nossa mocidade, aqueles dedicados mestres saberão prover, com a possível brevidade, a nossa cidade, de tão importante, quão imprescindível instituto de ensino.²⁴²

Algumas outras iniciativas do intendente, no plano administrativo, ainda merecem ser destacadas. Em 1927, houve algumas alterações no Código de Posturas do município. Estas se referiram à elevação dos impostos sobre lotes não edificados e à isenção do pagamento de décima urbana durante alguns anos aos prédios construídos de alvenaria, os hotéis e os prédios destinados a “diversões e a sede de sociedades”.

O intendente, com o aval do Conselho Municipal, também extinguiu o imposto de estatística e expediente pelo prazo de dez anos, a quem instalasse moinhos com uma produção de, no mínimo, trezentos sacos de farinha. Aos que instalassem uma fábrica de refino de banha, o prazo de isenção seria de cinco anos. Provavelmente, essas medidas, relativas à elevação e isenção de impostos, tenham sido as responsáveis por críticas dirigidas ao intendente pelo jornal *Caxias*, ao findar de seu governo, como se verá adiante.

Outra medida que merece ser destacada, em função de suas repercussões em nível estadual, diz respeito ao fornecimento de energia elétrica, quando o município adquiriu uma grande área de terras marginais à queda d’água do Lageado Grande, considerada pelo intendente como a solução para esse problema. Ele registrou que já estava em andamento o estudo e levantamento topográfico da área, bem como a abertura de concorrência pública para a construção de uma usina hidrelétrica. A aquisição desse patrimônio pela municipalidade reverterá em grande polêmica na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande Sul, nos anos 40, época em que Gobbato atuou como parlamentar, como será visto adiante.

É importante ainda destacar os trabalhos realizados pela administração municipal, registrados com rigor no relatório de 1927, no que tange às obras públicas. Na zona urbana, foram abertas novas ruas e colocados cordões, sarjetas e calçamento em várias outras já existentes, o que, conforme é possível observar através dos

²⁴² Idem.

registros fotográficos, contidos nos relatórios do intendente, aos poucos foi conferindo uma nova fisionomia à cidade. A conservação das praças também foi um ponto marcante. Houve, inclusive, a inauguração do Parque Cinquentenário, durante os festejos dos 50 anos da imigração italiana no Estado, próximo ao local onde foi erguido o prédio do Patronato. Já na zona rural, o mesmo relatório registrou melhoramentos nas pontes existentes, a construção de novas e o alargamento de algumas estradas que ligavam a colônia ao espaço urbano. O intendente, geralmente, se fez presente nas fotografias que registraram as pontes recém-construídas ou *melhoradas*, possivelmente no intuito de dar visibilidade aos seus feitos numa região menos exposta aos olhos da população, diferentemente dos espaços centrais da cidade.

As ações da administração encontraram nos jornais católicos um importante espaço de propaganda. O *Staffetta Riograndense*, por exemplo, destinava espaço para divulgar as obras do “grande administrador Celeste Gobbato”,²⁴³ no qual se pode ler:

Extensos artigos falando do inatacável intendente, o qual desenvolvia uma administração de fecundo e febril trabalho, não se deixando abater pela dificuldade e complexidade dos problemas que até ele chegavam. Os redatores lembravam que todo o sacrifício era válido para o progresso do município e para o bem estar de seus habitantes e, certamente, ao final do mandato, o intendente receberia de seus administrados aplausos e gratidão.²⁴⁴

O *Staffetta* também publicava os relatórios anuais da intendência e, em relação ao primeiro ano do governo de Gobbato, o jornal veiculou que

ele abraça a gestão administrativa em todas as suas formas, em todos os seus pontos de contato, diríamos, assim, com a coletividade caxiense; lembra as datas e festas importantes, explica com quadros e cifras o movimento comercial, industrial, financeiro, agrícola e profissional do Município.²⁴⁵

É importante lembrar que Gobbato, quando de sua posse, queixou-se ao Conselho Municipal de que não havia exatamente na intendência uma verdadeira contabilidade. Nesse sentido, ele criou a Contadoria Municipal, como forma de garantir a organização contábil da administração. Esse Departamento, segundo o intendente, possibilitava ao administrador “com dados claros e positivos, a tomar e sugerir medidas que venham tornar mais suave e produtiva a administração do

²⁴³ RELA, op. cit., p. 88.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Ibidem, p. 91.

período seguinte, facilitando a elaboração de orçamentos perfeitos e redundando, afinal, em benefício do bem público”.²⁴⁶ Até o final de 1927, Gobbato pôde contar com os parceiros católicos para a consolidação de seu governo. Obviamente, conforme já foi exposto, o jogo da troca de favores mostrou-se um mecanismo fundamental de sustentação da governabilidade. Desse modo, Gobbato não poupou esforços para retribuir o apoio recebido e se empenhou na criação de bispado em Caxias. Em meados de 1927, ele viajou ao Rio de Janeiro, a fim de interceder pela criação de bispado, o qual só se efetivou em 1934.²⁴⁷ Em correspondência enviada ao secretário da presidência do estado, Alceu Barbedo, o intendente de Caxias, deixou transparecer o descontentamento de Borges com tal iniciativa:

Presente a vossa carta, em nome do Snr. Presidente do Estado, relativa à inconveniência de ter sido tratada a criação de um bispado em Caxias, informo que oportunamente relatarei ao Snr. Presidente o ocorrido, não o tendo feito na primeira visita após a minha chegada do Rio, por tratar-se de assunto onde a minha interferência foi apenas de cortesia, além de não ter me parecido, portanto, objeto de imediata comunicação.²⁴⁸

Nesse caso, portanto, parece que Gobbato não solicitou o aval de Borges para encaminhar a criação de bispado em Caxias, gerando incômodos e a consequente solicitação de explicações do presidente do estado.

Durante o governo de Gobbato, além do apoio explícito da imprensa católica local, também o jornal *O Regional*, que circulou de janeiro de 1926 a novembro 1928, parece ter tido o mesmo objetivo, ou seja, dar visibilidade às *boas ações* do intendente. O periódico teve como gerentes Roberto Grossi, contabilista contratado pela intendência para assumir o novo Departamento de Contadoria Municipal, e José Balen, que foi beneficiado com o desmembramento do cartório, assunto já tratado anteriormente. Ou seja, mais uma vez a rede de reciprocidade de Gobbato entrou em ação. Já o *Caxias* foi o órgão da imprensa local responsável por representar a oposição ao governo de Gobbato. Desconstruir a sua imagem de *conciliador* foi o

²⁴⁶ Relatório do intendente Celeste Gobbato apresentado ao Conselho Municipal referente ao período administrativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927. Caxias: Livraria Mendes, 1928. p. 45.

²⁴⁷ RELA, op. cit., p. 91. Conforme a autora, na mesma viagem, Gobbato solicitou ao então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, medidas para evitar a falsificação de vinhos rio-grandenses, que ocorria no centro do País, como a adoção de um selo especial para o vinho produzido no estado. Ainda nessa ocasião, Gobbato solicitou a instalação de uma agência do Banco do Brasil na cidade.

²⁴⁸ GOBBATO, Celeste. Correspondência de 22 de agosto de 1927. Ao secretário da Presidência do Estado do Rio Grande do Sul. (IHGRS).

mote do jornal, especialmente a partir de 1927, já que, até essa data, se preocupou em fazer cobranças menos graves, como, por exemplo, a respeito do andamento de obras que mereceriam mais atenção da municipalidade e outros aspectos desse tipo, mas sem deixar de elogiar a atuação do intendente.

Ou seja, o *Caxias*, que se intitulava *órgão independente*, assim como expressava palavras de reconhecimento ao trabalho que a municipalidade vinha desenvolvendo em alguns âmbitos, como, no setor educacional, por exemplo, também dirigia críticas a outros pontos, como em relação ao estado de abandono em que se encontrava a praça principal e ao fato de o intendente convocar os colonos do 2º Distrito para que comparecessem àquela subintendência, munidos dos talões de impostos desde 1914, sob pena de serem cobrados judicialmente. Além disso, o jornal criticava o intendente em relação a isenções de impostos, que teriam beneficiado “alguns dos seus”, ao mesmo tempo em que se referia às dívidas contraídas pela municipalidade e à busca de novas fontes de renda:

O intendente reclama novas fontes de renda, sem justificar o pedido. A capacidade tributária do contribuinte caxiense está sofrendo as mais duras provas, tendo chegado ao máximo o esforço de contribuição por parte da população que, diga-se de passagem, não tem sido compensada na altura de seus sacrifícios. Mas, pedir-se ao Conselho que “apresente novas fontes de renda para eventuais despesas” é ir longe no desejo reprovável de onerar o contribuinte [...]. O intendente quer novas rendas [...]. Mas, como se podem exigir novos impostos, sem esclarecer qual a quantia necessitada e o fim a que se destina? Isso é tripudiar sobre os direitos do povo, considerando-o uma massa inconsciente e vítima eterna de uma ânsia injustificável de dinheiro.²⁴⁹

No início de 1928, porém, o *Caxias* veiculou que os impostos não seriam aumentados:

O povo de Caxias, que tanta esperança teve em sua notável capacidade de trabalho, não lhe perturbará, por certo, o tempo que lhe resta para ocupar essa **cadeira elétrica** que s.s, segundo declarou, não suportaria sequer por cinco anos. Mas, [...] o não aumento de impostos e a sua declaração de que não intervirá na escolha de seu sucessor são fatos que vêm restabelecer o ritmo da respiração do público, suspenso pelas apreensões das últimas semanas.²⁵⁰

Aproximando-se o período da nova sucessão intencional, quando um novo indivíduo passaria a ocupar a “cadeira elétrica”, o *Caxias* demonstrou não ser nada

²⁴⁹ *Caxias*, Caxias, p. 1, 8 dez. 1927. p. 1

²⁵⁰ *Caxias*, Caxias, 12 jan. 1928, grifos do autor.

independente e a imprensa católica também se aborreceu com Gobbato, como veremos a seguir.

2.3 O final do governo: crise e mudanças no jogo político

No último relatório do intendente, foi dado destaque à visita da Caravana Nacional à cidade, em abril de 1928. Acompanhado de fotografias que ilustra o momento, o texto de Gobbato relatou que tal comitiva incluiu “ilustres jornalistas brasileiros”, os quais estavam no Rio Grande do Sul para assistir à posse de Getúlio Vargas, na presidência do estado; bem como a “extraordinariamente honrosa presença” de Vargas, que vinha acompanhado do ministro da Guerra, do secretário de Estado, Oswaldo Aranha, do cônsul-geral da Itália, entre outras autoridades militares e políticas.²⁵¹ Afirmou ainda que a visita da comitiva devia-se ao grau de desenvolvimento econômico da cidade, “tornando a nossa terra ponto quase obrigatório da visita de quantos se interessam pelas coisas do Rio Grande do Sul”. Tal visita, no entanto, serviu de pretexto para que críticas fossem lançadas à atuação política e administrativa de Gobbato.

De uma semana para outra, as coisas mudaram bastante. No dia 12 de abril, o *Caxias* ainda mantinha uma postura de reconhecimento à administração de Gobbato, afirmando que “nada se sabe, entretanto, de oficioso ou oficialmente, ignorando-se ainda se o candidato [à sua sucessão na Intendência] virá de fora ou se surgirá dentre os poucos homens que neste município temos à altura de tão espinhosa investidura”. De qualquer forma, o periódico sugeriu que o próximo administrador deveria ter “a mesma capacidade do atual gestor dos negócios públicos municipais levando a cabo os vultuosos [sic] melhoramentos iniciados”. O redator ressaltou ainda que o *palpitante* assunto da sucessão na intendência poderia ser melhor conhecido “se, ao regressar da visita que fará a Caxias nos próximos dias, o Sr. Presidente do Estado, Getúlio Vargas, deixar transpirar alguma coisa relativamente ao que ficar acertado entre os supremos dirigentes da política situacionista”.²⁵²

Contudo, uma semana depois, no espaço intitulado *Em vésperas*, em alusão à visita de Getúlio Vargas à cidade, o jornal *Caxias* iniciou um movimento contínuo de

²⁵¹ Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal. Período jan./set. 1928. Acrescido de um resumo dos trabalhos realizados durante o quadriênio de 1924-1928. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928. p. 6-7.

²⁵² *Caxias*, Caxias, p. 2, 12 abr. 1928.

desqualificação da imagem do intendente. Primeiro, referindo-se a uma “azáfama anormal que explica a preocupação da côrte em impressionar bem ao eminente hóspede”, afirmou que Gobbato teria, para isso, tomado algumas providências, como a varrição das ruas, o restabelecimento da iluminação pública em alguns pontos, a macadamização da estrada que leva à Hidráulica Municipal, a “perfilação” dos arbustos do viveiro municipal e a desinfecção do matadouro (“os porcos tomarão banho”, ironizou o periódico). Segundo o redator, o cenário estaria completo para a recepção da comitiva presidencial, pois os pontos por onde ela deveria transitar mostrariam “sempre as mesmas novidades, entre as quais não escapa o chiqueiro dos porcos...” Quanto a essas medidas tomadas pelo intendente, o articulista ressaltou que “tudo isso passará bem”. O problema mesmo viria, de acordo com ele, “quando alguém, na presença do Sr. Getúlio Vargas, perguntar ao *chefe* local pelo Partido Republicano”: “Aí é que veremos a ‘porca torcer o rabo’.”²⁵³ Segundo a matéria, “toda a comitiva presidencial sabe que existe em Caxias um núcleo de patriotas que não confunde idéias com interesses. E sabe também que esse grupo está contra o Sr. Gobbato porque este sempre teve tendências oposicionistas. Se não declarou antes foi porque não era oportuno. A oposição nada lhe podia dar”. E acrescentou a pergunta: “Por que razão o Sr. Gobbato não se transporta, duma vez, para a oposição, onde sempre diz que se sente melhor? Seria bom para s. ex. e para nós também. Mas não só o Sr. Gobbato: todos esses que gravitam em torno de sua cadeira.” Na mesma página, uma nota sobre a sucessão intencional assinalava que “de momento está prevalecendo o princípio da rotatividade também na escolha do Conselho Municipal, razão porque é de prever que nenhum membro do conselho será reeleito”.

Já na coluna denominada *Comentários*, o jornal se referiu à administração de Gobbato, como “desastrada e falha”, dizendo que “o povo já está farto de administração de experiências, promessas e despesas colossais”. As palavras do redator aludiam aos dados orçamentários apresentados pelo intendente, o qual, segundo ele, “ilude a opinião pública com informações falsas”. Assim, acrescentou o articulista, “rebatendo-os, iremos, aos poucos, demonstrando e apontando as falhas, erros e senões que formos encontrando na lei orçamentária e no relatório intencional”.²⁵⁴

²⁵³ *Caxias*, Caxias, p. 2, 19 abr. 1928, grifo do autor.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 3.

A comitiva que trouxe Vargas foi recepcionada na Estação Férrea da cidade pelas autoridades locais e, assim que desembarcou, iniciou um percurso por algumas das principais empresas do município: Eberle & Cia., Cantina Ettore Pezzi, Chaves Barcelos & Irmãos (a principal fábrica de tecidos, localizada no distrito de Galópolis), além de visitar o Hospital Pompéia, onde foi recepcionada pelas damas de caridade. O almoço foi servido na sede do Patronato Agrícola, ocasião em que foi servido um churrasco. A visita também incluiu uma parada na Sociedade Príncipe de Nápoli.²⁵⁵ Os locais visitados parecem ter sido estrategicamente escolhidos, já que representavam a elite caxiense, apoiadora da administração de Gobbato. Empresários, comerciantes, as senhoras da Igreja, os gestores do Patronato e os parceiros *italianos* foram os anfitriões da visita de Vargas.

Embora o vinho fosse o principal produto de exportação do município,²⁵⁶ não constava no noticiário do *Caxias*, nem mesmo no relatório do intendente, uma possível visita à zona rural. Possivelmente isso se devia ao clima pouco amistoso na colônia, em função das últimas medidas do intendente relativas à cobrança de impostos e, também, pela precariedade das estradas, as quais, embora tenham recebido certos reparos, não eram motivo de orgulho para a administração. Além disso, a visita de Vargas se deu em dias muito chuvosos, o que tornava o transporte ainda mais dificultoso. Mas o setor vitivinícola, além da visita à Cantina Pezzi, foi representado com a inauguração, pelo novo presidente do estado, do Laboratório de Análises, que tinha o intuito de aprimorar e proteger a produção diante da falsificação, através de pareceres técnicos. Medidas mais firmes para evitar a falsificação do produto? Bem, isso é outra história, que será melhor explicada no capítulo 4, quando tratarmos da atuação de Gobbato no parlamento gaúcho, representando o setor. Por ora, continuemos abordando os últimos tempos de sua gestão à frente da intendência.

As críticas à administração de Gobbato se intensificaram à medida que a sucessão se aproximava. O *Caxias* mantinha o intuito de reforçar a responsabilidade de Gobbato na desarticulação do PRR local, e dizia que o partido não tinha direção, pois “temos a impressão de que nós, politicamente, não passamos de um corpo sem

²⁵⁵ *Caxias*, Caxias, p. 1, 28 abr. 1928.

²⁵⁶ Conforme o relatório intencional referente ao ano de 1927, o vinho despontava como o primeiro, na lista de exportações do município, seguido de: tecidos, banha, madeira bruta, couros, metais e farinha.

cabeça”. O intendente era acusado de ter afastado do “convívio político e administrativo as figuras mais prestigiosas do partido republicano”, hostilizando “os velhos republicanos que já prestaram os seus serviços ao partido ao tempo em que s.s. ainda nem pensava em ser colocado na intendência desta cidade pelo Sr. Dr. Borges de Medeiros”.²⁵⁷

Sobre as eleições municipais que ocorreriam em 12 de agosto, alguns nomes já haviam sido lançados com antecedência, como o de Alceu Barbedo, provavelmente com a indicação de Gobbato, conforme veiculou *O Popular*:

Apesar de faltar ainda mais de um ano para a eleição do futuro intendente de Caxias, há quem cogite já de quem deve ser o nosso futuro chefe do executivo municipal. [...] Trata-se do dr. Alceu Barbedo, moço por todos os títulos digno do alto posto e perfeitamente na altura de espinhosa investidura.[...] Neste momento em que tudo é preciso fazer-se para a harmonia da sociedade caxiense, a candidatura do Sr. Dr. Alceu Barbedo é oportuníssima porque ele é um patriota digno desse nome, é amigo sincero da laboriosa colônia italiana, na qual conta inúmeras amizades e simpatias.²⁵⁸

Quem não gostou da indicação foi o clero local, que assim se manifestou, expondo suas razões:

O Dr. Celeste Gobbato, Intendente de Caxias, estando prestes a terminar o seu quadriênio em doze de outubro p.v., apresentou para candidato a intendente de Caxias homem de religião positivista. O clero não deve meter-se em questões partidárias, porquanto ele é o pai dos fiéis afillhados a qualquer partido, mas tratando-se de candidatos avessos à religião católica, permanecer na indiferença seria o mesmo que renegar a fé. Por isso, o Cônego João Meneguzzi opôs-se com toda a destreza e não tendo podido conseguir que o Dr. Gobbato mudasse de candidato, conseguiu que o povo o fizesse mudar, digo o povo sem distinção partidária.²⁵⁹

Para a Igreja católica, não bastava que o candidato fosse adepto desse credo, mas, também, um *estabelecido*:

Impugnando o candidato que lhe querem impor e procurando escolher outro que satisfaça os interesses da população, que mereça a sua confiança e tenha o apoio da maioria do povo, esse candidato deve ser um homem daqui que conheça os interesses de Caxias.²⁶⁰

²⁵⁷ *Caxias*, Caxias, 3 mar. 1928.

²⁵⁸ *O Popular*, p. 1, 28 maio 1927.

²⁵⁹ Livro de tombo da Paróquia Santa Teresa, Caxias, n. 1, p. 81, 1º jul. 1928, apud RELA, op. cit., p. 94.

²⁶⁰ Idem.

O fato de o candidato ser “de fora” pautou, também, o discurso da oposição, representada na imprensa pelo *Caxias*, oposição essa que, aparentemente, concordava com as posições assumidas pela Igreja católica local:

Vote com a tua consciência, escolhendo um candidato que seja caxiense e que tenha amor a esta terra. Povo, pense no dia de amanhã. Nada de vacilações. Tudo pelo nosso município e nada pelos candidatos de fora. [...] ficamos sabendo que a candidatura de um desconhecido positivista pretendida, seria posta ao nosso povo e foi abandonada, diante da formal recusa dos caxienses que, unidos pelo mesmo sentimento de sincero amor a sua terra; não aceitaram e não aceitarão candidato algum que não seja filho daqui.²⁶¹

As mudanças no jogo político tiveram a influência direta da hierarquia católica, tal como acontecera quando da eleição de Gobbato, atestando, mais uma vez, a sua força na condução dos processos políticos na cidade. A interferência do Arcebispo D. João Becker em carta enviada ao Cônego Meneguzzi é exemplar dessa conduta:

O portador desta é meu eminente amigo general Firmino Paim, que vai a Caxias a fim de solucionar definitivamente o caso da renovação intencional daí. Como a direção suprema do partido republicano tem de resolver esse problema a bem da paz e tranqüilidade social desse importante município é necessário que o clero preste todo apoio. Claro está que os católicos republicanos antes duma deliberação definitiva do governo têm o direito de apresentar esse ou aquele candidato, uma vez, porém o candidato seja oficializado, exige a boa disciplina partidária que não haja nenhuma relutância e que todos estejam de acordo. O mesmo deve-se dizer com relação a qualquer outro partido ao qual, por ventura, outros católicos pertençam.²⁶²

Em seguida às determinações do arcebispo, cujas ordens parecem ter sido cumpridas, o mesmo emissário, Firmino Paim Filho, dirigiu-se à cidade na condição de representante do governo estadual, para selar as definições em torno das eleições, conforme noticiou o *Caxias*:

Chegou, sábado último a esta cidade, o sr. General dr. Firmino Paim Filho, ilustre Secretário da Fazenda do Estado acompanhado de seus filhos Júlio Paim e Firmino Paim Netto, dr. Heitor de Azevedo e Sr. Serrano Caminha, como enviado especial do dr. Borges a fim de tratar da escolha dos nomes dos novos dirigentes de nosso município. [...] o general Paim convidou [para uma reunião] os srs. Orestes Manfro, Abramo Eberle, Miguel Muratore, José D'Arrigo, Savério de Fillipes, Adelino Sassi e dr. Paulo Rache para fazerem parte da mesa. Em seguida, o general usando da palavra e explicando o fim de sua vinda a esta

²⁶¹ *Caxias*, Caxias, p. 2, 28 jun. 1928.

²⁶² Livro de tombo da Paróquia Santa Teresa, Caxias, n. 1, p. 81, 13 jul. 1928, apud RELA, op. cit., p. 95.

cidade, fez a proclamação da seguinte chapa: Para intendente: Thomaz Beltrão de Queiroz; vice: Miguel Muratore [...].²⁶³

Tomaz Beltrão de Queiroz não parecia ser o *estabelecido* almejado pela oposição e pela Igreja católica. Residente em Caxias há poucos anos, era natural de Apodi, Rio Grande do Norte. Segundo Machado, ele deixou o estado natal em princípios do século XX, em virtude “da grande seca no Nordeste”, estabelecendo-se como comerciante na capital gaúcha. Queiroz, segundo a autora, foi o último intendente de origem luso-brasileira a ser indicado pelo governo do estado para governar o município de Caxias.²⁶⁴ Sobre sua atuação na cidade, anterior à posse como intendente, ainda pouco se sabe. Que motivos teriam levado o governo a indicar Beltrão de Queiroz? Um nome até então inexpressivo nos círculos políticos e econômicos da cidade foi eleito o novo intendente. “Coisas em jogo” e “interesses específicos” marcam as tramas do poder.

Quanto à renovação do Conselho Municipal, os candidatos do Partido Libertador receberam o maior número de votos, entre eles estavam: Dante Marcucci, Olmiro de Azevedo, Raimundo Magnabosco e Antonio Piccoli.

No final do seu governo, Gobbato, buscando se contrapor ao quadro de denúncias e críticas à sua atuação política e administrativa, afirmou:

Quando aceitei minha candidatura para o elevado cargo de Intendente, supunha executar singelamente uma função administrativa. Circunstâncias especiais, entretanto, impuseram-se a obrigação de aceitar também o lugar de diretor da política republicana local, e mais tarde, o de subchefe de Polícia da 2ª Região, a pedido e por insistência do Chefe do Partido Republicano, Exmo. Sr. A. A. Borges de Medeiros.²⁶⁵

O acúmulo de funções e de poderes nas mãos do intendente foi também criticado por Adolfo Penna, membro do Partido Libertador, o qual, porém, expressou palavras de reconhecimento a Gobbato quanto à sua postura diante da oposição, no período em que governou o município:

Vem a molde um rápido olhar retrospectivo sobre a administração que finda e atuação do edil que, às funções intendentiais, reunia as de subchefe de polícia e chefe unipessoal do partido republicano. Nessas condições, é de salientar a

²⁶³ Caxias, Caxias, p. 3, 19 jul. 1928.

²⁶⁴ MACHADO, Maria Abel. Op. cit., p. 255. Tomaz Beltrão de Queiroz permaneceu apenas dois anos no cargo de intendente, vindo a falecer em 1930, um ano após a morte de sua esposa, assumindo o vice-intendente, um verdadeiro “estabelecido”, Miguel Muratore.

²⁶⁵ Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal de Caxias, 1924/1928, p. 110.

soma enorme de poderes que o Sr. Dr. Gobbato reunia em suas mãos. Raramente, nos municípios do Estado, se vê um homem investido de tanta autoridade. O partido libertador e seus dirigentes jamais sofreram da parte do Sr. dr. Gobbato perseguições e violências atentatórias dos seus direitos e prerrogativas. [...] O traço geral da atuação partidária do sr. intendente, cujo mandato finda, foi de moderação e serenidade.²⁶⁶

O grau de endividamento do município e as últimas medidas tomadas pelo intendente, para sanar parte das dívidas, foram assuntos que tomaram as páginas do *Caxias*, nos dias subsequentes à posse do novo governo municipal. Thomas Beltrão de Queiroz iria substituir, conforme a folha,

um governo que mexeu em muitas coisas e realizou quase nada em relação às fabulosas rendas que arrecadou e os empréstimos vultuosos [sic] que contraiu. [...] Vem em abono dessa nossa afirmativa, o escandaloso empréstimo feito pelo intendente Sr. Celeste Gobbato que, sem a menor cerimônia, sem escrúpulo, sem rubor nas faces, contraiu com o Banco Popular desta cidade, ao juro de 12% o empréstimo da elevada quantia de MIL CONTOS DE RÉIS, já nos últimos dias de seu infame quadriênio de tantas falcatuas!²⁶⁷

Diante de tantas evidências em relação à situação financeira pouco favorável deixada por Gobbato, o que também é atestado pelos relatórios intencionais, ele próprio tratou de reconhecer falhas na sua administração, além de expressar as inimizades criadas no jogo tenso da política:

É provável e certo, mesmo, que no desempenho de minha missão, tenha incorrido em faltas. Não as tendo cometido com a plena consciência de visar bens secundários ou subalternos, não me intranquilizam o julgamento público, para o qual deve ser fator importante a constante contingência da imperfeição humana. Dentro das formas relativas dessa apreciação, tenho firme convicção de ter cumprido o dever que se me impôs, nas condições de ambiência e feitio pessoal. Retiro-me, portanto, da administração municipal, com essa disposição, satisfeito também de haver criado nesse operoso município, muitas amizades, algumas lamentavelmente enfraquecidas, mais pela aspereza do dever que o homem público tem a cumprir, relativamente às afeições que o cercam, do que por motivos de ordem particular. Desaparecidas essas razões, puramente decorrentes do cargo, não poderiam ficar em mim, como não ficam, ódios ou ressentimentos.²⁶⁸

Se algumas amizades ou alianças estabelecidas por Gobbato, como estratégias para jogar o jogo político, foram afetadas, outras, seguramente, foram criadas e até

²⁶⁶ *Caxias*, Caxias, p. 1, 4 out. 1928.

²⁶⁷ *Caxias*, Caxias, p. 1, 11 out. 1928.

²⁶⁸ Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal de Caxias. 1924/1928. p. 11.

mesmo reforçadas. Quais recursos já *consolidados* do agora ex-intendente teriam sido afetados? O reconhecimento de sua capacidade intelectual? A formação técnica? O capital étnico? Não nos parece. Simultaneamente à atuação política e administrativa, como já dissemos, uma experiência absolutamente nova para ele, Gobbato manteve seus vínculos com setores ligados às questões agrícolas e com a imprensa, especialmente com o *Correio do Povo*, embora de forma menos constante. O comportamento *sereno* de Gobbato diante da oposição também pode ter contribuído para que ele, ao findar sua gestão pública, operasse outro deslocamento, retornando às funções próprias de sua formação de enólogo-viticultor, ao assumir, em seguida, a direção da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias.

Capítulo 3

O “príncipe da enologia rio-grandense”: o retorno ao *métier*

“Bacco ama as colinas”.²⁶⁹ Foi com essa citação do poeta Virgílio que Gobbato se referiu às condições naturais de Caxias como propícias à cultura de vides. Ao visitar as colônias italianas pela primeira vez, em dezembro de 1912, ele teve tempo de fazer uma coisa de que muito gostava: observar e registrar. Foram nove horas de viagem para percorrer o trajeto entre Porto Alegre e Caxias através da ferrovia, inaugurada em 1910, que ligou Montenegro a Caxias. Os registros de Gobbato sobre sua primeira viagem à “Treviso... do Brasil” foram publicados na Itália, na revista da *Scuola di Conegliano*. No texto, o recém-chegado descreveu a topografia da região serrana, distinguindo-a da região litorânea e dos campos, destacando que, no percurso, “a paisagem se apresenta muito pitoresca e variada”, nela observando “a colônia alemã de São Leopoldo e a cultura preferida dos alemães: batata, grão turco, mandioca”. Sobre a cultura vitícola, registrou que,

no Rio Grande do Sul, a vide acompanha o italiano; naquele ambiente italiano essa assume a forma industrial e nela é característica predominante. Os vinhedos, enterrados na mata, se assemelham aos de Nova Sardenha. Caxias é o centro vitícola-enológico do Estado “gaúcho”.²⁷⁰

Além de se referir aos problemas da produção do vinho, a qual apresentava, segundo ele, “os traços do pecado de origem”, devido à baixa qualidade da variedade Isabel, o produto sofria ainda com as constantes alterações, devido à adição de açúcar. Apesar disso, destacou que o vinho proveniente da Isabel servia para o consumo local, além de ser exportado em quantidade para outros estados brasileiros, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

No relato, Gobbato também informou aos leitores italianos sobre as condições do transporte intermunicipal. É verdade, disse ele,

²⁶⁹ GOBBATO, op. cit., 1914, p. 23.

²⁷⁰ GOBBATO, Celeste. Dalla capitale ai centri coloniali italiani. *Revista da Scuola di Conegliano*, Conegliano, p. 83, 1912b.

que por estar habituado a comodidade da vida européia, uma ferrovia com largura de 1 metro e cujo trem emprega cerca de 9 horas para fazer menos de 200 quilômetros, é sempre pouca coisa, mas se se pensar na deficiente e pouco cômoda viabilidade deste país novo, um meio de transporte moderno representa já grande coisa...²⁷¹

Gobbato esteve em contato com a *Scuola* através da revista, espaço que propiciava a ele a manutenção de vínculos com os profissionais da área, seus pares italianos, mas também o remetia às lembranças da *terra pátria*, ao comparar constantemente a realidade europeia com as experiências que vivenciava no Brasil. Além disso, por meio do periódico, tornava públicas as suas descrições e análises da realidade brasileira, as quais revelavam parte de seu cotidiano, especialmente no que diz respeito às viagens a trabalho.

Os estudos e as observações minuciosas de Gobbato sobre a RCI o levaram a afirmar que o clima de Caxias em nada deixava a desejar ao de Bordeaux, na França, considerado, naquela época, um dos melhores do mundo para a viticultura. O tipo de terreno da região de Caxias também contribuía para a prosperidade da viticultura, já que, de acordo com suas palavras, “as vides preferem os terrenos inclinados e bem expostos”, os quais garantiam as quantidades de luz e calor ideais, elementos fundamentais para uma boa qualidade das uvas. Entretanto, apesar disso, a produção vitivinícola era bastante limitada em termos de variedade de vinhas e muito precária quanto à fabricação do vinho. Estes foram os principais problemas sobre os quais Gobbato se debruçou efetivamente ao longo de sua trajetória e, em relação aos quais, assentou uma produção intelectual intensa, que lhe rendeu, entre outros títulos, o de “príncipe da enologia rio-grandense”.²⁷²

Gobbato ainda nem era nascido quando impressões sobre o cultivo da vinha no Rio Grande do Sul foram registradas por autores que visitaram a então província de São Pedro, a partir do primeiro quarto do século XIX. Os relatos de Saint-Hilaire e Jean Charles Moré fornecem histórias curiosas e elucidativas sobre a vida e os costumes dos antigos habitantes da região, e permitem posicionar nosso personagem em uma tradição mais longa de críticas e observações.

Saint-Hilaire, membro da Academia de Ciências do Instituto de Paris, adentrou o Rio Grande do Sul em 1820. Vindo de Santa Catarina, atravessou o Litoral de

²⁷¹ Idem.

²⁷² PAZ; BALDISSEROTO, op. cit., p. 37.

Torres a Tramandaí e depois chegou a Viamão e Porto Alegre. Já naquela época relatou que, em Viamão,

a vinha cresce muito bem: algumas pessoas fizeram vinho, mas como foi considerado de qualidade inferior, dele se fala com desprezo. Ainda que pouco abastados, muitos estão acostumados ao generoso vinho do Porto e, como o pouco vinho que se produz aqui no Brasil está longe de ser tão bom, se os despreza, desencorajando os que se entregam a esses ensaios.²⁷³

Da mesma forma, o suíço Jean Charles Moré, conhecido como o “pioneiro da indústria oleaginosa”, no Rio Grande do Sul, radicado na então vila de São Jerônimo, na segunda metade do século XIX, reuniu informações sobre o cultivo da uva em solo gaúcho. Moré identificou, em diversas peregrinações, áreas que, segundo ele, parecem ter sido “predestinadas pela natureza para o cultivo da uva”. A partir daí assegurou, da mesma forma que Gobbato o fez muitos anos depois para a região de Caxias, que “magníficos dorsos de colinas pedregosas, perfeitamente expostas, deveriam produzir, se plantadas aí qualidades finas, vinhos muito capitosos”. Quanto à variedade das vinhas, avaliou que “uma espécie muito espalhada, é a da uva chamada ‘americana’ [a Isabel é uma delas!]: o grão é graúdo, a película coriácea, e dá em abundância; mas é uma qualidade muito ordinária, tanto para mesa como para a fabricação de vinho”. As palavras de Moré encontraram eco nos estudos de Gobbato, no que se refere aos condicionantes que garantiriam uma produção de vinhos com qualidade, já que, para o primeiro,

se se quiser explorar seriamente esta cultura, deve-se fazer vir castas de melhores procedências, como da Madeira, das ilhas Teneriffe, da Espanha, da Grécia, da Itália, sobretudo da Sicília. A despesa será insignificante para o governo que, de resto, pode fazer-se reembolsar pelos interessados.²⁷⁴

Outro antecessor de Gobbato, Lourenço Monaco, italiano contratado pelo governo do estado, para exercer a função de enólogo fiscal da Diretoria de Higiene dos Municípios de Caxias e Garibaldi, em 1903, já havia tomado a frente a luta contra a Isabel, apontando para a sua inferioridade. Seguindo esses passos, Gobbato

²⁷³ Apud. COSTA, Renato. Uma curiosa lição prática vinícola, há mais de um século, na Província. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de dezembro de 1966. O texto encontra-se no acervo particular de Lydia Gobbato Karl e, pela data de publicação, oito anos após a morte de Gobbato, pode-se notar a preocupação da família em alimentar o acervo referente às questões da vitivinicultura, um tema tão caro a seu pai.

²⁷⁴ Idem.

também se pronunciou diante das más condições de higiene na fabricação do vinho, o que contribuía, segundo ele, para um produto de má qualidade.²⁷⁵

Mas, segundo Gobbato, há algo importante a ser considerado: os açorianos que entraram no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XVIII, organizaram os primeiros vinhedos a partir de espécies *vitis viníferas* [castas europeias], até a introdução, em meados do século XIX, das castas americanas, como a Isabel que, conforme ele historia, foi enviada na forma de bacelo pelo gaúcho Marques Lisboa, de Washington para a Ilha dos Marinheiros, onde o comerciante Thomaz Messiter formou os primeiros vinhedos destas espécies. De acordo com o enólogo,

com a vinda dessas novas variedades, tão diferentes das europeias que se haviam já aclimatado a este meio e que medravam luxuriantes, sadias e produtoras de uva de ótima qualidade, as parreiras portuguesas e outras europeias de lá introduzidas, definharam rapidamente, não maturaram mais com uniformidade seus cachos, dando evidentes sinais de serem atacadas por doenças de caráter fungino.²⁷⁶

A vinda das espécies americanas, portanto, foi, no seu entender, responsável pela proliferação de moléstias específicas que se espalharam entre as videiras europeias, já que “a Isabel e outras americanas resistiam a essas moléstias em seu ambiente natural, nos Estados Unidos. Em nosso meio, as moléstias se manifestaram, contaminando as variedades europeias. A Isabel continuou resistente”.²⁷⁷

Diversos foram os meios empregados por Gobbato para manifestar sua contrariedade em relação à produção, predominante, da Isabel. Nesse sentido, insistiu em ocasiões variadas que “a salvação da vitivinicultura rio-grandense consiste na produção de vinhos finos”.²⁷⁸ Alertou ainda, em suas publicações, sobre os problemas ocasionados pela plantação, quase exclusiva, e isso em âmbito nacional, da vide tipo Isabel, a qual, segundo ele,

²⁷⁵ PESAVENTO, op. cit., 1983, p. 34.

²⁷⁶ GOBBATO, Celeste. O cultivo da videira e a industrialização da uva no RS. Bosquejos históricos sobre a vitivinicultura gaúcha. *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS*, Porto Alegre: Globo, 1950. p. 403.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Anais da Festa da Uva de 1937, p. 58. (Cedoc).

nunca produzirá bom vinho de pasto, porque é muito rica de ácidos, de substâncias azotadas, pobre de açúcar, causas da sua pouca conservação, desprendendo o aroma e sabor característico de *foxi* ou avolpinado que fazem com que os apreciadores da excelente bebida lhe rejeitem o vinho.²⁷⁹

E sentenciou:

é quase a única vide nacional e o seu vinho, nada bom, somente é bebido por causa da conveniência econômica que oferece sobre o preço dos congêneres vinhos da Europa! Mas no dia em que neste Estado se estenderem as vinhas do Velho Mundo a que condições não ficarão reduzidos os produtores do vinho Isabel! A sua cultura trás-lhes-ia, indubitavelmente, o desastre financeiro!²⁸⁰

As observações de Gobbato sobre essas questões referem-se a outros tempos, mas, em alguns aspectos, as coisas não haviam mudado muito desde as primeiras impressões de Saint-Hilaire e Moré até o momento em que ele chegou ao Brasil, na qualidade de enólogo-viticultor, para conduzir a estruturação da Estação Experimental de Viamão, que estava vinculada ao Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ali Gobbato deu início aos trabalhos organizando os primeiros vinhedos experimentais acompanhado de funcionários e estudantes da instituição.

Em pouco tempo, Gobbato estava integrado às grandes discussões nacionais sobre vitivinicultura, como comprovam a publicação do seu *Manual Prático de Viticultura*, em 1914; as notas agrícolas veiculadas, sobretudo, pelo *Correio do Povo*; a sua participação em eventos específicos do setor, em âmbito nacional e internacional; além das publicações na *Egatea* e em outras revistas científicas, entre outros escritos.

Gobbato, sendo produtor e divulgador desses conhecimentos, com atuação já bastante expressiva no que tange à cultura vitivinícola, construiu um nome e uma reputação que favoreceram a sua contratação pelo Ministério da Agricultura, para assumir a direção da Estação Experimental de Viticultura e Enologia (EEVE), de Caxias, em setembro de 1928. Ele, assim, retornava ao seu *métier* após quatro anos à frente do Poder Executivo caxiense, para ser posteriormente reconhecido como o diretor que consolidou e aprimorou os trabalhos da EEVE. Nesta instituição ele permaneceu até 1938.

²⁷⁹ GOBBATO, op. cit., 1914, p. 67-68.

²⁸⁰ Idem.

3.1 Na Estação Experimental de Viticultura e Enologia

Pode-se dizer que, desde o final do século XIX, havia certa clareza, por parte do governo, sobre a necessidade de se implementar o cultivo de uvas finas, como forma de garantir a fabricação de vinhos de qualidade, aptos a concorrer no mercado nacional. Diversas iniciativas governamentais foram tomadas nesse sentido, em nível federal, estadual e municipal.

Uma delas foi a fundação, em 1898, da primeira Estação Agronômica Experimental no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, com o intuito de “formar elementos especializados que difundissem conhecimentos técnicos tendentes a fazer melhorar a qualidade do cultivo da videira e da produção do vinho”.²⁸¹ Entre as primeiras iniciativas do órgão, tem-se a distribuição gratuita de bacelos,²⁸² importados pelo governo, aos colonos de Caxias, São Marcos, Antônio Prado, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Ijuí, além de viticultores de São Leopoldo e proprietários de chácaras em Porto Alegre.²⁸³

Em Caxias, a criação da Estação Experimental de Viticultura e Enologia data de 1921 e está vinculada a um projeto nacional que pretendia “organizar estações experimentais em diversas regiões do País, destinadas a aperfeiçoar setores diferentes da produção agrícola nacional”.²⁸⁴ O ministro da Agricultura na época, Ildefonso Simões Lopes, revelou preocupação com o Rio Grande do Sul, no que tange ao ensino agrícola. Determinou, além da criação de estações experimentais, a fundação de escolas agrícolas que contemplassem “todas as etapas de ensino prático de agricultura, inteiramente gratuitas e destinadas exclusivamente para os filhos de pobres agricultores nacionais e dos valorosos colonos que tanta riqueza trouxeram para a terra rio-grandense”.²⁸⁵

Em 1920, contando com o apoio do governo do estado, o ministro da agricultura Ildefonso Simões Lopes determinou a seleção das áreas que fossem favoráveis à instalação das estações experimentais. Estas deveriam fomentar a

²⁸¹ PESAVENTO, op. cit., 1983, p. 30.

²⁸² De acordo com Gobbato, “bacelo, ou estaca, ou galho, é uma fração de um ramo da parreira que possui ao menos dois gomos e que, habitualmente, tem comprimento de 35 a 50 cm. O bacelo custa menos do que a muda (planta da vide, possui raízes e galhos) e não poucos viticultores preferem adquirir bacelos para contraírem uma menor despesa..” (GOBBATO, Celeste. *Manual do vitivinicultor brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 106).

²⁸³ PESAVENTO, op. cit., 1983, p. 30.

²⁸⁴ PAZ; BALDISSEROTTO, op. cit., p. 31.

²⁸⁵ Idem.

pesquisa e a busca de técnicas inovadoras de produção, sobretudo da cultura da cana-de-açúcar, da triticultura e da viticultura.

Os subsídios para a implantação da EEVE e das outras estações experimentais provinham do Ministério da Agricultura; aos municípios caberia a doação das áreas; já ao governo do estado ficava a tarefa de apresentar parecer técnico sobre as áreas selecionadas para a instalação das estações. A partir daí, foram criadas a Estação Geral de Experimentação em Osório, a Estação de Triticultura em Alfredo Chaves e a Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caxias. Para a instalação desta última, foi selecionada uma área de 16 hectares onde já funcionava o Campo Experimental da cidade.



Imagem 7. Vista da EEVE. Vinhedo XVI de Isabel. Década de 1930. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC / CEDOC/UCS/Caxias do Sul.

Esta área, onde hoje está instalada a Universidade de Caxias do Sul, foi disponibilizada pelo município. No caso de Caxias, a seleção foi realizada pelo enólogo francês Louis Esquier, que havia sido contratado pelo Ministério da Agricultura para dar início aos trabalhos de criação da EEVE. Em 20 de julho de

1921, foram anunciadas, por Esquier as atividades que seriam desenvolvidas pela Estação, a qual atenderia aos viticultores “de toda a zona vitícola da região serrana”. Esses poderiam recorrer à Estação para obter informações sobre: plantação de vinhedos, tratamento de moléstias das videiras, organização de adegas, vinificação, entre outros temas.



Imagem 8. Funcionários da EEVE arrancando e distribuindo mudas de vides europeias enxertadas. Fotógrafo não identificado. Sem data. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

A introdução de variedades de videiras de castas finas ganhava novo alento com a criação da Estação. Naquele estabelecimento, antes de serem distribuídas aos viticultores, as variedades europeias passavam por um processo de experimentação. Entretanto, a resistência dos colonos – muito apegados ao cultivo da Isabel, especialmente devido à rusticidade da planta, resistente, como já vimos, a moléstias, o que garantia safras abundantes – dificultou a expansão das variedades finas.



Imagem 9. Embalagens de mudas para expedir pela viação férrea. Estação Experimental de Viticultura e Enologia. Caxias do Sul/RS. Fotografia não identificado. Sem data. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS, Caxias do Sul.

Foi um longo processo até que a RCI do nordeste do estado pudesse ser reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade de seus vinhos. Caxias, aos poucos, foi deixando de ser o município com maior produção de vinho, cedendo lugar a Bento Gonçalves, que, hoje, com a produção do Vale dos Vinhedos, busca a primeira Denominação de Origem (DO)²⁸⁶ enológica do Brasil. Mesmo assim, ainda predomina no Sul do Brasil, e na região referida acima, a maior produtora da bebidas no País, os vinhos de uvas americanas e híbridas, os vinhos comuns, responsáveis

²⁸⁶ A definição de Denominação de Origem, de acordo com a Resolução de Madri (O.I.V.,1992), adotada pelo Brasil, e pela Norma Vitivinícola do Mercosul, diz que: “Denominação de Origem Reconhecida é o nome do país, da região ou do lugar utilizado para designar um produto originário deste país, desta região, deste lugar ou da área definida para este fim sob este nome, e reconhecido pelas autoridades competentes do respectivo país. No que se refere aos vinhos ou destilados de origem vitícola, a Denominação de Origem Reconhecida designa um produto cuja qualidade ou características são devidas exclusivamente, ou essencialmente, ao meio geográfico, compreendendo os fatores naturais e fatores humanos e está subordinado à colheita da uva, bem como à transformação no país, na região ou área definida”. (FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco (Org.). *Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região*. Caxias do Sul: Educ, 1999. p. 26).

por 89,13% do volume total elaborado, contra apenas 10,87% de vinhos finos, produzidos a partir de uvas de *vitis vinífera*s, conforme dados de 2002.²⁸⁷

Quando Gobbato assumiu a direção da EEVE no lugar de Louis Esquier, o prédio principal, que abrigava a cantina embaixo e a moradia do diretor em cima, já estava concluído. O enólogo francês havia adquirido os instrumentos indispensáveis para as experimentações e providenciado a introdução das primeiras variedades de videiras europeias naquele estabelecimento. Sabe-se que Esquier mostrou-se inconformado com a burocracia brasileira, “acarretando a demora na destinação e liberação de verbas e prejuízos nas atividades da Estação, como a perda da época adequada para plantações”.²⁸⁸ Assim como Esquier, Gobbato também vivenciou problemas com a burocracia. Através da correspondência entre ele e as autoridades estaduais, especialmente com a chefia da I Seção da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio da Secretaria de Obras Públicas do Estado, órgão ao qual a EEVE passou a pertencer, a partir de 1928, evidencia-se a morosidade no encaminhamento de certas questões. Algumas solicitações de Gobbato levaram anos até que fossem atendidas, como foi o caso do encaminhamento da nomeação de funcionários, que trabalhavam sob o regime de diaristas, recebendo um salário menor do que era previsto para a função que realmente exerciam, a de auxiliar técnico. O primeiro pedido dessa natureza, datado de 1929, referia-se ao rapaz João Wagner Martins, de apenas 19 anos, e só foi solucionado em 1934. As respostas de Ochoa, diretor da I Seção, eram sempre as mesmas: “Não será feita a nomeação dos funcionários, ao menos por agora, devendo ser mantida a atual situação dos funcionários.”²⁸⁹ A estrutura da EEVE era bastante enxuta: contava com o diretor, um auxiliar técnico (que recebia como diarista), um auxiliar, um capataz, três trabalhadores permanentes e dois serventes.

²⁸⁷ CAMARGO, Umberto Almeida. Tecnologia vitícola: novas variedades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10., 2003, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003. p. 127.

²⁸⁸ PAZ; BALDISSEROTTO, op. cit., p. 37.

²⁸⁹ Fonograma datado de 8/4/1930. (Cedoc).



Imagem 10. Funcionários da EEVE preparando a plantação de enxertos de mesa. 1934. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

Várias foram as tentativas de Gobbato no sentido de conseguir das chefias estaduais a nomeação de um escriturário. Subentende-se, assim, que a organização do aparato burocrático da Estação ficava por conta do próprio diretor.

A gestão de Esquier não deixou muitos registros sobre os primeiros sete anos de funcionamento da EEVE,²⁹⁰ diferentemente da de Gobbato, que legou um acervo documental bastante significativo sobre todas as atividades que diziam respeito direta ou indiretamente ao diretor. Por isso, torna-se possível perceber, de um lado, a dedicação de Gobbato, no sentido de buscar meios para que a Estação pudesse atender aos planos de ação estabelecidos e, de outro, as várias atividades exercidas pelo diretor, no que tange à divulgação dos trabalhos ali empreendidos. Além disso, a documentação permite atestar a agilidade do diretor em atender às solicitações das autoridades estaduais, através, por exemplo, de constantes relatórios, dando conta da efetividade dos funcionários, incluindo a sua; relatórios das atividades desenvolvidas; orçamentos; dados de produção, de comercialização, etc., realizados todo mês, pontualmente. Visitas de autoridades também ocorriam na EEVE, como se verifica na imagem seguinte:

²⁹⁰ PAZ; BADISSEROTTO, op. cit., p. 36.



Imagem 11. Visita do secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Ataliba Paz (ao centro, de terno branco) à EEVE. Acervo: AHMJS

Além de atender às demandas administrativas, Gobbato recebia, seguidamente, pedidos de emprego; são muitas as cartas deste tipo, como a de um ex-aluno seu, Edmundo Schüller, formado técnico rural no Instituto de Agronomia e Veterinária da EEPA, que estava atuando em Bom Jesus. Gobbato solicitou a Ochoa a nomeação do técnico, que, segundo ele, “já casado e com quatro filhinhos, está a míngua de recursos”. Ochoa, no entanto, respondeu que “não há como atender a solicitação”. Em outra ocasião, do Rio de Janeiro, o Cel. Tancredo Fernandes Mello, engenheiro militar, pediu a Gobbato a “colocação de José Martins Peres, português, bom operário, honesto e perito em sua arte”. O diretor, preocupado em atender às demandas que surgiam e disposto a auxiliar seus conhecidos, solicitou a Ochoa a nomeação de mais um auxiliar técnico, pois teria havido, segundo ele, aumento dos vinhedos com as mudas vindas de São Paulo. Indicou, para esse fim, Duílio Scarabellotto, formado enólogo-viticultor pela *Scuola de Conegliano*, o qual havia emigrado para a Argentina e trabalhado em Mendoza. Gobbato relatou ter

reencontrado o colega italiano em São Paulo, em uma de suas visitas aos vinhedos paulistas. Ochoa, por sua vez, mantinha sempre a mesma postura: orientava o diretor a aguardar novas nomeações. Os pedidos de emprego vinham, também, das próprias autoridades estaduais, como comprova a carta emitida por João Luderitz, ex-colega de Gobbato na EEPA e diretor da Diretoria de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas do Estado, indicando Ely Garcia, “que lhe foi apresentado por um querido amigo, representante da Álcool Motor”. Luderitz solicitou a colocação do cidadão como diarista da Estação, “pois é um bom moço, trabalhador e de boa vontade”. Por esses dados, verifica-se, mais uma vez, a participação do personagem central desta tese em uma rede de relações clientelistas, não mais como intendente, mas, agora, como diretor de um órgão público. Dessa vez, porém, parece que suas indicações eram menos atendidas, revelando, possivelmente, o decréscimo de seu poder político.

Como Gobbato residia na própria Estação, com sua família, “pessoas chegavam a todo momento”, conforme testemunhou seu filho Tito Gobbato, que evoca a imagem do pai rodeado de “gente que vinha pedir todo tipo de coisa, não só para consultá-lo, muitas iam para pedir favores”. Tito enfatizou que, além da função de diretor da Estação, o pai era vice-cônsul da Itália, e “isso dava bastante trabalho para ele, ele atendia o pessoal que chegava da Itália, que queria ir para a Itália, ele tinha uma obrigação moral de atender essas pessoas”, disse Tito. Ele também recorda que o pai recebia visitas de políticos e de membros da Igreja. Contou que, ainda menino, quando devia ter uns sete ou oito anos de idade, guiou os padres do Colégio Nossa Senhora do Carmo “para as colônias, porque eles vinham procurar pessoas da colônia para estudar, para entrar na ordem lassalista. Eu dirigia a charrete, andávamos quilômetros e quilômetros lá para o lado de Santa Lúcia do Piaí, aquela zona toda”. Como o pai estava envolvido em muitas tarefas, a mãe, a alemã Berta, “assumia tudo, até em briga de funcionário ela se metia, se meu pai não estivesse presente ela ia lá e puxava as orelhas, botava ordem. Teve dois que quiseram brigar e minha mãe atuava, era uma mulher muito forte”.²⁹¹

Um ofício do funcionário João Wagner Martins ao diretor interino da EEVE, durante o ano de 1931, período em que Gobbato esteve na Europa, é exemplar no sentido de revelar as causas das possíveis desavenças entre os funcionários, que Tito lembrou. Martins relatou:

²⁹¹ Depoimento de Tito Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

Ontem, pela terceira vez, o senhor João Davanzi (toscano) apresentou-se “florido” no serviço. A primeira vez trabalhava-se na cantina e ele, que trabalhava na horta, penetrou na mesma subtraindo uma garrafa de vinho com o qual ficou “pronto”. Chamei-lhe a atenção, tendo prometido que não mais faria semelhante coisa e ficando proibido de entrar na cantina. Na reincidência, também chamei-lhe a ordem, tendo-me dito que tomara “do meu vinho”. Ontem, por fim, tendo adquirido cachaça de terceiros, pôs-se a beber, no viveiro, não rendendo nada seu trabalho e interrompendo os outros com sua “formidável conversação”. Nessa ocasião ouvi aconselhar os outros “devagar, devagar”. Isto é intolerável para um homem que ganha 300\$000.²⁹²

No dia 29 de junho de 1931, Gobbato embarcou com sua família para a Europa. Sabe-se que lhe foi concedida uma licença remunerada de quatro meses, uma parte devido a férias acumuladas relativas aos anos de 1929 e 1930. O requerimento, em que ele solicitou seu afastamento da EEVE com vencimentos, foi autorizado pelo interventor federal, o general Flores da Cunha.²⁹³ O período acabou se estendendo e Gobbato só retornou do Velho Mundo dez meses depois. Conforme Tito contou, a família ficou uma parte do tempo na Itália e outra na Alemanha, onde residia a família de Berta. Tito e o irmão Mário chegaram a frequentar a escola na Alemanha, mas conforme ele lembra “não cheguei a aprender nada, um idioma difícil, ainda mais alemão naquela letra gótica, Deus me livre”. Esta foi a última viagem que a família fez à Europa. Ao retornar das férias, bastante prolongadas, Gobbato deu seguimento ao seu projeto de qualificação da vitivinicultura na EEVE, além de manter os vínculos com a imprensa. Nota-se que a função de intelectual da agricultura esteve sempre presente em sua trajetória o que denota o caráter inabalável deste tipo de “capital”.

3.2 A nova edição do *Manual Prático de Viticultura* e outros escritos

Paralelamente às atividades na direção da EEVE, durante o ano de 1929 Gobbato esteve envolvido com a reedição do seu *Manual Prático de Viticultura*, que passou a ser, já a partir de 1922, na segunda edição, *Manual do Vitivinicultor Brasileiro*, indicando uma maior abrangência temática, pois a edição revista e ampliada dava mais espaço para as questões da vinicultura, além de trazer dados atualizados sobre regiões do País, que não haviam sido contempladas nas edições anteriores.

²⁹² Ofício datado de 9/1/1932. (Cedoc).

²⁹³ Correspondência de Gaspar Ochoa para Celeste Gobbato. Porto Alegre, 12 de junho de 1931. (Cedoc).

Obviamente que, dez anos após a última publicação, havia dados novos sobre a produção vitivinícola: aumentaram as áreas cultivadas, as espécies de vinhas se diversificaram e as técnicas vinícolas, lentamente, se aperfeiçoavam. O conhecimento de Gobbato sobre essas questões acompanhava as transformações que ocorriam, sendo ele próprio um agente deste processo de mudanças. Ele, cada vez mais, se fortalecia como um *expert* da cultura vitivinícola em âmbito nacional. O *Manual* foi, sem dúvida, a obra mais importante de Gobbato, constituindo-se em referência para todo o País, devido à análise da situação brasileira que ele elaborou.

Na primeira edição do *Manual Prático de Viticultura* (1914), originalmente escrito em italiano e traduzido para o português pelo professor Major Miguel Pereira, seu colega na Escola de Engenharia, Gobbato apresentou noções básicas sobre a fisiologia da vide: classificou as principais espécies, tratou da formação das raízes; do caule e de suas ramificações em galhos; dos ramos, folhas, as quais, segundo ele, “variam enormemente em cada vide, pela grandeza, forma, cor, brilho, pêlos, rugosidade, margens, etc., oferecendo caracteres notáveis na identificação de cada vide”. De acordo com suas palavras, o cacho é o aparelho floral da vide e esclarece que “em geral, as vides são formadas por flores hermafroditas, especialmente as européias”, mas há vides “unissexuais, masculinas e femininas”. Para Gobbato, a distinção entre tais espécies era de capital importância ao viticultor “para não incorrer no erro do plantio de um vinhedo que pode ser estéril”.²⁹⁴ Na sua visão, além da uva e do vinho, uma série de outros produtos secundários poderiam ser aproveitados, tanto por sua utilidade imediata, como para gerar lucro aos produtores. Assim, alertava os leitores:

do bagaço pode-se extrair aguardente, cremor tártaro, óleo de caroço, álcool, ácido tartárico, ácido enotânico, podendo ainda servir para preparar segundos vinhos que, cuidadosamente fabricados, chegam a se confundir com o vinho-flor. Por último, os resíduos dos engaços da casca, da borra, empregam-se como estrume. O mosto serve à confecção de doces, para o fabrico de líquidos doces não alcoólicos, e o vinho para fazer vermouth, cognac, outras bebidas e vinagre. Da videira se tira lenha com a poda seca, forragem com poda verde, e até papel de sarmento.²⁹⁵

Conhecedor das modificações na arte de cultivar a terra, Gobbato afirmava que as descobertas científicas vieram para auxiliar no progresso da agronomia e, dessa

²⁹⁴ GOBBATO, op. cit., 1914, p. 22-23.

²⁹⁵ Ibidem, p. 13.

forma, permitir o desenvolvimento pleno das nações. Segundo ele, “as causas de uma perturbação econômica residem, principalmente, na agricultura; por isso exige que a ela se dirijam o estudo, a pesquisa e o trabalho”. No prefácio da primeira edição, o autor revelou os motivos que o levaram a escrever a obra:

A presente crise vinícola, devida essencialmente à cultura da vide Isabel, a visita aos vinhedos dos Municípios deste Estado, e o estudo das condições climatérico-telúricas das regiões respectivas, despertam-nos o desejo, pensando satisfazer necessidade inadiável de que o Rio Grande do Sul será em breve tempo a cantina do Brasil, nos encorajou a resumir neste tratado as noções fundamentais de ampelotecnia com o intuito de auxiliar os viticultores ainda rudimentares, a estimular outros agricultores a difundir a lucrativa cultura da vinha.²⁹⁶

Outros motivos também contribuíram para a escritura da obra, como a lembrança ainda recente de Gobbato, da destruição de boa parte dos vinhedos europeus, principalmente na França, pela filoxera, moléstia que ataca as vides, cujo inseto provinha da América do Norte. Preocupou-se, então, em difundir entre os produtores brasileiros estudos realizados na Europa sobre a prevenção contra tal praga ou qualquer outro flagelo, pois, no seu entender, “a paralisação da viticultura brasileira e especialmente a rio-grandense, representaria considerável abalo na fortuna pública”.²⁹⁷ Composto de 165 páginas, o *Manual* divide-se em 15 capítulos que dão à obra um caráter didático. Nesse sentido, sem dúvida, é possível perceber, na trajetória de Gobbato, uma profunda conexão entre as suas ideias e concepções e o que ele de fato praticou, revestindo boa parte de sua vida pública de um sentido educativo.

Para a edição revisada e ampliada do *Manual*, Gobbato estabeleceu uma intensa correspondência com engenheiros, viticultores, vinicultores, funcionários públicos, químicos, entre outros profissionais que, de alguma forma, pudessem fornecer-lhe informações indispensáveis sobre o assunto. Vale mencionar, por exemplo, o pedido feito por Gobbato ao diretor do Instituto Agrônomo e Meteorológico da EEPA, Ladislau Courissat de Araújo, solicitando “uns dados meteorológicos”, tais como:

²⁹⁶ Ibidem, p. 3. Sobre o termo *ampelotecnia*, Gobbato explica que se trata do estudo e da descrição das variedades de vides, e historia essa prática, informando que “os primeiros ampelográficos remontam aos antigos. Demócrito foi o primeiro a se ocupar do assunto, 300 anos antes de Cristo. Sucessivamente, trataram da ampelografia Catão, Columella, Plínio, Virgílio e outros”. (Ibidem, p. 118).

²⁹⁷ Ibidem, p. 14.

Temperatura: a norma anual, a média do verão, do outono, do inverno e da primavera e mais a máxima e mínima citando-se dia e ano das estações de Caxias, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Passo Fundo e Erechim; Chuva: média de chuva caída durante os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, setembro, outubro, novembro e dezembro por meses das mesmas estações; Geadas: meses de identificação de geada nas mesmas estações; Umidade relativa nos meses acima citados nas mesmas estações; Vento: ventos predominantes por mês durante os 12 meses do ano nas estações citadas.²⁹⁸

No dia 27 de maio de 1929, Gobbato enviou várias cartas com o intuito de levantar dados atualizados para a montagem da nova edição. Ao intendente de Rio Grande, solicitou informações sobre a quantidade de uva exportada do município, de 1920 a 1929, “separado por ano”. Já ao diretor do Laboratório de Higiene de Caxias, João D’Andrea, e de Bento Gonçalves, Darcy Furtado, pediu as seguintes informações: “sobre composição média do vinho exportado em 1928 e 1929; sobre a composição média do vinho elaborado na última safra e sobre outros dados relativos à vitivinicultura que reputar útil divulgar”. A Amador Bueno da Cunha e Lourenço Granato, dois importantes vitivinicultores de São Paulo, solicitou esclarecimentos sobre a produção anual média de uva e vinho naquele estado, as castas mais convenientes, além de outras informações julgadas importantes para divulgação. As mesmas informações foram demandadas ao diretor do Instituto Agrônomo de Campinas, possivelmente visando a uma confrontação dos dados. Gobbato seguiu acionando sua rede de relações e manteve correspondência com o diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Rio de Janeiro, Arthur Torres Filho, pedindo a ele dados sobre a produção de uva e vinho em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo, bem como a identificação das principais castas cultivadas nesses estados. Também procurou o auxílio do produtor Álvaro da Silveira, de Belo Horizonte, para que lhe enviasse informações sobre a produção de uva e vinho e as castas mais convenientes àquela unidade federativa. Vale notar a preocupação do autor em adquirir informações tanto a partir dos próprios produtores quanto dos agentes ligados aos órgãos governamentais responsáveis pelo setor agrícola. Possivelmente, isso se deva aos problemas de registros de tais atividades, já que Gobbato, em dada situação, lamentou a falta de dados precisos sobre a produção de uva e vinho no Rio

²⁹⁸ Correspondência de Celeste Gobbato ao diretor do Instituto Agrônomo e Meteorológico da Escola de Engenharia de Porto Alegre Ladislau Courissat de Araújo. Caxias, 14 de maio de 1929. (Cedoc).

Grande do Sul. É possível que o mesmo pudesse ocorrer nos demais estados da Federação.

Gobbato solicitou ainda os mesmos dados referentes à produção vitivinícola de São Paulo ao produtor Francisco Marengo. Este último e o já citado Amador Bueno da Cunha são mencionados em outros documentos que dão conta das viagens de Gobbato àquele estado para visitar vinhedos. Notícias referentes a tais visitas foram divulgadas pelo jornal *Correio do Povo*, durante os anos 1910 e 1920, quando Gobbato ainda era professor na EEPA. Portanto, são pessoas com as quais ele mantinha, já há algum tempo, uma interlocução a respeito do assunto. Com Amador Bueno da Cunha, por exemplo, Gobbato travou uma interessante discussão na década de 30. As questões em debate diziam respeito à aceitação ou não da hibridização de variedades e à indicação de um tipo de videira mais produtiva para cada local, bem como às maneiras pertinentes de conservar o vinho. Grande parte deste debate pode ser lido nos artigos de ambos, escritos para a revista *Chácaras e Quintaes*, de São Paulo, uma das mais consagradas, na época, sobre as questões agrícolas do País.

O diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Otacílio Pereira, também foi consultado por Gobbato a respeito do volume e do valor do vinho saído em 1928 da Estação de Marcelino Ramos “e outras da fronteira para destino além do Rio Grande do Sul”. Solicitou igualmente ao químico da Diretoria de Higiene do Estado, Yonossuke Nemoto, dados analíticos sobre médias de uvas, vinhos e grasas produzidos no Rio Grande do Sul.

A edição revista e ampliada do *Manual* foi publicada pela Livraria do Globo, de Porto Alegre, em 1930, poucos meses antes da ida de Gobbato à Europa. A procura pelo *Manual* comprovou o êxito da obra. Seu autor recebia frequentemente pedidos de informações sobre como ter acesso à obra. Por exemplo: de livrarias de municípios gaúchos, como a Serrana de Ijuí, chegavam solicitações de exemplares do *Manual*. De Livramento, o advogado Moises Vianna também pedia o *Manual*, já que a livraria daquela cidade não dispunha da obra. Não só do Rio Grande do Sul, mas igualmente de outros estados do País, vinham solicitações de exemplares do livro. De São Clemente, no Rio de Janeiro, por exemplo, o diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Francisco Iglesias, pediu informações de como conseguir um exemplar. De Curitiba, no Paraná, o engenheiro agrônomo e professor da Escola Agrônômica daquele Estado, Joaquim Silveira da

Mota, solicitou não apenas um exemplar do *Manual*, como “as demais obras do autor”, entre elas o *Manual de Construções Rurais*, ao que Gobbato respondeu dizendo que iria solicitar aos editores da Livraria do Globo, para que enviassem um exemplar desse último, esperando que ele “convença o professor dessa cadeira a adotá-lo nessa próspera escola”. Amador Bueno da Cunha, reforçando a importância da obra em nível nacional, assim escreveu a Gobbato:

Tenho recebido muitos pedidos de informações sobre o melhor livro de Viticultura em português. A todos tenho recomendado o seu Manual como indispensável a quem quiser cultivar a vinha. Acontece, porém, que aqui em São Paulo, já não se encontra esse bom livro e os que eu tinha disponível já se foram.²⁹⁹

Da mesma forma, a correspondência de João Batista da Silva, escrivão da Coletoria Federal de Minas Gerais, é demonstrativa tanto do valor científico atribuído à obra quanto da dinâmica que se processava em torno das publicações do setor. Silva afirmou ter recorrido à seção “Vida dos campos”, de um jornal da capital federal, a fim de saber sobre

a melhor obra a respeito da cultura da videira e do fabrico de vinho. Foi-me aconselhado o Manual do Vitivinicultor Brasileiro, de sua autoria. Não tendo encontrado esse livro na praça do Rio de Janeiro, peço se é possível me enviar por correio dois exemplares me indicando o preço para o reembolso. Aguardo a urgente resposta.³⁰⁰

A urgência na aquisição do *Manual* também aparece em correspondência enviada a Gobbato pelo agrônomo regional do Ministério da Agricultura da Nação, de Posadas, na Argentina. Este solicitou “um exemplar, imediatamente, do Manual do Vitivinicultor Brasileiro”,³⁰¹ atestando a boa reputação da obra (e a de seu autor, é claro) para além das fronteiras brasileiras.

O *Manual do Vitivinicultor Brasileiro* chegou a ser considerado “a bíblia dos produtores de uvas e vinhos não só da região, mas do País”.³⁰² Se há algum exagero nessa afirmação, o mesmo não se pode dizer quando se trata de creditar à obra “o

²⁹⁹ Correspondência de Amador Bueno da Cunha para Celeste Gobbato. São Paulo, 16 de dezembro de 1929. (Cedoc).

³⁰⁰ Correspondência de João Batista da Silva para Celeste Gobbato. São João Del Rey, 21 de dezembro de 1929. (Cedoc).

³⁰¹ Correspondência de Miguel Fasola para Celeste Gobbato. Posadas, 15 de maio de 1930. (Cedoc)

³⁰² PAZ; BALDISSEROTTO, op. cit., p. 40.

primeiro estudo sistemático sobre a viticultura brasileira”, conforme palavras do enólogo caxiense Onofre Pimentel.³⁰³ Da mesma forma, o engenheiro agrônomo e enólogo Jaime Lovatel, que dirigiu a EEVE entre 1976 e 1990, se referiu aos ensinamentos de Gobbato como sendo “extremamente atuais, na medida em que seus ideais ainda estão por ser concretizados, embora o cultivo da uva e fabricação do vinho tenha evoluído muito nos últimos anos”. Para Lovatel, a obra de Gobbato foi “o ponto de partida para muitos estudos posteriores sobre a vitivinicultura brasileira”.³⁰⁴

Os eventos relacionados à cultura vitivinícola para os quais Gobbato era chamado a participar eram de diferentes tipos e incluíam desde as colheitas de uva, as chamadas vindimas, as exposições e feiras agrícolas promovidas por diferentes municipalidades, até eventuais inaugurações, transferências ou, simplesmente, reformas de cantinas. Além desses, conforme já foi referido anteriormente, havia aqueles eventos de caráter mais científico, como os congressos regionais, nacionais e internacionais.³⁰⁵ Nos últimos, com frequência, Gobbato apresentava algum trabalho. Não era raro o seu nome figurar entre os membros da comissão organizadora, como no caso do Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, realizado em Madri, em junho de 1929. Agradecendo o convite para participar do evento, Gobbato respondeu que “se conseguir licença para assistir o Congresso, terei a honra de apresentar algum trabalho. Aguardo o regulamento e a programação”.³⁰⁶

A demanda por informações e dados estatísticos à EEVE, proveniente de órgãos oficiais, bem como de artigos de Gobbato, especialmente para as revistas *Chácaras e Quintaes*, de São Paulo, e *O Campo*, do Rio de Janeiro, são indicativos da dinâmica intelectual referente às questões agrícolas no período, além de atestarem a importância do País no cenário internacional, e o Rio Grande do Sul figurava como o principal polo produtor de uva e vinho.

³⁰³ Entrevista concedida à autora. Caxias do Sul, abril de 2001.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ A correspondência consultada que atesta tanto os convites, bem como a participação efetiva de Gobbato em eventos do setor são numerosas e estão disponíveis no Cedoc.

³⁰⁶ Correspondência de Celeste Gobbato para Nicolas Garcia de Los Salmones, presidente do Comitê organizador do Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, Madri. Caxias, 4 de junho de 1929. (Cedoc).

Com o objetivo de fornecer dados sobre a produção, o comércio e as empresas importadoras e exportadoras de vinho no Rio Grande do Sul, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil solicitou ao governo estadual um relatório para que tais informações constassem no Boletim do Instituto Internacional do Vinho, sediado em Paris. Gaspar Ochoa delegou a tarefa a Gobbato, enviando-lhe cópia do ofício que destacava a importância e a urgência dos dados, já que “aquele instituto está organizando o seu anuário onde o Brasil deve figurar à vista da importância da produção nesse Estado”.³⁰⁷ Percebe-se que as atribuições de Gobbato na EEVE não diziam respeito somente às atividades daquele estabelecimento. A solicitação do governo brasileiro à Ochoa, e de Ochoa para Gobbato, demonstra a credibilidade deste último diante das autoridades estaduais.

Como era habitual, Gobbato mantinha seu vínculo de colaborador com o *Correio do Povo*, conforme a amostragem seguinte:

³⁰⁷ Correspondência de Gaspar Ochoa para Celeste Gobbato. Porto Alegre, 2 de abril de 1929. (Cedoc).

Notas Agrícolas de Celeste Gobbato – Década de 1930³⁰⁸

Jornal	Assunto	Reportagem	Data
Correio do Povo	Agricultura	Notas de agricultura “especial para o Correio do Povo”: forragens para o inverno	6.3.1930
Correio do Povo	Agricultura	Notas sobre agricultura “especial para o Correio do Povo”: forragem para o inverno	25.3.1930
Correio do Povo	Agricultura	Notas sobre agricultura “especial para o Correio do Povo”: a cultura do trigo pelo método Gibertini	30.5.1930
Correio do Povo	Agricultura	Notas sobre agricultura “especial para o Correio do Povo”: os brilhantes resultados conseguidos com o papel betuminado	8.6.1930
Correio do Povo	Agricultura	Notas sobre agricultura “especial para o Correio do Povo”: cultura da amendoeira	26.7.1930
Correio do Povo	Agricultura	Notas de viagem: a estação experimental de risicultura de Vercelli	6.11.1931
Correio do Povo	Festa da Uva	Notas de viagem: a Festa da Uva na Itália	8.11.1931
Correio do Povo	Fascismo	Notas de viagem: O primeiro aniversário dos fascios juvenis de combate	15.10.1931
Correio do Povo	Agricultura	Notas de viagem: a escola prática de mecânica agrícola de Roma	12.01.1932
Correio do Povo	Agricultura	Exposição: feira de Montenegro; conferência sobre fruticultura efetuada pelo Dr. Celeste Gobbato (p. 9)	26.7.1933
Correio do Povo	Agricultura	Pró-intensificação da cultura da oliveira (p. 3)	14.8.1935
Correio do Povo	Agricultura	Sericicultura rio-grandense	18.9.1935
Correio do Povo	Agricultura	O método integral na cultura do trigo	02.6.1939
Correio do Povo	Agricultura	Estação experimental de orisicultura	16.6.1939
Correio do Povo	Madeira	A madeira na indústria da celulose e do papel	1º.12.1939

As frequentes colaborações de Gobbato ao *Correio do Povo* revelam, como já foi dito, a consolidação de sua faceta intelectual e a preocupação de ser “lido”, também, por um público não especializado. Importante é destacar, no conjunto da amostragem acima, as Notas de viagem referentes à sua estada na Europa, em 1931. Dessa forma, ele divulgou aos leitores gaúchos a Festa da Uva na Itália, realizada em Roma, em outubro daquele ano; relatou acerca dos trabalhos que eram realizados na Estação Experimental de Risicultura de Vercelli, onde esteve em novembro; descreveu a estrutura e o funcionamento da Escola Prática de Mecânica Agrícola de

³⁰⁸ O referido quadro foi elaborado a partir de recortes de jornais que integram o acervo particular de Lydia Gobbato Karl.

Roma, que visitou também em novembro, além de ter divulgado o “desfile” dos jovens fascistas na praça *d’Armi*, de Roma. Sobre este episódio, Gobbato relatou:

Encontrando-me em Roma, senti-me atraído à praça militar, onde o “Duce” da nova Itália teria passado revista aos 40.000 moços provenientes das províncias situadas na região central da península. Fiquei realmente satisfeito, pois o espetáculo foi extraordinário. [...] A disposição dos jovens fascistas oferece um quadro de ordem e disciplina admiráveis; o público manifesta seu grande entusiasmo e acompanha com o olhar o “Duce”, que passa de linha em linha, observando cuidadosamente cada esquadra. São cerca de 11 horas e Mussolini termina a revista aos 40.000 camisas-preta, que ele definiu “uma das criações mais felizes do Grande Conselho fascista”. [...] Mussolini, então, com sua comitiva sempre a cavalo, se coloca perto de seu palco e aí espera a passagem interminável dessa mocidade, a cavalo, em bicicletas, motocicletas e nos caminhões, que o cumprimenta com um entusiasmo impossível de ser descrito. [...] Os jovens fascistas levantam seus estandartes, saúdam com os lenços, gritam: “Duce! Duce!” e a essas expansões se associa todo o público, que aplaude entusiasticamente.

É, portanto, através das páginas do *Correio do Povo* que podemos identificar algumas pistas sobre as suas férias um tanto prolongadas na Europa. Além de visitar locais relacionados à sua profissão e à sua função de diretor da EEVE, Gobbato oferece um significativo indício de seu possível envolvimento com a política fascista. Afinal, por que Gobbato privilegiou a divulgação do desfile dos jovens fascistas? Como foi dito anteriormente, as questões relacionadas a esse tema merecem um estudo mais aprofundado. As fontes disponíveis para essa pesquisa, no entanto, não permitem alcançar interpretações mais precisas.

Assim como nesse jornal, Gobbato também era convidado, seguidamente, pela revista *Chácaras e Quintaes* a contribuir, como demonstram, por exemplo, as correspondências do editor-proprietário da revista, que chegavam ao diretor da EEVE: “Podemos contar com um seu artiguete para a revista de julho em organização?”; “Podes responder às dúvidas de nossos assinantes?” [há várias solicitações deste tipo].³⁰⁹ Diversos eram os assuntos aos quais Gobbato era solicitado a tecer informações. Integrado às grandes questões do setor agrícola nacional, ele foi, por exemplo, procurado por Gaspar Ochoa a dar a sua opinião sobre a intenção do governo estadual em realizar a “Semana do Trigo”, em Porto Alegre. Ochoa solicitou a Gobbato sua opinião sobre “época, modo de realização da

³⁰⁹ Correspondência de Amadeu Barbellini, editor proprietário da *Chácaras e Quintaes* para Celeste Gobbato. São Paulo, 6 de junho de 1929. No dia 17 de setembro Gobbato recebeu outra correspondência de Barbellini com mais 6 “consultas” de assinantes. (Cedoc).

Semana, prêmios e concorrentes e sobre o que mais julgar necessário para o êxito de tal iniciativa”.³¹⁰ Não é demais lembrar que o presidente da República Getúlio Vargas empreendeu uma grande campanha nacional em torno do cultivo do trigo. Gobbato, por sua vez, respondeu com o detalhamento que lhe era peculiar.

3.3 Celeste Gobbato e as Festas da Uva

Nas primeiras duas décadas do século XX, observa-se uma valorização crescente do consumo e da produção de vinhos no Brasil. Esse fenômeno pode estar relacionado, conforme indica Oliver,³¹¹ às “discussões médico-higienistas de fins do século XIX, quando o vinho ganhará destaque como um alimento das civilizações avançadas em detrimento da cachaça, que remetia ao passado colonial, salientando as distinções sociais existentes e fazendo aumentar o seu consumo”. Ainda segundo a autora, uma das matrizes do pensamento social-brasileiro nasceu das discussões médico-higienistas, que buscavam na ciência a solução para as mazelas do País. A análise de Oliver se refere à produção vitivinícola no Estado de São Paulo e enfatiza as publicações de Luís Pereira Barreto, médico formado pela Universidade de Bruxelas, que se dedicou à produção de vinhas em sua chácara em Pirituba. Barreto foi um importante autor de textos sobre a temática da vitivinicultura, situando-se, segundo Oliver, entre os mais ferozes críticos da hibridização das variedades, o que para ele significava algo semelhante à mestiçagem humana, ou seja, tal qual o “cruzamento da raça caucásica com a raça negra que tem dado por toda a parte produtos valetudinários, de uma debilidade extrema”.³¹²

No debate nacional que se estabeleceu na década de 30, a respeito das híbridas, uma categoria de vide adquirida de forma artificial, Gobbato é considerado, na análise de Oliver, um progressista, em contraponto aos que ela denomina de tradicionais, como o referido Barreto. Favorável ao processo de hibridização ou “mestiçagem” de vides, Gobbato sustentou que esse era fundamental para se obter videiras produtoras de uva de boa qualidade e plantas resistentes a determinadas moléstias, sendo um produto importante para ampliar o mercado de vinhos no Brasil.

³¹⁰ Correspondência de Gaspar Ochoa para Celeste Gobbato. Porto Alegre, 15 de janeiro de 1933. (Cedoc).

³¹¹ OLIVER, op. cit., p. 244.

³¹² OLIVER, apud BARRETO, op. cit., p. 252.



Imagem 12. Celeste Gobbato em plantação de enxertos de mesa na Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias do Sul. 1933. Foto Geremia. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

A Estação Experimental, nesse sentido, serviu como lugar onde Gobbato pôde colocar em prática as suas posições e convicções. Lá, diversas experimentações foram feitas, tanto em relação à hibridização quanto no que diz respeito à produção das castas finas. Os resultados dessas práticas, ele divulgou em relatórios de caráter administrativo, a fim de prestar contas do trabalho desenvolvido na EEVE. Entretanto, outros meios de divulgação foram extremamente importantes para a consolidação da Estação e de sua credibilidade. Referimo-nos àquela que se tornou a principal festa popular da cidade de Caxias: a Festa da Uva.

Em 8 de março de 1931, foi organizada, nas dependências do Recreio da Juventude, uma exposição de uvas e vinhos. Segundo Ribeiro:

Essa poderia ter sido apenas mais uma das tantas exposições até então realizadas na sede da antiga Colônia Caxias, não fosse ela orientada por um inusitado propósito em se tratando de um evento festivo: o de ser uma festa de cunho pedagógico, com vistas a tornar acessível aos vitivinicultores da região um conhecimento já disponível sobre a relação de dependência entre a qualidade da uva e vinhos de boa qualidade.³¹³

³¹³ RIBEIRO, op. cit., p. 86.

O discurso inaugural dessa primeira Festa da Uva ficou a cargo de Celeste Gobbato, que, conforme foi noticiado pelo *Correio do Povo*, era “uma autoridade em assuntos agrícolas”. Na oportunidade, “de maneira sóbria mas precisa, demonstrou a utilidade da festa para estimular os viticultores a abandonar o fetichismo da (uva) Isabel, limitando sua cultura à área considerável que ela já ocupa, para aproveitar outras videiras de qualidade superior”.³¹⁴

A festa foi realizada a partir da parceria entre o governo estadual, tendo como figura de destaque o coletor estadual e também fiscal do Sindicato do Vinho Joaquim Pedro Lisboa, a quem comumente é creditada a idealização do evento; a Estação Experimental; a Prefeitura Municipal e a Sociedade Vinícola Rio-Grandense, órgão comercial do Sindicato do Vinho, criado em 1928, pelo secretário estadual do Interior e Justiça, Oswaldo Aranha.

Tal estrutura, que foi sendo estabelecida a partir da década de 20, em torno da produção vitivinícola, especificamente,³¹⁵ é representativa da força econômica do setor, e não só no Rio Grande do Sul. Os órgãos de proteção, regulamentação, aperfeiçoamento, fomento à produção e comercialização da uva e do vinho se ampliaram e se fortaleceram nas décadas seguintes, especialmente com a oficialização pelo governo do estado do Instituto Rio-Grandense do Vinho em 1936 e com a implantação do Instituto Brasileiro do Vinho (Uvibra) em 1967, de âmbito nacional. Gobbato foi um nome importante no incentivo, na criação e gestão de alguns desses setores, como será analisado no capítulo seguinte.

A Festa da Uva de 1931 foi um espaço estratégico de atuação de Gobbato, dadas as possibilidades de difusão dos investimentos e resultados obtidos pela EEVE, os quais, na forma de relatórios ou mesmo nos textos escritos para jornais e revistas científicas, não atingiam boa parte dos produtores mais modestos, objetivo sempre visado pelo projeto pedagógico de Gobbato. Nesse sentido, é importante

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Não se pode deixar de mencionar aqui a existência e atuação marcante da Associação dos Comerciantes de Caxias na criação do Sindicato do Vinho, sobretudo no que diz respeito à ação de cantineiros e exportadores da cidade, os quais, constituídos numa comissão, assumiram a liderança de um movimento de defesa dos interesses da indústria vitivinícola local, ou seja, de seus próprios interesses. Foi através da investida desse grupo de comerciantes que reuniões foram realizadas, primeiro com o secretário estadual da Fazenda, Firmino Paim Filho e, depois, com Oswaldo Aranha, que garantiu todo o apoio necessário à criação do Sindicato. O seu estabelecimento teve como consequência “a aprovação do regulamento dos vinhos rio-grandenses, através do Decreto 4.255, de 17 de janeiro de 1929, que estabelecia normas de fiscalização para preparo, comércio interno e exportação, classificando os vinhos em I, II e III classes”. (MACHADO, op. cit., p. 224-226).

destacar a análise de Ribeiro referente a tal questão, quando afirma que, “se um dado conhecimento é tornado acessível no contexto prazenteiro de uma festa, numa cidade que ainda respira o ar da colônia, então esse acesso é partilhado de modo igualitário, por todos, independentemente do grau de instrução formal ou do lugar que ocupa na sociedade”.³¹⁶

Especialmente voltada aos vitivinicultores, a Festa deve, no entanto, ser compreendida no contexto mais amplo de reconhecimento, no cenário da economia local e regional, das diversas atividades relacionadas a uma produção em grande escala, que incluía desde tanoarias, vidrarias e empalhamento de garrações, até a produção de equipamentos para atender às necessidades de plantio, colheita e vinificação das safras, provenientes das empresas de Abramo Eberle e De Antoni, por exemplo. Indivíduos envolvidos nessas atividades também participaram da festa, expondo seus produtos, sendo eles, igualmente, agentes da dinâmica que caracterizava a produção vitivinícola, que representava, naquele momento, a principal fonte de riqueza local.

A repercussão da festa foi positiva, embora tenha se limitado à cidade de Caxias e aos municípios vizinhos. O estudo de Ribeiro indica que o evento contou com a participação de “mais de 50 expositores de Caxias e os irmãos maristas de Garibaldi (detentores de vinhedos de castas européias prestigiadas) exibindo mais de uma centena de espécies de uva e dezenas de tipos de vinhos”.³¹⁷ A maior parte dos produtos expostos eram provenientes da EEVE. Segundo a autora, o *Correio do Povo* noticiou que “numerosos eram os visitantes que de lápis em punho na frente das castas que interessavam tomavam nota de seus caracteres e seus nomes com o propósito de introduzi-los em suas lavouras a fim de melhorar a qualidade de seus parreirais”.³¹⁸ Sendo programada para durar apenas um dia, um domingo, a festa se estendeu por todo o dia seguinte, o que levou os organizadores a cogitar a sua realização todos os anos. Assim nasceu a Festa da Uva que, com o passar do tempo, assumiu outras características e outro formato.

³¹⁶ RIBEIRO, op. cit., p. 87.

³¹⁷ Ibidem, p. 88.

³¹⁸ Idem.



Imagem 13. “Stande” da EEVE na 1ª Festa Regional da Uva, Caxias do Sul. 1931. Foto Geremia. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

A Festa de 1931 foi um ponto de partida importante para a consolidação da imagem da EEVE perante a comunidade local e mesmo diante das autoridades políticas estaduais. Mas foi na edição do ano seguinte que Gobbato levou a Estação para o centro das atenções, com o lançamento da programação do I Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia. A discussão do evento girou em torno da qualificação das videiras, da vinificação, da questão dos impostos, da falsificação dos vinhos, da distribuição dos produtos, dos preços e da criação de uma legislação para a indústria do vinho. Nesta edição da festa foi instituído o curso alegórico, quando a EEVE exibiu “exuberante carro”.

A repercussão da Festa de 1932 foi incomparavelmente mais significativa do que a anterior. O discurso inaugural coube ao interventor do estado, Gal. Flores da Cunha, que demonstrou certa surpresa com o que a cidade revelava e assim se pronunciou no evento: “A minha impressão do que acabo de ver em Caxias é que o progresso aqui verificado supera de muito tudo quanto se sabia que aqui se tinha feito. Panorama maravilhoso de riqueza, Caxias mostra as possibilidades do Rio

Grande do Sul no campo da produção e do engrandecimento moral. Estou encantado!”³¹⁹



Imagem 14. Visita de autoridades à Festa da Uva de 1932. Momento em que o governador do Rio Grande do Sul, interventor Gal. Flores da Cunha, ao centro, se preparava para cortar a fita simbólica da abertura oficial da Festa. Aparecem na foto: primeiro à esquerda, Miguel Muratore, prefeito de Caxias; discursando com papéis na mão, Celeste Gobbato, diretor da EEVE. Acervo: AHMJSA

Gobbato presidiu a Festa da Uva de 1933, conforme indica o texto memorialístico escrito sobre ele no jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul, por suas “inúmeras virtudes, entre as quais a de ter sido uma autoridade sobre viticultura e enologia”.³²⁰ A edição presidida por ele contou com a realização do 2º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, em uma demonstração de sua capacidade de articular diversos agentes envolvidos na questão vitivinícola, como produtores, comerciantes, autoridades administrativas e políticas locais e estaduais, tal como havia feito na primeira edição do Congresso. Esta iniciativa serviu para reforçar sua autoridade no assunto, bem como para legitimar sua atuação na EEVE, além de ter

³¹⁹ Ibidem, p. 98. O pronunciamento foi reproduzido pelo jornal *Correio do Povo*, 1932.

³²⁰ *Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 2, 9 jan. 2006.

contribuído para “consolidar a Festa da Uva”.³²¹ Conforme sugere o referido jornal, muito tempo depois do acontecido, “um brilho extra enalteceu a gestão de Gobbato na Estação Experimental de Viticultura e Enologia”.³²²

Novamente, observa-se, no caso das Festas da Uva, tal como já foi analisado quanto tratado das comemorações do primeiro cinquentenário da imigração italiana em 1925, a “promoção do étnico”, no sentido dado à expressão por Weber, em estudo antes mencionado. De acordo com Ribeiro,

o objetivo maior da festa é a celebração das conquistas do povo da região. [...] Na Festa da Uva de 1933, houve um gesto concreto de autovalorização e de valorização da origem pela instituição do Dia do Colono, definido pelos seus promotores como *Homenagem ao colono e aos pioneiros da indústria vitivinícola da Região Colonial Italiana*.³²³



Imagem 15. Carro alegórico da EEVE na Festa Regional da Uva de 1933, a qual Celeste Gobbato presidiu. Foto Geremia. Coleção: Celeste Gobbato. Acervo: IMHC/CEDOC/UCS/Caxias do Sul

³²¹ Idem.

³²² Idem.

³²³ RIBEIRO, op. cit., p. 131.

Depois de dez anos à frente da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias, Gobbato foi dispensado dessa função pelo governo estadual.³²⁴ Ele próprio esclareceu a difícil situação em que se encontrava naquele momento, pois, segundo suas palavras,

em 1938, o governo do Rio Grande do Sul esquecendo-se que tinha desistido, de acordo com a lei, do contrato federal, para ser somente funcionário desse Estado, dispensou os meus serviços por que outros poderiam me substituir, talvez com vantagens. Foi então que o ministro da Agricultura com o acordo de Getúlio Vargas utilizou-me para percorrer e orientar as atividades vitivinícolas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina com a orientação do amigo e colega Manoel Mendes da Fonseca, egresso de Montpellier, que foi organizador da legislação vinícola brasileira e que intensificou o desenvolvimento da viticultura e da enologia no Brasil inteiro.³²⁵

Nos documentos referentes à administração da EEVE, em 1936 um ofício da Secretaria de Obras comunicava a falta de confirmação sobre a renovação do contrato de trabalho de Gobbato, como diretor do estabelecimento. Em 9 de fevereiro de 1938 foi encaminhado um ofício à Estação com a portaria de exoneração de Gobbato, que foi substituído por Francisco da Cunha Rangel, que desempenhava a função de enólogo-instrutor de Caxias.

O período em que Gobbato dirigiu a Estação é reconhecido como aquele que consolidou a EEVE, visto que esta: passou à administração estadual; ampliou sua área; conferiu um caráter mais científico às atividades de pesquisa vitivinícola; introduziu culturas alternativas e começou a integrar-se mais efetivamente com a comunidade.³²⁶ A partir daí, a EEVE passou por momentos de expansão e aperfeiçoamento até ser transferida em 1974, para o Distrito de Fazenda Souza, distante 20 km de Caxias, por decisão do governo do estado, e suas terras foram cedidas à Universidade de Caxias do Sul, para que ali estabelecesse o campus universitário. Quanto à Gobbato, o término de seu vínculo com a Estação e, conseqüentemente, com o governo do estado, correspondeu a um momento de redefinições quanto ao futuro, o seu e o de sua família. De qualquer forma, nesse estabelecimento, ele pôde dar continuidade ao seu projeto de modernização da

³²⁴ Durante esse período, Gobbato pôde optar pela função estadual, conforme determinava a chamada lei das desacomulações.

³²⁵ Discurso de Celeste Gobbato por ocasião da homenagem que lhe foi feita pela Academia Italiana da Uva e do Vinho. Não há referência ao local do documento, redigido em italiano, que data de 18 de agosto de 1953. Livre tradução da autora.

³²⁶ PAZ; BALDISSEROTTO, op. cit., p. 51.

agricultura regional, conferindo a ele grande visibilidade, através, por exemplo, da reedição de seu livro mais conhecido, da colaboração com a imprensa e Festa da Uva. Assim aumentou e consolidou seu prestígio intelectual e profissional, chegando a ser reconhecido como “príncipe da enologia rio-grandense”. Na EEVE, talvez, o príncipe tenha encontrado o seu castelo.



Imagem 16. Dependências da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias do Sul. Identifica-se no centro, Celeste Gobbato, ladeado por Getúlio Vargas. Década de 1930. Acervo: AHMJSA

Capítulo 4

“Com a palavra, o nobre deputado”: continuidade e ampliação dos projetos agrícolas de Gobbato

A exoneração da função de diretor da EEVE parece ter causado certa desorientação na vida de Gobbato. Ele se encontrava, então, pode-se dizer, numa “encruzilhada” e teria de fazer escolhas decisivas. E das escolhas que os indivíduos têm que fazer, diz Elias, “conforme sua posição social pode depender seu destino pessoal imediato, ou de uma família inteira, ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas”. No caso específico da trama histórica que aqui abordamos, das escolhas de Gobbato, dependeria o seu destino imediato e o de sua família. Ele então buscou algumas alternativas. Entretanto, as oportunidades, ou alternativas entre as quais os indivíduos se veem “forçados a optar não são, em si mesmas, criadas pela pessoa”, mas são “prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite”, observa Elias, “seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras sequências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel”.³²⁷ Sobre as pessoas que estão na iminência de tomar alguma decisão dentro do fluxo histórico, Elias oferece uma boa explicação:

Para essa pessoa, a história parece assemelhar-se a um desses rios caudalosos que, embora sempre sigam determinado rumo em direção ao mar, não encontram diante de si um leito fixo e previamente ordenado, e sim um amplo terreno em que se têm de buscar um curso definido; um terreno em que, em outras palavras, eles ainda estão aptos a formar leitos de um grande número de maneiras possíveis.³²⁸

No caso de Gobbato, o que se observa é que o “acúmulo” de capital social – de tipo simbólico, político e cultural –, lhe possibilitou, até esse momento de sua trajetória de vida, ocupar posições de liderança nas diferentes esferas nas quais atuou,

³²⁷ ELIAS, op.cit., p. 48.

³²⁸ Ibidem, p. 46.

a margem para suas decisões individuais se apresentava mais “elástica”. Nesse sentido, Elias afirma, com muita clareza, o quanto “a extensão da margem individual de decisão pode variar, consideravelmente”, conforme a “estatura” pessoal do ocupante de determinada função, ou seja, “a margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa”.³²⁹ No entanto, essa “variabilidade dos limites individuais” é, seguindo a análise de Elias, predeterminada “pela estrutura de sua esfera de atividades e pela trama desta. E, dependendo de sua decisão, o peso autônomo dessa trama trabalhará a seu favor ou contra ele”.³³⁰ Fisicamente, Gobbato era bem baixo, mas sua outra “estatura”, a social, adquiriu tamanhos variáveis ao longo de sua trajetória, dependendo da validade de determinados recursos, no interior dos próprios campos sociais, nos quais ele se movimentou.

Ao deixar a administração da Estação Experimental e “as ridentes colinas” de uma Caxias ainda bastante agrária, Gobbato se afastava do convívio diário, muito próximo, com as questões da vitivinicultura; se distanciava, portanto, de um espaço privilegiado para a efetivação de seu *métier*. Novamente o cenário de sua atuação passou por modificações. A construção da biografia do personagem, portanto, pode contribuir para demonstrar o quanto o êxito dos projetos individuais dependem “do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*”.³³¹

4.1 As reviravoltas da vida: o indivíduo e suas escolhas

Conforme o filho Tito, seu pai andava bastante descontente, porque justamente quando optou pela função estadual, fora dispensado. Tito lembrou ainda que, logo após sua saída da Estação, ele pegou um avião e foi até o Rio de Janeiro para conversar com Getúlio Vargas, o qual “prontamente o recolocou no cargo federal”.³³²

Recontratado pelo Ministério da Agricultura, como engenheiro agrônomo, além das atividades que teria que desempenhar em outros estados brasileiros, passou

³²⁹ Ibidem, p. 51.

³³⁰ Idem.

³³¹ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 47.

³³² Entrevista de Tito Alberto Gobbato concedida à autora (Torres, 8 de setembro de 2007).

a atuar no Serviço de Produção Vegetal, em Porto Alegre, para onde ele e sua família se transferiram. Na capital gaúcha, Gobbato viveu o restante de sua vida.

Entretanto, outras possibilidades se apresentaram a Gobbato. Tito lembrou também que o pai queria muito voltar a dar aulas.³³³ Realmente, em julho de 1938, ele prestou concurso para a cátedra de Vitivinicultura da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Porto Alegre. O próprio Gobbato contou em discurso, quando foi homenageado por uma entidade vitivinícola, que “com dificuldades consegui realizar o concurso obtendo excelentes notas. Mesmo tendo encontrado dificuldades intransponíveis para poder fazer o concurso fui, então, comunicado da anulação da cátedra em questão”.³³⁴ Tito, ao se referir a esse episódio, manifestou muita mágoa, dizendo que “fizeram um golpe baixo” com o pai e lamentou: “Ele não merecia isso, por todo o serviço que ele prestou ao Rio Grande do Sul e para a Escola de Engenharia. Ele foi injustiçado, não merecia. Isso, em bom português, foi sujeira.”³³⁵ Nesse momento da entrevista, Tito mostrou-se indignado e confessou que quando o pai faleceu,

todo aquele material que ele [o pai] tinha guardado num armário, eu pus fora. Hoje eu me arrependo, porque na época eu desconhecia o valor. Eu acabei fazendo uma limpeza geral. Alguma coisa que sobrou ficou com a minha irmã, Lydia, e muitos livros foram doados para a Escola Agrícola de Palmeira das Missões. Outras coisas, de raiva, eu destruí tudo. Quando a gente lembra o quanto nossos pais foram explorados... sinceramente, eu joguei muita coisa fora.³³⁶

Dentre as possibilidades que se apresentavam a Gobbato, havia também a de retornar à Itália. Tito contou que o pai iria trabalhar em Nápoles, não lembra bem em que setor, mas que para isso tinha o apoio do irmão Hugo, engenheiro mecânico com muita influência por lá, já que trabalhava na empresa Ferrari e estava envolvido com a política italiana, ou, conforme Tito, “o tio Hugo era um fascista”.

A família chegou a tirar fotos para os passaportes quando o pai, “na última hora, desistiu de tudo: Graças a Deus, não fomos”, lembrou Tito, “pois veio a guerra. Ia ficar só o Mario, o mais velho, que estudava Medicina”. Mas Tito

³³³ Idem.

³³⁴ Discurso de Celeste Gobbato por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pela Academia Italiana da Uva e do Vinho em 1953. (Cedoc).

³³⁵ Entrevista de Tito Alberto Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

³³⁶ Idem.

ponderou que “essa história de voltar para a Europa não é que ele quisesse voltar, que estivesse apaixonado pela ideia de voltar para a Itália, é que ele estava muito desiludido com a situação em que se encontrava. Ele ficou sem nada e deve ter pensado, ‘bom, agora vamos embora’.”³³⁷

Gobbato, ao acionar determinados recursos, como o capital de suas relações sociais, que incluiu uma viagem ao Rio de Janeiro para conversar com Getúlio Vargas, terminou por permanecer no Brasil dando continuidade a seus projetos em prol da agricultura nacional, como funcionário federal.

Além disso, seis anos depois, isto é, em 1944, “após vencer um concurso por títulos”, Gobbato retornou à vida acadêmica e à “antiga Escola de Agronomia, como professor substituto de Tecnologia Agrária, Fruticultura e Enologia”.³³⁸ Tito novamente lamentou que o pai tenha permanecido por pouco tempo lecionando “e em condições muito precárias, pois não houve nenhuma estabilidade, ele poderia ter sido catedrático, coisa que não aconteceu”.³³⁹ Tal fato demonstra o gosto que o personagem tinha pelo magistério, apesar das dificuldades que se colocaram à sua atuação nesse campo. Eis um exemplo de como a sua “estatura” foi variável, pois nesse momento parece que nenhum dos seus atributos revelou-se suficientemente válido para a sua permanência no campo educacional.

Neste período, sua atuação profissional e intelectual se voltou para assuntos mais gerais da agricultura nacional, embora a questão da vitivinicultura se fizesse sempre presente, pois, entre suas “novas” atribuições como engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, constava assessorar a produção vitivinícola nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

As temáticas que pautaram a sua produção intelectual, nas décadas de 40 e 50, apontam para a publicação de mais de 400 textos, em especial no jornal *Correio do Povo*. Chama a atenção, ainda, a sua participação no jornal católico *A Nação*, também de Porto Alegre, durante os anos de 1941 e 1942. Embora essa colaboração tenha se dado por um período relativamente curto, foi regular, demonstrando o seu vínculo com o catolicismo, uma “parceria” que vinha de longa data, ao menos desde os tempos da Intendência de Caxias.

³³⁷ Idem.

³³⁸ Discurso de Celeste Gobbato por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pela Academia Italiana da Uva e do Vinho em 1953.

³³⁹ Entrevista de Tito Alberto Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

A diversidade de assuntos de que Gobbato tratou é exemplar, para se compreender o seu envolvimento e entendimento das diversas formas de atividade agrícola e pecuária desenvolvidas no Rio Grande do Sul no período. A partir das “notas agrícolas” e dos artigos por ele escritos e publicados é possível apontar os aspectos que ele tentou valorizar, recuperar, construir e divulgar através de uma intensa produção cultural, com objetivos eminentemente práticos, voltada ao saneamento dos problemas destes setores da economia nacional. Reatualizava-se, portanto, nesse novo momento da vida de Gobbato, o intelectual voltado à ação, cujo pensamento deveria contribuir para o progresso da Nação e para a “iluminação” do povo, no caso dos agricultores e pecuaristas.

Na diversidade de conteúdos e problemas afetos à vida agrícola e pecuária do estado, sobre os quais Gobbato se debruçou, nota-se a predominância daqueles ligados à produção do trigo, ao aprimoramento e à ampliação do ensino técnico-agrícola, e a uma questão que há algum tempo vinha merecendo sua atenção: o cultivo da oliveira, ou, conforme ele chamou, “a marcha da olivicultura gaúcha”. Esse último assunto mereceu, inclusive, um projeto de lei de sua autoria, quando desempenhou a função de deputado estadual, entre 1947 e 1950.

Embora não se identifique, nesse conjunto de textos, um volume significativo relativo ao tema da vitivinicultura, cabe salientar que, em 1940, Gobbato publicou a 4ª edição do *Manual do Vitivinicultor Brasileiro*, que foi dividido em dois volumes, o primeiro dedicado à viticultura, e o segundo, à enologia, o que indica a sua constante dedicação ao assunto e a permanente relevância da obra que corrobora sua autoridade sobre o tema e o reconhecimento de seu *métier*, na simbólica qualificação que recebeu de “Príncipe da enologia rio-grandense”. Como as dedicatórias dos manuais de Gobbato de certa forma expressam interesses e admirações, nessa 4ª edição o primeiro volume é dedicado ao “eminente Dr. Getúlio Vargas, presidente da República” e, o segundo volume, a sua “distinta companheira de lutas e esposa dileta Berta Schwemmer Gobbato e aos nossos queridos filhos”.

A respeito da produção do trigo, conforme dados do censo de 1920,³⁴⁰ o Rio Grande do Sul ocupava o primeiro lugar no País. Os escritos de Gobbato sobre esse cultivo se direcionavam, especialmente, às dificuldades técnicas dos agricultores. Nesse sentido, ele alertou os produtores, ainda na década de 10, quando houve uma

³⁴⁰ FONSECA, Pedro Dutra. RS: economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 50.

superprodução de trigo, que observassem com rigor a escolha da semente, o que, nas suas palavras, “tem influência capital na produção de cereais”.³⁴¹ Gobbato acreditava que, por meio da seleção criteriosa e perseverante, o agricultor poderia obter variedades ou raças de trigo que tornariam novamente o Rio Grande do Sul “o celeiro do Brasil”, muito mais populoso do que o era em épocas passadas”. Em relação à RCI, a principal produtora gaúcha do cereal, observou que “a escolha da semente é coisa muito descuidada. [...] o produto é misturado, o monte de grão obtido pela trilha é um conjunto de sementes provenientes de plantas sãs e das atacadas pelas doenças”.³⁴² Sobre o tema, cabe destacar que campanhas de estímulo ao cultivo do trigo remontam ao governo imperial brasileiro, que concedia prêmios aos agricultores que produzissem mais de mil alqueires por ano (mais de 320 hectolitros). Estímulos semelhantes foram também recorrentes, durante o governo de Getúlio Vargas, quando este, a partir de 1928, determinou a “batalha do trigo” no estado. Ao assumir a presidência da República, ele lançou o *slogan* “Semeai trigo” e passou a estimular novos trigais.³⁴³

³⁴¹ GOBBATO, Celeste. O trigo na região serrana. *Egatea*, Revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre, p. 168, fev. 1916. (Cedoc).

³⁴² Idem.

³⁴³ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 245.



Imagem 17. Plantação de trigo. [Bagé]. Identifica-se: Celeste Gobbato – 2º da esquerda para a direita. Sem data. Acervo: AHM/SA

Na década de 40, mais especificamente no ano de 1947, houve outra supersafra de trigo no Rio Grande do Sul, mas outros problemas se colocavam a esse setor da economia gaúcha, o que gerou vários debates na Assembleia Legislativa, sendo Gobbato um dos parlamentares mais atuantes neste âmbito. Portanto, a preocupação do personagem com o tema era antiga e, nos anos 40, passou a ser difundida, sobretudo, por meio da imprensa e de sua atuação parlamentar, em diálogo com as possibilidades e os limites do contexto político e econômico mais amplo.

Outra temática bastante expressiva na trajetória profissional e intelectual de Gobbato se refere ao ensino técnico agrícola, como podemos verificar através da sua atuação na Escola de Engenharia, na imprensa e também quando esteve à frente da intendência de Caxias. Em várias ocasiões, como apontam os títulos das notas agrícolas referentes a esse assunto, Gobbato se manifestou sobre o ensino profissional agrícola, afirmando, por exemplo, que “o segredo dos povos que progridem reside na sua especialização técnica”.³⁴⁴ Esta constatação do personagem

³⁴⁴ GOBBATO, Celeste. Necessidade de maior industrialização da agricultura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 dez. 1945. (MCSHJC).

encontra-se subjacente à ideia de modernização do País, a qual, “ao confundir-se com a racionalização que acompanhava a atividade econômica capitalista é, ao mesmo tempo, uma modernização *científica e tecnológica*”.³⁴⁵ Imbuído desse espírito, Gobbato avaliou a deficiência técnica com que operavam os agricultores brasileiros, os quais, embora “bafejados com os ventos do progresso”, “poucos, demasiado poucos são os que têm aprendido a trabalhar com a devida técnica”, pois a “maioria dos lavradores ainda continua a produzir com os mesmos meios e os idênticos processos do século passado, completamente alheios à moderna instrumentaria e aos sistemas que têm revolucionado a agricultura de outros países”.³⁴⁶ Como um dos agentes desse projeto de modernização do País pela via da educação técnica, Gobbato, legitimado “por *formação*” e “por *mandato*”,³⁴⁷ teve um papel importante no parlamento gaúcho. Conforme Heinz:

Sem sobra de dúvida, as demandas mais recorrentes no plenário [na legislatura de 1947-1951] foram aquelas referentes à agricultura e pecuária, ponto forte da economia do Rio Grande do Sul. Muitos deputados [...] levavam continuamente suas teses a debate [...]. O deputado Celeste Gobbato (PTB), agrônomo, foi um destes nomes. Seguidamente manifestava-se solicitando solução para questões como o preço mínimo do trigo, a proibição da importação de trigo para o Rio Grande do Sul, a aquisição da safra gaúcha ou a isenção de multas para pequenos agricultores [...] e aí por diante.³⁴⁸

³⁴⁵ AVELAR, Alexandre de Sá. Educação técnica e engenharia no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 4, p. 209, 2007.

³⁴⁶ GOBBATO, Celeste. Necessidade de maior industrialização da agricultura. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 dez. 1945.

³⁴⁷ Conforme Charaudeau: “Três tipos de imaginário social encontram-se na origem da legitimidade política: a legitimidade por *filiação*, por *formação* e por *mandato*”. A legitimidade por filiação, segundo Charaudeau, “se funda sobre a idéia de que o sujeito deve ser ‘bem nascido’; de que ele obtém sua legitimidade como uma herança dita ‘natural’ [...]. Ele recebe o título, o poder e a responsabilidade de seu ascendente como um quinhão; depois, como bem supremo: ele é um ‘herdeiro’ [...]. A legitimidade por formação supõe que se tenha passado por instituições de prestígio (escolas de alto nível ou universidades de renome) que o diploma tenha sido obtido entre os primeiros colocados, que se tenha exercido cargos de responsabilidade prestigiosos e que se tenha sido notado por sua capacidade e por tudo que poderia provar que reúne competência e experiência. Trata-se aqui de ser ‘bem formado’, pois competência e experiência dariam ao sujeito um poder de agir com discernimento. [...] A legitimidade por mandato tem origem na tomada do poder pelo povo, que se opõe à soberania de direito divino [...] Segundo essa legitimidade, é o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem. [...] No entanto, essa legitimidade popular deve, em algum momento, transformar-se em legitimidade *representativa*, pois dificilmente é concebível que a totalidade de um povo governe. Instaura-se então um sistema de delegação de poder que faz com que os representantes originários desse sistema sejam responsáveis por seus atos perante aqueles que o elegeram: eles são ‘mandatados’.” (CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 70-73).

³⁴⁸ HEINZ, Flávio M. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: Corag, 2005. p. 20.

Deve-se acrescentar às manifestações de Gobbato na tribuna elencadas por Heinz aquelas referentes ao ensino técnico-agrícola. É sobre essa atuação parlamentar que trataremos a seguir.

4.2 De intendente a deputado estadual: a (re)condução ao campo político

Importa registrar que a República que se instala com a Constituição de 1946 e é encerrada com o movimento civil e militar de março de 1964 está sendo aqui considerada um dos momentos de maior aprendizado político da história republicana do Brasil. Sobretudo se tomarmos a ótica da construção de um sistema de representação e participação políticas marcado pelo funcionamento do Legislativo e pela atuação de partidos reconhecidos por um eleitorado que cresce quantitativamente e estabelece vínculos com estes e outros instrumentos organizacionais de vocalização de idéias e interesses.³⁴⁹

Um estudo sobre o perfil do Poder Legislativo do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1947 e 1982, atribuiu ao período a qualificação de “tempos interessantes”,

pois os tempos interessantes são invariavelmente aqueles em que o indivíduo, cidadão ou sujeito qualquer da história se vê confrontado com uma situação de relação direta, e por vezes tumultuada, com as autoridades do governo. Tempos interessantes são, assim, tempos difíceis, turbulentos, época em que os caminhos da vida privada estão irresistivelmente associados aos movimentos da política e do Estado. [...] estes períodos de turbulência e, provavelmente, de instabilidade e insegurança para homens e mulheres são, em geral, períodos ricos de atividade política, densos de experiências pessoais relacionadas à política [...].³⁵⁰

No início desses “tempos interessantes”, o agrônomo Celeste Gobbato elegeu-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi o terceiro deputado mais votado no estado, conseguindo arrecadar 8.582 votos.³⁵¹ Era sua volta à vida política, agora em outro patamar. Quem foram os seus eleitores? Difícil saber. De qualquer modo, ele agradeceu aos “pequenos agricultores” do Rio Grande do Sul por estar ocupando um lugar tão digno como era o parlamento gaúcho.

³⁴⁹ GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 56.

³⁵⁰ HEINZ, op. cit., 11.

³⁵¹ Diploma de Deputado à Assembleia Estadual, 1947. (APLGK).

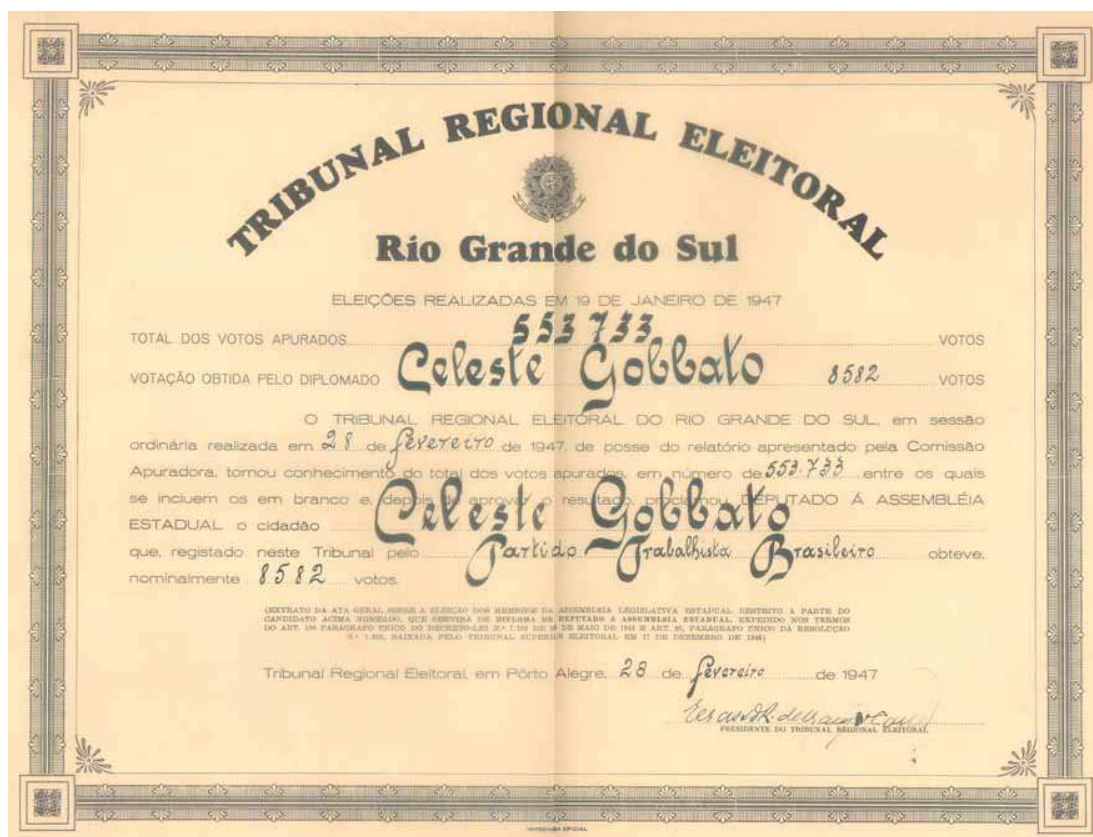


Imagem 18. Diploma de Deputado à Assembleia Estadual. 1947. Acervo: APLGK

De intendente a deputado estadual, o deslocamento de uma esfera local de poder para outra de maior abrangência e visibilidade e, portanto, de maior complexidade, demonstra as possibilidades de inserção e ascensão social que foram geradas, a partir dos movimentos profissionais, intelectuais e políticos efetivados pelo personagem, ao longo de sua trajetória. A característica não só teórica, mas também prática, da atuação de Gobbato, no que concerne às questões da agricultura nacional, associada à sua experiência como líder político de Caxias, formou um tipo de capital social que foi amplamente utilizado por ele, reconhecido e legitimado pelos pares e por figuras influentes da política brasileira e, finalmente, válido para sua (re)condução ao campo político. Os constantes deslocamentos operados por Gobbato, esse “pular de um lugar ao outro”, “[...] passar de uma função a outra”, não se deram por “veneta”, citando Elias, mas foram resultado da sua própria trajetória, entendida aqui, conforme a acepção de Bourdieu, “como uma série de *posições* sucessivamente

ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”.³⁵²

O início desses “tempos interessantes” no Brasil foi marcado pelo final da ditadura varguista: tempos difíceis! O país se restabelecia do autoritarismo político, para ingressar em um novo contexto que seria caracterizado inicialmente “pela euforia da redemocratização e do pós-guerra”, momento da

polarização e do engajamento partidário, das paixões ideológicas e da disputa pela opinião, enfim, da emergência política da rua na história política brasileira, que caracteriza o que alguns autores chamaram de “democracia populista” e que se concluiu no golpe militar de 31 de março de 64.³⁵³

Restabelecidos os trabalhos das assembleias legislativas, com as eleições de janeiro de 1947, na tribuna, Gobbato, integrante do PTB de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Leonel Brizola, a maior bancada daquela legislatura (1947-1951), retomou velhas bandeiras, mas envolveu-se, obviamente, com maior ou menor intensidade, com outras questões emergentes que surgiam.

O recrutamento de Gobbato ao PTB parece ter se efetivado muito mais em função de sua relação com Vargas, ou seja, como uma contrapartida ao apoio recebido em momentos difíceis de sua vida, do que propriamente pelo engajamento ideológico do personagem ao trabalhismo. O fato de Gobbato ter recebido uma grande quantidade de votos conferiu um ganho relevante para o Partido, o qual, possivelmente, vislumbrou a possibilidade de, através da reputação do agrônomo, conquistar uma parcela importante do eleitorado gaúcho, principalmente os grupos vinculados ao setor agrário, indubitavelmente um setor estratégico da política e da economia regionais. Ainda em relação às possíveis vinculações de Gobbato com lideranças do Partido, cabe ressaltar que, além do depoimento do filho Títo, não foi encontrado, no conjunto da documentação pesquisada, sinais que evidenciassem relações mais estreitas entre Gobbato e Pasqualini, por exemplo. Entretanto, não parece absurdo especular sobre alguns aspectos da biografia de Pasqualini,³⁵⁴ que poderiam ter possibilitado algum tipo de reconhecimento entre eles, como o fato de o líder petebista ser filho de imigrantes italianos e de, ao ocupar cargos públicos

³⁵² BOURDIEU, op. cit., 2005, p. 81.

³⁵³ HEINZ, op.cit., p. 11.

³⁵⁴ Ver GRIJO, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007. p. 85-99.

como o de vereador de Porto Alegre em 1935 e o de secretário do Interior e Justiça do estado, no governo do interventor general Ernesto Dornelles, em 1943, ter tomado “algumas posições que não se coadunavam com as orientações gerais do governo”, como “relaxar os controles impostos, devido à guerra na Europa, sobre os imigrantes e seus descendentes de origens teutas e itálicas”, além de ter tido uma formação escolar sob orientação católica. Gobbato também esteve, em alguns momentos, articulado com a Igreja católica, veja-se, por exemplo, a sua participação no jornal católico *A Nação*, no início dos anos 40 e, mesmo em épocas anteriores, como mostra a participação ativa de clérigos durante sua gestão como intendente de Caxias. Uma referência a Pasqualini foi expressa em um artigo de Gobbato publicado no *Correio do Povo*, que tratou do problema do êxodo rural de famílias de agricultores, as quais, não conseguindo “corresponder aos impostos que o Estado ou a Prefeitura tributam a suas terras”, vinham sendo espoliadas de suas propriedades. Conforme Gobbato, “a classe que o ex-secretário do Interior do Rio Grande do Sul, dr. Alberto Pasqualini denominou de marginais [...] tende a engrossar suas fileiras”.³⁵⁵ Nota-se aí, mesmo que de forma fragmentária, uma afinidade entre ambos, no que se refere a uma demanda social, no caso, a questão do êxodo rural. Entretanto, o filho Títo afirmou, com veemência, que o pai “era amigo, amicíssimo do Pasqualini, daquela turma, o Brizola também”.³⁵⁶

O começo da atuação de Gobbato na Assembleia foi marcado por uma grande polêmica que envolveu o prefeito de Caxias do Sul, Dante Marcucci.³⁵⁷ Foram dias de grande turbulência aqueles em que se discutiu a venda, pelo Município de Caxias, das terras que margeavam a queda d’água de Lajeado Grande,³⁵⁸ adquiridas por Gobbato, em 1927, na condição de intendente. O deputado Mem de Sá, do Partido Libertador (PL), apresentou um requerimento em que solicitava informações do governador Walter Jobim (PSD), sobre a venda dessas terras, já que, segundo o deputado requerente, um dos planos preconizados pelo governador eleito consistia

³⁵⁵ GOBBATO, Celeste. Os marginais da região colonial. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 jun. 1945.

³⁵⁶ Entrevista de Títo Alberto Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).

³⁵⁷ Marcucci foi eleito prefeito de Caxias em 1935 pelo Partido Republicano Libertador (PRL) e, a partir de 1937, conforme previa o art. 27 da Constituição Federal, foi nomeado pelo governo do estado, permanecendo no cargo até 1945.

³⁵⁸ Localizado a 50 km de Caxias do Sul, o Distrito de Lajeado Grande pertence ao Município de São Francisco de Paula.

ser ele [o plano do governador] baseado na multiplicidade de usinas, em contraposição à construção de grandes usinas centrais, que oferecem diversos inconvenientes. Dentro desse critério de multiplicidade de usinas, a queda do Lageado Grande deverá também ser aproveitada dentro do plano geral [de eletricidade do Estado]; e se não for, deverá ser explanada pelo próprio poder público municipal, para locupletar-se das receitas industriais, que disso advirão.³⁵⁹

Mem de Sá ressaltou em sua fala que o motivo do requerimento não implicava qualquer suspeita sobre a honorabilidade do prefeito de Caxias. Marcucci, segundo o deputado, “é tido como um dos prefeitos de maior capacidade administrativa e mais zelo em suas contas”; o que estava em pauta, afinal, era o fato de que a área de 120 hectares que abarcava a queda d’água tinha sido adquirida na gestão de Gobbato, por 60 contos de réis, para solucionar o grave problema de energia elétrica da cidade e que, até a administração de Marcucci, isso não havia sido realizado. Mem de Sá solicitava no requerimento um posicionamento do governador sobre os motivos pelos quais a prefeitura de Caxias “resolveu abrir mão de uma parcela tão valiosa de seu patrimônio municipal” se não havia sérias razões para isso. Afinal, argumentou o deputado: “O município de Caxias é um dos mais prósperos, o orçamento do ano passado, de 1946, previa uma arrecadação de três milhões e quinhentos mil cruzeiros.” Mem de Sá lembrou ainda que, em janeiro de 1947, o *Correio do Povo* havia publicado um telegrama de Marcucci, em que o mesmo “congratulava com o governo do Estado”, dizendo que a prefeitura tinha conseguido arrecadar 720.000 cruzeiros a mais do que o previsto. Portanto, concluiu o requerente:

Não se pode compreender, à primeira vista, que se torne necessária a venda de parcela tão valiosa de seu domínio fiscal, como a queda d’água em questão. [...] Reafirmo que não existe nele [no requerimento] uma condenação à atitude da prefeitura municipal de Caxias; nem sequer uma suspeita ou insinuação. Desejo é dar oportunidade ao Sr. Prefeito Dante Marcucci a que venha mostrar de público a causa que determinou essa medida, e eu serei o primeiro, Sr. Presidente, a propor, nesta Casa, as palmas que ela merecer. Caso contrário, [...] apelarei para esta Casa a fim de que, com sua autoridade, intervenha junto ao poder estadual, no sentido de evitar tão grave prejuízo para o patrimônio público.³⁶⁰

³⁵⁹ Discurso do deputado Mem de Sá. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 18/3/1947, p. 158. (MALRS).

³⁶⁰ Ibidem, p. 157-158.

Gobbato, então, pediu a palavra e, após discorrer sobre a pujança de Caxias, apresentando um relato minucioso sobre as atividades econômicas do município, as quais, conforme justificou, dependiam da energia para movimentar as máquinas das muitas fábricas, expressou seu protesto em relação à atitude de Marcucci. Disse que se associava aos “reclames dos caxienses”, os quais “a uma só voz, reclamam, e com justa razão, contra a venda dessas terras que aguardam apenas um estudo mais aprofundado do plano geral de eletrificação do Rio Grande do Sul, para vir ocupar a importância econômica que, com toda a certeza, o futuro há de dizer”.³⁶¹ Nota-se aí que Gobbato ainda mantinha vínculos com a sociedade caxiense, a qual, possivelmente, contribuiu para sua eleição a deputado, formando uma parcela de seu eleitorado, ou seja, uma instância representada, que exigiu de seu representante uma tomada de posição. Atendendo aos “reclames dos caxienses”, Gobbato atuou como porta-voz de um grupo, apropriando-se, conforme observou Bourdieu, “não só da palavra do grupo dos profanos [...], mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribuiu ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político”.³⁶² Os desdobramentos dessa tomada de posição por Gobbato, como “homem político”, pode contribuir para demonstrar aquilo a que Bourdieu se refere, como a “vulnerabilidade do capital político”, isto é,

devido ao seu capital específico ser um puro *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os actos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os actos e os ditos presentes e para desacreditar seu autor [...].³⁶³

O requerimento, aprovado pelos deputados, gerou bastante polêmica, sendo o caso acompanhado pela imprensa da capital, através dos jornais *Diário de Notícias* e, especialmente, *Correio do Povo*. Este fornecendo ampla cobertura dos fatos. No intervalo entre a sessão parlamentar do dia 18 de março de 1947, quando foi aprovado o requerimento, até a sessão do dia 22 de abril, Gobbato esteve ausente da Assembleia, período em que houve insistência do deputado Mem de Sá quanto a um

³⁶¹ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 18/3/1947, p. 161.

³⁶² BOURDIEU, op. cit., p. 185.

³⁶³ Ibidem, p. 188-189.

posicionamento do governo estadual referente à questão. Ao retornar, Gobbato justificou que sua ausência da capital se devia ao fato de estar acompanhando um familiar enfermo em uma estação de águas termais no interior do Estado de Santa Catarina, onde, de acordo com suas palavras,

fui surpreendido com a publicação, simultaneamente feita nos jornais “Diário de Notícias” e “Correio do Povo”, – pelo sr. Prefeito Municipal de Caxias do Sul, – publicação essa que versa matéria condizente com a questão da venda de terras adjacentes ao “Lageado Grande”, em resposta ao pedido de informações que, em tempo oportuno, foram solicitas àquele edil, por intermédio do Sr. Governador do Estado. Nada, absolutamente nada, teria eu a opor à mencionada publicação [...] não fora ter sido eu chamado ao debate de maneira tão insólita e agressiva [...] quando do pedido de informações que tanto melindrou, exasperou, perturbou e irritou o atual detentor da chefia do executivo municipal da “Pérola das Colônias”.³⁶⁴

No dia 13 de abril, o *Correio do Povo* divulgou na íntegra a longa resposta de Marcucci ao pedido de informações da Assembleia. Na publicação, o prefeito colocava em questão a competência administrativa de Gobbato, bem como sua honestidade, ou seja, operava-se aí a referida vulnerabilidade do capital político apontada por Bourdieu.

No que se refere à venda das terras de Lageado Grande, Marcucci iniciou sua resposta justificando que, na condição de intendente de Caxias, em 1927, Gobbato havia adquirido os 120 hectares, sem que a municipalidade tivesse dinheiro para pagar, o que teria causado prejuízos financeiros ao erário público:

Sem dinheiro para pagar o proprietário, esse administrador contraiu um empréstimo, a juros de dez por cento, na importância de sessenta e um mil cruzeiros, sendo que mil cruzeiros, segundo se vê pela contabilização da Municipalidade, foram utilizados com as despesas de escrituras, pois nem para isso, naquela época, a prefeitura se acautelara. Essa dívida, entretanto, ou seja, o empréstimo contraído pelo intendente Gobbato [...] só foi pago pela nossa administração (1943), quando procedemos ao integral saneamento das finanças municipais. Somente de juros [...], a municipalidade foi obrigada a despende cento e trinta e seis mil setecentos e vinte e nove cruzeiros, ou seja, mais de duas vezes o valor recebido em empréstimo.³⁶⁵

O prefeito disse ainda que, apesar dos esforços que tinham sido feitos, não havia sido possível o aproveitamento do Lageado Grande para os fins a que se

³⁶⁴ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 22/4/1947, p. 482-483.

³⁶⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 abr. 1947. (MCSHJC).

destinava e que, no que se referia à queda d'água, “o único árbitro do assunto é a União, que através do Conselho de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Agricultura, pode, com ou sem a venda das famosas terras municipais dar o destino que melhor entender à Queda do Lageado Grande”.³⁶⁶ Marcucci, claramente incomodado com a situação, pretendeu atingir diretamente a imagem de Gobbato, a quem procurou desqualificar e desonrar, inclusive rebuscando “actos e ditos do passado”, e também do presente:

Que o deputado Celeste Gobbato desconheça a situação jurídica da Queda do Lageado Grande é perfeitamente aceitável, pois, de leis, pelo que nos foi dado perceber nos longos anos que o conhecemos, só assimilou as de isenção tributária com as quais na sua administração pretendeu lastrear uma população que, por certo, bem influiu agora na sua eleição. [...]. O agrônomo Celeste Gobbato, a quem foi confiada pelo D.N.E.R. a arborização da estrada Getúlio Vargas, entendeu que poderia ampliar esses serviços, reflorestando também as terras já pertencentes e por adquirir [com a venda das terras do Lageado Grande] pela Prefeitura Municipal. Se neste intuito ele se mantivesse numa proposta honesta, não haveria nada de mais. Acontece [...] que o agrônomo Celeste Gobbato pretendeu, de uma só vez, amealhar um grosso pecúlio. Daí propor à municipalidade de Caxias, com irritante insistência, encarregar-se do projetado reflorestamento (eucaliptos, plátanos, bracatingas, etc... etc...) à razão de CR\$3,50 a muda. Acontece que ninguém ignora que se pode fazer, aqui, o plantio das diferentes essências antes enumeradas, pelo preço que vai de CR\$0,40 a CR\$0,70 o pé, o que dá o preço médio unitário de CR\$0,50. Nestas condições, a Prefeitura, que deveria plantar, segundo a área a ser reflorestada, 93.750 mudas, teria que pagar ao agrônomo Celeste Gobbato, a alta soma de CR\$328.125,00 em vez de CR\$46.875,00 que é o preço corrente. [...]. Tal era sua ânsia na obtenção daquele vantajoso contrato, que usou de uma insistência que foi de amplo conhecimento público. Enfermo que estávamos, recolhido ao hospital Moinhos de Vento, onde passamos durante muitos meses em tratamento, o agrônomo Gobbato, impressionado pela demora da alta, compareceu àquele estabelecimento hospitalar com uma assiduidade irritante. E, nas visitas, em paralelo com outros favores que sempre nos pedia, renovava o empenho pela assinatura do contrato com a Prefeitura. Não havia argumento nosso que o convencesse. [...]. Em resumo: quando contava obter o contrato de reflorestamento, a venda das terras do Lageado Grande e a compra das terras próximas às represas era para o agrônomo Gobbato uma medida de grande alcance; agora, depois que se desvaneceram as esperanças de sua realização; agora que despido da camisa preta, o ideal democrático surgiu para ele, qual nova Phoenix liberta das cinzas do seu autoritarismo, o ato é infeliz, atenta contra os interesses de Caxias e diminui a quem o projetou. Pois o ex-intendente Gobbato, antes de pôr reparos, deveria ter sido um defensor do plano da Prefeitura. E se não quisesse sê-lo, o silêncio seria mais dignificante. Praza Deus não tenhamos de voltar ao assunto e ampliar as informações que dele prestamos. Para ele, que se diz doutor em ciências agrárias, não deve ser estranho: “Quae seminat homo, haec et metet” (Quem semeia vento, colhe tempestades).³⁶⁷

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

Esta longa narrativa é bastante dissonante em relação à memória social consolidada sobre Gobbato. Pelo seu teor, ela não poderia ficar sem contraponto. Assim, em um longo discurso, o último se manifestou em plenário, trazendo sua versão sobre os fatos apontados por Marcucci. Deteve-se, em um primeiro momento, nas questões de caráter público, não sem antes agradecer o apoio recebido pela bancada do PTB:

Antes mesmo de responder ao edil caxiense, mais para uma satisfação aos meus pares, ao meu Partido e ao eleitorado que me distinguiu e honrou com o mandato que venho exercendo, [...] seja-me permitido agradecer aos meus dignos colegas [...] sem distinção de credo político partidário, pela desassombrada atitude assumida pelos mesmos, quer no que se refere à defesa da dignidade desta Assembléia, atingida pela publicação a que aludo, quer no que tange à maneira pela qual procuraram amparar o colega ausente, tão inopinadamente agredido...³⁶⁸

Neste momento, houve a manifestação do deputado Brochado da Rocha, que enfatizou que “a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro está inteiramente solidária com V. Excia”.

Gobbato prosseguiu seu pronunciamento sobre o pedido de informação, o qual, segundo ele, teria deixado o prefeito caxiense “conturbado”, “a ponto de obliterar por completo a razão”. Nesse sentido, procurou justificar a aquisição da propriedade durante seu mandato como intendente de Caxias e reiterou sua oposição à venda das terras, dizendo:

A convicção técnica e econômica do aproveitamento deste potencial foi de tal ordem que a Prefeitura, empobrecida, fez a aquisição, pagando juros a particulares e hoje a mesma Prefeitura com **superávit**, que muito honra a seu administrador, quer vendê-lo, sem nos ter dado, como solicitamos, os elementos técnicos favoráveis a essa alienação. [...] A queda do “Lageado Grande” não é propriedade de ninguém; é coisa pública e tem preferência moral e jurídica no seu aproveitamento o município de Caxias. Até que se apresentem razões de ordem técnicas e econômicas convincentes, não se justifica a sua alienação. [...] E acrescento agora: a tentativa de alienação é projeto leviano. Deixando de lado uma série de questões mais de literatura do que de interesse público, o Sr. Prefeito de Caxias, já deve ter compreendido que não lhe fazíamos crítica da venda do “Lageado Grande” mas solicitávamos explicações. Entendeu cortar raso negando-nos autoridade moral para criticar seus atos. Não é o agrônomo Celeste Gobbato que lhe faz interpelação. É o representante de um partido e de um grupo eleitoral respeitável que por seu intermédio desejam saber por que se

³⁶⁸ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 22/4/1947, p. 483.

abandona uma solução, que muitos ainda têm esperança em ver resolvida de modo diferente.³⁶⁹

Sobre o contrato para a arborização do entorno das represas de Caxias, Gobbato disse se tratar de um “contrato imaginário”, ao menos “da forma descrita pelo Sr. Prefeito de Caxias do Sul em sua defesa perante a Assembléia Legislativa, no ‘Correio do Povo’ e ‘Diário de Notícias’”. E acrescentou: “Devo declarar tratar-se de uma acusação leviana [...]”. Sobre esse assunto, Gobbato dedicou a maior parte de seu pronunciamento, destacando que, ainda durante sua gestão como intendente, foi iniciado o processo de arborização e ajardinamento da área de 96 hectares, que margeava a bacia hidrográfica onde foram construídas as represas. Salientou, em uma atitude provocativa, que o prefeito de Caxias “deve ainda se lembrar de quando, anualmente, durante o tempo em que residia em Caxias, remetia à Prefeitura um ou dois sacos de pinhões acompanhados do lembrete de destiná-los ao reflorestamento da área em apreço”.³⁷⁰ Prosseguindo a sua fala, Gobbato se defendeu das acusações de que teria agido de *má-fé*, em relação ao plano de arborização, o qual o prefeito de Caxias havia caracterizado, segundo ele, de forma tão “macabra”. Referindo-se ao preço unitário das mudas, por exemplo, fato destacado por Marcucci, Gobbato afirmou que algumas espécies (nesse ponto, ele fez uma avaliação sobre o custo de cada espécie incluindo todas as etapas desde a preparação do solo, o plantio até a manutenção com poda, etc., incluindo um parecer sobre quais espécies seriam mais apropriadas para o local, a fim de evitar prejuízos aos mananciais de água) ultrapassavam o valor de CR\$10,00 e outras nem chegavam ao valor de CR\$0,50 e, por isso, foi definido um preço médio de CR\$3,50 à unidade. Ao encerrar este ponto de sua argumentação, Gobbato afirmou que “o Sr. Prefeito de Caxias não pode ter tido o propósito de me desonrar neste assunto do reflorestamento. [...] os meus pares que me ouvem fiquem a gosto sabendo que meu trabalho seria **desinteressado**, gratuito, visando o reflorestamento e mais um pequeno serviço à comunhão brasileira a que venho me dedicando”.³⁷¹

Gobbato encerrou seu pronunciamento referindo-se, brevemente, às suas relações pessoais com Marcucci:

³⁶⁹ Ibidem, p. 484-485, grifo no original.

³⁷⁰ Ibidem, p. 485.

³⁷¹ Ibidem, p. 491, grifo da autora.

Ao dr. Dante Marcucci, de quem sempre fui grande e leal amigo, e isto há tantos anos, eu devo muito e a mim ele nada deve. Intendente eleito, em Caxias, encontrei sempre nele, opositorista que era, colaborador da administração pública em todas as questões atinentes ao município. Sempre respondeu aos meus apelos. Nada estranha que a qualquer momento eu me dirigisse na atitude dos agradecidos.

Em relação às visitas ao hospital onde Marcucci estava internado, e que segundo este eram “de uma assiduidade irritante”, Gobbato disse: “Esse, o erro de apreciação que mais lamento confundindo as visitas de um amigo cordialmente interessado na sua saúde, com propósitos egoístas inconfessáveis. Melhor fora silenciar sobre este fato. **Horresco réferens**, como diria Virgílio”.³⁷²

O episódio do Lageado Grande pode revelar certas nuances do jogo político jogado por Gobbato, no sentido de que, de acordo com Bourdieu, jogar o jogo político requer o entendimento, por parte de seus agentes, do

trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como para evitar o descrédito: daí toda a prudência, todos os silêncios, todas as dissimulações, impostos a personagens públicas incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião, pela preocupação constante de nada dizer ou fazer que possa ser lembrado pelos adversários, princípio impiedoso da irreversibilidade, de nada revelar que possa contradizer as profissões de fé presentes ou passadas ou desmentir-lhes a constância no decurso do tempo.³⁷³

Sendo o capital político, nas palavras do sociólogo francês, um capital “supremamente lábil”, os homens políticos devem dar a devida atenção “a tudo o que contribuiu para produzir a representação da sua *sinceridade* ou do seu *desinteresse*”, já que suas atitudes “aparecem como garantia última da representação do mundo social, a qual eles se esforçam por impor, dos ‘ideais’ e das ‘ideias’ que eles têm a missão de fazer aceitar”.³⁷⁴

No dia 23 de abril, o *Correio do Povo* noticiou que Mem de Sá havia colocado um ponto final na questão da venda das terras do Lageado Grande, “que tanta celeuma causou”, através de breves palavras na tribuna. Segundo o jornal, o parlamentar disse que, na condição de promotor do requerimento que pedia informações ao governador, propunha que se considerasse o assunto encerrado já que, no trecho final da resposta do governador, datada de 18 de abril, o mesmo afirmou que “tão

³⁷² A expressão em latim *horresco referens* quer dizer algo como “tenho horror em ter que dizê-lo”.

³⁷³ BOURDIEU, op. cit., 1998, p. 189.

³⁷⁴ Idem.

logo tive conhecimento oficial do presente expediente determinei ao Sr. Prefeito de Caxias do Sul, sustar a 2ª concorrência que havia aberto para a venda das terras de Lageado Grande, até ulterior deliberação”. Conforme palavras de Mem de Sá, “a casa pode se considerar plenamente satisfeita com a resposta, pois o seu ponto de vista foi atendido”.³⁷⁵

Como foi dito anteriormente, as discussões sobre a questão agrícola e pecuária foram bastante intensas na legislatura em questão. Temas como a desapropriação legal de terras, o incentivo à imigração, o preço mínimo dos produtos agropastoris, a questão dos impostos e da burocracia nas transações comerciais, por exemplo, geraram debates acalorados. Entretanto, analisando o conjunto dos discursos de Gobbato na casa parlamentar, percebe-se a recorrência de proposições e posicionamentos em relação a dois temas em particular: a questão do ensino técnico e a vitivinicultura. Observa-se, assim, as possibilidades de consolidação de uma distinção do personagem, a qual foi, por diversas vezes, reconhecida pelos seus pares publicamente na Assembleia. A construção e legitimação de uma distinção, exercida agora através da função parlamentar, em um espaço público de debates, reforçou o *status* de *expert* atribuído a Gobbato, em relação a esses dois temas. Cabe lembrar aqui a análise de Sirinelli, no que tange à caracterização dos intelectuais como “mediadores” culturais, os quais, por terem suas atividades reconhecidas por pares e pela sociedade em que vivem, veem legitimada sua intervenção nessa mesma sociedade.

“A questão agrícola é muita complexa. Não é suficiente dar terra para produzir. É necessário educar o agricultor, pois a agricultura é uma arte que só se aprende com o seu exercício. O agricultor não se improvisa.”³⁷⁶ Com essas palavras, Gobbato, de certa forma, sintetizou o seu pensamento sobre o problema da educação agrícola, e deu a tônica de sua atuação na casa parlamentar, no que se refere ao assunto.

A sessão extraordinária do dia 25 de julho de 1947 foi dedicada à comemoração do Dia do Colono. Em seu pronunciamento, Gobbato, lembrando de suas próprias origens sociais, destacou o sentimento de gratidão que nutria pela população rural sul-rio-grandense, bem como o compromisso que tinha com seus “representados”; afinal, disse ele:

³⁷⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 abr. 1947.

³⁷⁶ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 13/5/1947, p. 285.

Eleito para o honroso cargo que me permite ocupar hoje esta tribuna, por alguns milhares de colonos ou pequenos agricultores, senti, aliás junto à bancada do PTB, que era dever imperativo associar-me a esta magnífica manifestação, para congratular-me com estes rio-grandenses beneméritos [...]. Descendente de agricultores e integrado na vida rural com atividade profissional neste Estado, que já vai por 2/3 de minha existência, não só é imperativo manifestar publicamente o meu agradecimento à população agrícola e pastoril do Rio Grande, como aproveitar o ensejo da justa homenagem para recordar medidas de caráter técnico que, se podem parecer deslocadas da presente reunião, é a única contribuição a que me julgo capacitado [...].³⁷⁷

Gobbato referiu-se à falta de escolas e assistência técnica que forçava a atividade agrícola colonial a permanecer em um estado bastante “empírico”, embora reconhecesse a “lenta evolução” e a “preocupação que tiveram e têm os poderes públicos para melhorá-la e racionalizá-la”. Segundo ele, a preparação do solo era ainda arcaica pela dificuldade de se conseguir maquinário apropriado. Associadas a esse fato, as queimadas foram lembradas como algo extremamente nefasto, já que, depois de vários ciclos,

pelo efeito do fogo e da erosão [...], a fertilidade do solo torna-se insuficiente para permitir colheitas compensadoras e, então, nova área de mato é sacrificada [...] desaparece a floresta até das íngremes encostas, e a colônia desnudada e empobrecida afugenta seu proprietário que se translada para outras regiões e mesmo para outros Estados, determinando-se, deste modo, as migrações de numerosas famílias de agricultores. Todo o vale do Rio do Peixe, toda a comuna de Concórdia, o ex-território de Iguazu e outras localidades do Estado de Santa Catarina e vários do Paraná são totalmente habitados por colonos ou descendentes de municípios coloniais do Rio Grande do Sul. Uma emigração dessa natureza leva consigo a energia moça, muitos recursos monetários do Rio Grande e contribui ainda para o esbanjamento do patrimônio florestal brasileiro.³⁷⁸

Diversas foram as sugestões por ele elencadas, no sentido de educar o colono: *capacitar, orientar, assistir* o colono são expressões recorrentes em seus pronunciamentos. A criação de escolas profissionais para lavradores poderia, segundo ele, ser efetivada com a parceria entre cooperativas, associações rurais e os poderes públicos. De forma mais objetiva, Gobbato propôs, por exemplo, uma emenda orçamentária para o exercício de 1949, a qual destinava a quantia de CR\$

³⁷⁷ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 25/7/1947, p. 351.

³⁷⁸ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 25/7/1947, p. 351.

2.000.000,00 para que a Secretaria da Agricultura, através de seus departamentos no interior, pudesse organizar uma escola prática de mecanização agrícola. O deputado justificou tal iniciativa apresentando um longo panorama da situação nacional, em relação ao aparelhamento mecânico em estabelecimentos agrícolas. Destacou que o Rio Grande do Sul apresentava o melhor aparelhamento dos estados sulinos, especialmente para a lavoura arrozeira, a qual, segundo ele, era a mais mecanizada do Brasil. Entretanto, ponderou: “Quantas vezes tem acontecido que um simples desarranjo numa dessas complexas aparelhagens, as tenha imobilizado durante muitos dias pelas dificuldades de encontrar o operário especializado ou a peça, que deve ser procurada em Buenos Aires ou alhures para ser reajustada?”³⁷⁹ Assim, considerou

indispensável, como primeiro passo a dar para intensificar a lavoura mecanizada entre nós, é a abertura de escolas que criem o motorista e o mecânico, indispensável para sua racional condução e para o conserto de peças. Isto posto, [...] creio ter demonstrado de sobejo que devemos amparar essa nobre iniciativa governamental, propiciando-lhe recursos suficientes.³⁸⁰

Outras iniciativas de Gobbato demonstram seu compromisso com a população rural, no que tange ao ensino agrícola. Veja-se, por exemplo, a indicação, apresentada em plenário, que previa a concessão de uma subvenção anual, pelo prazo de 5 anos, de CR\$ 20.000,00 à Sociedade Agrícola-Escolar Nossa Senhora, situada em Guaramano, Município de São Luiz Gonzaga. O parlamentar informou que, naquela localidade,

tive o ensejo de visitar a Escola Agrícola Nossa Senhora; percorri suas dependências; falei com seus alunos; inteirei-me de suas atividades. As impressões que colhi foram as melhores. [...] A Sociedade dispõe de uma biblioteca com mais de 500 volumes; suas terras estão totalmente ocupadas por árvores frutíferas, hortaliças e pequenos campos de ensaio, de demonstração e de multiplicação de sementes.³⁸¹

Segundo ele, “nenhum auxílio, nem prêmio e ainda menos subvenção recebeu essa Sociedade do governo rio-grandense. A prefeitura de São Luiz a está amparando,

³⁷⁹ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 9/9/1948, p. 164-166.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 26/5/1948, p. 564.

a contar, apenas, do ano p. findo, com a subvenção de CR\$900,00!!!”. Desta forma, Gobbato justificou que “para que essa escola possa instalar-se ainda melhor e possa recompensar de modo mais digno seu eminente diretor, tomo a liberdade de encaminhar à Mesa a seguinte indicação”.

Em outra ocasião, com o objetivo de “maior difusão do ensino técnico-profissional aos agricultores”, Gobbato foi proponente, junto com outros 16 parlamentares, e relator do Projeto de Lei 313, que estabeleceu “prêmios de aprendizagem técnico-profissional para os agricultores do Rio Grande do Sul”.³⁸² O projeto de lei previa, basicamente, que o governo do estado auxiliasse

com a quantia de CR\$50.000,00, a viagem de ida e volta e a estada de 12 meses, por casal, a casais de agricultores devidamente escolhidos, para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais em propriedades nacionais ou estrangeiras, escolhidas pelos interessados e aprovadas pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. [...] O casal escolhido [...] comprometer-se-á, por ocasião de receber o prêmio, com contrato, de permanecer nos locais que lhe forem destinados pelo prazo de 12 meses; de regressar em sua propriedade rural logo depois, onde seu trabalho servirá de demonstração para os agricultores e vizinhos que serão aí reunidos sob a chefia de técnicos agrícolas governamentais, quando o julgarem necessário. [...] De cada município poderá seguir apenas um casal de agricultores até que todas as demais comunas tenham auferido essa vantagem.³⁸³

Mais uma vez, evidencia-se o projeto pedagógico de Gobbato de capacitação dos agricultores, os quais, depois de aprenderem as técnicas modernas, poderiam multiplicar seus conhecimentos entre seus pares. Solicitações de auxílio financeiro para instituições de ensino foram frequentes na prática parlamentar de Gobbato, quando, por exemplo, manifestando-se acerca da votação da Emenda Orçamentária 73, que previa a elevação da verba de CR\$50.000,00 para CR\$100.000,00 destinada à Escola Técnica de Agricultura, situada no Passo do Vigário, próxima a Viamão, ele solicitou empenho da assembleia para que o aumento da verba permitisse

que a Superintendência do Ensino Técnico possa realizar, não digo todas as construções e conserto de cercas necessárias, mas as mais urgentes, aquelas que são mais indispensáveis para evitar que o gado cruze de um potreiro para outro e para evitar que os animais de raça fina e que tem um valor considerável, fiquem ao desabrigo, às intempéries e possam até, por causa de falhas nos

³⁸² Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 29/10/1948, p. 52.

³⁸³ Idem.

galpões, serem prejudicados em sua saúde. Daí o motivo da emenda que acabo de defender.³⁸⁴

Embora reconhecendo a preocupação de Gobbato, o qual, segundo o colega de bancada, deputado Lino Braun, “parece um verdadeiro condestável das Escolas Técnicas do Rio Grande do Sul, defendendo, a cada passo, as suas pretensões e pleiteando novos e novos benefícios para elas”, a emenda foi rejeitada pela casa, sob a alegação, por parte deste deputado, que falou em nome da Comissão de Finanças, de que era um “exagero” o pedido de duplicar a verba. Braun completou a justificativa dizendo que “é pedir demais, já nesta altura do orçamento”, pois “pode muito bem a direção da escola começar fazendo os melhoramentos indispensáveis e, se entender, em meados do ano próximo vindouro, caso ache insuficiente as suas verbas, venha então pleitear suplementação. E é por isso que a Comissão de Finanças e Orçamento, procurando conservar o equilíbrio orçamentário, vê-se novamente obrigada a recusar a acolhida a esta emenda”.³⁸⁵ Gobbato, por sua vez, ainda não satisfeito com a rejeição de sua proposta, manifestou-se referindo-se às palavras de Braun:

O nobre colega Lino Braun estranhou que eu tivesse destacado diversas emendas a respeito dessa Escola Técnica de Agricultura. Devo declarar, entretanto, [...] que como diretor que já fui desse estabelecimento e professor durante muitos anos, conheço minuciosamente a situação da Escola de Agricultura de Viamão. Daí meu amor, daí minha paixão e daí a razão da defesa que faço desta instituição que considero muito útil para o desenvolvimento da agricultura rio-grandense. [...] o que, infelizmente, tem acontecido é que os orçamentos elaborados pelos diversos srs. Secretários de Estado seguiam para a Secretaria da Fazenda, onde foi feita uma verdadeira ceifa das diversas verbas, sem verificar minuciosamente as necessidades de cada uma delas. Houve cortes com a única preocupação de chegar a um orçamento equilibrado. Daí o motivo de certas reduções e de um modo que se nos afigura muito irracional, porque era preferível, neste caso, suprimir diversos serviços, do que deixar-lhes uma verba tão minguada que não permitiria o desenvolvimento dos mesmos.³⁸⁶

Ainda sobre esse tema, entrou em votação, na mesma sessão, outra Emenda Orçamentária, n. 75, na qual Gobbato pleiteava o aumento de verba de CR\$ 10.000,00 a ser somada aos CR\$ 60.000,00 já vigentes para o pagamento de

³⁸⁴ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 5/11/1948, p. 214.

³⁸⁵ Aparte do deputado Lino Braun. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 5/11/1948, p. 215.

³⁸⁶ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 5/11/1948, p. 215-216.

combustível e lubrificantes que eram utilizados na mesma escola técnica, “não para passear em automóveis de um lado para outro em viagem de lazer”, justificou, mas para “lavar e arrotear aquelas terras, como para ensinar o uso de máquinas agrícolas a mais de 400 alunos que se encontram ali”. Além disso, completou Gobbato, “esses combustíveis e lubrificantes servem para acionar um motor que proporciona a força e luz necessárias tanto para o curso de técnicos rurais, quanto para o curso de maestria agrícola”. Outro motivo levou Gobbato a sustentar o pedido. Tratava-se do fato de a escola ter adquirido um aparelho frigorífico que servia à indústria de laticínios e que necessitava de gasolina e lubrificantes para seu funcionamento.³⁸⁷ A Emenda 75 foi rejeitada e justificada por Braun, que disse, inicialmente, que “sempre é desagradável discordar” de Gobbato, sendo ele um “brilhante defensor do ensino técnico”. Entretanto, continuou, a “Comissão de Finanças e Orçamento não viu motivo para acolher também esta elevação de 60 para CR\$ 70.000,00 nesta rubrica de combustíveis”.³⁸⁸ O empenho de Gobbato em prol do Ensino Técnico incluiu outra Emenda Orçamentária, a 77, que previa a elevação de CR\$ 50.000,00 para CR\$ 100.000,00 a verba destinada a aparelhar tecnicamente as oficinas da nova Escola Técnica Ernesto Dorneles, situada na região central de Porto Alegre, mais especificamente, na rua Duque de Caxias, criada há três anos, e que se constituía em um curso técnico de três anos, no qual se matriculavam “meninas que têm o curso ginásial” e um curso industrial de quatro anos para “meninas que sabem ler e escrever”. Conforme Gobbato, a aparelhagem técnica era fundamental “principalmente, ao ensino profissional e objetivo das filhas de nossos operários ou de nossas famílias. Essas moças têm aí a possibilidade de haurir ensino de ordem doméstica, vestuário, fabricação de chapéus, trabalhos de madeira, de metais, bambu, e outros”.³⁸⁹ Gobbato insistiu na aprovação da emenda orçamentária, considerando que CR\$ 50.000,00 era insuficiente para completar a organização de uma escola nova e que as atuais condições do estabelecimento de ensino não estavam de acordo com os “modernos sistemas pedagógicos”, no que se refere aos recursos materiais necessários ao desenvolvimento de um eficiente ensino profissional. Para completar, foi rejeitada a Emenda 81, na qual Gobbato pleiteou o aumento de CR\$ 5.000,00 da

³⁸⁷ Ibidem, p. 216.

³⁸⁸ Aparte do deputado Lino Braun. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 5/11/1948, p. 216.

³⁸⁹ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 5/11/1948, p. 219.

verba destinada à Escola Artesanal Cilon Rosa, de Santa Maria, destinada ao Ensino Técnico-Profissional feminino, escola essa também recém-criada. Manifestando-se sobre o conjunto de emendas apresentadas, Gobbato disse:

Todas elas versaram sobre a possibilidade de conseguir-se dotações satisfatórias suficientes para o desenvolvimento de nossas minguadas escolas técnico-profissionais que eu desejaria ver bem instaladas e multiplicadas, embora com o sacrifício do equilíbrio orçamentário, para cumprirem sua elevada missão de educar nossos operários e nossa mocidade que, evidentemente, representam as esperanças e o futuro do Rio Grande do Sul.³⁹⁰

Os esforços de Gobbato, em relação às emendas orçamentárias, calcadas na sua reputação de *expert*, não foram suficientes para que fossem aprovadas pela Casa. As justificativas que negaram o aumento das verbas ao Ensino Técnico foram sempre no sentido de buscar o equilíbrio orçamentário.

Como não poderia deixar de ser, no Parlamento, a velha bandeira em prol da vitivinicultura se materializou em discussões, requerimentos e projetos de lei. Gobbato foi, indubitavelmente, um dos deputados mais atuantes, no que tange a esse assunto, ao lado do ex-secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, o também trabalhista Ataliba Paz. As discussões mais urgentes, nas quais Gobbato se envolveu tratavam da importação de vinhos estrangeiros e da cogitada e controversa extinção do Instituto Rio-Grandense do Vinho. Em relação ao primeiro ponto, em julho de 1948, Gobbato, como “primeiro signatário”, conforme fez questão de frisar em seu discurso, retomou o conteúdo do Requerimento 40, para que se procedesse à votação da Casa. A sessão foi permeada por intensos debates entre os deputados. Tal requerimento consistia de um pedido às autoridades, no sentido de proibir a entrada de vinhos estrangeiros embarrilados no território nacional. A justificativa apresentada por Gobbato se devia ao fato de que os produtos provenientes, especialmente de Portugal, França e Itália, chegavam aos portos do Rio de Janeiro e São Paulo em barris e lá eram misturados aos vinhos nacionais. O deputado apresentou várias justificativas para demonstrar o quanto essa prática prejudicava a comercialização dos vinhos brasileiros. Primeiro, porque, segundo ele, “quando o vinho é importado do estrangeiro, ele deve levar selo de consumo próprio para produtos estrangeiros. Misturado com o vinho nacional, sobram depois selos de consumo estrangeiros que

³⁹⁰ Ibidem, p. 122.

são vendidos no câmbio negro por preços de 20 a 30% superiores”.³⁹¹ A segunda questão dizia respeito ao fato de que,

por sua vez, o volume de vinho nacional, que é misturado com o vinho estrangeiro, permite também que se substitua esse volume com água e outros ingredientes químicos e daí vem a falsificação dos nossos vinhos, pois sobram os selos de consumo do vinho misturado. Muitos dos nossos vinhos que embarcados seguem para os centros de consumo, principalmente para Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, não são mais iguais, aí, depois de engarrafados, ao vinho que saiu da fonte produtora do nosso Estado, por que, em geral, 100 litros que se contém num barril de vinho, nesses grandes mercados consumidores transformam-se, habitualmente, em 200 ou 300 litros. Desta forma, aumenta extraordinariamente o que se pode chamar vinho falsificado com prejuízo também de sua qualidade intrínseca. Os consumidores do nosso vinho, além de pagá-lo caro, o encontram de mau paladar, muito desarmonioso e dizem, com isso, que no Rio Grande do Sul se procede a falsificação do vinho. [...]. Infelizmente, os vinhos embarcados que o Brasil importa não vem ao sul, mas são descarregados principalmente em Santos ou no Rio de Janeiro. Assim que procedêssemos ao embarcamento do nosso vinho, depois de cortado com o que nos vem do exterior, fariamos uma operação muito louvável e conseguir-se-ia, desse modo, um produto muito superior ao nosso vinho comum como brilhantemente diz o nobre colega Ataliba Paz. Serviria até para acostumar o paladar nacional a estes tipos de vinhos preparados com uma quantidade superior de castas européias, em comparação ao nosso comum, fabricado exclusivamente ou quase com uvas provenientes de castas americanas. O que serviria como compasso de espera até podermos melhorar a nossa viticultura e conseguirmos uma produção vinícola com base na vinificação de uvas de variedades européias.³⁹²

Apartes de vários deputados apontavam concordância com as justificativas de Gobbato. Brizola, por exemplo, ao reconhecer o prejuízo que tal situação ocasionava à produção vinícola brasileira, aproveitou para tecer elogios à “brilhante abordagem” de Gobbato sobre a questão, “mestre que é nesta matéria”. Outros deputados, de outras bancadas, manifestavam-se com expressões como “Muito bem! Muito bem!” O deputado Ataliba Paz se pronunciou em relação ao corte do vinho, salientando que Gobbato, “que é mestre no assunto”, sabia que é “uma prática seguida pelos maiores países vinícolas do mundo, da França, principalmente, que importa muito vinho português, por que são vinhos encorpados”. O principal problema, segundo Paz, “é o perigo da importação sem fiscalização séria”, ou seja, sem a devida identificação do corte do vinho. Nesse caso, mais uma vez, se confirma a reputação

³⁹¹ Discurso do deputado Celeste Gobbato. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2/7/1948, p. 57.

³⁹² Idem.

de Gobbato como “mestre” no tema da vitivinicultura, o que lhe dava cacife, para influir nesse âmbito no campo político.

Gobbato não chegou a completar o seu mandato de deputado. Ele sofreu um derrame no início de 1950, durante uma sessão na Assembleia e, em seguida, renunciou ao posto. A doença o afastou definitivamente da vida política. Tito contou que o pai foi levado para casa pelo colega de bancada Leonel Brizola, a quem, segundo ele, o pai sempre se referiu com palavras de admiração. A recuperação da doença, ainda conforme Tito, foi lenta, mas Gobbato seguiu trabalhando e foi nomeado presidente do Instituto Rio-Grandense do Vinho.

4.3 A vida pública se encerra com o vinho

Sua atuação no Instituto durou pouco tempo, apenas cinco meses, já que, em seguida, o estabelecimento foi extinto. Durante seu mandato como deputado e, portanto, através de seus pronunciamentos na Assembleia, pode-se perceber que Gobbato manteve-se convicto sobre a importância da permanência da autarquia e foi, indubitavelmente, um de seus mais fervorosos defensores. Ironicamente, o último discurso de um presidente do Instituto e os últimos repasses de indenizações aos colonos de 50% do valor dos prejuízos com os parreirais atingidos pelas geadas e chuvas de granizo (pagos em dinheiro vivo) couberam a ele. Nessa ocasião, dirigindo-se ao público presente, o qual, conforme indica o documento, se constituía de autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes das associações comerciais e rurais, industriais e comerciantes vinícolas, a imprensa e os colonos, Gobbato destacou que o Instituto, por seu intermédio, estava distribuindo, pela última vez, cerca de um milhão e setecentos mil cruzeiros para mais de oitocentas famílias coloniais. Fez ainda um breve relato dos serviços atinentes ao órgão, lembrando que, de 1941 a 1950, o órgão

distribuiu a considerável importância de CR\$ 9.000.000.00, o que representa quase a receita global de três anos de taxas que o Instituto arrecadou. [...] Ao sair das zonas de produção e das fronteiras gaúchas, o produto vinícola embarrilado paga uma taxa que o comerciante cobra do consumidor. Com essa principal fonte de receita, que encarece de menos de 6 centavos a garrafa de vinho nas praças de consumo nacionais, a Autarquia encontra recursos para equilibrar a produção ao consumo a fim de garantir o preço mínimo à uva e ao vinho de produção colonial; põe à disposição da indústria seu magnífico estabelecimento

concentrador de mosto, de per si capaz de evitar a importação de cerca de 40.000 sacos de açúcar necessários para a correção do produto do esmagamento de nossa uva Isabel; procede ao levantamento da produção vinícola, de seu estoque controlando, com um cuidado digno de relevo os embarques do vinho, oferecendo elementos estatísticos valiosíssimos a quem dedica sua atividade ao comércio desse produto; de acordo com os poderes públicos, exerce severo controle contra as adulterações e falsificações que se verificam fora de nosso Estado; além de pagar seus servidores, tem ainda possibilidade de indenizar os prejuízos que os vinhedos sofrem pela inclemência do tempo; de fomentar o melhoramento vitivinícola, pela distribuição gratuita de videiras de alta classe e baratear os tratamentos contra as moléstias da videira, pela importação, respectivamente, de sulfato de cobre do exterior e açúcar de Pernambuco, cedidos a preços de custo e muitas vezes até com prejuízos por parte desta organização para-estatal. Não acredito, meus senhores, que outra organização dentro do Brasil e mesmo fora de suas fronteiras tenha propiciado tamanha soma de utilidades à classe rural, sem exigir dela a menor contribuição monetária e tenha permitido uma fase de prosperidade sem par à indústria e ao comércio vinícola, exigindo deste último, o simples adiantamento de uma contribuição que lhe é logo devolvida pelos respectivos consumidores. Um rápido bosquejo sobre as atividades do Instituto Rio-Grandense do Vinho demonstra o grande acervo de benefícios que ele propiciou à região vitícola do Estado, evidentemente não por mérito meu, que apenas há cinco meses tenho a honra de presidi-lo, mas, pelo trabalho honrado e perseverante, embebido de sadio espírito público dos que me antecederam e dos que ainda hoje colaboram, com louvável operosidade, na sua atual fase de liquidação. [...]. Desta forma, honradas autoridades, prezados senhores e distintos colonos, ao mesmo tempo em que estamos aqui reunidos para efetivar o último pagamento relativo aos prejuízos sofridos pelos parreirais, devemos também aproveitar o ensejo para dar o último adeus e prestar nossa homenagem ao Instituto Rio-Grandense do Vinho, que pôs um paradeiro ao estado caótico que existia nas atividades vitivinícolas nesta região, antes de sua existência, e que deixa os agricultores e os industriais em lisonjeira situação de prosperidade. Embora educado no liberalismo econômico e côncio que o dirigismo estatal é condenável e contraproducente, mesmo para aqueles que se querem beneficiar, reconheço e estou convicto que o abandono das forças econômicas por parte do governo não é menos prejudicial. Ao Estado compete amparar, estimular e proteger as indústrias e a produção que, como a vitivinícola, tenham possibilidades econômicas. Com esta orientação, que julgo a mais convincente no presente momento, tudo envidei para que outro órgão, de agrado das classes interessadas, substituísse o Instituto Rio-Grandense do Vinho, já em via de dissolução. Para tanto, palmilhei toda esta região nordestina convocando e auscultando os interessados; convicto que poderia prestar ainda um serviço à honrada classe dos viticultores gaúchos, representados por 15.000 famílias, dei o melhor dos meus esforços e de meus conhecimentos no planejamento de um órgão ou de um serviço para a defesa dos vitivinicultores junto à Comissão para este fim nomeada pelo governador do Estado. Infelizmente, embora a grande maioria dos viticultores se manifestasse favorável à criação desse novo órgão, não houve possibilidade de chegar-se a bom porto. Nessas condições, no fim deste mês terá desaparecido este Instituto tão almejado por uns e tão combatido por outros.³⁹³

³⁹³ Discurso do presidente do Instituto Rio-Grandense do Vinho Celeste Gobbato proferido durante a sessão de pagamento de indenização aos viticultores prejudicados pelas inclemências do tempo. Caxias do Sul, 7 de agosto de 1951. (Cedoc).

Após a extinção do Instituto, Gobbato se afastou da vida pública, mas manteve seu vínculo com o *Correio do Povo*. Até o ano de sua morte, seus escritos foram publicados pelo jornal.

Antes de encerrar esta história “inacabada”, não podemos deixar de fazer alusão a um fato curioso relativo à vida de Gobbato. Na década de 40, ele adquiriu uma granja, nas proximidades do Município de Esteio, no Rio Grande do Sul, com uma área de 15 hectares. Lá, o idealista Gobbato “resolveu plantar as melhores uvas, os melhores pêssegos, até aspargos ele chegou a plantar”, contou, com sorriso aberto, o filho Tito. Mas, quando chegava a época da colheita, no verão, “caía aqueles temporais de granizo e o prejuízo era maior que qualquer coisa. Mas meu pai queria mostrar a qualidade técnica. Queria mostrar que era possível. O máximo que ele conseguia era vender o que sobrava aos seus amigos do Mercado Público de Porto Alegre. Até que ele vendeu tudo, pra não falir. E minha mãe, como boa alemã dizia ‘planta pinus e esquece’”.³⁹⁴ Metáfora de uma vida?

³⁹⁴ Entrevista de Tito Gobbato. (Torres, 8 de setembro de 2007).



Imagem 19. Celeste Gobbato. Foto Dutra. Sem data. Porto Alegre. Acervo: AHMJSA



Imagem 20. Celeste Gobbato sendo homenageado por um grupo de italianos, por ocasião de sua aclamação como membro da *Accademia Italiana della Vite e del Vino*. Porto Alegre/RS. 1952. Acervo: AHMJSA

Considerações finais

Na biografia de Celeste Gobbato aqui apresentada, alguns âmbitos específicos de sua trajetória foram privilegiados: a atuação profissional, intelectual e política. O problema central estabelecido para este estudo foi o de articular tais experiências com os mecanismos empregados pelo personagem, para obter e manter posições de liderança nos diversos espaços onde atuou. Para isso, levou-se em conta a conjugação dos usos sociais de seus “capitais”, com as possibilidades oferecidas pelos diferentes contextos históricos, encarados aqui como campos de possibilidades.

Quando tratamos de analisar a construção de sua liderança política, ou seja, os movimentos empreendidos por ele e por diferentes agentes ligados à esfera política, local (do município de Caxias) e estadual (do Rio Grande do Sul), identificamos que diversos aspectos de sua trajetória definiram a sua inserção nesse campo. Portador de significativos “capitais sociais”, acumulados desde a sua chegada ao Brasil em 1912, e mesmo antes, tais como o reconhecimento de sua competência profissional, de sua atuação intelectual e de seu comprometimento com a agricultura sul-rio-grandense, sobretudo no que se refere à produção vitivinícola e ao Ensino Técnico-Agrícola, e, também, de um valorizado “capital cultural”, a identidade étnica, Gobbato foi eleito intendente de Caxias como “candidato de consenso”, condição que possibilitaria a superação da crise política que então afligia Caxias. Também consideramos o seu vínculo com a Escola de Engenharia de Porto Alegre, elemento fundamental para a sua ascensão política, já que foi essa instituição o espaço gerador inicial de sua notabilidade e seu prestígio, visto que foi a partir dela que o personagem constituiu e ampliou sua rede de relações profissionais e pessoais, adquirindo autoridade, respeito e popularidade em variados grupos sociais do estado, do País e até mesmo do Exterior. Foram, portanto, os usos desses “capitais”, que, reconvertidos em capital político, possibilitaram a Gobbato assumir uma posição importante na hierarquia política sul-rio-grandense, caminho que destaque-se, segundo tudo indica, não fazia parte de seu projeto pessoal até então. Também mencionamos as possibilidades abertas pelo contexto em questão para a sua ascensão política, ou seja, aquele das lutas políticas que originaram a chamada Revolução de 1923 e as correlatas derivações, no âmbito da distribuição do poder, as quais determinaram algumas “concessões”, por parte do governo perrepista, em municípios originados da

imigração alemã e italiana, quando esse governo, estrategicamente, concedeu a indivíduos de origem comum com os habitantes das ex-colônias a possibilidade de assumirem o poder local. Em termos mais amplos, esse caso foi “bom para pensar” as relações e tensões entre a ação individual e o contexto social, uma das problemáticas mais importantes referentes ao gênero biográfico e, por que não, ao conhecimento histórico.

No que se refere à atuação político-administrativa de Gobbato, traçamos como objetivos centrais analisar as articulações políticas do personagem com os diferentes grupos/setores sociais locais e com o governo estadual, bem como sua atuação administrativa nos âmbitos das finanças, da saúde, das obras de infraestrutura e, sobretudo, da instrução pública, iniciativas que certamente contribuíram para a imagem guardada na memória pública caxienses de Gobbato, como administrador *progressista* e modernizador da cidade.

Afirmamos que o personagem, devido a sua inexperiência nessas esferas, teve que aprender a jogar o jogo político. Inexperiência, no entanto, não foi entendida aqui como falta de visão do jogo. Nesse sentido, em um primeiro momento, foi importante destacar as estratégias implementadas pelo governante municipal, estabelecendo alianças com indivíduos representantes de diferentes setores da sociedade caxiense e mesmo com alguns ligados à oposição; afinal, Gobbato fora eleito como “candidato de consenso”, o que exigiu dele a composição de um governo mais heterogêneo, em termos de posições político-partidárias. Ele governou respaldado pelo Conselho Municipal, que representava a elite econômica da cidade; por industrialistas e comerciantes, mas também lançou mão da Comissão Pró-Caxias, criada por ele, que incluía pessoas integrantes da oposição, ligadas à Aliança Libertadora, além de outros nomes, que representavam diferentes segmentos sociais, tais como profissionais liberais e representantes do Poder Judiciário. Além dessa Comissão, outras subcomissões foram criadas com o intuito ampliar a sua base de apoio. Referimo-nos, especialmente, à Subcomissão de Propaganda, que, constituída por representantes da Igreja católica local, foi a grande responsável pelo enaltecimento da gestão de Gobbato, usando para isso rituais próprios desse credo, bem como da imprensa sob sua administração.

Estabelecidas as alianças, recrutados os parceiros, Gobbato deu os primeiros passos para a sua legitimação não só em âmbito local, mas também regional, ao organizar o Congresso dos Intendentes da Região Colonial. Esse momento reveste-

se de importância na trajetória político-administrativa do personagem, tanto no sentido de revelar as formas pelas quais Gobbato procurou encampar as reivindicações dos comerciantes, por exemplo, em especial aquelas que envolviam a ampliação, construção e os melhoramentos das vias de comunicação, quanto de contribuir para o “espraçamento” de sua liderança, visto que ele despontava como um potencial mediador entre as lideranças locais e o governo estadual. É possível dizer ainda que tal “espraçamento” pôde ser revertido em seu benefício anos mais tarde, quando ele foi reconduzido ao campo político, ao ser eleito deputado estadual, posto no qual se destacou como defensor dos agricultores, comerciantes e industrialistas gaúchos, especialmente aqueles voltados à produção de uva e vinho.

O jogo político jogado por Gobbato não fugiu à velha prática do clientelismo. As trocas de favores foram constantes, conforme pudemos demonstrar, através da análise das fontes. Esse tipo de prática, ao mesmo tempo em que ampliou e reforçou algumas redes de reciprocidade, também foi responsável por críticas dirigidas a ele, especialmente no momento em que se anunciava mais um processo eleitoral na cidade. Nesse sentido, muito embora Gobbato tenha tido iniciativas importantes, no que se refere a obras de infraestrutura, instrução pública e saúde, sua atuação foi caracterizada por setores da imprensa local, como um governo de “experiências”, que teria beneficiado “uns dos seus” com isenção de impostos e propiciado o endividamento do erário público. Já sua liderança política foi acusada de ser “falha”, motivadora da desestruturação do PRR local, o qual teria se transformado “num corpo sem cabeça”. De “intendente inatacável” a governante “sem tino”, esses “arranhões” na trajetória político-administrativa de Gobbato não parecem ter sido suficientemente fortes e duradouros, a ponto de interferir tanto na sua indicação para dirigir, ou seja, “administrar”, a Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias, quanto para possibilitar a sua recondução ao campo político, em 1947. Afinal, em 1928, o presidente do Estado do Rio Grande do Sul já era Getúlio Vargas. As relações que Gobbato estabeleceu com ele parecem ter sido o seu maior “ganho” durante o período em que governou Caxias. O que ele perdeu? Pouco importa. Afinal, tudo o que possa ter *perdido* parece pouco diante da *proteção* que ganhou de Vargas.

Se o campo político foi um lugar um tanto “desconfortável” para Gobbato, como ele próprio expressou em alguns momentos, foi na EEVE, a partir de 1928, que o personagem reencontrou o lugar no qual sua autoridade e prestígio, como

enólogo-viticultor, puderam ser renovados e reforçados. Pode-se dizer que, nessa instituição, Gobbato reencontrou seu porto seguro. Ali, sim, era o lugar para “experimentações”, prática indispensável para a modernização da agricultura, convicção que acompanhou, de maneira inequívoca, a trajetória de Gobbato. Ali, apesar de todas as dificuldades encontradas por ele, como, por exemplo, a falta de funcionários, as cobranças das chefias estaduais e as pessoas que “chegavam a todo momento para pedir favores”, o “príncipe” parece ter encontrado, finalmente, o seu castelo. Foi durante o período que dirigiu a EEVE que Gobbato pôde reeditar o *Manual*, movimentando toda uma rede de relações, além de voltar a escrever para jornais e revistas, participar de eventos próprios da área (quando era liberado pela chefia, é bom lembrar), com mais assiduidade e prestar assessorias a outros estados (afinal, durante este período, ele acumulou as funções de diretor da EEVE com as de engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura). Sua participação nas Festas da Uva e a concepção e organização do 1º e 2º Congressos Brasileiro de Viticultura e Enologia foram movimentos estratégicos para a ampliação de sua autoridade e de sua reputação, como *expert* no âmbito da produção da uva e do vinho. Entretanto, as “encruzilhadas” da vida se apresentaram novamente para Gobbato, no momento em que ele foi exonerado do cargo pelo governo estadual, após ter optado por essa função, em detrimento do cargo federal, conforme a legislação exigia. Também sua tentativa de voltar a ser professor foi frustrada. A “desilusão” apontada pelo filho Tito poderia ter levado Gobbato de volta à Itália, não fosse a mão protetora de Vargas a guiá-lo de volta a seu lugar, o de engenheiro agrônomo no Ministério da Agricultura. De Caxias, Gobbato retornou, definitivamente, a Porto Alegre.

Na capital do estado, ao findar a década de 30, Gobbato retomou com assiduidade incessante a sua participação na imprensa. Foi durante a década de 40 que observamos o crescimento da quantidade e diversidade de seus escritos, publicados no mínimo semanalmente no *Correio do Povo*, sobretudo, além de outros veículos impressos. A cidade, certamente, deve ter possibilitado a Gobbato novas relações e oportunidades, a ponto de ser recrutado pelo PTB, de Getúlio Vargas, e eleito o terceiro deputado com o maior número de votos nas eleições de 1947. Novo deslocamento, outra função, a volta à vida política como representante dos agricultores. Sua atuação na Assembleia Legislativa do estado voltou-se, especialmente, para as questões que o acompanharam de forma marcante, desde sua chegada ao Brasil, ainda muito jovem: o Ensino Técnico-Agrícola e a produção

vitivinícola. Seus discursos no Parlamento mostraram-se coerentes com a sua intensa produção intelectual.

Enfim, entre o vinho e a política transitou nosso personagem, unindo os dois sempre que possível. Se parecia preferir o primeiro, não deixou de “degustar” da última, sempre que as circunstâncias histórias e seus projetos pessoais se encaminhavam nessa direção. Sorveu de ambos estrategicamente, e também com paixão. Com base nesse “casamento” inusitado construiu-se a memória pública que sobreviveu a respeito dele, centrada em dois epítetos: “príncipe da enologia rio-grandense” e “administrador inatacável”.

Fontes consultadas

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) – Caxias do Sul/RS

Atos, Decretos e Leis Municipais (1922-1926; 1928; 1930)

Código de Posturas Municipais (1927)

Correspondência entre a Escola de Engenharia de Porto Alegre e a Intendência de Caxias (Documentos n. 111; 31; 162; 50; 35; 102)

Correspondência expedida pelo intendente (1924-1925; 1927-1928)

Correspondência recebida pela Intendência Municipal (1924 -1924)

Documentos relativos ao Patronato Agrícola (1927-1928)

Registro de Atos da Intendência Municipal. Ato n. 23 – 4/12/1905

Relatórios da Intendência Municipal de Caxias do Sul (1924/1928)

As informações sobre Vicente Rovea foram extraídas da publicação *Mirante*. Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul, n. 01, dez./1999. p. 7-9. (AHMJSA).

Periódicos:

A Resistência, Caxias (1922)

Caxias, Caxias (1927/1932)

O Brasil, Caxias (1922/1924)

O Democrata, Caxias (1922/1923)

O Popular, Caxias (1927/1930), 1922.

O Regional, Caxias (1926/1928)

Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (Cedoc) – Caxias do Sul/RS

Fundo Celeste Gobbato

Álbum com artigos publicados por Celeste Gobbato no *Correio do Povo* (1916/1954).

Álbum com recortes de jornais sobre as viagens de Celeste Gobbato como professor ambulante da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1914/1923).

Anais da Festa da Uva de 1937.

Ata de Assembléia do *Comitato Dante Alighieri di Porto Alegre*, de 13 de agosto de 1916.

Carta de Celeste Gobbato a um amigo italiano (18/08/1953).

Diário do Congresso Nacional. Seção I. Ano XLV – n. 58. 31 de maio de 1990. Brasília, Distrito Federal. Câmara dos Deputados.

Engenharia. Publicação Oficial da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; n. 51, p.20, ago. 1986.

Exemplares da Revista da Escola de Engenharia (*Egatea*).

Exemplares de Relatórios da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912, 1916, 1920.

PETRUCCI, Salvador. Professor Gobbato. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11 de novembro de 1958.

Recortes de jornais sobre visitas de Gobbato a granjas e vinhedos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Recortes do jornal *A Federação*, 1921.

Recortes do jornal *Correio do Povo*, 1921, 1922, 1923.

Recortes do jornal *Gazeta de Bento*, 1978.

Relato da viagem de Celeste Gobbato da Itália ao Brasil (1912) (Publicada originalmente na Revista da *Scuola di Conegliano*. Itália).

Resumo dos Trabalhos do Congresso de Intendentes e de Presidentes de Conselhos Municipais realizado em maio de 1925 em Caxias. Caxias: Livraria Mendes, 1925. p. 13.

Resumo dos Trabalhos do Congresso de Intendentes e de Presidentes de Conselhos Municipais realizado em maio de 1925 em Caxias. Caxias: Livraria Mendes, 1925. p. 6. (Cedoc).

Correspondência de Celeste Gobbato ao diretor do Instituto Agrônomo e Meteorológico da Escola de Engenharia de Porto Alegre Ladislau Courissat de Araújo. Caxias, 14 de maio de 1929. (Cedoc).

Correspondência de Amador Bueno da Cunha para Celeste Gobbato. São Paulo, 16 de dezembro de 1929. (Cedoc).

Correspondência de João Batista da Silva para Celeste Gobbato. São João Del Rey, 21 de dezembro de 1929. (Cedoc).

Publicações de Celeste GOBBATO

GOBBATO, Celeste. Dalla capitale ai centri coloniali italiani. *Revista da Scuola di Conegliano*, 1912b.

_____. Dell'Agricoltura Montelliana. Treviso: Tipografia Coop. Trivigiana, 1912a. p. 11- 15.

_____. *Conferência sobre Agricultura*. Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1914.

_____. *Manual prático de viticultura*. Porto Alegre: Estabelecimento Topográfico de Germano Gundlach & Cia., 1914.

_____. *A pureza da atmosfera*. Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Correção, 1916. p. 5-6

_____. O trigo na região serrana. *Egatea*, revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre, p. 168, fev. 1916. (Cedoc).

_____. A indústria viti-vinícola na Argentina. *Egatea*, revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Porto Alegre, v. IV, n. 6, p. 329-335, 1918.

_____. *Manual do vitiviniculor brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Tipografia Germano Gundlach & Cia., 1922.

_____. Solenidade Comemorativa do 25º Aniversário da Fundação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.

_____. *A cultura da vinha*. Centro das Experiências Agrícolas do Kalisyndikat. Rio de Janeiro, 1924.

_____. A indústria vinícola paulista. Impressões de viagem. *Correio do Povo*. Porto Alegre (17/07/1924).

_____. *Manual do vitiviniculor brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1930.

_____. *Manual do vitiviniculor brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1940.

_____. *O ABC do viticultor*. Porto Alegre: Globo, 1945.

Fundo Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias

Administração de Pessoal (1928/1939)

Correspondência recebida e expedida (1929/1938)

Frequência de Diretores (1929/1935)

Livro de protocolo de correspondências recebidas (1932/1939)

Memorandos (1929/1939)
Normas e orientações de funcionários (1929/1939)
Ofícios (1929/1939)
Ordens de Serviço (1929/1939)
Publicações de eventos (1929/1939)
Relatórios (1929/1939)
Tabelas de preços de vinhos para vendas internas e externas (1930/1936)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) – Porto Alegre/RS

Arquivo Borges de Medeiros – Correspondências:

Carta de Celeste Gobbato para Alceu Barbedo (22/8/1927)
Carta de Celeste Gobbato para Armando Azambuja (25/10/1926)
Cartas de Celeste Gobbato para Borges de Medeiros (19/3/1926); (29/3/1926); (20/10/1926); (26/11/1926); (2/12/1926); (27/1/1927); (20/8/1927); (25/8/1927); (21/10/1927); (03/11/1927); (29/11/1927)
Carta de Dante Marcucci para Celeste Gobbato (19/10/1926)
Carta de José Balen para Celeste Gobbato (11/10/1926)
Cartas de Otávio Rocha para Borges de Medeiros (26/2/1924); (04/3/1924); (7/3/1924); (8/4/1924); (20/2/1924); (20/4/1924)
Telegrama de Tancredo Ápio Feijó para Celeste Gobbato (03/09/1926)
MEDEIROS, Borges de. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Telegrama n. 24, de 11 de março de 1926. Ao Intendente de Caxias. Solicita esclarecimentos sobre o decréscimo de votantes no município de 1922 até 1926. (IHGRS).

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC) – Porto Alegre/RS

Periódicos:

Correio do Povo – Porto Alegre (1947/1950)
Diário de Notícias – Porto Alegre (1947/1948), 1925

Memorial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (MLRS)

Anais da Assembléia Legislativa:

Discursos parlamentares e apartes de Celeste Gobbato (1947/1950)

Arquivo da Escola de Engenharia de Porto Alegre (AEEPA) – Porto Alegre/RS

Relatórios da Estação Experimental de Viamão, 1920.
Relatórios do Instituto de Agronomia e Veterinária, 1915.

Depoimentos

Lydia Gobbato Karl, filha de Gobbato, reside em Porto Alegre-RS
Tito Gobbato, filho de Gobbato, reside em Torres-RS
Piero Gobbato, filho de Gobbato, reside em Brasília-DF
Enólogo Jaime Lovatel, reside em Caxias do Sul-RS
Enólogo Onofre Pimentel – Caxias do Sul-RS

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (1864-1970)*. 2. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Educação técnica e engenharia no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 4, p. 205-228, 2007.
- AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendent*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. (Coleção História, 11).
- BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Abramo e seus filhos; cartas familiares 1920-1945*. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. (Coleção História, 40).
- BOBBIO, Norbert. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CAMARGO, Umberto Almeida. Tecnologia vitícola: novas variedades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10., 2003, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 37, 1997.
- CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul. 1911-1936*. 1989. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 70-73.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

COSTA, Renato. Uma curiosa lição prática vinícola, há mais de um século, na Província. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de dezembro de 1966.

Egatea, Porto Alegre, n. 1, p. 1-2, jul./ago. 1914. (Cedoc).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco (Org.). *Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região*. Caxias do Sul: Educs, 1999.

FÉLIX, Loiva; SCHMIDT, Benito Bisso; KLEBER, Haïke Roselane. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, março de 1992. (Relatório Final de Pesquisa – CNPq).

FONSECA, Pedro Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GARDELIN, Mário. Do arquivo de Celeste Gobbato. *O Pioneiro*, Caxias do Sul, 25 set. 1981.

GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores (1892-1950)*. Porto Alegre: EST, 1993.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (Coleção História; 50).

GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 963-976.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de negócios: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GOBBATO, Celeste. O cultivo da videira e a industrialização da uva no RS. Bosquejos históricos sobre a vitivinicultura gaúcha. *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS*, Porto Alegre: Globo, 1950. p. 403.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA Jorge; REIS, Daniel Aarão

(Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

GRYNSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14, out. 1990.

HEINZ, Flávio. *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: Corag, 2005.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MELLO, Carlos Ernesto Cabral de. *A presença do vinho no Brasil: um pouco de história*. São Paulo: Ed. de Cultura, 2004.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul. 1912-1924*. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

OLIVER, Graciela de Souza. Debates científicos e a produção do vinho paulista, 1980-1930. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, p. 239-260, jul./dez. 2007.

PAZ, Ivoni Nör; BALDISSEROTTO, Isabel. *A Estação do Vinho: história da Estação Experimental de Viticultura e Enologia – EEVE – 1921/1990*. Caxias do Sul: EducS, 1997.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Crédito agrícola no RS pré-1930: o trabalho cooperativo nas comunidades de imigrantes no nordeste colonial gaúcho*. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.or.br/.../12781174426_ARQUIVO>. Acesso em: out. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PETRUCCI, Salvador. Professor Gobbato. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 nov. 1958.

PIONEIRO, Caxias do Sul, p. 2, 9 jan. 2006.

RECH, Gabriela. *Intendente Coronel José Penna de Moraes*. 2005. Monografia (TCC) – Centro de Ciências Humanas. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

RELA, Eliana. *Nossa fé, nossa vitória: Igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. *Festa e identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: Educs, 2002.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 245.

RODRIGUES, Carlos Henrique Machado. A indústria vinícola gaúcha e o capitalismo: um universo de luta e sobrevivência. *Ciência e Letras*, Porto Alegre: Fapa, n. 41, p. 1-440, jan./jun. 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares. Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair Marli et al. (Org.). José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. *RS: imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul/RS*. 2004. 337 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

TAMBARA, E. *RS: modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. *História em Revista*, Núcleo de Documentação Histórica, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, n. 10, p. 75-94, dez. 2004.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.



Dependências da Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias do Sul. Identifica-se no centro, Celeste Gobbato, ladeado por Getúlio Vargas. Década de 1930. Acervo: AHMJSA



ISBN 978-85-7061-835-1



9 788570 618351